

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

**USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E “FACÇÕES” DE
COSTURA: A REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO SETOR DE
CONFECÇÕES DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO NO RIO GRANDE DO
NORTE**

LEONARDO DA SILVA GALINDO

NATAL/RN
MARÇO 2018

LEONARDO DA SILVA GALINDO

**USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E “FACÇÕES” DE
COSTURA: A REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO SETOR DE
CONFECÇÕES DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO NO RIO GRANDE DO
NORTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGe) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

**NATAL/RN
MARÇO 2018**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Galindo, Leonardo da Silva.

Uso corporativo do território e "facções" de costura: a reorganização espacial do setor de confecções de artigos do vestuário no Rio Grande do Norte / Leonardo da Silva Galindo. - Natal, 2018.

243f.: il. color.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

1. Divisão territorial do trabalho - Rio Grande do Norte - Dissertação. 2. Uso corporativo do território - Dissertação. 3. facções de costura - Dissertação. 4. Pró-Sertão - Dissertação. I. Azevedo, Francisco Fransualdo de. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 911:687

Dedico à minha mãe

Maria Lucineide da Silva

AGRADECIMENTOS

A construção dessa dissertação só possível graças à ajuda e colaboração direta e indireta de diversas pessoas. Mas antes gostaria de fazer um agradecimento especial a minha mãe Maria Lucineide da Silva, pela coragem e ousadia. Em março de 2005, aos 45 anos de idade, ela resolveu migrar com os filhos da zona rural de São José de Mipibu para Parnamirim, sem qualquer garantia de emprego. Tudo para que os filhos tivessem melhores possibilidades de estudo, uma vez que na comunidade em que morávamos só havia oferta de ensino até o 7º ano do ensino fundamental.

Graças a essa decisão ousada e seu trabalho como diarista eu tive maiores possibilidades de acesso à educação, num primeiro momento como aluno do IFRN e em seguida com o curso de Geografia (licenciatura) na UFRN. Esta dissertação é antes de tudo, resultado de suas ações e seu apoio.

Agradeço também aos amigos que fiz no IFRN: Joelma Luiza, Daniel Campos, Thaís Teixeira, Jéssica Raíssa, Nathália Silva e Isabele França, os quais me incentivaram a prestar o vestibular para o curso de Geografia num momento pessoal de grande indecisão.

Aos amigos que conheci na Unidade Interdisciplinar de Estudos Sobre a Habitação e o Espaço Construído (os polivalentes 512): Bárbara Praxedes, Arthur Vasconcelos, Eloísa Teixeira e Naiara Ribeiro (a esta também pela ajuda no campo em Lajes Pintadas).

Agradeço especialmente aos amigos Welton Nascimento, Rafael Silva e Rodrigo Cardoso. Guardarei sempre as lembranças dos momentos vividos na sala 512, em que debatíamos nossas pesquisas: compartilhando angústias, referências, discutindo as atividades de campo e os questionários. Terei muitas saudades dessa convivência.

Serei sempre grato ao meu orientador, professor Francisco Fransualdo de Azevedo, pela paciência que tem demonstrado comigo desde o início da graduação em 2012, da iniciação científica à extensão, e a agora com o mestrado. Agradeço por suas orientações, críticas, sugestões e recomendações e pelo apreço que demonstra pela formação profissional de seus orientandos. Mesmo quando fora de Natal estava sempre disponível para reuniões de orientação e discussão do andamento do trabalho.

Aos professores Dr. Raimundo Nonato Junior e Dra. Jane Barbosa pelas contribuições dadas na qualificação. A esta última e também a professora Dra. Maria Mónica Arroyo por terem aceitado participar como avaliadoras na defesa desta dissertação.

Aos amigos da turma de mestrado: Andreza Louzeiro, Nayara Santos, Thiara Rabelo,

Jordânia Marques, Inés Rosso, Hericôndio Conceição, Jaqueline Campos e Ivaniza Batista, pelos momentos de alegria e descontração nesses últimos dois anos. E também a Raquel Anjos e família pela ajuda com o campo em Vera Cruz.

A CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa, sem a qual essa pesquisa não teria condições de se realizar.

E a todos aqueles que me receberam gentilmente para concessão de entrevistas: trabalhadores das facções de costura e os proprietários/gerentes desses estabelecimentos, e representantes da SEDEC e do SEBRAE Santa Cruz/RN.

RESUMO

A partir dos anos 2000, o uso do território pelo setor de confecções de artigos do vestuário ganhou novo impulso no Rio Grande do Norte (RN) por meio da disseminação de estabelecimentos e empregos para municípios do interior do estado. Desde 2013 com a criação do Programa de Industrialização do Interior (Pró-Sertão) essa dinâmica se acentua ao mesmo tempo em que ocorreu a diminuição dos postos de trabalho na Região Metropolitana de Natal (RMN). Por sua vez, os estabelecimentos localizados no interior realizam apenas a etapa da costura de peças do vestuário, estando subordinados às indústrias localizadas na RMN. Assim, nosso objetivo geral é entender como o uso corporativo do território evidenciado a partir das “facções” de costura e de programas como o Pró-Sertão contribui para a reorganização espacial do setor de confecções de artigos do vestuário no Rio Grande do Norte. Os procedimentos metodológicos utilizados envolvem a pesquisa bibliográfica, coleta e sistematização de dados secundários e trabalho de campo. A partir deste último foram produzidos dados primários envolvendo 66 facções de costura em 15 municípios de todas as mesorregiões do estado. A análise revela que o RN participa da divisão territorial do trabalho industrial no Brasil a partir da produção de confecções de artigos do vestuário em função da oferta de mão de obra barata em relação ao Sul e ao Sudeste, e pela existência de um aparato normativo que estimula o crescimento do setor. As maiores indústrias, localizadas na RMN, num processo de mudança organizacional passaram a terceirizar a etapa da costura junto a unidades produtivas menores localizadas no interior do estado, com o objetivo de diminuir os custos com investimentos e encargos relacionados à manutenção da mão de obra. Tal processo se apoia na constituição do uso corporativo do território, a partir do qual diversos agentes, em solidariedade organizacional desempenham cada um, papel específico no sentido de realizar os interesses das grandes indústrias, as quais controlam todo o processo produtivo. A Tipologia e topologia das facções de costura evidenciam uma maior densidade de empresas e diversidade de tipos em Jardim do Seridó, São José do Seridó e Parelhas. O maior dinamismo da atividade no Seridó potiguar está relacionado às menores possibilidades de acesso ao emprego formal, sobretudo nos pequenos municípios, em que há um expressivo exército de reserva de mão de obra disponível para ser explorado nas facções de costura. Nesse contexto, a abertura de facções possibilitou uma maior dinâmica econômica em parte do Seridó e o aumento da oferta de empregos, de modo que a reorganização espacial da atividade econômica levou a um processo de especialização produtiva, com lugares onde mais da metade da população com emprego formal trabalha no ramo de confecções. Já no Agreste e Leste potiguar, a proximidade com Natal e Parnamirim e a existência de uma rede de transporte público permite à população de seus municípios maiores possibilidades de acesso ao emprego formal, o que explica uma menor incidência e o menor dinamismo das facções de costura. Em Natal e Parnamirim, o preço da terra e os custos com a manutenção da mão-de-obra (transporte e alimentação) levaram ao declínio do número de facções.

Palavras-chave: Divisão territorial do trabalho; Uso corporativo do território; facções de costura; Pró-Sertão; Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

From the 2000s, the use of the territory by the apparel sector garnered new impetus in Rio Grande do Norte (RN) through the dissemination of establishments and jobs to municipalities in the interior of the state. Since 2013 with the creation of the Program of Interior Industrialization (Pro-Sertão), this dynamic is accentuated at the same time as the number of jobs in the Metropolitan Region of Natal (RMN) decreased. On the other hand, the establishments located in the interior only perform the garment sewing stage, being subordinated to the industries located in the NMR. Thus, our general objective is to understand how the corporate use of territory evidenced by sewing "factions" and programs such as Pró-Sertão contributes to the spatial reorganization of the garment industry in Rio Grande do Norte. The methodological procedures used involve bibliographical research, collection and systematization of secondary data and fieldwork. From the latter, primary data were produced involving 66 sewing factions in 15 municipalities of all mesoregions of the state. The analysis reveals that the RN participates in the territorial division of industrial labor in Brazil from the production of garments in relation to the supply of cheap labor in relation to the South and Southeast, and by the existence of a normative apparatus that stimulates the growth of the sector. The largest industries, located in the RMN, in a process of organizational change began to outsource the sewing stage to smaller productive units located in the interior of the state, in order to reduce costs with investments and costs related to maintenance of the workforce. This process is based on the constitution of the corporate use of the territory, from which various agents in organizational solidarity each play a specific role in the realization of the interests of the great industries, which control the whole productive process. The typology and topology of the sewing factions show a greater density of companies and diversity of types in Jardim do Seridó, São José do Seridó and Parelhas. The greater dynamism of the activity in Seridó potiguar is related to the smaller possibilities of access to formal employment, especially in small municipalities, where there is an expressive reserve army of labor available to be exploited in the sewing factions. In this context, the opening of factions allowed a greater economic dynamics in part of Seridó and the increase in the supply of jobs, so that the spatial reorganization of economic activity led to a process of productive specialization, with places where more than half of the population with formal employment works in the clothing sector. In Agreste and Eastern Potiguar, the proximity to Natal and Parnamirim and the existence of a public transport network allows the population of its municipalities greater possibilities of access to formal employment, which explains a lower incidence and the less dynamism of the sewing factions. In Natal and Parnamirim, the price of land and labor costs (transport and food) led to a decline in the number of factions.

Keywords: Territorial division of labor; Corporate use of the territory; sewing factions; Pró-Sertão; Rio Grande do Norte.

LISTA DE SIGLAS

AGN – Agência de fomento do rio Grande do Norte

AM – AMAZONAS

BA – BAHIA

CE – CEARÁ

CIA – Centro Industrial Avançado de Macaíba

CNAE – Classificação Nacional das Atividades econômicas

DF – Distrito Federal

DTT – Divisão territorial do Trabalho

FIERN – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte

GO - Goiás

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MG – Minas Gerais

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

PI – PiauÍ

PR – Paraná

PROADI – Programa de Apoio Ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte

PRODETUR - Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RJ – rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

SC – Santa Catarina

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDEC – Secretaria Do Desenvolvimento Econômico Do Rio Grande Do Norte

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN –Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte

SESI – Serviço Social da Indústria

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SP – São Paulo

SUDENE – Superintendência De Desenvolvimento Do Nordeste

VPBI – Valor bruto da produção industrial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fórmula Utilizada para definição do tamanho da amostra.....	33
Figura 2: (a e b): Brasil: Valor bruto da produção da indústria de transformação (a) e da indústria de confecções (b) por estado da federação em 2015.....	52
Figura 3 (a e b): Brasil: Salário Médio Mensal dos trabalhadores da indústria de transformação (a) e de confecções de artigos do vestuário e acessórios (b) (2015).....	54
Figura 4: Rio Grande do Norte: percentual de empregos na indústria de confecções de artigos do vestuário em relação ao número total de empregos formais em 1995 e 2015.....	74
Figura 5: Rio Grande Do Norte: Evolução Do Número De Estabelecimentos Na Indústria De Confecções Entre 1970 E 2010.....	125
Figura 6: Rio Grande Do Norte: Evolução Do Número De Empregos Formais na indústria de confecções de artigos do vestuário entre 1970 e 2015.....	126
Figura 7: Fábrica da RMNor desativada em Parnamirim/RN.....	140
Figura 8: fábrica da RMNor (esquerda) e galpão de facção (direita) que prestava serviços para a mesma desativados - Parnamirim/RN.....	140
Figura 9: empresa de Natal que tem marca própria e realiza todas as etapas produtivas.....	141
Figura 10: empresa de Natal que tem marca própria e realiza todas as etapas produtivas.....	141
Figura 11: estrutura de tecido plano.....	142
Figura 12: estrutura de tecido de malha.....	143
Figura 13: Layout de facção tipo Tecido Plano.....	144
Figura 14: Layout de Facção Tecido malha.....	145
Figuras 15: Recebimento da matéria-prima.....	147
Figuras 16 Ordem de produção.....	147
Figura 17: Separação e distribuição: peças cortadas prontas para distribuição.....	147
Figura 18: Mesa de distribuição.....	147
Figura 19: Montagem: Processo de costura.....	148
Figura 20: Montagem: Processo de costura.....	148
Figura 21: Mesa de inspeção de facções de costura em Vera Cruz.....	149

Figura 22: Mesa de inspeção de facções de costura em São José do Seridó.....	149
Figura 23: Exemplos de facção (Parelhas/RN).....	149
Figura 24: Exemplos de facção (Santa Cruz/RN).....	149
Figuras 25: Máquina de costura mecânica em funcionamento - Vera Cruz.....	157
Figuras 26: Máquina de costura mecânica em funcionamento - Vera Cruz.....	157
Figura 27: Cruzeta: Substituição de máquina de costura mecânica por eletrônica.....	157
Figura 28: Cruzeta: Substituição de máquina de costura mecânica por eletrônica.....	157
Figura 29 Facção de costura em Natal – Funciona dentro de uma residência.....	161
Figura 30: Forma dos estabelecimentos em Acari.....	161
Figura 31: Forma dos estabelecimentos em Ceará-Mirim.....	161
Figura 32 forma dos estabelecimentos: Santa cruz, RN.....	161
Figura33: Refeitório em facção no Oeste do RN.....	162
Figura 34: fachada de facções em Cruzeta.	162
Figura 35: Máquinas Ociosas em Oficina de Costura - Vera Cruz (RN) 2017.....	181
Figura 36: Máquinas Ociosas em Oficina de Costura em Cruzeta (RN).....	181
Figura 37: Galpão Onde funcionava uma Oficina de Costura em Santa Cruz – RN.....	182
Figura 38: Protesto “Grito das facções” em São José do Seridó contra a Ação do Ministério Público do Trabalho contra a Guararapes Confecções.....	186
Figura 39: Protesto “Grito das facções” em São José do Seridó contra a Ação do Ministério Público do Trabalho contra a Guararapes Confecções.....	186
Figura 40: logo contra a ação do MPT.....	186
Figura 41: protesto da Guararapes em Natal.....	186
Figura 42: Máquina Overlock.....	239
Figura 43: Máquina Interlock.....	239
Figura 44: Máquina Costura Reta Eletrônica.....	240
Figura 45: Máquina Galoneira.....	240
Figura 46: Máquina caseadeira.....	241
Figura 47: Máquina Botoneira.....	241
Figura 48: Máquina Pespontadeira.....	242
Figura 49: Máquina Fechadeira de Braço.....	242
Figura 50: Máquina Travete Eletrônica.....	243
Figura 51: Máquina ZIGUEZAGUE.....	243
Figura 52: Máquina de Corte.....	241

Figura 52: Máquina de bordar industrial.....	244
--	-----

LISTA DE FLUXOGRAMAS:

Fluxograma1: Organização Do Pró-Sertão.....	121
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: quantidade de facções de costura por mesorregião em que deverão ser feitas entrevistas semiestruturadas.....	34
Quadro 2: Síntese: Estados Com maior participação relativa na indústria de acordo com algumas variáveis.....	37
Quadro 3: Principais municípios quanto ao número de Empregos em facções de Costura (2016).....	71
Quadro 4: Evolução do Número de empregos na indústria de confecções de artigos do vestuário por município do RN.....	81
Quadro 5: Empresas: Agentes do Ramo de Confecções Beneficiados pela SUDENE no Rio Grande do Norte até 1975.....	93
Quadro 6: Matriz De Eventos Relacionados à Instalação Do Ramo De Confecções No RN.....	129
Quadro 7: Cronograma Das Atividades De Campo.....	136
Quadro 8: Dados da pesquisa de campo.....	139
Quadro 09: Função das máquinas de costura utilizadas na confecção de peças do vestuário.....	151
Quadro 10: Síntese das Características das facções de Costura no Rio Grande do Norte.....	166
Quadro 11: tipologia e topologia das facções de costura no rio Grande do Norte.....	169

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação do emprego no vestuário em relação ao total nacional e representatividade do emprego do vestuário em relação aos vínculos da indústria de transformação de cada estado.....	63
Gráfico 2: Estado de uso das máquinas de costura no momento da aquisição.....	156
Gráfico 3: Forma de financiamento das máquinas de costura.....	158
Gráfico 4: Total investido na compra de máquinas de costura por facção desde 2012 (R\$)..	160

LISTA DE MAPAS E CARTOGRAMAS

Mapa 1: Distribuição espacial das facções de costura no Rio Grande do Norte (2016).....	20
Mapa 2: Brasil: Número de Estabelecimentos e empregos na Indústria de Transformação 2015.....	
Mapa 3: Rio Grande do Norte: Número de estabelecimentos e empregos na Indústria de transformação em 2015.....	42
Mapa 4: Brasil: Número de Estabelecimentos e Empregos na Indústria de Confecções de Artigos do Vestuário em 2015.....	48
Mapa 5: Brasil: percentual de vínculos na Indústria de confecções de artigos do vestuário em relação ao total de vínculos na Indústria de Transformação em 2015.....	61
Mapa 06: RN Número de Estabelecimentos e Empregos na Indústria de Confecções de Artigos do Vestuário em 2015.....	67
Mapa 07: Rio Grande do Norte: Número de Estabelecimentos e Empregos Formais em Facções de Costura em 2016.....	70
Mapa 08: Rio Grande do Norte: Número de Estabelecimentos Industriais de Confecções de Artigos do Vestuário em 1970.....	89
Mapa 09: Distribuição espacial dos investimentos industriais da SUDENE no RN até 1973.....	92
Mapa 10: Brasil: número de estabelecimentos e empregos da indústria do Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos em 1985.....	94
Mapa 11: Rio Grande do Norte: Número de estabelecimentos e Empregos no Ramo de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos em 1985.....	97
Mapa 12: Brasil: Número de estabelecimentos e empregos na indústria de confecções de artigos do Vestuário em 2000.....	106
Mapa 13: Rio Grande do Norte: distribuição espacial de estabelecimentos e empregos na indústria de confecções de artigos do vestuário em 2000.....	108
Mapa 14: Rio Grande do Norte: Número de estabelecimentos industriais beneficiados pelo PROADI em 2015.....	109
Mapa 15: Rio Grande do Norte: Número de estabelecimentos e empregos na indústria de confecções de artigos do vestuário em 2010.....	116
Mapa 16: Rio Grande do Norte: Municípios em que foi realizada atividade de campo (2017).....	137
Mapa 17: Origem e destino das Máquinas de Costura Adquiridas no RN.....	154

Mapa 18: Origem das máquinas de costura adquiridas em outros estados da federação.....	155
Mapa 19: Topologia das facções de costura.....	170
Mapa 20: destino das peças costuradas nas facções.....	179

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Os Objetivos da Pesquisa.....	22
1.2 Os Pressupostos Teóricos.....	22
1.3 As Categorias de Análise Utilizadas.....	25
1.4 Os Procedimentos Metodológicos da Pesquisa.....	31
2. A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO INDUSTRIAL E O USO DO TERRITÓRIO PELO SETOR DE CONFECÇÕES DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	35
2.1 A Divisão do trabalho industrial do Brasil.....	36
2.2 O Rio Grande do Norte e a Especialização Territorial Produtiva Na Indústria De Confecções De Artigos Do Vestuário.....	47
2.3 As Facções de Costura e a Reorganização Espacial da Indústria De Artigos Do Vestuário No Rio Grande Do Norte.....	67
3. AS NORMAS E O USO DO TERRITÓRIO PELA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO NO RN.....	84
3.1 A SUDENE e o Uso Do Território Pela Indústria De Confecções De Artigos Do Vestuário No Rio Grande Do Norte.....	84
3.2 O Rio Grande Do Norte na Guerra Dos Lugares: Os Programas de Atração de Indústrias e a Reafirmação da Concentração Espacial da Indústria Do Vestuário na Região Metropolitana.....	97
3.3 O Pró-Sertão E A Reorganização Espacial Da Indústria Do Vestuário No Rio Grande Do Norte.....	119
4. O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO PELO SETOR DE CONFECÇÕES DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO NO RN: OS PROCESSOS DE TRABALHO E PRODUÇÃO E O TERRITÓRIO ENQUANTO RECURSO DAS EMPRESAS.....	135
4.1 Considerações sobre a pesquisa de campo.....	135
4.2 O Trabalho e a Produção nas Facções de Costura.....	142
4.3 Tipologia e Topologia das Facções de Costura e Nova Dinâmica Econômica no Seridó Potiguar.....	152
4.4 As Facções de Costura e o Território Enquanto Recurso das Empresas.....	177
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
6. REFERÊNCIAS.....	199
7. ANEXOS.....	209

1. INTRODUÇÃO

Até a década de 1960 a maior parte da população do Rio Grande do Norte se concentrava principalmente no campo. Conseqüentemente, as principais atividades desenvolvidas pela sociedade potiguar estavam relacionadas à agricultura. Nesse sentido, a própria atividade industrial caracterizava-se pela transformação de produtos agrícolas, como os engenhos de açúcar, as algodozeiras, oficinas de beneficiamento de carne bovina, fábricas de óleos (oiticica e algodão) e casas de farinha (AZEVEDO 2013; FELIPE, 1986).

A partir dos anos 1970, no entanto, acirra-se a crise das economias tradicionais, evidenciada pela falência da cotonicultura, das fábricas de óleo e da perda de importância da mineração e da produção de farinha, levando o RN a organizar uma reestruturação das atividades econômicas (AZEVEDO, 2013). Há uma intensificação do processo de urbanização, com crescimento expressivo da população nas duas maiores cidades do estado - Natal e Mossoró, bem como em alguns centros regionais como Caicó, Currais Novos, Assú e Pau dos Ferros (IBGE, 2010).

Paralelamente a esse processo, a primeira metade dos anos 1970 é marcada pelo estímulo ao uso industrial do território no Nordeste a partir da implantação dos projetos da SUDENE. Embora os maiores beneficiados tenham sido Bahia, Pernambuco e Ceará, foram registrados investimentos no RN em indústrias extrativas, especialmente relacionado à extração de sal marinho (ARAÚJO, 2009). Também se registram investimentos na indústria de transformação, com a liberação de recursos para empresas ligadas à fabricação de caramelos e bombons, cimento, têxtil, confecções, e embalagens de material plástico.

Chama atenção a concentração espacial que os investimentos em indústrias de transformação assumiram visto que 58,8% dos projetos industriais contemplados com recursos liberados em 1973 localizavam-se em Natal (ARAÚJO, 2009). Apesar de o RN não ter sido um dos principais destinos de recursos e empresas relacionados à SUDENE, tal política contribuiu para o uso do território pela indústria de transformação presente no estado, sobretudo na capital.

Os anos 1980 são marcados pela crise fiscal do Governo Federal que teve como consequência a redução do papel do Estado na economia. Com a abertura econômica na década de 1990 o governo de Fernando Collor põe em prática um novo modelo de crescimento capitalista baseado no livre mercado que adota o paradigma da competitividade (PEREIRA JÚNIOR, 2011). Intensifica-se o processo de reestruturação produtiva, o qual se traduz no RN pelo desenvolvimento da carcinicultura, fruticultura irrigada, turismo e

exploração de petróleo, dentre outros vetores produtivos (AZEVEDO, 2013; FELIPE, 1986).

Em relação à indústria, o Estado abandona a política industrial e as unidades federativas assumem maior protagonismo por meio da “Guerra dos Lugares” (SANTOS; SILVEIRA, 2004), a qual se caracteriza pela competição entre estados e municípios por investimentos industriais. Esta ocorre por meio da criação de uma densidade técnica e normativa, evidenciada por programas de incentivos fiscais, relacionadas, na maioria dos casos, a renúncia total ou parcial de ICMS, doação de terrenos e construção de infraestruturas para instalação de estabelecimentos (PEREIRA JÚNIOR, 2011).

No RN, o uso do território pela indústria passou a ser estimulado por meio da elaboração de um conjunto de normas tais como o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Norte (PROADI), em 1985 e sua reformulação em 1997 (AGÊNCIA DE FOMENTO DO RN – AGN, 2018); do Programa de Apoio ao Incentivo do Gás Natural (PRÓGAS), reformulado em 2017, que passou a se chamar RN GÁS + (COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS – POTIGÁS, 2018); e a criação de distritos industriais, principalmente o DIN (Distrito Industrial de Natal), e o CIA (Centro Industrial Avançado), em Macaíba, já no limite territorial com Parnamirim (TAVARES, 2017).

Apesar dessas ações o setor industrial no RN se caracteriza pela baixa diversidade de atividades industriais, bem como pela concentração espacial na Região Metropolitana de Natal (RMN) (AZEVEDO; GALINDO, 2016). Nesse contexto, o ramo de confecções de artigos do vestuário destaca-se no estado. Em 2015 apresentava 436 estabelecimentos (equivalente a 11,93% das unidades industriais do RN), bem como 16.220 empregados, equivalentes a 26,83% da força de trabalho ocupada na indústria de transformação (RAIS, 2016).¹

A partir do início dos anos 2000, o ramo de confecções apresenta nova dinâmica econômica, com a constituição de facções de costura (TAVARES, 2017). Tal processo ganha impulso em 2013 quando o governo estadual, por meio da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), lança o Programa de Industrialização do Interior

¹ Os dados apresentados tem como base a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 95). Embora o IBGE tenha feito novas classificações, como a CNAE 2.0, a nossa pesquisa optou pela classificação mais antiga pelo melhor ajuste aos objetivos deste trabalho. No CNAE 2.0, por exemplo, a forma de divisão das atividades econômicas coloca a confecção de artigos do vestuário no mesmo grupo que a confecção de acessórios do vestuário, como os bonés, por exemplo. Já no CNAE 95 essas duas atividades são separadas em grupos distintos. Como há no RN lugares que se especializam na produção de bonés e outros na produção de vestuário, a utilização da CNAE 2.0 poderia levar a distorção da análise, uma vez que neste trabalho não discutimos o grupo de acessórios. Ainda que sejam louváveis os aprimoramentos feitos pelo IBGE na definição das atividades econômicas, eles dificultam uma leitura mais precisa da evolução temporal de um setor. Na busca de dados sobre o ramo do vestuário, por exemplo, encontramos desde os anos 1970, três classificações distintas, sendo que a primeira unia o ramo do vestuário com o têxtil e o da fabricação de calçados. Optamos pelo CNAE 95, já que o RAIS disponibiliza dados atuais utilizando essa classificação, e evitamos misturar três classificações econômicas distintas, evitando ao máximo, distorções de interpretação.

(PRÓ-SERTÃO), o qual estimula a terceirização da etapa da costura das grandes indústrias da RMN a partir da criação de facções de costura.

Mas o que é precisamente uma facção de costura?

O termo “facção”, relacionado a uma atividade econômica específica surge no CNAE 95, em que as indústrias listadas na subclasse 1811-2 realizam “os serviços de facção de peças interiores do vestuário”, e na subclasse 1812-0, relacionados à prestação de “serviços de facção de vestidos, saias, calças, ternos ou outras peças do vestuário”. No CNAE 2.0 existe menção aos serviços de facção nas subclasses 1412-6/03 e 1411-8/01, que tratam respectivamente dos “serviços industriais de facção de blusas, camisas, vestidos, saias, calças, ternos e outras peças do vestuário (corte e costura de golas, punhos ou outras partes das roupas)”, “os serviços industriais de facção de roupas íntimas e roupas de dormir (costura de partes das roupas, corte, etc.)” (IBGE, 2016).

O IBGE, a partir do CNAE explica apenas que a facção envolve os serviços industriais de corte e/ou costura. Já o SEBRAE (SEM DATA), apresenta uma definição mais precisa, e relaciona a atividade ao processo de terceirização levado à cabo por indústrias ou varejistas que buscam diminuir os custos produtivos. Será essa a definição de facção que adotaremos neste trabalho:

Facção é o nome dado às confecções que prestam serviços para outras empresas do ramo que possuem marca própria e foco na comercialização, dentro da cadeia produtiva do setor têxtil. Em geral uma facção não vende seus produtos diretamente no varejo, realizando somente trabalhos de corte, montagem e acabamento de peças do vestuário para outras confecções. O segmento da confecção está inserido no setor têxtil e engloba todas as atividades envolvidas na produção de roupas. Essas indústrias podem concentrar o processo completo de produção ou terceirizar uma ou várias fases de produção. A facção é um sistema de terceirização e de integração que vem sendo muito utilizada na indústria da confecção. Funciona assim: Uma indústria maior, que normalmente tem como principal atividade a criação e comercialização, cria a sua coleção, efetua os cortes das peças e encaminha para outras indústrias menores que são contratadas para montar as roupas. Essas indústrias não comercializarão os produtos, apenas são responsáveis pelo serviço de montagem das roupas, devolvendo em seguida, para a indústria maior, que confere as peças, padroniza a qualidade e comercializa os produtos. (SEBRAE, p. 2, sem data).

Assim, a facção é o estabelecimento industrial que realiza uma ou mais etapas da produção de confecções (corte e costura, por exemplo) para uma indústria ou empresa varejista. Seus proprietários não têm, portanto, o comando sobre o tipo de roupa ou a

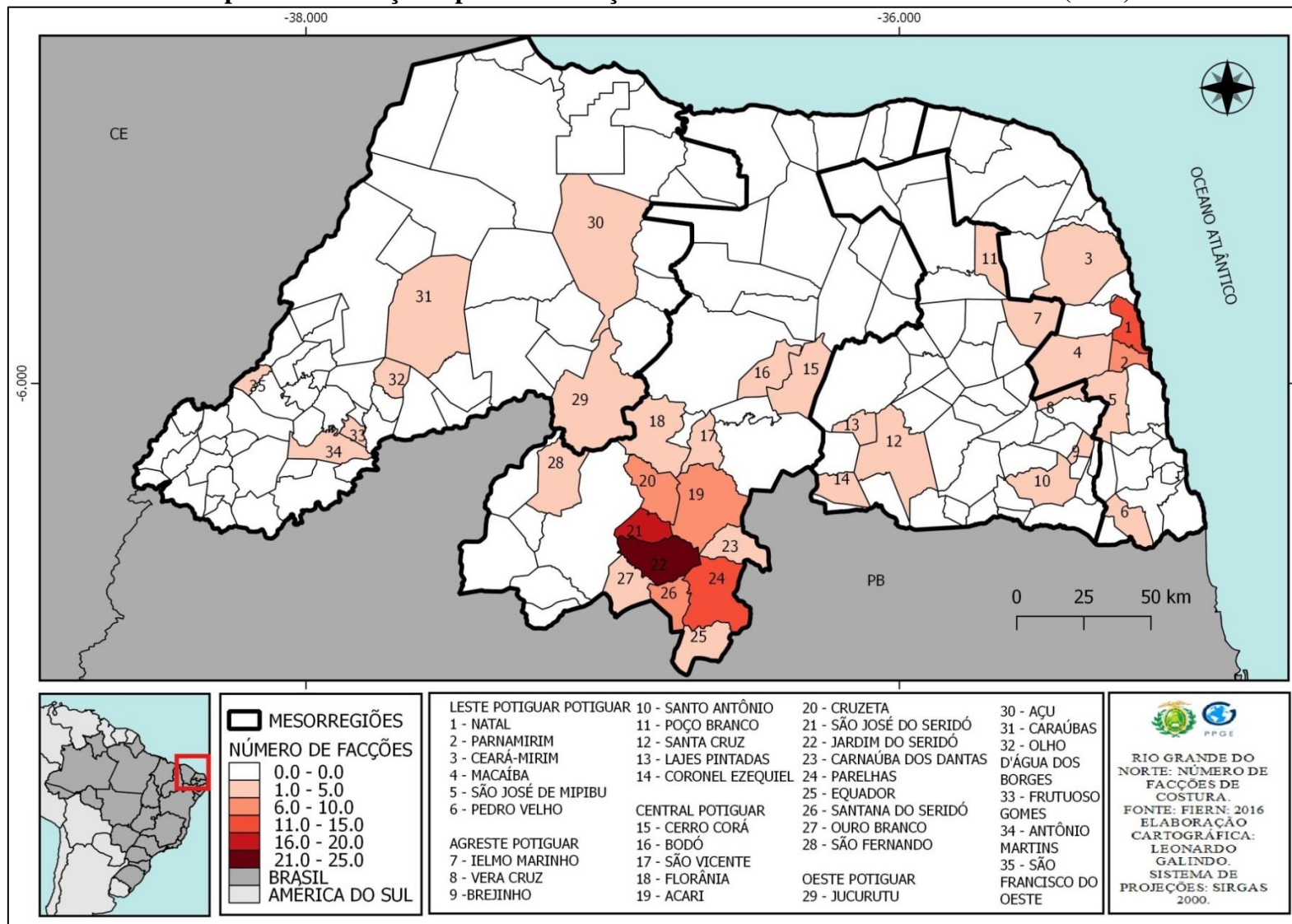
quantidade de peças a ser produzida. Ainda de acordo o SEBRAE, a facção surge no contexto do processo de terceirização, bem como de antigos empresários, donos de confecções próprias que não conseguiram manter-se no mercado. Como os mesmos possuíam maquinário e mão de obra, passaram a oferecer serviços de costura para empresas que possuíam mercado.

No entanto, o IBGE e o RAIS não apresentam informações com o nível de detalhe que indica a quantidade de facções de costura e o número de empregados nesses estabelecimentos que atuam no Brasil e no Rio Grande do Norte. Desse modo não é possível saber como esse tipo de atividade se comporta em termos de distribuição espacial, nem qual a sua evolução no tempo.

Mas a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN) mantém um banco de dados chamado Guia Industrial, o qual apresenta uma espécie de ficha cadastral de cada estabelecimento industrial atuante no estado. Cada ficha apresenta informações como: a atividade realizada; número do CNPJ; razão social; nome fantasia; endereço e telefone; data de criação da empresa; número de funcionários, dentre outras (ver anexo 1).

Neste trabalho, utilizamos as informações disponíveis para 15/12/2016, o qual apresentava 715 estabelecimentos que realizavam no RN atividades ligadas a confecção de artigos do vestuário e acessórios. Através das informações contidas na ficha de cada um, foi possível identificar qual deles tratava-se de uma facção de costura: a informação estava contida na descrição da atividade realizada, e/ou na razão social e nome fantasia. Nesse contexto, contabilizamos 149 estabelecimentos dedicados à atividade de facção, os quais estavam distribuídos no RN conforme representado no mapa 1.

Mapa 1: Distribuição espacial das facções de costura no Rio Grande do Norte (2016)



Fonte: FIERN, 2016.

A distribuição espacial apresentada chama a atenção pelo contraste quando comparada a da indústria de transformação. Enquanto esta, em sua maior parte está presente na RMN (AZEVEDO; GALINDO, 2016), 64,43% das facções de costura estão na mesorregião central, notadamente no Seridó. Outras 21,48% na mesorregião Leste Potiguar, em especial Natal e Parnamirim; 8,72% no Agreste Potiguar e apenas 5,37% no Oeste Potiguar. Ao todo, há registro de facções em 35 municípios do RN.

Outro dado que nos chamou a atenção, é que mesmo concentrando-se no Seridó, não houve registro de facção de costura nos maiores municípios dessa região em termos de tamanho da população e dinâmica econômica: Caicó e Currais Novos. Desse modo, os estabelecimentos estão em sua maioria no que o IBGE classifica como microrregião Seridó Oriental. Diante do exposto até aqui cabe perguntar-se:

Apesar de várias ações que buscaram incentivar a instalação da indústria no RN (SUDENE, PROADI, PRO-GÁS), porque a indústria de transformação no RN apresenta baixa diversidade de ramos de atividade? Por que o uso industrial do território privilegia o ramo de confecções de artigos do vestuário? Qual a lógica de organização espacial desse ramo no estado? Qual a lógica da organização espacial das facções de costura e por que esse tipo de uso do território ocorre principalmente no Seridó Oriental?

Além do mais, questiona-se: como se dá a relação entre as grandes indústrias e varejistas com as facções de costura? Que sistema de normas regula essa relação? Como e por quais agentes foi implantado? Qual o papel que o Estado exerce para a implantação dessa atividade no RN? Em que medida a implantação de facções de costura explica uma reorganização espacial do setor de confecções no RN? Qual o papel do Pró-Sertão nesse processo? Como ele é operacionalizado?

A atuação do Estado, a partir da criação do Programa Pró-Sertão estimulando o crescimento de facções de costura, as quais prestam serviços principalmente as grandes indústrias localizadas na RMN indica um uso corporativo do território pelo setor de confecções no RN. O programa seria assim, parte de uma densidade normativa criada para dar suporte ao setor.

Nesse sentido como a configuração de uma densidade normativa criada para fomentar a reorganização espacial do ramo do vestuário revela um uso corporativo do território pelas grandes empresas do setor no Rio Grande do Norte?

1.1 Os Objetivos Da Pesquisa

Em função de tal problemática, o objetivo geral desta pesquisa é entender como o uso corporativo do território evidenciado a partir da relação – Estado, facções de costura, Sistema S e grandes indústrias - contribui para a reorganização espacial do setor de confecções de artigos do vestuário no Rio Grande do Norte. Para responder tais questionamentos a pesquisa foi dividida em cinco objetivos específicos:

- Discutir o papel do Rio Grande do Norte na Divisão Territorial do Trabalho industrial a partir da instalação do setor de confecções de artigos do vestuário;
- Apresentar as materialidades que dão suporte ao setor industrial de confecções de artigos do vestuário no Rio Grande do Norte;
- Analisar o sistema de normas formulado com o objetivo de fomentar a produção e confecção de artigos do vestuário através da criação das facções de costura no Rio Grande do Norte;
- Identificar os instrumentos e ações utilizadas pelo Estado e pelas empresas para dar suporte ao setor industrial de produção do vestuário.
- Desvendar a tipologia e topologia das facções de costura no Rio Grande do Norte.

1.2 Os Pressupostos Teóricos

Para realização desta pesquisa adotou-se a perspectiva teórica desenvolvida por Milton Santos que considera o espaço geográfico como instância social (SANTOS 1986; 2012). Segundo essa forma de pensar, o espaço está contido e contém ao mesmo tempo as demais instâncias da sociedade: o cultural, o político e o econômico.

Assim, pode-se dizer que toda atividade econômica, por exemplo, é condicionada pelo espaço e o condiciona ao mesmo tempo. A fabricação de um determinado produto só é possível a partir da construção de fixos no espaço. Porém, a indústria, ou qualquer outra atividade não se distribui de forma homogênea. A configuração territorial preexistente inibe ou facilita a instalação das empresas. Por sua vez, a partir da sua materialização no território os novos fixos condicionam até certo ponto as possibilidades de ação sobre o mesmo.

O espaço geográfico é então “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados

isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2012, p. 63). Assim, não se pode analisar as ações e os objetos separadamente. Para tanto, Milton Santos apresenta em sua obra um conjunto de categorias de análise - a técnica, o tempo e a totalidade – que são fundamentais para a compreensão do espaço.

Segundo Santos, a Técnica é na geografia o elemento de união entre o homem e o meio, sendo definida como “o conjunto de meios de toda espécie de que o homem dispõe, em um dado momento, e dentro de uma organização social, econômica e política, para modificar a natureza, seja a natureza virgem, seja a natureza já alterada pelas gerações anteriores”. O autor citado considera que a geografia pode ser a “filosofia das técnicas” (SANTOS, 1988, p. 9).

Nessa perspectiva teórica as técnicas devem ser consideradas como fenômeno, se dão no espaço como sistema, e seu estudo como tal permite uma leitura do espaço que não é dissociada do tempo, da história (SANTOS, 2012). Desse modo, a partir da ideia de fenômeno técnico, é possível analisar “a produção e transformação de um meio geográfico, assim como, por outro lado, as condições de organização social e geográfica, necessárias à introdução de uma nova técnica” (SANTOS, 2012, p. 38).

Assim, enquanto fenômeno, a técnica é cada vez mais condição para a ação. Isso implica também em entender as condições políticas locais e mundiais que permitem o desenvolvimento de sistemas técnicos ou a recusa à implantação dos mesmos, sendo que a compreensão do fenômeno técnico implica necessariamente a consideração da política.

Entender a técnica enquanto sistema é uma das bases da compreensão do espaço enquanto “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2012). O desenvolvimento dos sistemas de informação, por exemplo, como a internet, bem como toda uma constelação de produtos considerados essenciais na atualidade, tais como televisores, geladeiras, aparelhos celulares, computadores, etc. só foram possíveis graças aos sistemas que produzem e transmitem a energia elétrica.

Outro exemplo pode ser observado quanto ao desenvolvimento de veículos automotores, tais como automóveis, caminhões e ônibus, que tornou necessário o completo redimensionamento dos sistemas de circulação no território, com a proliferação de rodovias, ruas, avenidas, tendo as cidades e o território planejarem-se de acordo com as necessidades cada vez maiores de circulação.

A partir do estudo do fenômeno técnico Milton Santos pretende empiricizar o tempo na análise geográfica. “A técnica é tempo congelado e revela uma história” (SANTOS, 2012,

p. 48), pois evidencia as condições históricas e sociais que permitiram a sua instalação no território.

O estudo geográfico deve então partir da história das técnicas e como as mesmas se difundem pelo espaço. Em sua proposta de empiricização do tempo a partir da geografia Santos considera que a história das técnicas pode ser explicada tanto a partir de uma história local, com a instalação das mesmas, num dado lugar, e também uma história geral. (SANTOS, 2012, p. 49).

O tempo, enquanto elemento necessário para a discussão do espaço e do território não deve ser compreendido apenas como cronologia, sucessão, mas também deve incorporar as rugosidades, o que já foi construído, as materialidades presentes no território. Uma análise que leve em conta apenas a cronologia não é capaz de cindir o espaço, não permite a sua compreensão enquanto totalidade. Assim, a consideração do tempo é fundamental para a análise do espaço geográfico, e Milton Santos apresenta algumas noções importantes que permitem tratar o tempo na geografia indo além da cronologia. São elas a *sucessão*, a *coexistência* e os *eventos*.

A coexistência implica em que no espaço existem sistemas técnicos de diferentes idades. As técnicas não chegam a todos os lugares num mesmo instante, uma vez que cada lugar oferece condições diversas para a propagação dos sistemas técnicos, tanto facilitando ou dificultando. Além disso, um sistema econômico que favorece as desigualdades de todos os tipos faz com que todas as técnicas não estejam disponíveis a todas as pessoas.

Há na sociedade diferentes *possibilidades* de aquisição da técnica. Há diferentes possibilidades de uso do território segundo os agentes diversos. Mesmo hoje, o automóvel, a internet, não estão disponíveis a todas as pessoas. Assim, diferentes agentes implicam em diferentes formas de uso do tempo e a coexistência implica que

em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos [...]. Mas, no espaço geográfico, se as temporalidades não são as mesmas, para os diversos agentes sociais, elas todavia se dão de modo simultâneo. (SANTOS, 2012, p.159).

Além das coexistências, a discussão do espaço e do território que compreenda o tempo, deve levar em consideração as *sucessões*. Estas, de acordo com Milton Santos (2012, p. 159) correspondem aos “sistemas sucessivos do acontecer social que permitem falar do ontem e do hoje”.

Assim, por meio da sequência de sistemas temporais, Santos relaciona a técnica, o tempo e o espaço a partir das noções de sucessão que evoluem de meio natural ou pré-técnico, para meio técnico-científico e agora meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2012). Assim, o autor apresenta como a sociedade vem transformando o espaço geográfico por meio da técnica ao longo do tempo.

O tratamento do tempo na geografia envolve levar em consideração a noção de *evento*. Na medida em que evento é “um instante do tempo dando-se no espaço” (SANTOS, 2012, p. 115, 117) e que o mesmo não existe “sem ator” cabe ao pesquisador definir qual conjunto de eventos são fundamentais para a análise do fenômeno pesquisado e quais agentes estão por traz dos referidos eventos.

1.3 As Categorias de Análise Utilizadas

A operacionalização da pesquisa leva em consideração dois conceitos principais: o território e o lugar. De acordo com Raffestin (1993, p. 143-144) “o território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Ao discutir a noção de sistemas territoriais o autor afirma que qualquer prática espacial produz território a partir da constituição de tessituras, nós e redes que, por sua vez

permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído [...], impor e manter uma ou várias ordens [...]. Permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Se as práticas espaciais levam a produção de um território, convém identificar os agentes e suas intenções, e como suas ações são limitadas pelo território preexistente o transformam. Nesse sentido, Santos e Silveira (2004, p. 21) indicam que uma das possibilidades de uma análise geográfica pode ser feita a partir da categoria território usado

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania configuram as funções do novo espaço geográfico.

A partir dessa categoria o conceito de território pode ser tratado empiricamente na medida em que podemos “analisar sistematicamente a constituição” do mesmo (SANTOS & SILVEIRA, 2004, p. 20). Assim, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social [...]. O território são formas, mas o território usado são os objetos e as ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 255).

A categoria território usado permite então identificar as relações entre objetos e ações que se dão num determinado lugar, e conseqüentemente os agentes envolvidos, as inter-relações políticas, econômicas e culturais e o modo como às mesmas transformam o território imprimindo diferentes formas de uso; além de considerar o tempo (sucessão e coexistências), na medida em que a configuração territorial preexistente condiciona, limita as possibilidades de novas ações e constituição de novos objetos.

Nesse contexto, a grande maioria das pessoas e empresas tem poucas possibilidades de ação. No período histórico atual, os agentes com maior capacidade de ação são os Estados Nacionais e as empresas multinacionais (SANTOS 2012). Estas agem sobre tudo a partir da criação de normas, conforme Santos (2012, p. 78): “A ação é subordinada as normas, escritas ou não, formais ou informais”.

Hoje, a associação entre Estado, multinacional e outras instituições são os principais responsáveis pela criação de eventos e normas que impactam diversas escalas geográficas. Essa associação promove o que chamamos de uso corporativo do território. Para Kahil

uso corporativo do território é a categoria adequada para expor a normatividade interna da forma hegemônica de ordenamento dos sistemas de objetos e de justificação da conduta das ações (corporativas), ou seja, forma hegemônica de compartilhar o espaço no capitalismo contemporâneo. Falamos aqui em hegemonia admitindo que tal racionalidade, mesmo não sendo a única, tem a força de determinar a tendência de todas as demais formas de desenvolvimento do processo de produção material da vida na fase atual do capitalismo. (KAHIL, 2010, p. 478).

Barbosa (2015) apresenta vários estudos sobre o conceito de corporação. A autora destaca a obra de Drucker (1964) intitulada “The Concept of Corporation”, segundo a qual a corporação é “uma instituição social” derivada do liberalismo econômico que tem “a capacidade de executar seus propósitos para obter seus bens com o máximo de retorno econômico” (BARBOSA, 2015, p. 148).

Outros atores destacados por Barbosa (2015) são Hegel (1997), para o qual o aspecto corporativo está presente em instituições sociais como o Estado; e Santos e Silveira (2006),

que discutem como a característica corporativa se traduz nos usos do território brasileiro. Para a autora, a principal semelhança entre as obras citadas é o fato de a característica corporativa implicar no “interesse particular de um grupo, em detrimento do interesse geral” (BARBOSA, 2015, p. 149).

A criação de facções de costura no RN envolve a atuação conjunta de vários agentes, como o Estado, as indústrias de confecção, o Sistema S (SEBRAE e SENAI) e os proprietários das facções. A articulação entre os mesmos busca tornar o RN competitivo para a atuação do ramo de confecções a partir de ações que buscam obter um máximo proveito econômico para o setor.

Desse modo, entendemos que a categoria uso corporativo do território nos ajuda a compreender como se operacionaliza a rede de relações entre os agentes citados, a qual contribuiu para a configuração do sistema de objetos ligados à produção do vestuário.

O lugar é outro conceito fundamental para a realização desta pesquisa. Milton Santos aponta que hoje o espaço geográfico é formado cada vez mais por objetos e ações dotados de uma maior quantidade de ciência, tecnologia e informação, constituindo um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2012). Mas esse meio geográfico apresenta diferentes densidades conforme os lugares. Nesse sentido, o lugar passa a ser compreendido como uma “funcionalização do mundo” em que se realiza um conjunto limitado de “possibilidades”:

Cada lugar realiza um feixe de possibilidades, presentes num dado momento. A totalidade das possibilidades existentes somente se dá de forma parcial, nunca de forma total, e é por isso que não há o espaço total. E se dá como função, como função do todo, sobretudo nesta fase da globalização. O lugar é uma funcionalização do mundo; o espaço é uma funcionalização do mundo, através de suas formas materiais e de suas formas não materiais. (SANTOS, 1996, p. 13-14).

No Rio Grande do Norte o meio técnico-científico-informacional é rarefeito, dando-se em determinados pontos do território estadual (BARBOSA, 2015; LIMA, 2016). Esses pontos são lugares que acolhem determinadas possibilidades de realização desse novo meio geográfico, dentre as quais se destaca a indústria de confecções. Nesse sentido, em tais lugares há a produção de um conjunto de condições que autorizam a geração de tal meio.

O estabelecimento do referencial temporal adotado na pesquisa tem como base a noção de *eventos*. Nesse sentido buscaremos apresentar os principais eventos em escala local, nacional e mundial que de alguma forma contribuíram para o uso do território pelo setor de confecções no Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, a criação de uma matriz de eventos será importante para analisar os diferentes períodos de atuação do ramo de confecções no RN. Poderemos identificar as sucessões e as coexistências, sobretudo a partir de ações iniciadas em 1959, como a criação da SUDENE, por exemplo, e que ainda são importantes para explicar a atual configuração espacial da indústria de confecções no estado. A construção da matriz de eventos levará em consideração várias categorias: o sistema de normas resultante do evento, a configuração espacial criada, e os atores envolvidos no processo.

Outras categorias de análise utilizadas neste trabalho são: Densidade e rarefação. Para Santos e Silveira 2004, p. 260 “o território mostra diferenças de densidades quanto às coisas, aos objetos, aos homens, ao movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações”.

Assim, ao analisar a presença do meio técnico-científico-informacional no território brasileiro, Santos e Silveira apontam as áreas de densidade e rarefação do referido meio. Na medida em que a elaboração de uma densidade normativa indica um uso corporativo do território pelo ramo industrial de confecções do setor no RN, tem-se a constituição de áreas com maior densidade da referida atividade, com maior presença de facções de costura (mapa 1). O que explica essa densidade? Quais as possibilidades oferecidas pelos lugares que permitem esse uso do território?

Nesse contexto, um dos nossos objetivos é “Analisar o sistema de normas formulado com o objetivo de fomentar a produção e confecção de artigos do vestuário através da criação das facções de costura no Rio Grande do Norte”.

Para operacionalizar o mesmo, serão utilizadas as categorias de análise Solidariedade Organizacional e território como recurso.

A solidariedade orgânica resulta de uma interdependência entre ações e atores que emana da sua existência no lugar [...]. Já a solidariedade organizacional supõe uma interdependência até certo ponto mecânica, produto de normas presididas por interesses de modo geral mercantis, mutáveis em função de fatores do mercado. Neste último caso, os "organizadores" prosperam à custa da solidariedade interna e, frequentemente, também à custa da solidariedade no sentido ético. Em ambos os casos a solidariedade organizacional é paralela à produção de uma racionalidade que não interessa à maior parte das empresas nem da população. (SANTOS, 2001, p. 48).

A existência da indústria de confecções de artigos do vestuário no RN é produto de uma solidariedade organizacional porque é dependente da relação estabelecida entre diversos agentes (Estado, indústrias, facções, Sistema S), que se unem no sentido de criar as condições

necessárias para a terceirização da costura.

Ela se manifesta a partir da ação ordenada das grandes empresas, e está condicionada a “uma adequação técnica e política” do território, e sujeita aos fatores do mercado. Nesse sentido, tais empresas, podem a qualquer momento, deslocar a produção para outros lugares que ofereçam melhores condições para a realização de um maior lucro. (SANTOS, 2001, p. 48).

Assim, a categoria solidariedade organizacional nos ajuda a compreender todo o sistema normativo criado com o objetivo de promover o crescimento da produção de artigos do vestuário e acessórios no RN, como se dá a relação entre empresas de diferentes portes, e os rebatimentos espaciais criados por meio da produção de ordens.

A criação de um sistema de normas evidencia a política das empresas, que veem o território como um recurso que deve ser mobilizado para atender seus interesses. Nesse sentido, o *território como recurso* das empresas do setor de confecções é um a categoria de análise importante na construção deste texto. Sobre a atuação política das empresas, Santos aponta que

Nas condições atuais, o que estamos assistindo é a política feita pelas empresas, sobretudo pelas grandes empresas. [...]. A grande empresa se instala e chega com suas normas. E todas elas são extremamente rígidas. Essas normas rígidas da empresa são duplicadas porque as técnicas também são normas. E todas elas são extremamente rígidas. Cada técnica propõe uma maneira particular de comportamento. Cada técnica envolve normas, regulamentações e, por conseguinte, traz para os lugares novos tipos de normas, incluindo as normas políticas da empresa que são suas formas de relacionamento com outras empresas, alterando, destarte, as condições de relacionamento dentro de cada comunidade. Como ela é reconhecida como salvadora do lugar [...] há uma docilidade oficial e às vezes pública em relação aos comportamentos desta empresa. (SANTOS, 1997, p. 18).

É preciso identificar, então, quais empresas da indústria de confecções tem o poder de usar o território como um recurso, mobilizando outras empresas e lugares para atender a seus interesses. O Pró-Sertão constitui-se como uma das normas que permite um uso corporativo do território pelo ramo industrial de confecções no RN.

A maior parte do interior do RN apresenta-se como rarefeito quanto à presença do meio técnico-científico-informacional (BARBOSA, 2015; LIMA, 2016). Com baixa densidade técnica se comparado a outras porções do território brasileiro, com poucas oportunidades de emprego, que se resumem na maioria dos municípios a ofertas do poder público. Além disso, tais lugares apresentam elevado grau de dependência quanto aos

programas de transferências de renda, de modo que a implantação de serviços de costura via programas como o Pró-Sertão, são apresentados pelas empresas e pelo poder público como solução para criação de empregos e geração de renda no lugar - como resposta para os problemas enfrentados nos referidos lugares.

Nesse sentido, outra categoria de análise importante para a constituição deste trabalho é a tecnosfera e a psicofera. A primeira envolve o sistema de objetos dependente de ciência e tecnologia necessárias à realização da produção. Para Santos, (2012, p. 255-256)

A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicofera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas - tecnosfera e psicofera - são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas.

Assim, a psicofera que envolve a instalação da tecnosfera do ramo de confecções de artigos do vestuário e das facções de costura implica desde a criação de necessidades cada vez maiores de consumo até o consenso social de que o Estado deve agir em benefício das empresas e que sua ação no território resulta em desenvolvimento para toda a sociedade.

A divisão territorial do trabalho (DTT) será outra categoria de análise utilizada neste trabalho. Essa categoria de análise é fundamental para a compreensão do território a partir da concepção de território usado, na medida em que “cada atividade [...] produz sua própria divisão do trabalho”, cada atividade apropria-se do território de uma determinada forma (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 290). Assim, conforme a proposta de pesquisa essa categoria permitirá a discussão do papel do Rio Grande do Norte na Divisão Territorial do Trabalho a partir da instalação, produção, funcionamento e configuração da indústria de confecções de artigos do vestuário.

A discussão da divisão territorial do trabalho deve considerar as noções de totalidade e de tempo, tendo em vista que as transformações que ocorrem nos lugares muitas vezes tem origem fora deles. A DTT, “movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares”, e “constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial.” (SANTOS, 2008, p. 129, 131).

As atividades econômicas não se distribuem igualmente no espaço, de modo que cada

lugar impõe limites ou favorece determinados setores produtivos. A partir dos anos 1970 a relação Estado-Empresa levou à criação de um sistema de normas e de engenharia que daria suporte a atividade industrial no RN.

Entretanto, cerca de quatro décadas depois a indústria presente no RN limita-se ao setor têxtil, de confecção de artigos do vestuário e acessórios e produção de alimentos. Assim, a partir da categoria DTT, podemos discutir porque o RN conseguiu atrair, no âmbito da Divisão Territorial do Trabalho Industrial no Brasil o setor de confecções de artigos do vestuário, mas ao mesmo tempo não logrou êxito em promover uma maior diversificação industrial.

1.4 Os Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

A construção deste trabalho envolveu pesquisa bibliográfica e documental; coleta e sistematização de dados secundários e pesquisa de campo.

Para esclarecer quais os principais fatores que são responsáveis pela densidade técnica referente à indústria de confecções no Rio Grande do Norte, algumas obras foram fundamentais, como “A natureza do Espaço” (SANTOS, 2012); “Da totalidade ao Lugar” (SANTOS, 2008); “Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI” (SANTOS E SILVEIRA, 2004); “Uma Teoria Geográfica da Sociedade: Razão Global e Razão Local” (Silveira, 1996); “Uma Ordem Espacial: A Economia Política do Território” (SANTOS, 2001) dentre outras.

A discussão sobre norma e uso corporativo do território levou em consideração obras de Milton Santos (A Natureza do Espaço - 2012, e “Uma Ordem Espacial: A Economia Política do Território” 2001, Da Política dos Estados à Política das Empresas, 1997) e de Ricardo Mendes (Elementos para uma discussão epistemológica sobre a regulação no território; Território e Regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito, dentre outros) bem como outros textos relacionados ao tema e que foram considerados pertinentes.

A discussão sobre a DTT envolveu desde o referencial teórico apresentado por Santos sobre o assunto, bem como obras de Cleverson Alexander Reolon, autor do livro “Produção industrial e o comando do capital no Brasil”; Edilson Alves Pereira Júnior, com a tese de doutorado “Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará”; e Leandro Bruno dos Santos com texto “Reestruturação, internacionalização e novos territórios de acumulação do Grupo Votorantim”.

Também foram consultados autores de outras áreas do conhecimento que publicaram obras relevantes sobre a atividade industrial no Brasil e que enriquecem a análise, como Wilson Cano, autor do livro “Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930 – 1995”. Essas obras versam sobre a lógica de distribuição espacial da indústria no Brasil e em alguns estados da federação, e nos possibilitou identificar o que está sendo produzido no Brasil a esse respeito.

A partir da coleta de dados secundários utilizamos o banco de dados “*Guia Industrial FIERN*” (disponível online no site da FIERN), no sentido de identificar cada estabelecimento industrial, seu endereço, telefone e número de funcionários. Tais dados foram organizados em mapas, quadros, gráficos e cartogramas, e nos possibilitou identificar as áreas de densidade e rarefação do setor de artigos do vestuário no estado.

Esta etapa também envolveu consulta aos bancos de dados do IBGE, como o SIDRA, e o Cadastro Central de Empresas. Foram coletados e sistematizados dados que mostram a distribuição espacial de empregos e estabelecimentos industriais, bem como o valor da produção industrial para o Brasil e os estados da federação. A partir desses dados foram elaborados gráficos e cartogramas. Por meio dos mesmos pode-se observar qual o papel do RN na Divisão Territorial do Trabalho Industrial no Brasil.

Também utilizamos dados secundários disponíveis na plataforma RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) acessível na página online do Ministério do Trabalho e Emprego, que permite analisar a evolução do número de estabelecimentos e empregos do setor de artigos de vestuário no RN e Brasil. A partir de tais dados pode-se acompanhar a evolução de estabelecimentos e empregos por município de modo a identificar em quais lugares houve um crescimento significativo da atividade e em quais houve declínio ao longo do tempo.

Por meio da pesquisa documental apresentamos todos os programas vigentes no RN que buscam atrair ou fomentar o crescimento de empresas do setor industrial no estado, tais como o PROADI, PRÓ-GÁS (RN GÁS +) e o PRÓ-SERTÃO. Para tanto, consultamos os decretos e leis que instituíram esses programas e possíveis alterações posteriores nos mesmos.

Também foram feitas entrevistas semiestruturadas com representantes do Estado, por meio da SEDEC; além de entrevista com representante do SEBRAE. Além disso, foram entrevistados empresários das facções de costura e trabalhadores das mesmas. Busca-se identificar como são criadas e operacionalizadas as normas que regem a ação das empresas do ramo de confecções no RN; e de aspectos relacionados à produção, como financiamento de

máquinas, divisão técnica do trabalho; jornada de trabalho, salários; quantas e quais empresas foram beneficiadas pelos programas de atração de indústrias citados e do Pró-Sertão.²

A definição da quantidade de entrevistas realizadas com empresários proprietários das facções de costura teve como base o cálculo estatístico. O método de seleção da amostra foi o de “Amostragem aleatória estratificada com Repartição Proporcional” (GIL, 1999) que consiste em identificar os subgrupos significativos (Mesorregiões do Estado do Rio Grande do Norte), calculando o peso relativo (%) de cada um dos estratos na população.

A figura 1 apresenta a fórmula utilizada para definição do tamanho da amostra:

Figura 1: Fórmula Utilizada para definição do tamanho da amostra.

• Fórmula para determinação do tamanho da amostra (n) com base na estimativa da proporção populacional.

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

Equação 5

Fonte: GIL, 1999.

Onde:

n = Número de indivíduos da amostra.

$Z_{\alpha/2}$ = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado

p = proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar

q = proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence a categoria que estamos interessados em estudar (q= 1- p).

E = Margem de erro ou erro máximo de estimativa. Identifica a diferença máxima entre a proporção amostral e a verdadeira proporção populacional (p)

Como não temos informações anteriores sobre “p” usa-se o padrão 50%. Após realização do calculo amostral, do total de 149 facções listadas, a amostra pesquisada a fim de que a pesquisa tenha respaldo estatístico será **de 108 facções de costura**, sendo 21,5% na

² Ver anexos 2, 3, 4, 5.

mesorregião Leste Potiguar; 8,7% na mesorregião Agreste Potiguar; 64,4% na mesorregião Central Potiguar e 5,4% na Oeste, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: quantidade de facções de costura por mesorregião em que deverão ser feitas entrevistas semiestruturadas.

Mesorregião	Amostra (Quantidade De Facções)	Proporção
Leste Potiguar	23	21,5%
Agreste Potiguar	9	8,7%
Central Potiguar	70	64,4%
Oeste Potiguar	6	5,4%
Total De Empresas	108	100,0%

Para estabelecer a proporcionalidade dos dados por mesorregião utilizamos os dados do Guia Industrial (FIERN) apresentados no mapa 1. A escolha pela divisão por mesorregião deu-se pela melhor conveniência para a realização da pesquisa de campo. A margem de erro dessa pesquisa é 5%; o que representa que as respostas podem variar em no máximo 5% para mais ou para menos o intervalo de confiança foi de 95%.

2. A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO INDUSTRIAL E O USO DO TERRITÓRIO PELO SETOR DE CONFECÇÕES DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO NO RIO GRANDE DO NORTE

O ramo de confecções de artigos do vestuário é um dos mais representativos quando consideramos o uso do território pela indústria de transformação que atua no Rio Grande do Norte. Tal expressividade pode ser comprovada quando analisamos o valor da produção industrial desse segmento e a força de trabalho ocupada no mesmo em relação as demais atividades que compõem o setor industrial do estado.

O que explica essa representatividade? Por que a confecção de vestuário destaca-se em relação aos demais ramos industriais no RN? Segundo Santos (2001, p. 34) “O território, considerado como território usado, é objeto de divisões de trabalho superpostas”. Nele atuam diversos agentes, dos mais variados ramos de atividades. Mas segundo o autor cada atividade produz sua própria divisão do trabalho na medida em que escolhe, para a sua instalação, os lugares que lhe apresentam maiores oportunidades de lucro. Nesse sentido, o autor acrescenta

Pode-se considerar também que cada atividade ou cada empresa produz a sua própria divisão do trabalho. Cada empresa, cada atividade necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência, como dados da produção e da circulação e do consumo: a respectiva divisão do trabalho terá essa manifestação geográfica. (SANTOS, 2001, p. 34)

Assim, para responder a tais questionamentos tomamos como base a categoria de análise divisão territorial do trabalho. O capítulo divide-se em três partes principais. Na primeira delas analisamos a distribuição espacial da indústria de transformação no Brasil. Pretendemos identificar quais unidades federativas apresentam maior densidade de elementos ligados à indústria de transformação, e qual o papel do Rio Grande do Norte na divisão do trabalho industrial.

Em seguida iremos considerar a distribuição espacial da indústria de confecções de artigos do vestuário no Brasil e relacionar com a distribuição da indústria de transformação. Como destaca Santos (2001, p. 40), “Vale a pena, todavia, considerar que as exigências de produtividade espacial não são as mesmas para diversos produtos, de tal maneira que um lugar pode ser ótimo para o produto A e apenas bom, regular ou mesmo ruim para os produtos B,C ou D.” Nesse sentido, compreende-se que dentro do grupo de indústrias de transformação há produtividades espaciais diferentes, de modo que alguns estados vão passar a atrair determinados ramos industriais.

Assim, são analisados quais os principais fatores que influem na organização espacial

da indústria de confecções no Brasil, discutindo o porquê, dentre todos os ramos industriais, o RN destaca-se pela maior presença de empresas relacionadas à fabricação do vestuário.

Na última parte do capítulo abordaremos como se configura espacialmente o setor de confecções do vestuário no interior do Rio Grande do Norte, ressaltando uma tendência de reorganização espacial interna da atividade e conseqüentemente os principais fatores que tem levado a esse processo.

Para dar subsídio à análise, utilizamos informações de bancos de dados fornecidos por diversas instituições, dentre as quais destacamos a Federação das Indústrias do estado do Rio Grande do Norte (FIERN); O ministério do Trabalho e Emprego e o IBGE. Dentre as principais variáveis utilizadas destacamos: o número de estabelecimentos industriais e mão de obra ocupada na indústria de transformação e na confecção de artigos do vestuário; a média de salário da mão de obra ocupada e o valor bruto da produção industrial nos dois setores citados.

2.1 A Divisão do trabalho industrial do Brasil

Em estudo sobre as estratégias territoriais de empresas multinacionais originárias de países periféricos do sistema capitalista, Santos (2008) apresenta, com base na ação dessas empresas, uma atualização interessante da Divisão Territorial do Trabalho em escala global. O autor parte da ideia de que a atuação de tais empresas a partir dos investimentos realizados em países com menor nível de rendimento, países periféricos de semelhante nível de desenvolvimento capitalista (normalmente chamados pela imprensa de países emergentes) e nos países de capitalismo avançado, leva a uma reconfiguração internacional da divisão do trabalho.

Nesse sentido, o que o autor chama de “Divisão Internacional do Trabalho da Mundialização” assume as seguintes características no que se refere às trocas comerciais entre os países (SANTOS, 2008, p. 77):

- **Países subdesenvolvidos industrializados:** enviam aos países desenvolvidos “matérias-primas, produtos industriais, lucro das empresas transnacionais e do capital especulativo, pagamentos de juros e da dívida externa, royalties pela propriedade intelectual e investimentos diretos”. E recebem, em troca “produtos industrializados, tecnologia, lucros das empresas multinacionais, investimentos diretos e empréstimos financeiros”.
- **Países subdesenvolvidos industrializados:** enviam para outros países subdesenvolvidos industrializados “matérias-primas, produtos industriais, tecnologia, investimentos diretos

e lucros das empresas multinacionais” e recebiam dos mesmos “matérias-primas, produtos industriais, tecnologia, investimentos diretos e lucros das empresas multinacionais”.

- **Países subdesenvolvidos industrializados:** enviavam aos países subdesenvolvidos não industrializados “produtos industriais, tecnologias e investimentos diretos” e recebiam destes “matérias-primas e lucros das empresas multinacionais”.
- **Países subdesenvolvidos não industrializados:** enviam aos países desenvolvidos “matérias-primas” e recebiam dos mesmos “produtos industrializados, investimentos diretos e empréstimos financeiros”.

O autor chama a atenção para a necessidade de perceber que a atuação das empresas multinacionais de países periféricos tem levado a um aprofundamento e maior complexidade da divisão do trabalho. Isso tem ocorrido em função do aumento das trocas: entre países periféricos de mesmo nível de desenvolvimento capitalista; entre países periféricos com níveis diferentes de desenvolvimento; e entre os países periféricos e centrais do capitalismo. Santos chama atenção inclusive, para o fato das multinacionais dos países periféricos atuarem nos países centrais.

Nesse sentido, o mesmo aponta que as multinacionais originadas nos países periféricos adotam diferentes estratégias em relação ao tipo de investimento conforme o país em que atuam

Evidentemente, as estratégias adotadas pelas empresas de países periféricos tendem a ser bem diferentes quanto às escolhas de investimentos. Geralmente, nos países desenvolvidos, os investimentos são feitos à procura de ativos estratégicos (*strategic assets seeking*) e de mercado (*market seeking*), enquanto nos países de igual ou menor nível de desenvolvimento as estratégias são à procura de recursos (*resources seeking*) e, em menor grau, à procura de mercados. (SANTOS, 2008, p. 78).

O autor apresenta também quatro fatores específicos que justificam o crescimento das interações espaciais entre países periféricos através da atuação de empresas multinacionais. São eles:

i) blocos econômicos regionais, como o MERCOSUL (Mercado Comum do Cone Sul); ii) familiaridade dos ambientes econômicos, políticos, institucionais e culturais; iii) tecnologia adequada aos níveis de desenvolvimento dos países escolhidos; iv) avanço sobre o espaço deixado por multinacionais de países desenvolvidos cépticas quanto ao ambiente econômico e político. (SANTOS, 2008, p. 78).

A proposta do autor é que a ação de multinacionais dos países periféricos indica um “processo de centralização desconcentrada e/ou desconcentrada do capital” (SANTOS, 2008, p. 263). Ou seja, que o processo de concentração do capital também é realizado por agentes situados na periferia do sistema, os quais têm contribuído para transformações nas relações entre centro e periferia.

Ao discorrer sobre o assunto, Santos nos chama a atenção para o aspecto da centralização desconcentrada do capital via empresas multinacionais:

Obviamente, a definição lançada precisa ser lapidada, talvez o acréscimo de *concentrada*, a fim de indicar que, embora a centralização não seja mais concentrada na Tríade, ela está sendo levada a cabo por uma dúzia de países periféricos, integrados aos países desenvolvidos desde meados dos anos 1950. (SANTOS, 2008, p. 263).

A análise de Santos mostra que apesar de ter havido uma maior complexificação da divisão do trabalho, são poucos os países em que tal processo ocorre. O Brasil é um deles. Uma das atividades industriais desenvolvidas e que tem importância mundial, é a produção do vestuário. Embora a mídia costume destacar o papel representado pelos países asiáticos, a exemplo da China, Taiwan e Bangladesh a produção do vestuário ainda hoje é um dos principais ramos da indústria brasileira.

De fato, quando consideramos a divisão territorial do trabalho em escala global do segmento citado, o Brasil assume importância significativa. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (ABIT, 2014), o país foi o quinto maior produtor mundial de têxteis (2,7% do total mundial) e o quarto na produção de peças do vestuário (2,5%) em 2012. Neste último segmento a China era líder absoluta com 49,7% da produção mundial, seguida pela Índia (7,1%) e Paquistão (3,7%).

Mas segundo Santos (2001), também podemos considerar a existência de divisões do trabalho em escalas menores, como a nacional

O território, considerado como território usado, é objeto de divisões de trabalho superpostas. Desse modo, a expressão divisão territorial do trabalho acaba sendo um conceito plural. Visto assim, o território aparecerá como uma espécie de rendilhado formado pelas respectivas topologias. Podemos também considerar a existência de divisões do trabalho segundo lógicas escalares diversas, desde a local até a global, passando pela nacional. Simplificando, dir-se-á que certas atividades, ou empresas, ocupam o território a partir de lógicas globais, outras operam segundo lógicas que não ultrapassam as fronteiras nacionais, mas incluem vastas áreas do território, enquanto ainda outras, como as atividades do circuito inferior da economia,

são limitadas a áreas menores, frequentemente intra-urbanas. (SANTOS, 34, 35. 2001).

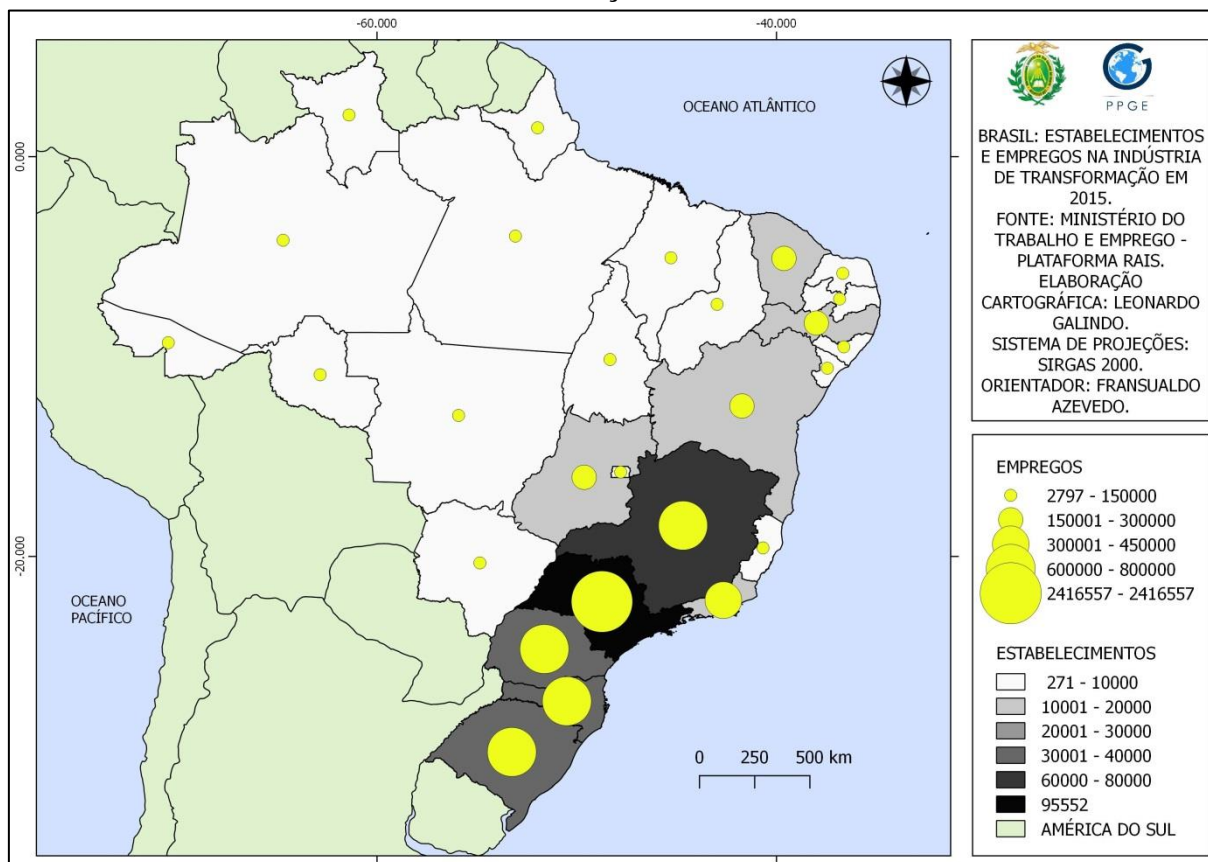
Nesse contexto, tem-se a indústria de transformação, a qual apresenta diversos ramos de atividade, embora cada um deles apresente uma determinada lógica espacial. Mas, considerando todas as subdivisões da indústria, quais lugares no Brasil apresentam maior densidade de elementos relacionados à atividade industrial?

Analisando os dados referentes à distribuição espacial dos empregos e estabelecimentos da indústria de transformação em 2015, percebe-se a concentração espacial em poucos estados da federação. Mesmo com as políticas e programas de desconcentração industrial iniciadas com a SUDENE desde a década de 1960, os Planos Nacionais de Desenvolvimento no período da ditadura militar e com a “guerra dos lugares” iniciada nos anos 1990, são poucos os lugares no Brasil onde o uso industrial do território ocorre de forma realmente densa.

Apenas 5 estados (SP, MG, RS, SC e PR) abrigavam 68,65% dos 359.272 estabelecimentos industriais do Brasil em 2015 (RAIS, 2016). E São Paulo é de longe o que apresenta maior densidade de objetos relacionados ao setor industrial, onde estavam instaladas 26,60% das indústrias de transformação. É mais que o dobro do segundo colocado, Minas Gerais (12,44%).

Nesse contexto, na região Nordeste do Brasil instalavam-se apenas 13,71% das indústrias de transformação do país (ver mapa 2). Em comparação, isso representa um pouco mais do que o total registrado em Minas Gerais e aproximadamente metade do número de São Paulo. E mesmo no interior da referida região a distribuição espacial dos estabelecimentos apresentava-se bastante desigual. Bahia, Ceará e Pernambuco abrigavam cada um, pouco mais de 10 mil estabelecimentos industriais em 2015. Juntos, os três concentravam 67,62% das indústrias do Nordeste. Já o Rio Grande do Norte contava 1,02% das unidades industriais do país, equivalente a 7,42% do total regional.

Mapa 2: Brasil: Número de Estabelecimentos e empregos na Indústria de Transformação em 2015.



Fonte: RAIS, 2016.

A distribuição espacial dos empregos industriais praticamente repete a concentração observada nos estabelecimentos. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego 7.304.905 pessoas tinham vínculos formais na indústria de transformação em 2015 (RAIS, 2016). Os estados de SP, MG, RS, SC e PR respondiam por 69,97% desse total. Novamente São Paulo é o que apresenta uma maior densidade de empregos, dessa vez com maior proporção em relação Brasil quando comparamos com os dados de estabelecimentos. O estado abrigava 33,08% dos trabalhadores industriais do país, cerca de 3 vezes mais do que Minas Gerais (10,26%).

Já no Nordeste, a proporção de empregos industriais praticamente acompanha ao que foi observado em relação aos estabelecimentos. Os vínculos formais em indústrias correspondem a 13,61% do total nacional em 2015, o que equivale a 993.956 pessoas (RAIS, 2016). Os maiores empregadores eram, respectivamente Ceará, Pernambuco e Bahia, com pouco mais de 200 mil vínculos empregatícios, cada um. Juntos, os três respondiam por 67,02% da mão de obra ocupada na indústria do Nordeste.

O Rio Grande do Norte, por sua vez, contava com 60.461 trabalhadores industriais, o que representava apenas 0,83% do total nacional, e 6,08% do Nordeste (RAIS, 2016). Nota-se a pouca expressividade do estado no que se refere à Divisão Territorial do Trabalho Industrial no Brasil, tanto em relação ao número de estabelecimentos quanto ao de vínculos formais.

Percebemos uma maior densidade de elementos relacionados à indústria de transformação no Sudeste e Sul do Brasil, e em menor medida em três estados do Nordeste. Grosso modo, essa distribuição espacial da indústria coincide com a “Região Concentrada” apresentada por Santos e Silveira (2004). A região concentrada é, segundo os autores, a porção do território brasileiro que apresenta uma maior densidade de ciência, tecnologia e informação, as principais variáveis-chave do período histórico atual. É onde o meio técnico-científico-informacional se apresenta de forma mais evidente.

O terceiro grande período é a construção e a difusão do meio técnico-científico-informacional. [...]. Mas o novo meio geográfico (técnico-científico-informacional) permanece circunscrito a algumas áreas. Já com a globalização, informação e finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares segundo a presença ou escassez das novas variáveis-chave. Com o meio técnico-científico-informacional, agravam-se as diferenças regionais e aumenta a importância da Região Concentrada com a hegemonia paulista, mas também a partir da ocupação de áreas periféricas com ocupações modernas (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 28).

Na Região Nordeste o meio técnico-científico-informacional difunde-se apenas em manchas ou pontos, que identificam os lugares em que as possibilidades de realização da globalização encontram uma maior facilidade de se realizar (SANTOS e SILVEIRA, 2004). Como o atual período tem levado a um aprofundamento da divisão territorial do trabalho, a difusão do meio-técnico-científico-informacional tem se expressado pela especialização produtiva em alguns pontos dessa região.

No Rio Grande do Norte, o meio técnico-científico-informacional não se expande de forma contínua, mas apenas em alguns pontos e manchas do estado (BARBOSA, 2015), e relacionado a poucas atividades econômicas, como a extração de sal marinho e petróleo no oeste e litoral noroeste do estado; o turismo no litoral oriental; a carnicultura nas áreas de manguezal; e a fruticultura irrigada no vale do Assú, em Mossoró e municípios circunvizinhos (AZEVEDO, 2013; LIMA, 2015).

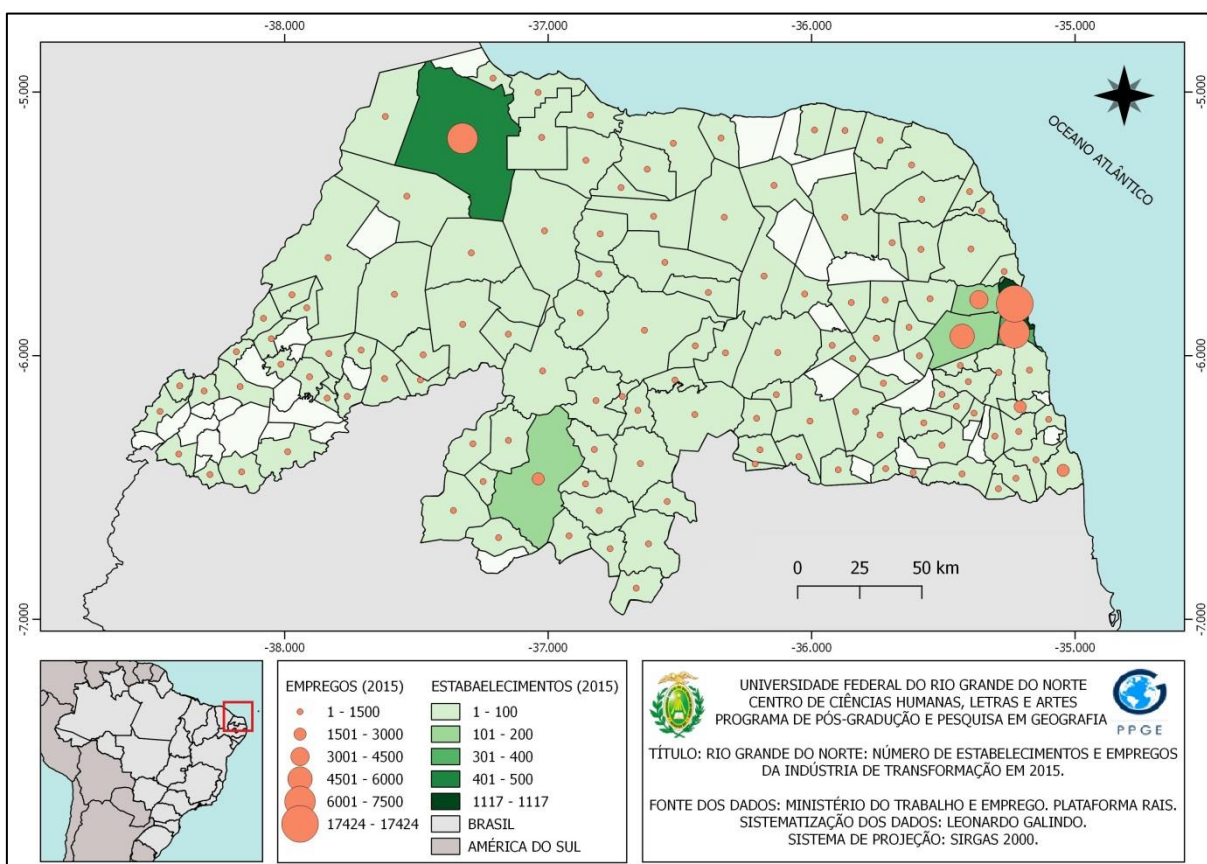
Assim como ocorre em nível nacional, quando analisamos a distribuição do emprego e dos estabelecimentos da indústria de transformação pelo Rio Grande do Norte, percebemos que os mesmos estão concentrados nos mesmos lugares onde o meio técnico-científico

informacional se apresenta de forma mais densa.

O mapa 3 apresenta a distribuição espacial por município do RN das duas variáveis citadas no parágrafo anterior. Percebe-se de imediato a concentração industrial em Natal e parte dos municípios da Região Metropolitana, Mossoró no oeste, e Caicó no centro-sul do estado. São os mesmos lugares que apresentam uma maior densidade material - de infraestruturas, como rodovias, proximidade de aeroportos, portos; dos mais variados serviços, como financeiro, saúde, educação, transportes; do comércio; e densidade populacional, o que inclui a oferta de mão de obra abundante e barata.

Quando nos atemos aos dados da indústria de transformação nota-se que dos 167 municípios que compõem o RN, apenas cinco deles (Natal, Mossoró, Parnamirim, Caicó e Macaíba) abrigam 62,08% dos 3656 estabelecimentos industriais. Com exceção de Caicó e Mossoró, os outros três fazem parte da Região Metropolitana de Natal, sendo que neste último estão localizadas 30,55% das unidades industriais do estado.

Mapa 3: Rio Grande do Norte: Número de estabelecimentos e empregos na Indústria de transformação em 2015.



Fonte: RAIS, 2016.

A distribuição do emprego apresenta comportamento semelhante, mas dessa vez com maior importância na Região Metropolitana. Os cinco municípios com maior mão de obra na indústria eram Natal, Mossoró, Parnamirim, Macaíba e São Gonçalo do Amarante, que contavam com 62,11% dos 60.461 trabalhadores do estado no ano analisado (RAIS, 2016). Percebe-se que apenas Mossoró não fazia parte da Região Metropolitana de Natal.

Um dos motivos que podem explicar essa concentração é a presença maior de infraestruturas, de mão de obra e proximidade de pontos de escoamento da produção nessa região. Conforme apontado, é a porção do Rio Grande do Norte em que o meio técnico-científico-informacional se difunde mais facilmente.

Nesse sentido, não podemos deixar de citar a participação do Estado nesse processo, a partir da construção seletiva de infraestruturas, de materialidades, enfim, de densidade técnica, priorizando algumas porções do território. Tal ação se dá concomitantemente a criação de normas, como programas de atração de indústrias, como o PROADI e o Pró-Gás, além da criação e regulamentação de distritos industriais. Sobre a relação entre a ação do Estado e das empresas e a divisão territorial do trabalho, Santos comenta:

A divisão do trabalho supõe a existência de conflitos. Devemos leva-los em conta para empreender uma análise do fenômeno que seja válida. Entre esses conflitos, alguns são mais relevantes. O primeiro é a disputa entre estado e mercado. Mas não nos podemos referir a essas duas entidades como se fosse um dado maciço. Dentro do mercado, as diversas empresas, segundo a sua força, e segundo os respectivos processos produtivos, induzem a uma divisão do trabalho que corresponde ao seu próprio interesse. E as diversas escolas do poder público também concorrem por uma organização do território adaptada às prerrogativas de cada um. As modalidades de exercício da política do poder público e da política das empresas têm fundamento na divisão territorial do trabalho e buscam modifica-la a sua imagem. (SANTOS, 2012, p. 135).

De modo geral, a relação entre Estado e Empresa no RN ocorre a partir de uma cooperação histórica que se caracterizou principalmente pela criação por parte do Estado de condições propícias (normativas e de infraestruturas) para a atuação das empresas. Um dos marcos dessa relação pode ser percebido a partir da atuação da SUDENE, na década de 1970 e dos programas de incentivo a indústria citados, além das políticas de planejamento nos anos 1970 durante o governo Cortez Pereira (BARBOSA, 2015).

Assim, a política do poder público relacionado à política das empresas convergiu, para que o uso industrial do território no RN se desse principalmente na Região Metropolitana de Natal, a qual conta com dois distritos industriais. Um nas margens da BR-304, nos limites

entre os territórios de Parnamirim e Macaíba (Centro Industrial Avançado), e outro as margens da BR-101 entre Natal e São Gonçalo do Amarante (o DIN, Distrito Industrial de Natal) (ARAÚJO, 2009). Os distritos citados concentram empresas principalmente do setor têxtil, de confecções de artigos do vestuário, e de alimentos e bebidas (AZEVEDO, GALINDO, 2016; ARAÚJO, 2009; RAIS, 2016; FIERN, sem data).

É justamente essa cooperação entre Estado e empresas que vai contribuir para a configuração de um uso corporativo do território. A ideia desse texto é mostrar que, com a intensificação dessas relações, a ação do Estado e de agentes específicos do poder público (bancos públicos, parlamentares, prefeitos e secretários, por exemplo) que antes se voltava para a promoção do setor industrial de modo geral, a partir de diretrizes do governo federal com vistas a uma política industrial específica, tem se verticalizado cada vez mais, com a criação de programas para alguns setores industriais específicos.

A existência de plantas industriais no RN está atrelada em parte, a expansão do meio técnico-científico-informacional na Região Concentrada e o conseqüente aprofundamento da Divisão Territorial do Trabalho. Tal expansão levou a necessidade de reorganização espacial dos setores produtivos.

Como observa Milton Santos (2012), o Lugar é o lugar de uma escolha, é onde se efetivam determinadas possibilidades de realização do mundo. É “uma combinação particular de objetos e ações” (ARROYO, 1996, p. 56) Nesse sentido, o lugar não acolhe todos os vetores da globalização, de modo que cada um oferece oportunidades diversas, para as diversas atividades e agentes.

O Rio Grande do Norte se caracteriza pela rarefação, no que se refere à expansão do meio técnico-científico-informacional comparativamente ao Brasil. Assim, apresenta possibilidades bastante limitadas para a ação dos vetores da globalização. Isso se reflete na baixa diversidade de seu setor industrial e em sua concentração espacial na Região Metropolitana de Natal e em Mossoró. As maiores possibilidades de expansão do meio técnico-científico-informacional a partir do vetor industrial estão relacionadas aos setores que necessitam de mão de obra intensiva (concentrada na RMN e Mossoró) e que pagam baixos salários. Nesse sentido, a mão de obra barata, os incentivos fiscais e organização sindical pouco expressiva em relação à Região Concentrada foram uma forma do estado atrair empresas.

Assim, empresas da indústria Têxtil, de confecções de artigos do vestuário e de alimentos e bebidas se destacam no setor industrial presente no Rio Grande do Norte. Nesse

sentido, pode-se citar a presença de empresas como a Vicunha Têxtil e Coteminas, do setor têxtil; a Guararapes Confeccões S/A e Cia Hering, da indústria de confeccões de artigos do vestuário; e a Três Corações Alimentos S/A do setor de alimentos. Todas com fábricas no estado. Destas, apenas a Guararapes Confeccões surgiu no Rio Grande do Norte.

A comparação das diversas variáveis da indústria de transformação é imprescindível para entender a divisão territorial do trabalho industrial no Brasil. Entretanto, é necessário fazer algumas ressalvas. Embora com pouco “peso” industrial em relação a outros estados da federação, estão no Rio Grande do Norte empresas que são referência nacional em seus segmentos de atuação, conforme mencionado anteriormente.

E são empresas que atuam a partir de uma lógica global, que fazem uso da ciência, da técnica e informação, o que possibilitou o deslocamento de suas unidades produtivas para os lugares que ofereciam as melhores condições de lucro, ao passo que o controle da produção permanece bastante centralizado. O que houve foi uma mudança na organização do processo produtivo, que levou a uma centralização do comando do capital em alguns lugares do Brasil, paralelamente a uma reorganização espacial da produção propriamente dita. Esse processo foi estudado para o Brasil por Reolon (2013) e com ênfase na indústria calçadista presente no Ceará por Pereira Júnior (2011).

Além disso, não se pode ignorar a desigual distribuição espacial da população, a qual se reflete na disponibilidade de mão de obra. Em primeiro de julho de 2017 habitavam o Brasil 207.660.929 pessoas (IBGE, 2017). Nessa mesma data a população estimada residente no RN era de pouco mais de 3,5 milhões de habitantes (1,69% do total nacional). Como comparar o RN com um estado como São Paulo, com seus mais de 45 milhões de habitantes (21,72% do total nacional)?

O número de vínculos formais na Indústria de Transformação em São Paulo em 2015 era de 2.416.557 (RAIS, 2016). Isso representa, apesar da base de comparação anual diferente, mais de dois terços da população total estimada do RN em 2017. Mesmo fazendo uma comparação regional, a população residente no RN correspondia em 2017 a apenas 6,13% do total do Nordeste (IBGE, 2017).

Somando-se esses fatores a duas situações: No Nordeste como um todo, o meio técnico-científico-informacional se difunde a partir de manchas e pontos, assim como no Rio Grande do Norte; a segunda situação diz respeito à posição geográfica do RN situado entre os estados do Ceará e Pernambuco, estes com uma população muito mais numerosa. Esses fatores colaboram para que o RN não apresente um parque industrial significativo

proporcionalmente a outras unidades federativas.

Como os programas de incentivos fiscais foram aplicados por vários estados nordestinos, notadamente o Ceará, era necessário outro diferencial para que o RN pudesse ter um maior poder de atração das empresas. De fato, como mostra Reolon (2013), na média em que vários estados adotaram políticas de incentivos fiscais, com o tempo essas medidas acabaram por perder o efeito desejado.

Mas os incentivos fiscais sozinhos não são suficientes para promover uma industrialização efetiva. No Nordeste, além da medida citada destaca-se a existência de infraestruturas básicas (que estão em sua maioria concentradas nas respectivas regiões metropolitanas de cada capital estadual) e de mão de obra barata, que permite as empresas diminuir os custos. Nesse sentido, como o RN apresenta uma menor força de trabalho comparativamente aos estados vizinhos acaba entrando em desvantagem em seu esforço industrializante.

Assim, apesar de contar em seu território com empresas importantes em alguns segmentos, a indústria de transformação no RN é pouco diversificada e complexa, e conseqüentemente com menor força de trabalho empregada que os estados vizinhos. Ressaltamos aqui que outros fatores como a ação política de diversos agentes em seus respectivos estados, bem como a existência, ou construção de infraestruturas foram importantes para a configuração espacial da indústria de transformação no Nordeste. Todavia, a distribuição espacial da população não pode deixar de ser levada em conta na análise.

Todavia, elas devem ser consideradas à luz da formação socioespacial brasileira. De acordo com Santos (2012, p. 141) “o trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer. A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores.” Nesse sentido, as próprias diferenças quanto à distribuição espacial da população e atual divisão territorial do trabalho industrial decorrem do processo de formação socioespacial do Brasil, em que desde o seu início, os lugares que hoje compreendem o Rio Grande do Norte e São Paulo, assumiram diferentes papéis.

O primeiro teve como principais fatores de ocupação territorial a economia canavieira no litoral oriental, a criação de gado e a cotonicultura no semiárido (ANDRADE, 1995). Foram essas as principais atividades desenvolvidas no estado até meados da década de 1960. E é só nos anos 1970 que o processo de reestruturação produtiva ocorre no mesmo com mais intensidade, a partir da instalação de outras atividades econômicas, tendo o Estado como principal agente da modernização (AZEVEDO, 2013).

Já em São Paulo o processo de ocupação do território ocorre principalmente a partir da monocultura do café; commodity que passa a ter maior valor que o açúcar no mercado internacional. A isso se alia a constituição de um mercado consumidor devido à mão de obra de imigrantes assalariados europeus. Desse modo, em São Paulo há um maior aprofundamento das relações capitalistas de produção em comparação com o RN, as quais vão contribuir para um processo de industrialização no início do século XX. Este se intensifica a partir de eventos como a Grande Depressão dos anos 1930 e o governo Vargas; pela Segunda Guerra Mundial; e pela abertura a investimentos de multinacionais e à construção de Brasília no governo de Juscelino Kubitschek (CANO, 1998a; FURTADO, 2007).

Assim, o processo de industrialização já estará consolidado em São Paulo e outros estados do Centro-Sul quando a ação da SUDENE começa a promover o uso do território pela indústria no Nordeste e em particular no RN. Tal fato reflete até hoje, as diferenças de densidade industrial, e em parte da distribuição de população no Brasil.

2.2 O Rio Grande do Norte e a Especialização Territorial Produtiva na Indústria de Confeções de Artigos do Vestuário.

Ao analisarmos os diferentes segmentos que compõem a indústria de transformação percebemos a grande importância do ramo de confeções de artigos do vestuário principalmente em relação ao número de empregos gerados, como veremos no decorrer do capítulo.

Mas como se distribui a indústria do vestuário no Brasil?

Reolon (2013) e Pereira Júnior (2011) destacam que os setores intensivos em mão de obra foram os que apresentaram maior reorganização espacial em função da reestruturação produtiva. Mas, quando analisamos a distribuição espacial de estabelecimentos e empregos da indústria de confeções de artigos do vestuário notamos uma configuração espacial semelhante ao verificado na indústria de transformação como um todo.

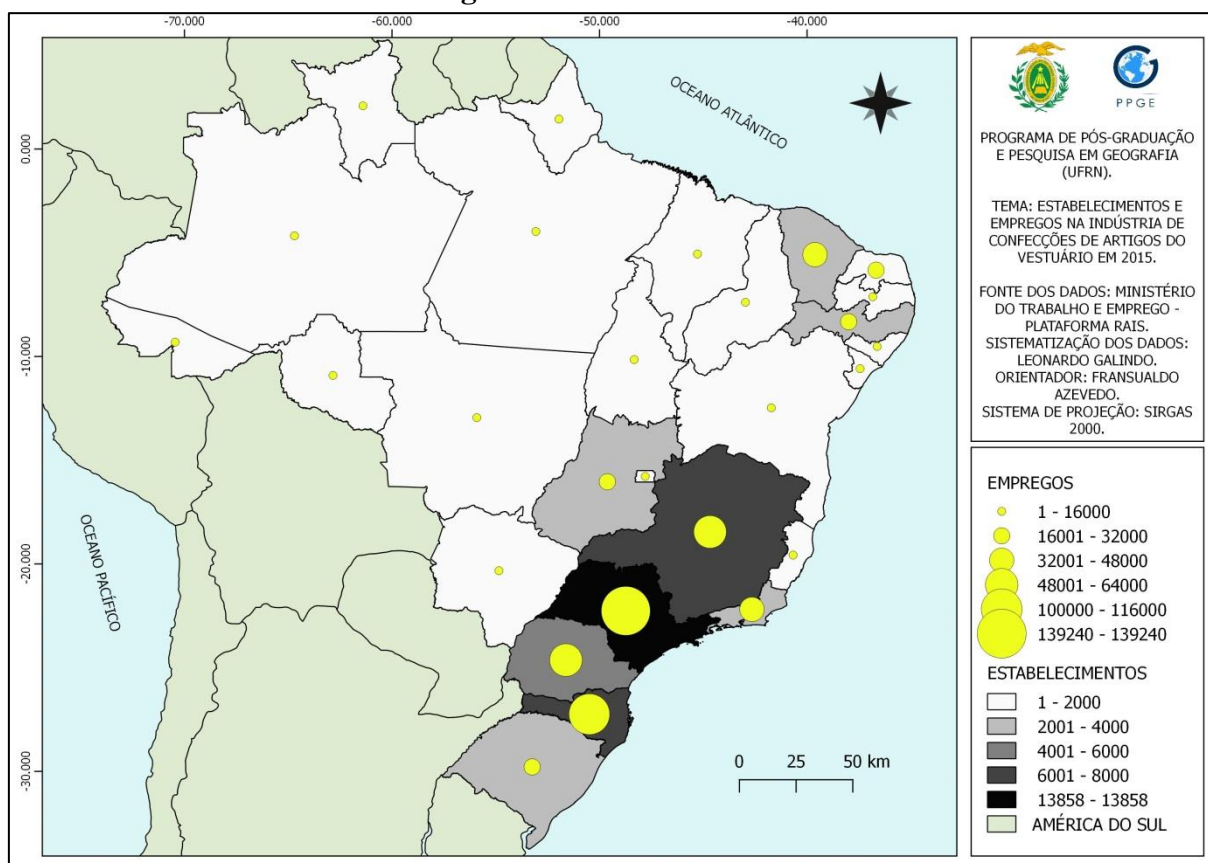
Em 2015 havia no Brasil 52.463 estabelecimentos relacionados à confecção de artigos do vestuário, o que representava 14,6% do total de estabelecimentos da indústria de transformação. Como pode-se observar no mapa 4, esse ramo da indústria concentra-se sobretudo no Sudeste e Sul do Brasil. Os estados de SP, SC, MG, PR e RJ abrigavam 68,42% das unidades industriais de confecção de vestuários (RAIS, 2016). Novamente o estado de

São Paulo se destaca, com 26,41% do total nacional, seguido dessa vez, por Santa Catarina (14,79%).

Na Região Nordeste atuavam 15,59% das empresas do ramo pesquisado. Mas a distribuição espacial dos estabelecimentos era ainda mais desigual do que comparado a da indústria de transformação. Em Ceará, Pernambuco e Bahia estavam instalados 80,8% dos estabelecimentos de confecções de artigos do vestuário da região. Mas é o primeiro que realmente se destaca, abrigando 37,08% das unidades produtivas do Nordeste e 5,78% do total nacional, sendo o sétimo do Brasil em número de unidades produtivas (RAIS, 2016).

O Rio Grande do Norte, por sua vez, era o quarto do Nordeste em número de estabelecimentos, mas com pouca representatividade, tanto regional, quanto nacional. As 436 unidades produtivas que atuavam em seu território representavam apenas 5,33% do total regional e 0,83% do Brasil.

Mapa 4: Brasil: Número de Estabelecimentos e Empregos na Indústria de Confeções de Artigos do Vestuário em 2015.



Fonte: RAIS, 2016.

Quando passamos a analisar a distribuição espacial do emprego, nota-se algumas mudanças. A indústria de confecções de artigos do vestuário empregava 571.379 trabalhadores em 2015, conforme o RAIS (2016). Desse total, 71,20% distribuíam-se por cinco estados - SP, SC, MG, PR e CE. No primeiro residiam 24,37% da mão de obra do setor, enquanto no segundo estavam 17,86%.

Já na região Nordeste trabalhavam 105.475 pessoas no segmento analisado, o que representava 18,46% do total nacional. Mas novamente destacamos a desigual distribuição espacial no interior da região, dessa vez, dos empregos. Apenas no Ceará estava 44,97% da mão de obra empregada na confecção de artigos do vestuário do Nordeste. Juntamente com Pernambuco e Rio Grande do Norte, detinham 79,8% dos empregos da região. O Ceará, conforme observado no parágrafo anterior, tem a quinta maior força de trabalho na indústria do vestuário do Brasil (8,3% do total).

Nesse contexto, o Rio Grande do Norte surge com a terceira maior força de trabalho do Nordeste empregada na indústria de confecções de artigos do vestuário. Os 16.220 trabalhadores em 2015, representavam 15,38% do total regional. Em nível nacional, o RN era o décimo em número de pessoal ocupado, com 2,84% do total (RAIS, 2016).

Percebemos que o RN apresenta um baixo número de estabelecimentos industriais em relação ao Brasil, mas com uma quantidade de vínculos empregatícios relativamente mais significativos. Isso poderia indicar que o número de pessoas empregadas por unidade produtiva era maior do que a média nacional. No entanto, analisando outro banco de dados – o Guia Industrial da Federação das indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN) – verificamos que apenas uma empresa era responsável por mais da metade dos empregos na indústria de confecções de artigos do vestuário (FIERN, 2016).

Os dados do Guia Industrial permitem identificar o número exato de funcionários para cada estabelecimento industrial do RN. Nesse sentido, em 2015 a indústria de razão Social Guararapes Confecções S/A declarava ter 9.546 empregados (FIERN, 2015³). Embora os dados da FIERN não possam ser comparados aos do RAIS, do Ministério do Trabalho, por se tratar de metodologias diferentes, podemos dizer, sem dúvida, que a referida empresa é a maior indústria de confecções do estado. E que respondia, diretamente, por mais da metade da força de trabalho empregada no setor, se levarmos em consideração que o RAIS quantificou pouco mais de 16 mil empregados no RN no ano de 2016.

Além disso, a referida empresa terceiriza parte de seu processo produtivo contratando

³ Ver anexo 6 (a e b).

dezenas de fações de costura no interior do Rio Grande do Norte, conforme veremos nesta dissertação. Considerando o número de funcionários total da empresa, juntamente com os terceirizados, percebe-se que a Guararapes Confecções S/A comanda o setor de confecções de artigos do vestuário no estado.

Outros dados reveladores da divisão territorial do trabalho industrial no Brasil são os de valor bruto da produção e salário médio do trabalhador (figuras 2 e 3). Nesse sentido, apresentamos as variáveis tanto para a indústria de transformação como para o ramo de confecções de artigos do vestuário. Evidentemente, o valor bruto da produção industrial (VBPI) acompanhou a concentração espacial verificada em relação a estabelecimentos e empregos e alcançou em 2015 aproximadamente R\$ 2,29 trilhões para o conjunto da indústria de transformação nacional, conforme dados da Pesquisa Industrial Anual do IBGE.

A maior parte desse valor foi gerada respectivamente em ordem decrescente em SP, MG, RS, PR e RJ. Esses cinco estados responderam por 69,92% do total nacional. Mas SP aparece de longe como líder nacional, com 37,11%, enquanto os outros quatro estados não atingem individualmente nem 10% do valor produzido no Brasil (IBGE, 2016).

Já a região Nordeste teve um valor bruto da produção da indústria de transformação de aproximadamente R\$ 240,5 bilhões em 2015, correspondendo a apenas 10,48% do total nacional. Se considerarmos que a região abrigava no mesmo ano 13,71% dos estabelecimentos e 13,61% dos empregos conforme observados no tópico anterior, temos então a indicação de que possivelmente a indústria instalada em território nordestino é mais intensiva em empregos e também apresenta maior participação de setores que produzem produtos de baixo valor agregado. O segmento do vestuário é um bom exemplo disso.

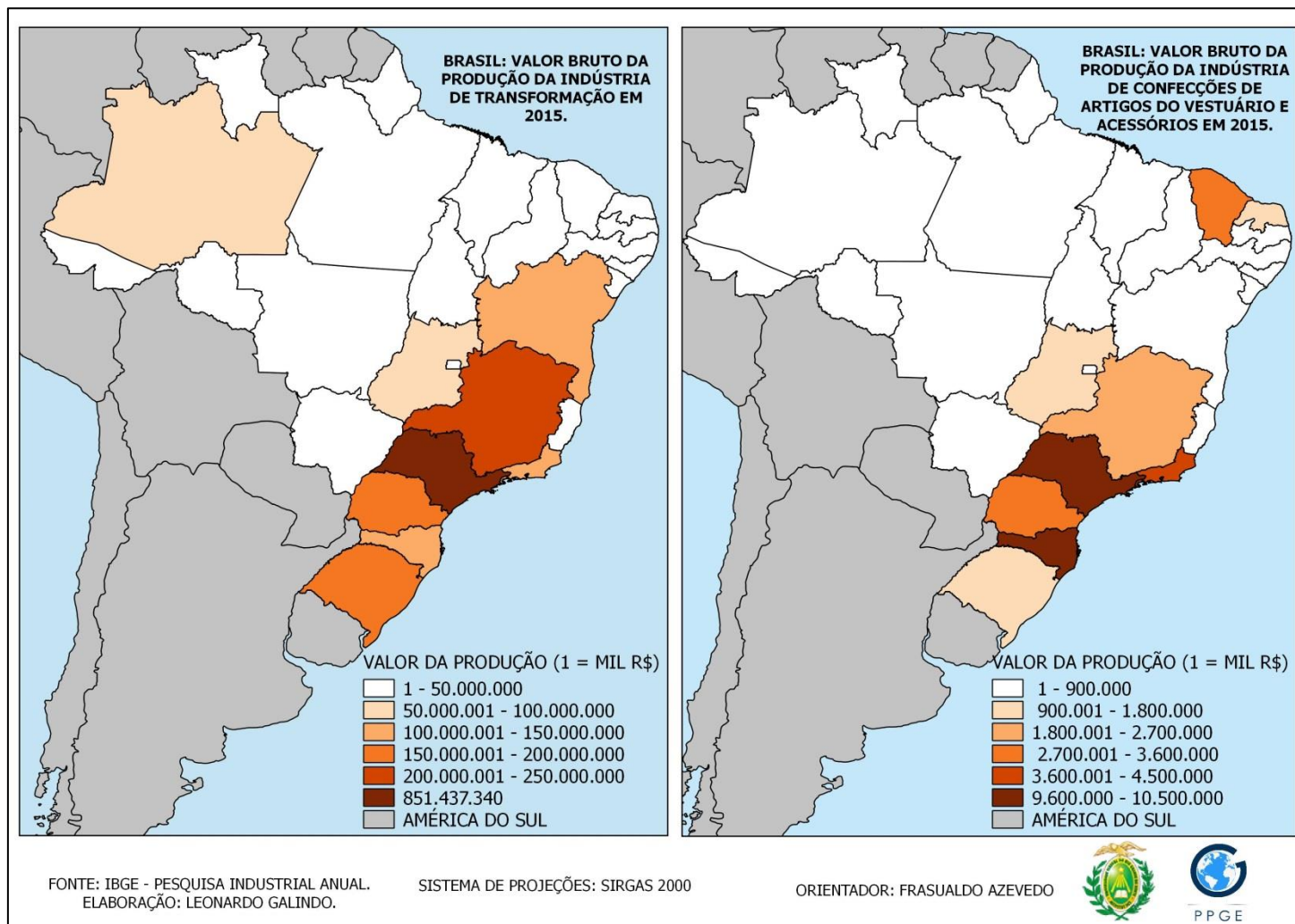
Embora possa parecer repetitivo, é necessário destacar, que também para o valor da produção industrial, a participação de cada estado nordestino é bastante desigual. Somente a Bahia respondeu por 43,56% do total regional, o que equivale a 4,57% da produção nacional (IBGE, 2016). Tal concentração deve-se ao setor de petróleo e derivados, em função do polo petroquímico existente no estado (IBGE, 2016). Depois da Bahia surge Pernambuco, mas com apenas 2,04% do valor da produção nacional, e o Ceará, com 1,4%.

Os demais estados nordestinos não chegam a 1%, cada um, do VBPI. No Rio Grande do Norte, por exemplo, a produção chegou a R\$ 9,26 bilhões em 2015, o que equivale a somente 0,4% do total brasileiro e 3,85% do Nordeste. Desse modo, considerando-se a distribuição dos estabelecimentos industriais, dos empregos e do valor bruto da produção, a região Nordeste ainda era pouco representativa em relação ao total brasileiro. Ao mesmo

tempo, a indústria atuante nessa região concentra-se principalmente na Bahia, Ceará e Pernambuco, sendo ainda mais incipiente no RN.

Fora do Sul, Sudeste e da Bahia, a maior participação relativa está principalmente em Goiás e no Amazonas, como pode ser observado na figura 2. Nesse último estado, a maior participação da produção industrial deve-se principalmente a existência da Zona franca de Manaus.

Figura 2 (a e b): Brasil: Valor bruto da produção da indústria de transformação (a) e da indústria de confecções (b) por estado da federação em 2015



Fonte: RAIS, 2016.

Quando verticalizamos a análise para o ramo de confecções de artigos do vestuário e acessórios⁴ notamos uma maior participação relativa da região Nordeste ao comparar com a participação registrada em relação aos totais da indústria de transformação.

Em 2015, esse ramo teve um valor bruto da produção (VPBI) de aproximadamente R\$ 40,85 bilhões para o Brasil. Nota-se a pouca expressividade desse segmento, já que o número citado corresponde a apenas 1,78% do total gerado pela indústria de transformação como um todo (IBGE, 2016). Mas se o ramo de confecções é pouco representativo no valor gerado, sua participação em termos de emprego é bem maior, como observamos anteriormente. Eram mais de 571 mil empregos formais em 2015, ou 7,82% do total de empregos na indústria de transformação⁵ (RAIS, 2016).

Os cinco estados com maior participação no VBPI nas confecções foram respectivamente SP, SC, RJ, PR e CE – (figura 3). Juntos, somavam 75,91% dos R\$ 40,85 bilhões. Embora seja o maior responsável por esse montante com 25,63% do total, SP é seguido de perto por SC (23,79%). Temos também um estado do Nordeste entre os 5 primeiros - o Ceará responde por 7,52% do total nacional. (IBGE, 2016).

Esse valor corresponde a 51,17% do total da região Nordeste. Assim, graças ao volume produzido no estado, a participação da região em relação ao Brasil chega a 14,79%. Mas o RN também se destaca regionalmente. Se considerando o conjunto da indústria de transformação, o VBPI gerado no RN era de apenas 0,4% do nacional e 3,85% do Nordeste, quando analisamos apenas o VBPI na confecção de artigos do vestuário e acessórios essa participação relativa sobe para 15,79% do regional (atrás apenas do Ceará) e 2,32% do total nacional (IBGE, 2016).

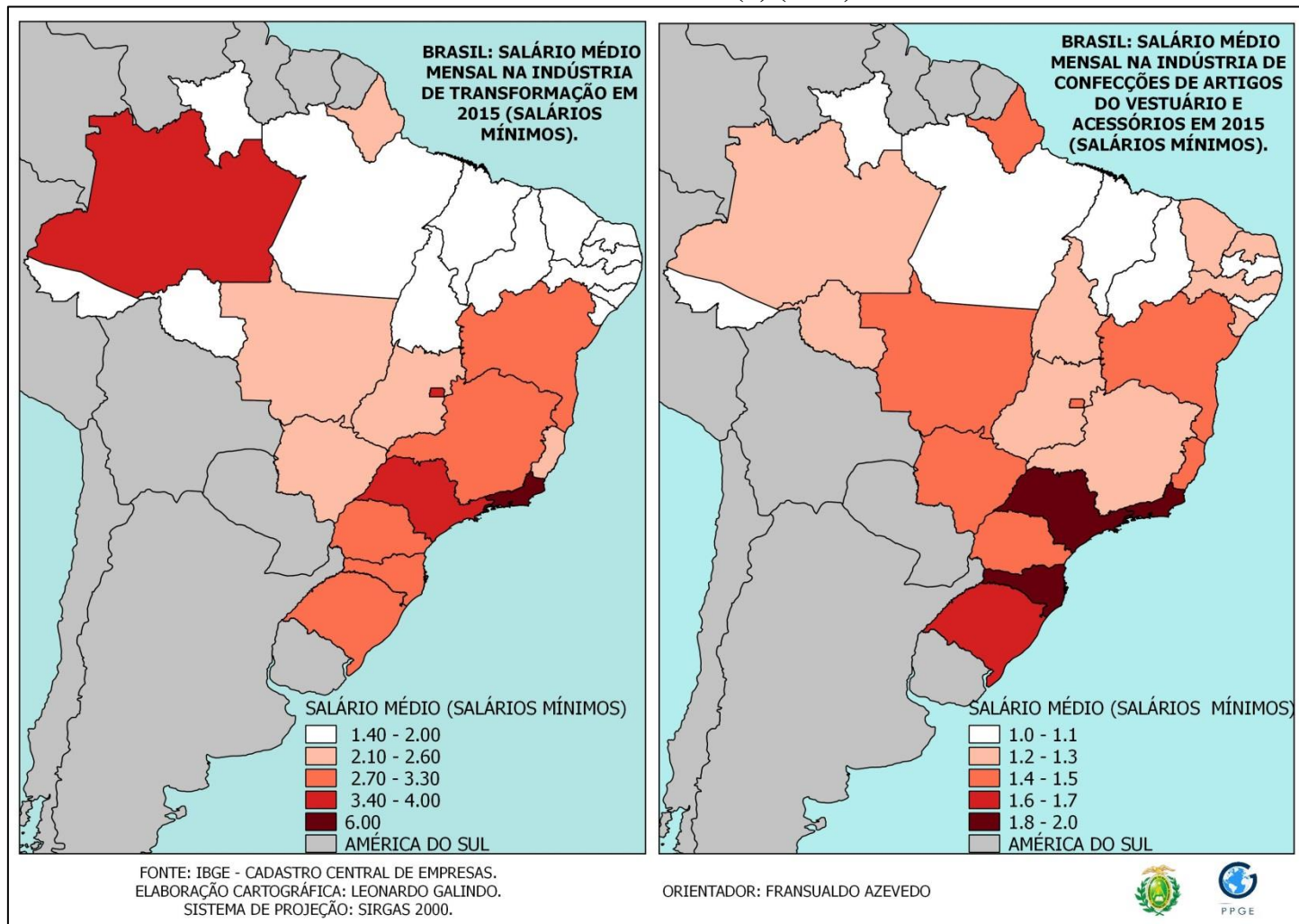
A maior representatividade do ramo de confecções do vestuário no Nordeste contribui para que a média de salário pago pela indústria seja inferior ao observado nos estados do sul e sudeste brasileiro. De acordo com a pesquisa Cadastro Central de Empresas, publicada pelo IBGE, em 2015 o trabalhador empregado na indústria de transformação recebia em média 3,3 salários mínimos (SM)⁶.

⁴ Nesse caso tivemos que incluir o grupo de acessórios do vestuário já que o IBGE, na pesquisa Industrial Anual leva em consideração o CNAE 2.0, e não separa esse subgrupo da confecção de artigos do vestuário para o ano de 2015.

⁵ Isso considerando-se apenas os trabalhadores na confecção de artigos do vestuário (CNAE 1.0). Se somarmos com o número de empregados formais no segmento de acessórios do vestuário, essa participação deve ultrapassar os 8%.

⁶ Em 2015 o salário mínimo em vigor no Brasil era de R\$ 788,00.

Figura 3 (a e b): Brasil: Salário Médio Mensal dos trabalhadores da indústria de transformação (a) e de confecções de artigos do vestuário e acessórios (b) (2015)



Fonte: IBGE 2016.

Considerando o salário médio da indústria de transformação, em termos estaduais, os trabalhadores do RJ recebiam os maiores valores, com 6 SM de média, seguidos pelos de SP (4,0), AM e DF (3,5). Supomos que no RJ esse valor possa estar ligado principalmente ao setor do petróleo, com os investimentos realizados na exploração do pré-sal. Já São Paulo apresenta a maior concentração industrial do país e conseqüentemente maior diversidade de ramos industriais, principalmente aqueles voltados a produtos de alto valor agregado (REOLON, 2013). O destaque do Amazonas possivelmente está relacionado à zona franca de Manaus e a inexistência de outras concentrações industriais na região Norte, o que imaginamos que deva contribuir para a elevação do salário do trabalhador industrial do estado. Já a média salarial do DF deve estar relacionada principalmente ao elevado custo de vida local. Também se deve considerar que no DF a indústria é incipiente tanto em termos de empregos, estabelecimentos e valor bruto da produção (IBGE, 2016).

Na região Nordeste destaca-se de longe o estado da Bahia, com o trabalhador recebendo em média 3,1 SM, o que também supomos que esteja relacionado ao setor petroquímico no estado. É interessante observar que em nenhum outro estado nordestino a indústria de transformação paga mais que 2 SM, como pode ser observado na figura 3a. E dois estados da região (PI e RN) apresentam os piores salários da indústria de transformação do Brasil, equivalente a 1,4 SM.

Quando consideramos a remuneração média do ramo de confecções de artigos do vestuário e acessórios, nota-se que o valor pago ao trabalhador é bem menor que a média recebida na indústria de transformação como um todo. Assim, o empregado formal da atividade econômica pesquisada recebia 1,6 SM por mês em 2015, o que é menos que a metade do valor médio pago pela indústria de transformação – 3,3 SM (IBGE, 2016).

Mas ao analisarmos as diferenças salariais do mesmo ramo pesquisado entre os estados da federação (figura 3 b), notamos comportamento semelhante ao registrado no grupo de Indústrias de transformação, com maior valor pago aos trabalhadores do Sul e Sudeste e menor aos empregados das regiões Norte e Nordeste.

Nesse sentido, as maiores remunerações eram pagas aos trabalhadores de SC (2 SM), SP e RJ (1,8 SM). Já no AC, MA e AL a remuneração média era de apenas 1 SM (IBGE, 2016). Se nesses três estados a remuneração média do trabalhador era de apenas 1 SM, isso indica que há possivelmente um grande número de empregados que ganhava em 2015 menos de 1 salário mínimo, já que o valor apresentado pelo IBGE corresponde a uma média. Assim, o ramo de confecções de artigos do vestuário e acessórios, apresenta como uma de suas

principais características a mão de obra barata e abundante, e em muitos casos, condições de trabalho precárias. Mesmo nos estados onde a remuneração é maior, esta não ultrapassa sequer os 2SM, e contrata uma grande quantidade de trabalhadores.

Nos estados do Nordeste em que a atividade é bastante significativa encontramos os seguintes resultados: no Ceará e em Pernambuco o trabalhador recebe em média 1,2 SM, enquanto no RN a média é um pouco maior - 1,3 SM (IBGE, 2016). Embora a variação entre os rendimentos do Nordeste não pareça tão distante do verificado em relação à Região Concentrada, a diferença é sim, significativa. Um trabalhador residente no RN receberia, conforme as médias apresentadas R\$ 1.024,4 em 2015, enquanto para o de SC o salário é quase 54% maior, de R\$ 1.576,00. Já o trabalhador residente em São Paulo ou no RJ receberia um salário 38,46% maior (equivalente a R\$ 1.418,4) do que o verificado no RN.

Isso pode explicar em parte, porque empresas originárias do Sul e Sudeste do Brasil passaram a investir em outros estados da federação. A Cia Hering, por exemplo, criada no estado de Santa Catarina (estado com o maior valor médio do salário do ramo de confecções) investiu na construção de uma planta industrial no RN, em atuação desde o início da década passada, além de terceirizar os serviços de costura para as fábricas existentes no interior do RN (CIA HERING, sem data⁷). Além de fábrica no estado, a empresa também inaugurou fábrica em Anápolis, GO nos anos 1990. Sendo que o estado de GO apresenta a menor média salarial da região Centro-Oeste relacionado ao setor de confecções, que por sinal, é a mesma praticada no RN, de 1,3 SM.

A análise das variáveis apresentadas até aqui nos permite apontar que a maior densidade de estabelecimentos e empregos tanto no grupo de indústria de transformação, como um de seus subgrupos (confecção de artigos do vestuário) é verificada na Região Concentrada (especialmente no estado de São Paulo e Santa Catarina). Assim, as políticas em curso desde a década de 1960 como as da SUDENE, os planos nacionais de desenvolvimento (anos 1970 e 1980) a guerra de lugares (a partir de 1990), não foram suficientes para transformar significativamente a organização espacial da indústria.

A Região Concentrada apresenta uma maior densidade de objetos e ações, de materialidades, ligados ao seguimento industrial. Nela, a indústria destaca-se por uma maior dinâmica que se manifesta por meio de uma expressiva diversidade de agentes e de ramos industriais, comportando desde segmentos relacionados à produção de bens de capital, bens intermediários e bens de consumo (REOLON, 2013). Caracteriza-se assim, por uma maior

⁷ Disponível em: <http://www.ciahering.com.br/novo/pt/empresa/historia>

diversidade de tipos e densidade de usos do território.

Apesar dos vários estudos que mostram uma tendência de desconcentração industrial desde os anos 1970, a produção permanece bastante concentrada e poucos são os lugares fora da Região Sudeste a apresentarem ganhos relativos na participação da produção nacional. Assim, ao estudar o processo de desconcentração espacial da atividade industrial entre 1995 e 2005 Reolon (2013, p. 136) destaca que

Apesar de a dinâmica espacial das atividades produtivas indicar um movimento de desconcentração, sobretudo da indústria de transformação tradicional, caracterizado pela perda de importância da região Sudeste, especificamente do estado de São Paulo, frente aos ganhos de unidades da federação de outras regiões, são poucos os lugares ou áreas contemplados por tais ganhos. (REOLON, 2013, p. 136).

Desse modo, e com base nos dados apresentados, observamos que comparativamente ao Sul e Sudeste atividade industrial no Nordeste é rarefeita. No entanto, em alguns pontos do território nordestino, especialmente nas capitais estaduais e suas respectivas regiões metropolitanas e nas cidades médias há uma concentração industrial importante, embora com menor diversidade de ramos industriais. Na Região metropolitana de Salvador destaca-se, por exemplo, o polo petroquímico de Camaçari (BNDES, 2005) e recentemente Pernambuco com a operação de uma refinaria que produz derivados de petróleo.

Apesar desse exemplo, no Nordeste, a maior parte da produção da indústria de transformação do está voltada aos segmentos relacionados à produção de bens de consumo não duráveis, especialmente aqueles intensivos em trabalho, como a indústria de alimentos e bebidas, calçados, têxtil e confecções de artigos do vestuário e acessórios, conforme demonstrou Reolon (2013). A configuração industrial do Nordeste é mais um exemplo de que a divisão territorial do trabalho industrial expressa às diferenças de possibilidades dos lugares de atrair ou fomentar segmentos produtivos específicos, conforme nos explica Santos:

A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e se mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante desse movimento de lugares. Visto pela óptica do espaço com um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, “desigual e combinado”. Não é um movimento unidirecional. Pois os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator. Mas é a divisão do trabalho que tem a precedência causal, na medida em que ela é portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que as tornam possíveis. (SANTOS, 2012, p. 133).

Em virtude do número expressivo de variáveis analisadas, e no sentido de sintetizar melhor o que foi apresentado neste capítulo até o momento, elaboramos um quadro síntese. Ele apresenta os cinco estados da federação que mais se destacam em relação ao número de estabelecimentos industriais e empregos formais, valor bruto da produção industrial e média de salário.

Além disso, incluímos também os três estados do Nordeste que mais se destacam em nível regional em relação às variáveis citadas. Como foi descrito anteriormente, é possível perceber que os estados do Sul e Sudeste destacam-se em todas as variáveis analisadas tanto em relação à indústria de transformação como um todo, quanto no que se refere ao ramo de confecções de artigos do vestuário e acessórios. Em nível regional, destacam-se o Ceará, a Bahia e Pernambuco, embora o RN assuma relativa importância quando analisamos o número de vínculos no ramo de confecções e o valor bruto da produção industrial desse segmento.

Quadro 2: Síntese: Estados Com maior participação relativa na indústria de acordo com algumas variáveis

VARIÁVEIS ANALISADAS	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO				CONFEÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO			
	BRASIL		NORDESTE		BRASIL		NORDESTE	
NÚMERO DE ESTABELECI-MENOS	SP	26,60%	BA	23,71%	SP	26,41%	CE	37,08%
	MG	12,44%	CE	22,11%	SC	14,79%	PE	30,36%
	RS	10,46%	PE	21,79%	MG	11,72%	BA	13,36%
	SC	9,72%			PR	8,40%		
	PR	9,43%			RJ	7,10%		
	TOTAL	68,65%	TOTAL	67,61%	TOTAL	68,42%	TOTAL	80,80%
NÚMERO DE EMPREGOS	SP	33,08%	CE	24,40%	SP	24,37%	CE	44,97%
	MG	10,26%	PE	21,36%	SC	17,86%	PE	19,45%
	RS	9,09%	BA	21,27%	MG	11,04%	RN	15,38%
	PR	8,83%			PR	9,63%		
	SC	8,71%			CE	8,30%		
	TOTAL	69,97%	TOTAL	67,03%	TOTAL	71,20%	TOTAL	79,80%
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	SP	37,11%	BA	43,56%	SP	25,63%	CE	51,17%
	MG	9,66%	PE	19,50%	SC	23,79%	RN	15,79%
	RS	8,64%	CE	13,34%	RJ	10,21%	PE	13,24%
	PR	8,11%			PR	8,76%		
	RJ	6,40%			CE	7,52%		
	TOTAL	69,92%	TOTAL	76,40%	TOTAL	75,91%	TOTAL	80,20%
SALÁRIO MÉDIO MENSAL (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	RJ	6.0	BA	3.1	SC	2.0	BA	1.4
	SP	4.0	PE	2.0	SP	1.8	RN	1.3
	AM	3.5	MA	1.9	RJ	1.8	CE; PE; SE	1.2
	DF	3,5			RS	1.6		
	BA	3,1			PR; MS	1.5		

Fonte: RAIS/MTE, 2016; IBGE: Cadastro Central de Empresas, 2016; IBGE: Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2016. Elaboração do quadro: Leonardo Galindo.

Nota-se que a região concentrada destaca-se na divisão territorial do trabalho. É onde o uso industrial do território ocorre de forma mais densa, o que pode ser expresso pela maior quantidade de estabelecimentos, trabalhadores, maior produção do valor gerado e maior média salarial.

Ainda assim, há outros lugares que se especializam na produção do vestuário, sobretudo Ceará e Rio Grande do Norte. Esta especialização decorre, dentre outras coisas, da constituição de um sistema normativo que estimula o uso do território pelo ramo de confecções, e ao mesmo tempo é vetor da propagação do meio-técnico-científico-informacional nos lugares citados.

Essa especialização produtiva implica numa integração vertical entre os lugares, no estabelecimento de redes que imprimem uma maior interação espacial por meio da circulação de ordens, mercadorias e pessoas. Sobre a relação entre as redes e o lugar Santos (1996) lembra que

A rede é global, mas também é local. Ela é global, porque no mundo onde a produção se internacionalizou de forma extrema, no mundo onde a própria técnica se unicizou, no mundo onde a informação é mundializada, tudo isto sendo possível a partir das redes. Mas a rede também é local, porque em cada lugar há traços destas redes globais. O trabalho de cada um de nós se realiza sobre os pedaços localizados das redes globais, que são a condição e o limite do trabalho e do capital no mundo de hoje. Só que cada lugar exerce, ao mesmo tempo, um trabalho local e um trabalho global. Cada lugar exerce, ao mesmo tempo, estas duas formas de trabalho. Localmente, é aquilo a que Marx chamou de trabalho direto, quer dizer, a forma técnica do trabalho: a pequena agricultura, a pequena produção do pequeno industrial, a produção de serviços urbanos, que são formas diretas de produzir condicionadas pelos traços locais das redes globais, enquanto as redes globais presidem a cooperação e a divisão do trabalho, presidem a definição do valor universal dos capitais e dos trabalhos. Isto é, no lugar, através da rede e de sua utilização cotidiana o homem descobre outra vez que são dois: aquele que exerce o trabalho local, material, direto, que ele localmente sente e sofre todos os dias, e aquele outro homem que é objeto de urna divisão do trabalho, vítima de uma cooperação que afinal descobrirá um dia, ainda que não a entenda completamente. (SANTOS, 1996, p. 12-13).

Assim, o lugar se caracteriza pela presença de determinados “traços” de uma rede global. Esses traços são evidentes em alguns lugares no RN em que se manifestam vetores da ação relacionados ao meio técnico-científico-informacional, levando a uma especialização na realização de determinadas atividades, sendo o setor de confecções um dos vetores relacionado ao novo meio geográfico.

A respeito das especializações produtivas e sua relação com o meio técnico-científico-informacional, Santos e Silveira apontam que

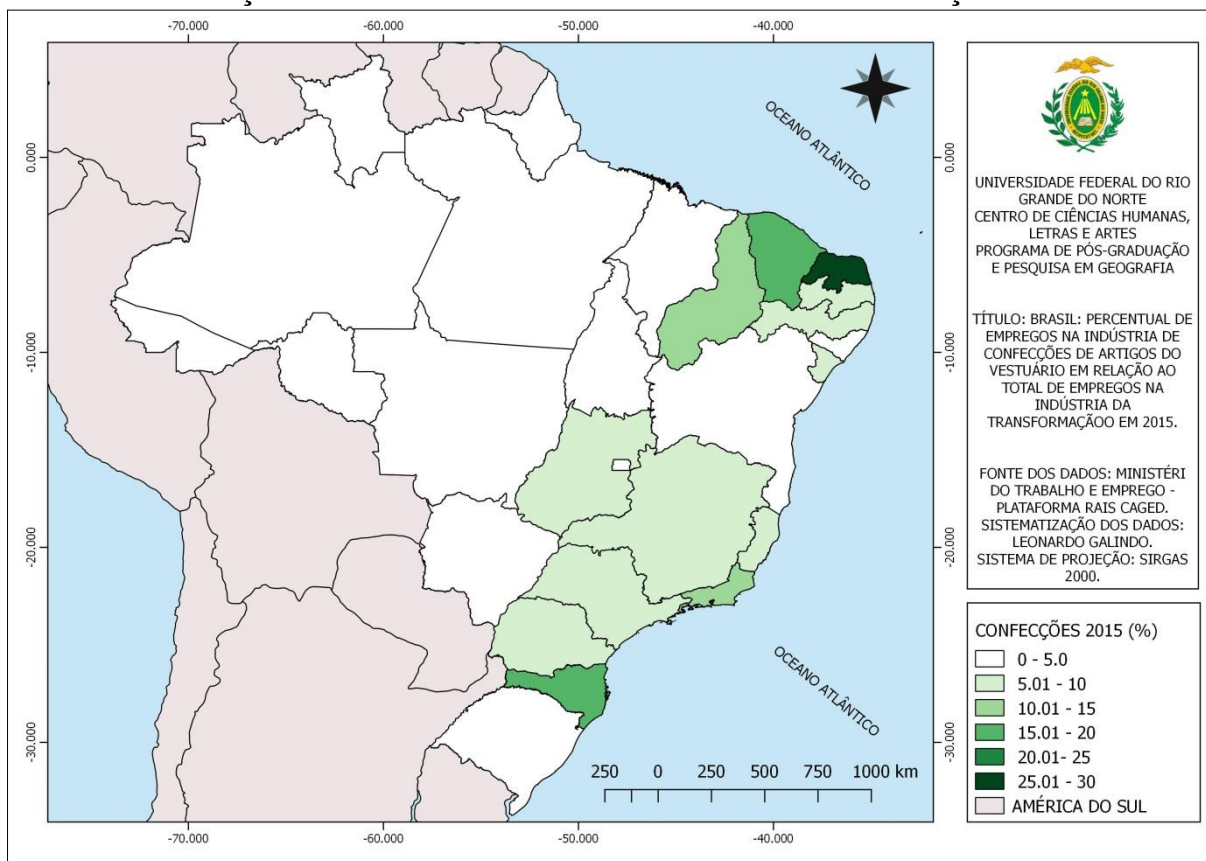
O relativo barateamento dos transportes, que viabiliza o barateamento de insumos e produtos acabados, a existência de maquinário, a informação especializada e convergente, a presença ou força de trabalho treinada, a força de interesses e reivindicações surgidas de um trabalho comum constituem, entre outras, as condições técnicas e sociais – e não mais naturais – que determinam as especializações territoriais. (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 135-136).

São as condições técnicas e sociais que permitem o estabelecimento de especializações produtivas. No caso das facções de costura, por exemplo, o desenvolvimento técnico dos sistemas de transporte e comunicações permitiu às grandes indústrias terceirizar a etapa da costura para outros estabelecimentos industriais e preservar, ao mesmo tempo, o comando da produção.

Constitui-se assim, um sistema de objetos (grandes estabelecimentos industriais e facções de costura) que realizam a produção sem a necessidade da contiguidade espacial. Ele também é composto por unidades do SENAI e SEBRAE, bem como por agências do Banco do Nordeste em diversos municípios do estado, que atuam em solidariedade organizacional para a efetivação desse uso do território.

A especialização produtiva no ramo de confecções também pode ser expressa por meio do mapa 5. Ele demonstra a relação entre a força de trabalho ocupada nessa atividade e o total de empregados na Indústria de Transformação de cada estado (a qual engloba a confecção de artigos do vestuário). Assim, em vez de compararmos estados entre si, faz-se uma análise da importância que o segmento pesquisado tem para cada unidade federativa.

Mapa 5: Brasil: percentual de vínculos na Indústria de confecções de artigos do vestuário em relação ao total de vínculos na Indústria de Transformação em 2015.



Fonte: RAIS, 2016.

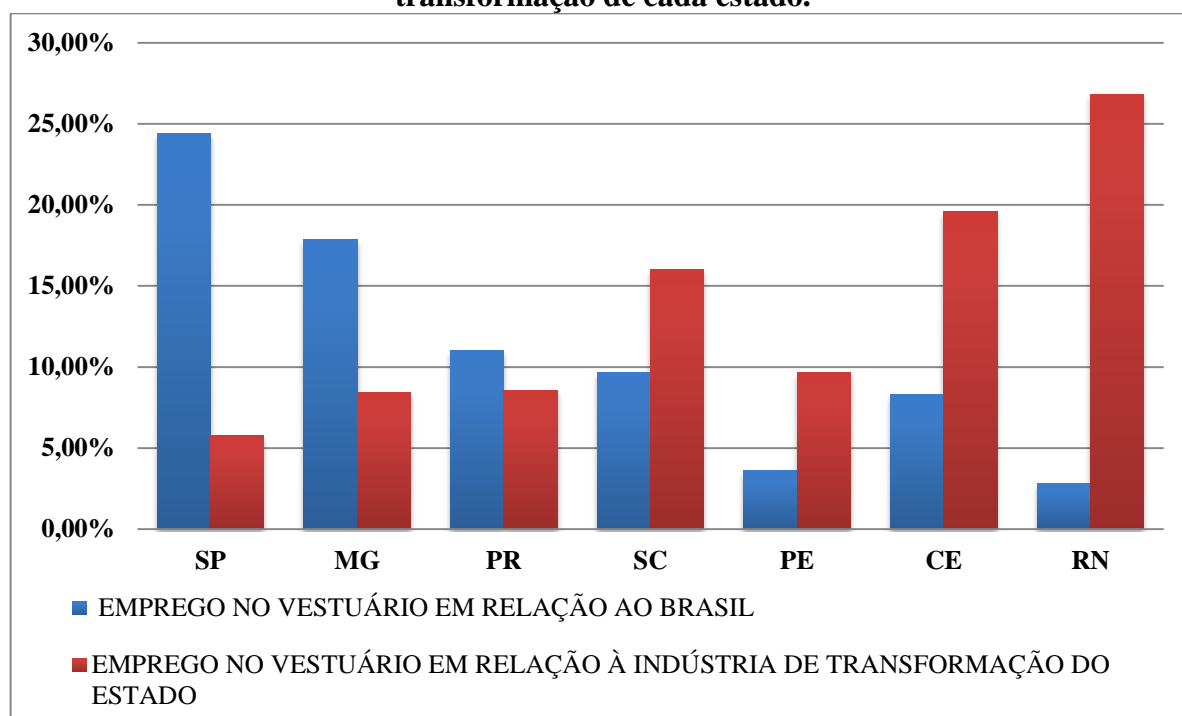
Constata-se que é no Rio Grande do Norte que a indústria de confecções assume maior peso em relação aos outros segmentos da indústria de transformação. Em 2015, um total de 26,83% da mão de obra empregada no setor industrial desenvolvia suas atividades na confecção de peças do vestuário. Eram 16.220 pessoas de um total de 60.461 (RAIS, 2016).

Em seguida está o Ceará, onde 19,56% dos trabalhadores da indústria atuam na confecção de artigos do vestuário. Santa Catarina surge em terceiro, com 16,04% e o Piauí em quarto, com 12,56%. Nota-se que no Sudeste e Sul, o segmento de confecções do vestuário acaba não assumindo tanta importância em relação ao número total de empregos na indústria de transformação. Na região, apenas o RJ apresenta um índice relativamente alto, quando comparado aos demais, com 11,7% (RAIS, 2016).

Na maioria dos estados dessas regiões o número de vínculos no setor de confecções vai representar de 5% a 10% do total empregado na Indústria de Transformação. Em São Paulo, por exemplo, o segmento citado representa apenas 5,76% do pessoal ocupado na indústria. O mesmo se dá em Minas Gerais (8,42%) e Paraná (8,52%), (RAIS, 2016).

O mapa em questão também é revelador de aspectos da Divisão Territorial do Trabalho Industrial do Brasil. Ele pode ser melhor analisado quando relacionado com os outros mapas apresentados (empregos na indústria de transformação por estados da federação em 2015, e empregos na indústria de confecção de artigos do vestuário por estados da federação em 2015). Para melhor compreensão compilamos as duas variáveis analisadas no gráfico 1.

Gráfico 1: Participação do emprego no vestuário em relação ao total nacional e representatividade do emprego do vestuário em relação aos vínculos da indústria de transformação de cada estado.



Fonte: Adaptado de Plataforma RAIS, Ministério do trabalho e Emprego. Elaboração gráfica: Leonardo Galindo.

Percebemos que em São Paulo, a força de trabalho ocupada no segmento de confecções de artigos do vestuário é bastante significativa, representando quase um quarto do total nacional (24,37%), fazendo o estado líder em número absoluto de empregos no setor (mapa 4). Ao mesmo tempo, essa força de trabalho representa apenas 5,76% dos vínculos existentes no setor industrial paulista. (mapa 5).

Isso indica que outros ramos industriais são mais significativos tanto em relação ao número total de trabalhadores ocupados como no valor da produção gerado, o que demonstra uma maior complexidade do setor industrial, com grande diversidade e densidade de agentes e ramos industriais. Apesar disso, alguns lugares no estado de São Paulo se especializaram na confecção de artigos do vestuário, como demonstram os estudos de SILVA (2012; 2013; 2013a; 2015). Em sua obra, a autora aponta a capital paulista como a principal cidade no Brasil em relação à produção e comercialização de artigos do vestuário que permanecem especialmente concentrados em alguns bairros, mesmo que a cidade tenha adquirido um papel de comando informacional.

Apesar da centralidade informacional da metrópole de São Paulo, e ainda que haja certa desconcentração das atividades produtivas, como de

fabricação do vestuário, ela continua sendo um centro de produção de roupas e de comércio do território brasileiro, e os bairros do Brás e Bom Retiro são o lócus dessa centralidade. (SILVA, 2015, p. 98).

Nos textos citados a autora também ressalta o papel dos imigrantes bolivianos na atividade, bem como a importância do circuito inferior do ramo do vestuário, e a utilização de trabalhadores não registrados (SILVA, 2015), o que em nosso entender é um indício que o número de trabalhadores na fabricação do vestuário é maior do que o registrado oficialmente.

Em São Paulo há uma maior densidade de sistemas de objetos ligados à produção industrial comparativamente ao Brasil, o que faz o estado assumir uma posição de destaque na Divisão Territorial do trabalho industrial, ou como diria Reolon (2013), o papel de comando do capital desse segmento econômico.

Os estados de Minas Gerais e Paraná apresentam, em menor grau, situação semelhante a São Paulo. Os dois estados empregam significativa mão de obra na confecção de artigos do vestuário (20,67% do total nacional). Mas isso representa pouco mais de 8% da população ocupada na indústria de transformação de cada um, o que indica grande diversidade de outros ramos industriais, que se reflete em especializações produtivas no interior de cada estado.

O Paraná vai destacar-se por uma grande diversidade de atividades industriais, como os setores de alimentos, fabricação de produtos químicos, celulose e papel, fabricação de máquinas e equipamentos, petróleo e biocombustíveis, e fabricação de veículos e carrocerias (FIEP, 2016), o que acaba por diminuir a importância da produção do vestuário no estado, quando consideramos o total de empregos industriais e o valor bruto da produção industrial.

Apesar disso, o setor de confecções que atua no PR é bastante significativo em termos nacionais e algumas porções de seu território verifica-se a especialização produtiva nessa atividade. Assim, alguns lugares no estado especializam-se na produção do vestuário, conforme estudos de Vietro (2011) e Obal (2017) que apontam os municípios de Londrina, Apucarana, Cianorte e Maringá no norte do estado, como lugares em que a produção do vestuário é importante.

Já em Minas Gerais predomina a indústria de alimentos, metalurgia, química, de máquinas e equipamentos, fabricação de veículos e carrocerias, papel e celulose (PORTAL DA INDÚSTRIA, sem data). Destaca-se o Vale do Aço como importante região industrial do estado. Assim como em São Paulo e Paraná, a diversidade industrial diminui a importância relativa do ramo de confecções, apesar de alguns lugares do estado também apresentam importante produção de artigos do vestuário, como Divinópolis (PEDROSA, 2005; CUNHA, 2013).

Santa Catarina apresenta situação diferente dos estados citados. O número de empregos na indústria de confecções de artigos do vestuário tanto é significativo em relação ao Brasil, quanto em relação à própria indústria de transformação atuante no estado. Assim, embora o estado apresente grande diversificação industrial, o ramo de confecções, e também o têxtil assumem protagonismo tanto em nível local como nacional (FINARDI, 2011; LUCLKTENBERG, 2004), em que destaca-se, por exemplo, a produção na cidade de Blumenau.

O estado é sede de uma das principais indústrias de confecções do Brasil, a Cia Hering, que por sua vez tem atuado desde os anos 2000 no Rio Grande do Norte, a partir de fábrica no município de Parnamirim, e da contratação de serviços de costura de facções do interior do estado. Desde que se instalou no RN a empresa já contratava serviços de facção, passando a investir ainda mais na terceirização a partir de 2013, com a criação do Pró-Sertão e a entrada da Guararapes Confecções no processo.

Já os estados do Nordeste analisados, apresentam uma configuração oposta ao verificado nos estados do Sul e Sudeste. De modo geral, a leitura conjunta dos dados evidencia que na região a atividade industrial é pouco diversificada, com baixa densidade de atividades que fazem um maior uso da ciência, tecnologia e informação.

Os dados indicam que o Nordeste participa da Divisão territorial do trabalho industrial no Brasil a partir de uma da especialização produtiva em segmentos que necessitam de mão de obra intensiva e pagam baixos salários. É o caso do setor de confecções de artigos do vestuário e de outros, como o calçadista, o qual ganha expressividade nacional no Ceará (PEREIRA JÚNIOR, 2011).

Nesse contexto, embora o uso do território pela produção de vestuário apresente maior densidade na região concentrada, esta tem perdido relevância em termos relativos quando se considera a distribuição espacial de elementos ligados a indústria de confecções (embora cresça quando se consideram os números absolutos), enquanto o Nordeste tem ganhado participação, conforme destaca Silva:

A dispersão da produção, especialmente da subetapa da costura do circuito espacial de produção do vestuário, ocorreu principalmente em virtude dos altos preços da mão de obra nas áreas de produção mais antigas como São Paulo, dos incentivos fiscais, tributários e territoriais oferecidos às empresas para se deslocarem para o Nordeste. O aumento da facilidade proporcionada pela maior densidade de transportes e comunicações também contribui com fatores fundamentais para o deslocamento da produção para outras regiões do território brasileiro e mesmo do estado de São Paulo. (SILVA, 2013 p. 5).

Entendemos que há uma especialização produtiva em confecções de artigos do vestuário pelo menos em alguns estados porque esse setor representa expressiva parcela dos empregos do setor industrial. É o caso de Rio Grande do Norte e o Ceará. Conforme o gráfico 1, a força de trabalho ocupada na indústria de confecções equivale a 26,83% da mão de obra industrial do primeiro, enquanto no segundo chega a 19,56%.

No entanto, ressaltamos que é uma tendência e que não está consolidada em função de alguns fatores. O primeiro é que o Sul e Sudeste ainda respondem por cerca de 80% dos estabelecimentos, empregos e valor da produção da indústria de confecções no Brasil. O segundo é que esse segmento econômico enfrenta forte concorrência de produtos produzidos do exterior, especialmente do sudeste asiático e do Paraguai.

Nesse contexto, as grandes indústrias podem rapidamente mudar a localização de suas atividades caso outros lugares apresentem maiores possibilidades de lucro para as mesmas. Nesse sentido, as maiores empresas da indústria de confecções que atuam no Brasil, passam a importar, ou mesmo produzir no exterior. É o caso da Guararapes Confecções S/A, que planeja investimentos para produzir no Paraguai, ao mesmo tempo em que a Riachuelo (loja de departamentos do mesmo grupo da Guararapes) adquire produtos do sudeste asiático (SITE GQ BRASIL, 2014⁸). E a Hering, que além de fábricas em SC e RN também possui uma empresa em Goiás.

Nota-se em certa medida que as maiores empresas fazem um jogo duplo. Ao mesmo tempo em que passam a produzir no exterior e importar produtos, usam o argumento da concorrência de produtos importados para conseguir incentivos fiscais da união e das unidades federativas.

Dos estados nordestinos, apenas o Ceará apresenta um número significativo de trabalhadores nas confecções em relação ao Brasil. Mas esse número também é significativo quando se analisa a distribuição do emprego em relação ao total da indústria de transformação existente no estado.

E quanto ao Rio Grande do Norte? Como se organiza o ramo de confecções de artigos do vestuário no estado?

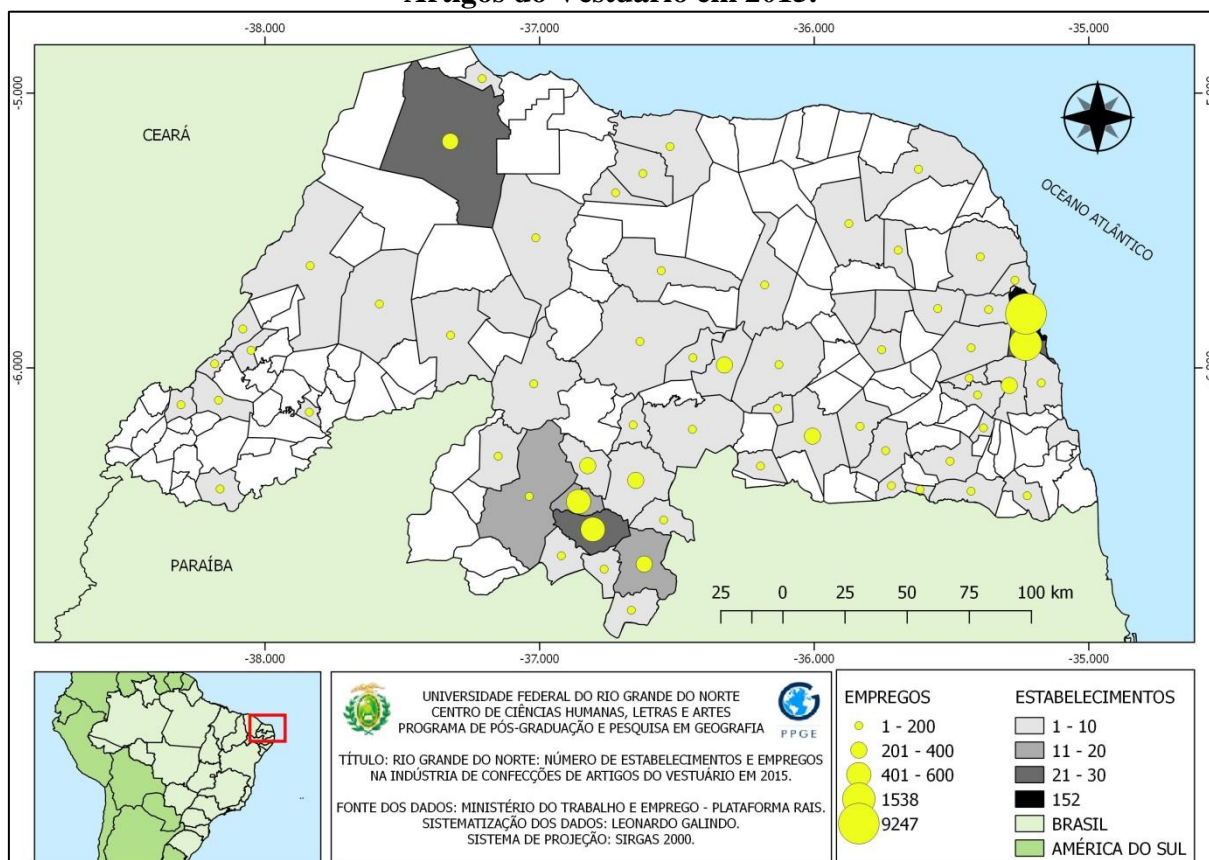
⁸ Entrevista com um dos dirigentes do grupo Guararapes. Disponível em: <http://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2014/08/flavio-rocha-o-homem-que-criou-o-fast-fashion-100-nacional.html>

2.3 As Facções de Costura e a Reorganização Espacial da Indústria de Artigos do Vestuário No Rio Grande Do Norte

O mapa 06 apresenta a distribuição espacial de empregos e estabelecimentos da indústria de confecções no RN. Nota-se que além da RMN e Mossoró, há uma concentração expressiva de unidades industriais em alguns municípios do Seridó Potiguar. Os cinco municípios com maior número de estabelecimentos no RN em 2016 eram: Natal (34,86% do total); Mossoró (6,88%); Jardim do Seridó, Parnamirim e Parelhas respectivamente, que concentravam 55,5% do total de unidades do estado.

Notamos que apenas dois deles estão na RMN, ao contrário de quando analisamos a indústria de transformação como um todo. Ao expandimos para os 10 municípios com maior número de estabelecimentos a presença no território seridoense se afirma. Além de Jardim do Seridó e Parelhas também surgem São José do Seridó, Caicó, Acari e Santana do Seridó. Juntos somavam 19,04% do total estadual (RAIS, 2016).

Mapa 06: Número de Estabelecimentos e Empregos na Indústria de Confecções de Artigos do Vestuário em 2015.



Fonte: RAIS, 2016.

Quanto à distribuição espacial do número de empregos, nota-se uma concentração maior em Natal e Parnamirim. Mas alguns municípios do Seridó Potiguar também tem um número importante. Os cinco com maior número absoluto de empregos na confecção de artigos do vestuário são: Natal, Parnamirim, São José do Seridó, Jardim do Seridó e Parelhas. Juntos, somam 75,35% dos 16.220 funcionários empregados no setor em 2015 (RAIS, 2016).

No entanto, apenas em Natal estavam 57,01% da força de trabalho total. Mas dos dez municípios com maior número absoluto de empregos, cinco eram do Seridó. Além dos três citados, somam-se Cerro Corá e Acari. Os cinco municípios seridoenses somam 12,07% do total de empregos (RAIS, 2016).

Cruzando os dados da Plataforma RAIS com os do Guia Industrial FIERN percebe-se que em Natal a maior parte do emprego está concentrada em grandes estabelecimentos industriais. Como foi mencionado anteriormente, apenas a fábrica da Guararapes Confecções S/A tinha um total de 9.546 funcionários em 2015⁹. Além dela, apenas uma empresa possuía mais de 100 empregados. A unidade fabril de Razão Social M3 Industria e Comercio de Confecções Ltda – Epp (de nome fantasia Herbus Confecções LTDA) contava em 2015 com 130 funcionários em Natal (FIERN, 2016). Além da fábrica na capital, possuía outras três unidades. Uma em João Câmara (27 funcionários), Santa Maria (17 funcionários) e São Tomé (90 funcionários).

Em Parnamirim, segundo município em número de empregos de acordo com o RAIS encontra-se a empresa Cia Hering, com 286 funcionários em 2015 de acordo com a FIERN (2016). Por sua vez, tanto Mossoró quanto Caicó apresentaram números expressivos de estabelecimentos, mas reduzido número de empresas. Analisando a lista de CNPJs disponibilizado pela FIERN, notou-se que a maior parte das empresas em Mossoró está relacionada à confecção de roupas profissionais e fardamentos. O mesmo se dá em Caicó, mas com uma presença maior de indústrias de confecção com marca própria. Entretanto, a maioria dos estabelecimentos nos dois municípios apresenta menos de 10 funcionários cadastrados (FIERN, 2016).

Já os outros municípios do Seridó citados anteriormente surgem com entre 8 a 23 estabelecimentos, sendo que cada estabelecimento tem em média entre 20 a 40 funcionários,

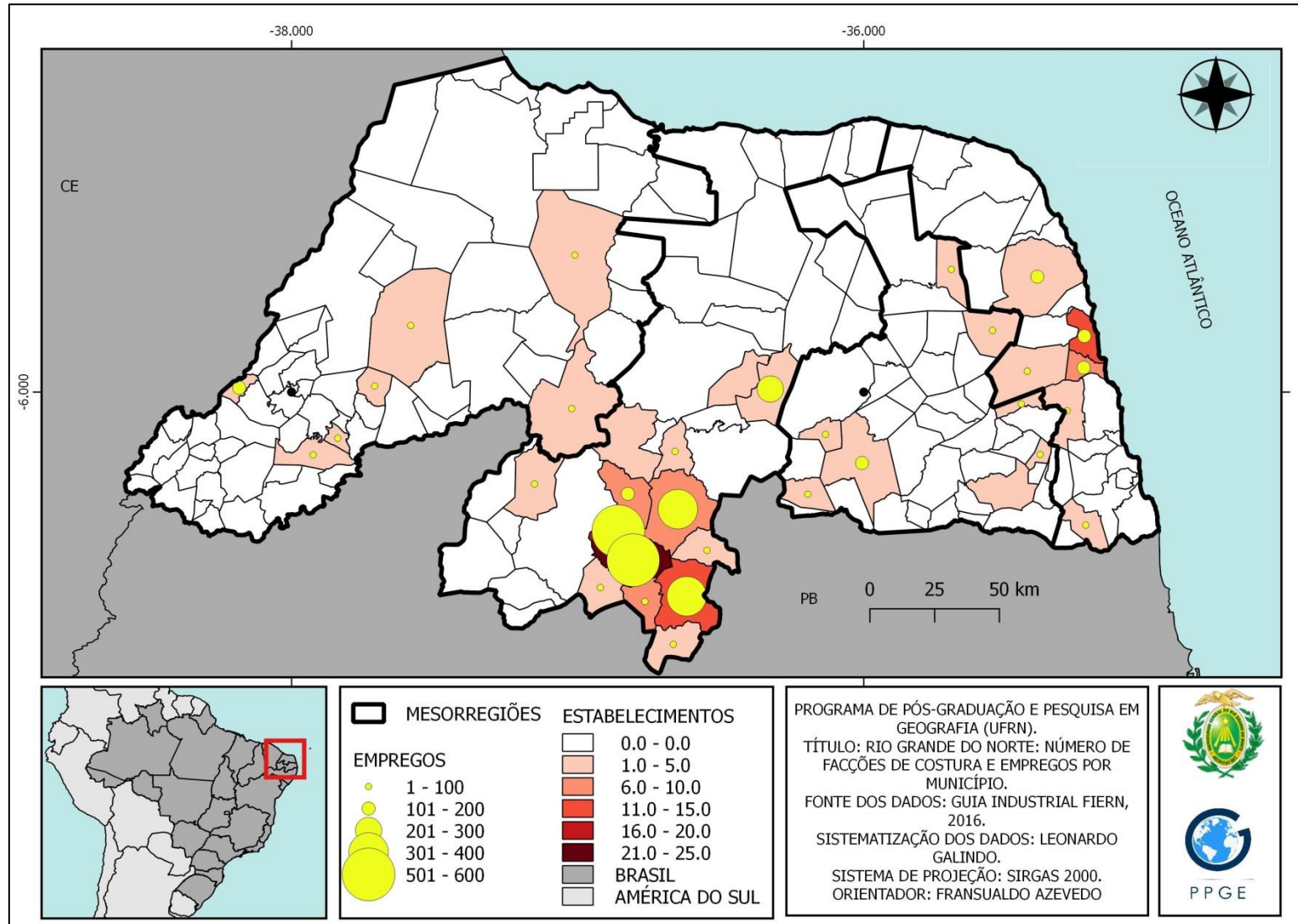
⁹ Apenas o número de funcionários da Guararapes relatado pela FIERN em 2015 é superior ao total de funcionários na indústria de Confecções para Natal em 2016, cujos dados são do RAIS. Essa diferença se deve em função de metodologias e base anual de comparação diferente. Entretanto, como o RAIS não disponibiliza o dado de acordo com o CNPJ da empresa e a FIERN, por sua vez não tem um banco de dados com divisão por ano da evolução do número de funcionários de cada empresa, achamos necessário cruzar as informações dos dois bancos de dados. Tal cruzamento permite evidenciar o papel de destaque que a empresa assume em relação ao setor de confecções de artigos do vestuário no Rio Grande do Norte.

de modo que facilmente superam Mossoró e Caicó em termos de empregos (FIERN, 2016).

Em consulta do CNPJ de cada estabelecimento e posteriormente com realização de pesquisa de campo, percebemos que a maior parte das empresas atuantes no Seridó (com exceção de Caicó) são facções de costura, que prestam serviços justamente à Guararapes Confecções e Cia Hering. Nos próximos capítulos nos deteremos na análise dos mecanismos que regem as relações entre essas empresas de diferentes portes. Por hora, vamos fazer algumas considerações a respeito da divisão territorial do trabalho considerando a indústria de confecções.

O mapa 06 apresentou a quantidade total de estabelecimentos e empregos relacionados a indústrias de confecções no estado. O mapa 07, por sua vez, considera apenas o número de facções de costura e os trabalhadores das mesmas por municípios e mesorregiões do estado. A configuração espacial apresentada é notadamente diferente.

Mapa 07: Rio Grande do Norte: Número de Estabelecimentos e Empregos Formais em Facções de Costura em 2016.



Fonte: adaptado da FIERN, 2016.

Ao todo, o RN apresentava em 2016 149 facções de costura, das quais 64,4% estavam na mesorregião Central, 21,48% na mesorregião Leste potiguar, 8,72% no agreste potiguar e apenas 5,6% na mesorregião oeste potiguar. A distribuição dos empregos revela uma concentração ainda maior, com 67,56% na Central e apenas 14,1% no leste. Ao todo, trabalhavam nas facções 3.696 pessoas em 2016.

O quadro 3 apresenta os municípios com maior número de empregos em facções de costura.

Quadro 3: Principais municípios quanto ao número de Empregos em facções de Costura (2016).

Município	Mesorregião	Número de Facções de costura	Empregos
Jardim do Seridó	Central	23	563
São José do Seridó	Central	18	558
Parelhas	Central	12	361
Acari	Central	10	324
Cerro Corá	Central	4	216
Santa Cruz	Agreste	2	191
Natal	Leste	14	183
Parnamirim	Leste	10	146
São Francisco do Oeste	Oeste	1	143
Vera Cruz	Agreste	4	121

Fonte: Dados adaptados da FIERN – Guia Industrial (2016).

Mas essas empresas são em sua maioria recentes, uma vez que 53,03% foram criadas a partir de 2011, enquanto 40,94% na década de 2000 e apenas 6,04% nos anos 1980 e 1990. O anexo 7 apresenta todos os estabelecimentos classificados como facção de costura por município e mesorregião. Percebe-se que a maior parte deles declarava ter entre 20 e 40 funcionários (FIERN, 2016).

A concentração de estabelecimentos e empregos das facções de costura no Seridó Potiguar foge a uma regra que se observa em relação ao RN, que é a maior densidade de empresas, infraestruturas, das indústrias, da população, do comércio e serviços, enfim, de objetos e ações em Natal e região metropolitana, e Mossoró. Em menor grau, tal concentração também ocorre em dois municípios do Seridó: Caicó e Currais Novos. São esses os espaços “luminosos” (SANTOS e SILVEIRA, 2004) do RN, que abrigam uma maior diversidade de usos. Mas não é o que ocorre com as facções de costura, as quais apresentam outra lógica. O que

a

explica?

Pela data de criação das facções, pode-se deduzir que a produção terceirizada de artigos do vestuário no RN ganhou importância na primeira década dos anos 2000 e expandiu-se bastante a partir de 2013. Tal expansão pode ser explicada em parte pela criação do Programa Pró – Sertão em 2013. De acordo com o SEBRAE (2013, sem data) o referido programa tem como objetivo

Contribuir para a geração de emprego e renda, através do apoio à implantação de facções de costura no Rio Grande do Norte, visando o aproveitamento das oportunidades decorrentes da ampliação mercadológica do setor de confecções, prevista para o período de 2013 a 2017.

O programa Pró-Sertão consiste numa articulação entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte (através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC), o Sistema S (SEBRAE e SENAI), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte, grandes empresas da indústria de confecções de artigos do vestuário (Guararapes Confecções S/A com fábrica no Município de Natal; CIA Hering e RMNor, ambas com fábricas em Parnamirim, na região Metropolitana de Natal) e pequenas empresas do interior do estado.

Falando sobre a proposta do programa, o SEBRAE RN (sem data) acrescenta que o mesmo visa à “Indução do desenvolvimento tecnológico - gestão, processos e produto - e empresarial das empresas de pequeno porte, **a partir das Políticas Corporativas das grandes empresas** e do acesso a mercados.” (grifo nosso). Na época de sua implantação, em 2013, esperava-se a geração de 8 mil empregos no interior do estado distribuídos em 150 estabelecimentos fornecedores (SEBRAE, sem data).

Nesse contexto, embora Natal e Parnamirim não concentrem a maior parte das empresas, as grandes indústrias localizadas em seu território comandam a terceirização da etapa da costura, enquanto continuam a realizar em suas fábricas, as demais fases do processo produtivo. Sobre a desconcentração espacial das etapas da produção industrial SILVA comenta:

Não podemos, contudo, confundir desconcentração de determinadas etapas da produção pelo território nacional (ou mesmo para outros territórios) com descentralização do capital. Basta observar onde estão as atividades dos circuitos espaciais de produção geradoras de atividades do circuito superior. Ainda que a costura e mesmo o consumidor possam estar dispersos no território, há centros de comando da produção que, em grande medida, revelam a centralização do capital. A divisão territorial do trabalho expressa a especialização produtiva dos lugares em tarefas que agregam mais valor dentro dos circuitos espaciais de produção. No entanto, o

comando dos circuitos está localizado em poucos lugares. (SILVA, 2013, p. 4).

Assim, a desconcentração de etapas da produção revela ao mesmo tempo um aprofundamento da divisão técnica e territorial do trabalho, com a criação de dezenas de empresas em municípios do semiárido que especializam-se em realizar a etapa da costura, enquanto Natal e Parnamirim, embora continuem a empregar grande parte da mão de obra no ramo de confecções passa a ter um papel maior como centros de gestão dessa atividade no estado.

Silva (2013, p. 2) divide as etapas do circuito espacial de produção do vestuário:

Tecnicamente, o circuito espacial de produção de vestuário se dá da seguinte maneira: na etapa de produção há a concepção da peça, elaboração do design, escolha da cor, modelagem e costura. Na sequência vem a distribuição, que se organiza de acordo com o ator que esteja no comando do circuito, isto é, o ator que comanda a acumulação (grandes marcas, redes varejistas, comerciantes de pequeno porte, feirantes etc.).

No RN, tem-se a terceirização da etapa de costura. A sua particularidade é que enquanto esse processo é realizado em outros lugares principalmente por meio de varejistas, aqui os principais organizadores do processo são as grandes indústrias. Estas controlam todo o processo produtivo, da produção à comercialização, como veremos adiante.

Nesse contexto, a criação do Programa Pró-Sertão não foi responsável pela criação das facções de costura, como foi demonstrado a partir dos dados com a idade das empresas. E embora mais da metade das facções tenha surgido a partir de 2011, apenas 28,19% (42 estabelecimentos) foram criadas a partir de 2013, ano em que o PRÓ-SERTÃO foi implantado (FIERN, 2016 – anexo 7).

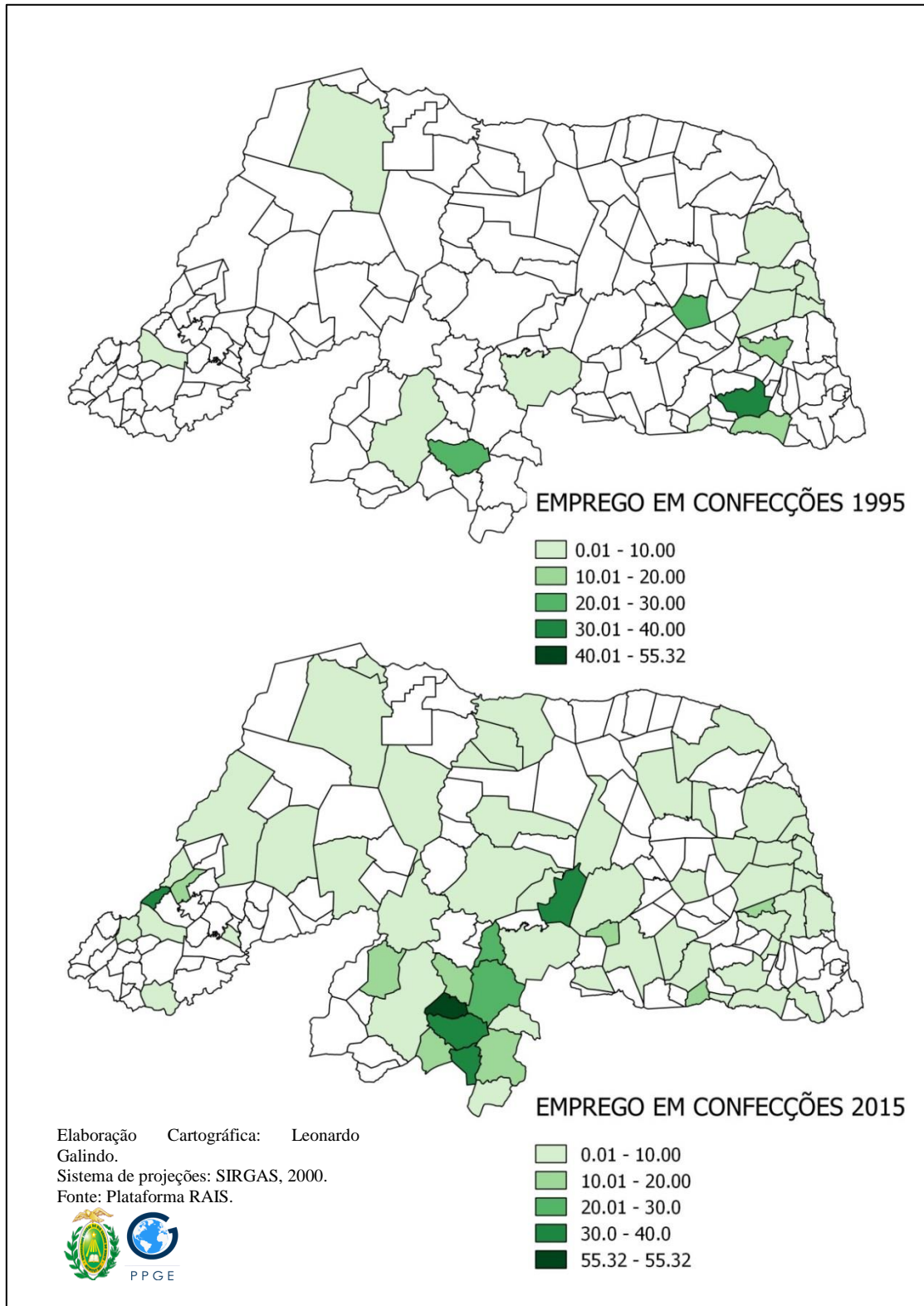
Apesar do dinamismo gerado, ficou bem distante do objetivo inicial de 150 empresas. O SEBRAE divulgou que ao todo 62 empresas estão vinculadas ao programa¹⁰, o que demonstra que em grande parte dos casos, facções de costura já existentes aderiram ao programa. Ainda assim, o mesmo contribuiu para o processo de especialização produtiva, o qual pode ser evidenciado a partir da figura 4.

Em 1995 apenas poucos municípios potiguares especializavam-se na produção de artigos do vestuário. Na mesorregião central, a especialização produtiva poderia ser creditada somente a Jardim do Seridó, em que mais de 20% da população com emprego

¹⁰ Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vocaa-a-o-move-confeca-a-es-no-serida/403684>

formal trabalhava no setor. O que retrata a formação socioespacial do Brasil, em que o semiárido nordestino foi por um grande período de tempo, o lócus da produção algodoeira.

Figura 4: Rio Grande do Norte: percentual de empregos na indústria de confecções de artigos do vestuário em relação ao número total de empregos formais em 1995 e 2015



Fonte: Plataforma RAIS, 2016.

Isso pode explicar em parte, o crescimento das facções de costura no Seridó potiguar, em detrimento de outras regiões do estado, uma vez que a mesma já tem tradição de produção relacionada ao setor têxtil – além da cotonicultura nos séculos XIX e XX, destaca-se atualmente pela confecção de bonés. Já no litoral oriental, que também apresenta reserva de mão de obra barata e maior proximidade em relação às indústrias da RMN, a terceirização a partir das facções de costura não se desenvolveu, talvez em parte por que ali nunca houve tradição da fabricação de produtos têxteis.

Em 2015 o emprego no ramo de confecções ganhou mais importância em todo o RN, mas é no Seridó que realmente se forma um verdadeiro processo de especialização produtiva. Em São José do Seridó a população empregada no ramo de confecções corresponde a incríveis 55,3% da mão de obra com emprego formal (RAIS, 2016).

Em Jardim do Seridó, Santana do Seridó, Cerro Corá e São Francisco do Oeste, esse índice varia de 30 a 40% da população empregada; e entre 20 a 30% em Acari e São Vicente. De certa forma, quando comparamos os dados da figura 4 com o mapa da distribuição de facções de costuras, praticamente os mesmos municípios ganham destaque. Os dados evidenciam então um processo rápido de especialização produtiva, sobretudo nos municípios seridoenses.

Ainda que não tenha alcançado os objetivos propostos, o Pró-Sertão é uma dos principais responsáveis por essa especialização produtiva na terceirização da produção do vestuário. Como o programa é bastante novo, encontramos poucos trabalhos acadêmicos com referência a ações e resultados do mesmo. Ainda assim, em pesquisa bibliográfica encontramos alguns trabalhos em que o mesmo foi abordado: a dissertação de Silva (2015), intitulada “Arranjos Produtivos Têxteis e Suas Relações Com a Cadeia de Suprimentos”; o Relatório de Conclusão de Curso “Impacto do Pró-Sertão na economia local: A experiência no município de Santana do Seridó” (DANTAS, 2016); e o trabalho de conclusão de curso “Facções de Costura no Interior do RN: Desafios e Possibilidades” (CUNHA, 2015), todos de cursos de administração em universidades públicas e privadas.

O primeiro versa sobre os arranjos produtivos têxteis no Seridó, dividindo-os em três grupos: Tecelagem, bonelaria e facções de costura e utiliza os conceitos de cadeia produtiva e arranjos produtivos, definindo então os arranjos produtivos de cada um desses grupos econômicos.

Já o segundo trabalho discute os impactos do programa pró-sertão no município de Santana do Seridó. A autora discorre sobre desenvolvimento local e arranjos produtivos locais. Destaca a criação de empregos formais no município em virtude da instalação das

facções de costura e programas de capacitação de mão de obra para o setor como o PRONATEC. Embora apresente o conceito de desenvolvimento a partir de Amartya Sen, tendo como base a obra “**Desenvolvimento como liberdade**”, fica evidente em seu texto que o desenvolvimento limita-se a instância econômica.

O programa Pró-Sertão é discutido de forma acrítica. É praticamente apresentado como sendo a solução dos problemas do município, responsável por gerar renda e desenvolvimento. Este está associado à ideia de emprego com carteira assinada. Não se discute, por exemplo, a relação de dependência das facções de costura em relação às grandes indústrias, nem tampouco a qualidade dos empregos criados, na medida em que se caracterizam pela baixa remuneração.

O último texto é o único dos três em que o pró-sertão não é apresentado apenas em seus aspectos positivos. O autor enfatiza os principais problemas enfrentados pelos empresários donos das facções de costura, destacando a relação de dependência das pequenas empresas em relação às grandes indústrias e a irregularidade no fornecimento de peças de costura por parte das grandes indústrias às facções de costura, que tem levado à demissões de funcionários e endividamento dos empresários que investiram na compra de maquinário.

Na geografia encontramos o artigo de Arroyo e Gomes (2013), o qual aponta a terceirização da etapa da costura pela Hering e RMNor, que contratavam 55 facções de costura em 2009. Mais recentemente a tese de Tavares (2017) trata dos circuitos espaciais da indústria no RN, e discute a criação das facções de costura. Para o autor, esse tipo de atividade tem início no RN ainda nos anos 1990, atendendo a demanda de fábricas como Sulfabril e Alpargatas, e de empresas que costuravam para marcas varejistas, como a RMNor. Segundo o mesmo a empresa em si é uma subcontratada das grandes redes de varejo, que por sua vez terceiriza os serviços de costura para as facções. A RM Nor chegou a ter em 2009, 50 facções contratadas no RN, além de fábrica própria em Parnamirim, mas entrou em declínio quando as varejistas optaram por importar o vestuário da China.

Mas as facções de costura apresentam expressivo crescimento com a chegada da fábrica da Hering em Parnamirim no ano 2000. Tavares (2017) afirma que a empresa buscou instalação no RN já com o objetivo de aproveitar a rede de facções existentes no estado, uma vez que a empresa já utilizava esse tipo de serviço em Santa Catarina (LUCLKTENBERG, 2004). Em 2009 ocorre a expansão do grupo no estado, com a ampliação da unidade de Parnamirim que passa a realizar os serviços de corte (antes feitos em Blumenau), enquanto as facções fazem a etapa da costura.

A empresa foi fundada no final do século XIX em Blumenau por imigrantes alemães, e hoje se caracteriza por sua forma de distribuição dos produtos no varejo, a partir de uma rede de franquias (LUCLKTENBERG, 200; CIA HERING, sem data). Outra empresa responsável pela disseminação das facções pelo interior do estado é a indústria Guararapes Confecções S/A. A empresa faz parte do Grupo Guararapes. O mesmo foi criado em 1947 por dois irmãos em Natal, e constituía-se por uma loja de venda de tecidos. Em 1956, ambos abriram uma confecção em Recife, transferida em 1958 para Natal (GUARARAPES, SEM DATA; SILVA, 2011).

Segundo Silva (2011p. 271) o grupo se expandiu para todo o território nacional a partir da compra de redes varejistas – as lojas Riachuelo e Wolens. A partir dos anos 2000 as atividades do grupo se diversificam. Em 2005 ocorre a expansão para o setor imobiliário, o que permitiu a realização de “resultados financeiros obtidos na forma de renda de aluguéis”, com a inauguração do maior shopping do RN (231 mil metros quadrados). Ele foi construído no endereço da antiga fábrica e centro de distribuições do grupo (transferidos para o Distrito Industrial de Natal na Zona Norte do município), no bairro Tirol, uma das áreas de maior valorização imobiliária de Natal.

Arroyo (2006) aponta como uma das principais características do período atual a diversificação de atividades como uma estratégia dos grupos industriais de continuar crescendo.

Com efeito, outra característica para destacar é a mudança nas estratégias de investimentos dos grupos industriais. É cada vez mais frequente a busca de alternativas por obter lucros que não se restrinjam à produção pura e simples de bens e serviços. As grandes empresas ampliam expressivamente a posse de ativos financeiros, não apenas como reserva de capital para efetuar futuros investimentos produtivos, mas como mudanças decisivas na estrutura de sua riqueza patrimonial. Souza Braga (1993) fala de “financeirização da riqueza”, como expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar a riqueza no capitalismo. Exemplifica com o fato de que todas as corporações – mesmo as tipicamente industriais, como as do complexo metalmeccânico e eletroeletrônico – têm em suas aplicações financeiras, de lucros retidos ou de caixa, um elemento central do processo de acumulação global de riqueza. Assim, o capital industrial, mercantil e imobiliário se integra de tal maneira às estruturas e operações financeiras que resulta cada vez mais difícil dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e onde terminam aqueles estritamente financeiros. (ARROYO, 2006, NP)

Nesse contexto, a diversificação das atividades do grupo Guararapes chega ao setor financeiro em 2008 com a criação da Midway Financeira a qual engloba também um Contact Center. A instituição gerencia as atividades financeiras do grupo, além de intermediar a venda de produtos e serviços e financiar a compra de produtos das lojas Riachuelo (SILVA, 2011; GUARARAPES, SEM DATA). A dimensão da atuação do grupo pode ser exemplificada pelo fornecimento e gerenciamento de cartões de crédito, que contava em 2016 com 28,2 milhões de clientes no Brasil (GUARARAPES, 2017).

O grupo possui duas instalações industriais, uma em Natal/RN e outra em Fortaleza/CE. Toda produção (200 mil peças por dia) é destinada às lojas Riachuelo. O grupo também controla todo o processo de distribuição a partir da Transportadora Casa Verde, que transporta as peças fabricadas nas indústrias e fábricas de costura, bem como as importadas. São cerca de 600 fornecedores nacionais e internacionais, o que evidencia que as fábricas de costura são apenas algumas das centenas de fornecedores de peças (GUARARAPES, SEM DATA).

A logística de circulação ainda inclui escritório de representação em Xangai (China) e três centros de distribuição de peças (Natal/RN, Manaus/AM e Guarulhos/SP). Desses centros as roupas são redistribuídas para as 291 lojas Riachuelo em todos os estados do Brasil, com exceção de Roraima (GUARARAPES, SEM DATA). O grupo conta com cerca de 40 mil empregados e segundo balanço financeiro, teve lucro líquido de R\$ 317,6 milhões em 2016.

Se a Hering e a RM Nor terceirizam a partir de fábricas no RN desde o início dos anos 2000, a Guararapes só passou a participar em 2013, quando articulou-se com o SEBRAE e o governo do estado para criar o Pró-Sertão. A estratégia é resultado de uma mudança organizacional no processo de produção que permite a substituição de coleções em poucos dias: o *Fast Fashion*.

O conceito de fast fashion aborda um sistema que começou a se expandir a partir dos anos 1980, tendo como objetivo potencializar [...] a competitividade e rotatividade dentro da cadeia de produção de moda (CAETANO, 2013). [...] O fast fashion tem o compromisso de produzir o que o seu consumidor deseja no presente momento (CIETTA, 2010). [...] Com a demanda do consumidor final cada vez mais imediata, alguns ajustes na cadeia criativa tiveram que ser feitos. Um dos mais notáveis é a transformação do calendário de moda. Antes constituído por duas coleções anuais, hoje é esperado a entrega de três a cinco coleções de “meia estação” para o público, forçando uma pressão sobre os fornecedores que devem entregar em um espaço curto de tempo o que antes era esperado com um intervalo maior. (SILVA; BUSARELLO, 2016, p. 6).

Através de entrevistas de seus diretores à imprensa, notou-se que a Guararapes vem implantando o sistema de Fast Fashion desde 2007, reorganizando a produção local e a partir da terceirização da produção na China. Mas, o local da produção depende do tipo de peça:

Antes, a empresa produzia sempre em grandes volumes diários – 50 mil camisas polo, 50 mil calças jeans, que eram enviadas às lojas todos os dias. Hoje, as lojas repassam informações sobre as unidades mais vendidas e a linha de produção é ajustada a partir da demanda. Os modelos básicos (camisas brancas, polos pretas...) formam os 35% da produção terceirizada, que vem da China a cada oito meses – como esses produtos têm vendas estáveis, os pedidos podem ser volumosos (GQ BRASIL, 2014¹¹).

Já a produção em facções de costura ocorre no RN principalmente em função da logística, por que o tempo de circulação da produção feita no estado é menor, uma das principais características do *fast fashion*. Nesse sentido, um dos diretores da Guararapes esclarece

Então esse mercado é bastante ditado pelo consumidor: quanto ele pode pagar por uma calça básica de jeans? Até então, o local mais competitivo para produzir isso era o mercado asiático. O mundo inteiro procurava produzir lá, em razão dos custos de produção mais baratos. Mas, nós vimos algo muito mais importante nesse negócio, que era o Lead time da entrega, porque para você programar e planejar uma compra na Ásia leva no mínimo seis meses, enquanto aqui no prazo de menos de dois meses nós podemos fazer isso acontecer [...]. Atualmente, as peças da Guararapes produzidas nas oficinas de costura do Seridó levam cerca de 45 dias para cumprir o lead time. (TRIBUNA DO NORTE, 31/01/2018¹²).

Desse modo, a ação da empresa, a partir do Pró-Sertão fez a atividade de facções crescer no estado. Assim, a terceirização da etapa da costura no RN pela empresa ocorre principalmente em função do menor tempo de produção/circulação demandado pelo *fast fashion*, e que é menor no RN em relação à produção chinesa.

De acordo com informações da Tribuna do Norte o Pró-Sertão foi responsável pela abertura de 62 facções de costura no RN, dobrando a quantidade desses estabelecimentos no estado; a capacitação profissional, por meio do SENAI de 4 mil pessoas; a costura de 422 mil peças por mês; e a geração R\$ 2,6 milhões mensais (TRIBUNA DO NORTE, 2018).

A instalação de uma tecnosfera que permite a terceirização da produção do vestuário no estado se dá concomitante a produção de uma psicofera visando criar um ambiente

¹¹ Consultar: <http://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2014/08/flavio-rocha-o-homem-que-criou-o-fast-fashion-100-nacional.html>

¹² Consultar: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/principal-vantagem-a-loga-stica/403878>.

favorável à esse tipo de ação. Além das necessidades de competitividade e velocidade da produção, evidenciadas nas citações diretas, há um trabalho de convencimento à população dos benefícios do programa.

Os dois principais argumentos utilizados pelos agentes que promovem o Pró-Sertão são a geração de emprego e a seca no Seridó. Vejamos, por exemplo, como se inicia uma reportagem da Tribuna do Norte (28/01/2018)¹³ sobre o referido programa: “Procurar uma alternativa para resistir em uma região constantemente castigada pela seca e que, mesmo nos períodos chuvosos, possui uma quantidade escassa de água, nunca foi uma opção para os seridoenses. É necessidade”.

Em outra matéria publicada no mesmo jornal é apresentada a opinião do Secretário da SEDEC: “o impacto socioeconômico desse programa não pode ser ignorado. O Pró-Sertão é o salvador do sertão potiguar, principalmente após 7 anos de estiagem”¹⁴.

O criador do programa, enquanto atuava como Secretário da SEDEC em 2013 e atual deputado federal (mandato 2015-2018) Rogério Marinho comenta em entrevista:

A Guararapes gera 8 mil empregos diretos no Rio Grande do Norte apenas na sua fábrica em Natal. Indiretamente, graças a seus pedidos para as facções de costura, gera mais 3 mil. Em um estado tão afetado pela seca, como o nosso, isso deveria ser valorizado e preservado (TRIBUNA DO NORTE, 02/02/2018)¹⁵

Percebe-se, pelos depoimentos apresentados, que diversos agentes do Estado promovem e defendem o programa, e utilizam como justificativa para convencimento da população a situação de seca no semiárido, bem como a geração de empregos gerados.

Entendemos que a criação de facções de costura, está relacionada a um processo de uso corporativo do território, a partir do qual as grandes empresas que comandam o processo produtivo articulam-se com o Estado no sentido de criar uma densidade normativa e um sistema de objetos capaz gerar maior quantidade de lucro. Nesse sentido, Santos destaca que

Na medida em que grandes empresas arrastam, na sua lógica, outras empresas, industriais, agrícolas e de serviços, e também influenciam fortemente o comportamento do poder público, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial

¹³ Consultar: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vocaa-a-o-move-confeca-a-es-no-serida/403684>

¹⁴ Consultar: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/programa-a-o-salvador-do-serta-opotiguar/403781>

¹⁵ Consultar: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-terceirizaa-a-o-veio-para-dar-segurana-a-juradica-a-programas-como-o-pra-serta-o/404096>

por um número limitado de empresas. Assim, o território pode ser adjetivado como território corporativo, do mesmo modo que as cidades também podem ser chamadas de cidades corporativas, já que dentro delas idênticos processos se verificam. (2001, p.35).

O Pró-Sertão faz parte do arcabouço normativo criado para dinamizar a produção de confecções no RN. Todos os agentes envolvidos na sua implantação destacam o potencial de criação de emprego e renda no interior do RN. Mas analisando a evolução do número de empregos formais na atividade percebe-se mais um rearranjo na distribuição espacial dos empregos no setor.

Quadro 4: Evolução do Número de empregos na indústria de confecções de artigos do vestuário por município do RN

MUNICÍPIO	2011	2012	2013	2014	2015
ACARI	136	110	221	254	250
CERRO CORÁ	26	97	179	226	272
CRUZETA	128	118	152	195	207
PARNAMIRIM	562	384	381	1672	1538
JARDIM DO SERIDO	231	292	405	474	520
NATAL	13861	12552	11286	10946	9247
OURO BRANCO	24	25	24	64	78
PARELHAS	94	100	98	352	375
SANTA CRUZ	226	232	218	287	331
SANTANA DO SERIDÓ	0	27	24	68	169
SAO FRANCISCO DO OESTE	124	121	127	165	179
SAO JOSE DO SERIDO	299	321	392	464	541
VERA CRUZ	87	96	82	139	105
TOTAL DO RN	17757	16203	15502	17522	16220

Fonte: RAIS, 2016.

No período pesquisado o RN apresentou diminuição de mais de 1500 postos de trabalho no setor. A redução deve-se principalmente aos números de Natal, cuja força de trabalho recuou mais de 33%. Nota-se que esse número decresce continuamente desde 2012, ou seja, desde antes da crise política/econômica vivenciada pelo Brasil. Já em Acari, Cerro Corá, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Santana do Seridó e Parelhas (todos os municípios do Seridó) houve crescimento de mais 100% nos postos de trabalho em apenas 5 anos, e em São José do Seridó o crescimento foi superior a 80% e mais de 60% em Cruzeta. Na maior parte deles, o crescimento se mantém mesmo em 2015.

Apesar do discurso de criação de empregos, notamos que houve na verdade um

processo de redistribuição espacial dos mesmos, com queda expressiva da força de trabalho ocupada em Natal, e crescimento expressivo no Seridó potiguar.

A maior parte dessa diminuição ocorre justamente nas indústrias que realizam a terceirização da produção. Segundo a ficha cadastral da FIERN, a Guararapes Confecções S/A tinha em agosto de 2013, (ano de criação do Pró-Sertão) 11.851 funcionários. Já em julho de 2015 a força de trabalho ocupada na referida indústria era de 9.546 pessoas¹⁶.

A redução foi ainda mais significativa em termos proporcionais na fábrica da Hering em Parnamirim. De 1066 funcionários em agosto de 2013, o número se reduz para 258 em julho de 2015¹⁷. Pode-se deduzir que o Pró-Sertão contribui mais para a reorganização espacial do emprego do que para criação deste.

De acordo com o secretário adjunto de desenvolvimento econômico quando o PRÓ-SERTÃO foi criado foram feitos convites a prefeituras e empresários de todo o estado para apresentação do programa. Mas segundo o mesmo, apenas municípios e empresários do Seridó demonstraram interesse.

Já representantes do SEBRAE, atribuíram o fato de haver um maior número de facções de costura no Seridó ao empreendedorismo local e as relações que se estabelecem entre as pessoas do lugar. Um exemplo dessas relações está relacionado com a imitação. O funcionário relatou que prestou serviço de consultoria para criação de uma facção em Acari. Segundo o mesmo, pouco depois um amigo do proprietário da facção que reside em Cerro Corá em conversa com o mesmo havia decidido investir no ramo de confecções.

Enquanto nas demais regiões do estado, haveria, segundo o mesmo, pouco empreendedorismo, e pouco interesse em investir em novas atividades econômicas, tanto por parte da população, como pelo poder público.

A disseminação das facções de costura pelo interior do estado, em especial o Seridó, resulta de um processo de aprofundamento da divisão territorial do trabalho. Este, fruto de relações que estimulam o uso corporativo do território baseia-se na criação e operacionalização de um arcabouço normativo, de ações normadas, como escreve Santos (2012, p. 232)

Através de ações normadas e de objetos técnicos, a regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com ainda mais força, uma vez que um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação, para ser eficaz. O aprofundamento resultante da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e de

¹⁶ Ver anexo 6(a); 6(b); 8 (a) e 8 (b).

¹⁷ Anexos 9 e 10.

controle. As novas necessidades de complementaridade surgem paralelamente à necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las. Estas novas necessidades de regulação e controle estrito mesmo à distância constituem uma diferença entre as complementaridades do passado e as atuais.

Nesse contexto, como se explica a organização espacial da indústria de confecções? Por que parte do Seridó se especializa na etapa da costura? Como é operacionalizado o Pró-Sertão e outras normas relacionadas à indústria de confecções no Estado? Como se dá a relação entre os agentes que promovem a indústria de confecções no estado?

3. AS NORMAS E O USO DO TERRITÓRIO PELA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO NO RN

Para Gottmann (2012) uma das principais características do período atual é que território é tratado cada vez mais enquanto recurso, pela ênfase que os governos têm dado ao crescimento econômico. Essa concepção demanda uma “adequação técnica e política do território” (SANTOS, 2001, p. 48), visando à criação de um arcabouço de normas e objetos técnicos que possibilitem seu uso enquanto recurso.

Assim, neste capítulo temos como objetivo analisar o sistema de normas e objetos técnicos criados com o objetivo de fomentar a produção e confecção de artigos do vestuário no Rio Grande do Norte. O recurso metodológico utilizado para operacionalização do objetivo citado é a matriz de eventos. Tal recurso já foi utilizado por Fonseca (2013), Barbosa (2015) e Costa (2011) em trabalhos empíricos sobre o RN, e inspiraram a construção da matriz utilizada neste texto.

Os principais elementos considerados na elaboração de nossa matriz de eventos são: os eventos, o sistema de normas, a base material construída e os atores envolvidos.

Com base nesses elementos identificamos dois períodos distintos que marcam a atuação do ramo de confecções de artigos do vestuário no Rio Grande do Norte. O primeiro deles tem início a partir da década de 1960 e estende-se até 1984; o Segundo vai de 1985 até os dias atuais.

3.1 A SUDENE e o uso do território pela indústria de confecções de artigos do vestuário no Rio Grande do Norte

A existência de agentes relacionados à produção de artigos do vestuário no Rio Grande do Norte é bastante antiga, e remonta ao final do século XIX e início do século XX (FELIPE, et al, 2010). Entretanto, essa atividade econômica só ganhará maior importância a partir da década de 1970. Para que tal fato ocorresse foi necessário o desencadeamento de eventos em diversas escalas espaciais, desde o global até o contexto local.

Dentre os principais eventos em escala global tem-se a mudança de paradigma liberal para o keynesiano, o qual propunha o planejamento econômico por parte do Estado. Nesse sentido, um dos maiores expoentes a esse respeito, foi John Maynard Keynes. Tal acontecimento está diretamente relacionado a outros eventos em nível global, como a

Revolução Russa (1917), a Grande Depressão dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tais acontecimentos tiveram impactos diversos conforme os países. (HARVEY, 2009).

Assim, até 1973 predominou em maior ou menor medida de acordo com o país, o planejamento estatal da economia. Tal fato provocou transformações na Divisão do Trabalho Mundial. No contexto latino-americano um evento importante foi à criação em 1948 da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Cano (1998) destaca a importância da mesma para o processo de industrialização no Brasil

Em nível internacional, a CEPAL advertia o mundo subdesenvolvido para o enorme e crescente hiato entre as nações ricas e pobres, em face dos resultados da forma do sistema de divisão internacional do trabalho, via relacionamento “centro-periferia”, com o que, se não fosse tomadas medidas urgentes e concretas, “as nações ricas tornar-se-iam cada vez mais ricas e as pobres, cada vez mais pobres”. Surgiu então, da escola Cepalina – a quem todos nós, latino-americanos, tanto devemos - , a proposta de uma industrialização (substituidora de importações), para se deter a marcha da crescente deterioração. (CANO, 1998, p. 18).

Para a CEPAL, o subdesenvolvimento poderia ser superado a partir da industrialização. Assim, os países latinos ao industrializar-se se beneficiariam do progresso técnico, o que acabaria por elevar o nível de vida de suas populações. Desse modo, eles participariam da divisão do trabalho como países industriais e não apenas como fornecedores de matérias-primas aos países centrais do capitalismo, o que acabaria por romper a lógica de dependência. Assim, a industrialização era vista como a forma pela qual os países pobres poderiam superar a condição de subdesenvolvimento.

No contexto nacional o Brasil passava por processo de industrialização a partir da década de 1930 (CANO,1998) o qual se intensificou durante a Segunda Guerra Mundial e nas décadas de 1950 e 1960. Antes da grande depressão, porém, Moreira (1979, p. 26) já apontava para a existência de uma estrutura industrial importante no país:

Quando ocorreu a grande depressão, o Brasil já possuía um mercado interno amplo e uma estrutura industrial incipiente, mas de relativa diversificação. Isto na região Centro-Sul, que desde fins do século passado propiciou a implantação de indústrias, com base em uma demanda por produtos cujas características tecnológicas mais simples favoreciam a sua produção internamente. Isto foi possível devido ao desenvolvimento da atividade cafeeira, à qual estava associada uma

grande massa de trabalhadores, e ao processo de urbanização que gerou uma classe média.

O autor destaca que o nascimento da indústria no Brasil está relacionado a produção cafeeira. Não obstante, tal processo apresentava como principal característica forte concentração espacial, sobretudo no estado de São Paulo.

Para alguns autores, a interligação do território nacional, com a construção de macrossistemas técnicos, sobretudo de rodovias e de produção e distribuição de energia elétrica contribuíram para o crescimento da indústria nascente em São Paulo na medida em permitiu a formação de um mercado nacional consumidor para os produtos paulistas. Ao mesmo tempo, tal processo teria provocado à queda da produção industrial no Nordeste, tendo em vista que a indústria paulista passou a concorrer diretamente com a produção do Nordeste, a qual antes, não tinha concorrência, em função justamente do isolamento provocado pela inexistência de sistemas de circulação (CANO, 1998).

No contexto de pressão por ações que visavam à diminuição das desigualdades regionais, cria-se a SUDENE a partir da lei N° 3.692, de 15 de Dezembro de 1959. (BRASIL, 1959), que tinha como principais objetivos, conforme o artigo 2:

- a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
- b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento;
- c) executar, diretamente ou mediante convênio, acôrdo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos têrmos da legislação em vigor;
- d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste.

No que tange à instalação de indústrias, Moreira (1979) comprova que os principais estados beneficiados foram Bahia, Ceará e Pernambuco. E um dos principais instrumentos normativos que estimulavam o crescimento industrial era o sistema conhecido como 34/18, em função dos artigos 34 da lei n° 3.995 de 14/02/1961 e 18 da lei n° 4.239 de 27/06/1963. De acordo com Moreira (1979, p. 88).

Esse sistema consiste em que as pessoas jurídicas possam deixar de pagar ao Tesouro Nacional até 50% do montante de seus impostos sobre a renda, para investir ou reinvestir em projetos na área do Nordeste, reconhecidos pela SUDENE como prioritários para o desenvolvimento da região.

Apesar das ações beneficiarem principalmente outros estados Nordestinos, a SUDENE contribuiu para a constituição do uso industrial do território no Rio Grande do Norte e que se refletem até hoje na composição dos tipos de indústria que atuam no estado. Qual então, era a configuração espacial e de tipos de estabelecimentos industriais que atuavam no RN nas décadas de 1960 e 1970?

Costa (1977) com base nos dados do Censo Industrial de 1970 aponta para a pouca expressividade da atividade industrial no estado que pode ser expressa pelo pequeno número de estabelecimentos industriais – 2204 apenas. Mesmo nessa época a indústria já se configurava bastante concentrada, visto que 5 municípios concentravam 53,4% dos estabelecimentos. Um dado interessante desse censo, é que o maior número de indústrias estava localizado em Mossoró (20,42% do total estadual), enquanto Natal surgia em segundo com 380 estabelecimentos (17,24%), sendo seguidos respectivamente por Grossos, Caicó e Açu. Ou seja, do litoral oriental apenas a capital do estado destacava-se na produção industrial.

Em 1970 o valor da produção industrial no estado foi de C\$ 346.765¹⁸ dos quais 19,1% do total gerado vieram da produção de vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Ficava atrás apenas da produção de alimentos (26,1%) e Têxtil (20,6%), e a frente da extração de minerais (18,8%). (COSTA, 1977).

Apesar dessa importância, o RN se caracterizava pela rarefação no que se refere à atividade industrial citada. Somente 15 municípios registravam estabelecimentos do ramo de confecções, e destes, apenas 3 apresentavam relativa densidade, quando comparamos a distribuição da atividade no interior do território potiguar: Natal, Caicó e Mossoró (ver mapa 12).

Mas havia diferenças importantes em relação à tipologia dessas indústrias, conforme a autora destaca

A indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos está concentrada nas cidades de Mossoró, Caicó e Natal. Mossoró e Caicó dedicam-se mais aos tipos que estão ligados ao aproveitamento do couro, enquanto que em Natal assumem grande importância as indústrias de confecções, que empregam grande número de pessoas, como por exemplo, a Guararapes e a SORIEDEM, com representação em vários estados do Brasil. (COSTA, 1977, p. 39).

¹⁸ 1 = mil (IBGE, 1970)

Assim, em 1970 eram 65 estabelecimentos industriais nas confecções (2,94% do total estadual)¹⁹, ficando atrás da fabricação de alimentos, fabricação de produtos de minerais não metálicos, extração de minerais, fabricação de produtos de madeira e mobiliário e da indústria têxtil. Apesar disso, já era o terceiro ramo industrial em relação à mão de obra ocupada, com aproximadamente 2.100 empregados, o que equivale a cerca de 12,5% do total estadual. Só ficava atrás do número de empregados na extração de minerais e na produção de alimentos (COSTA, 1977).

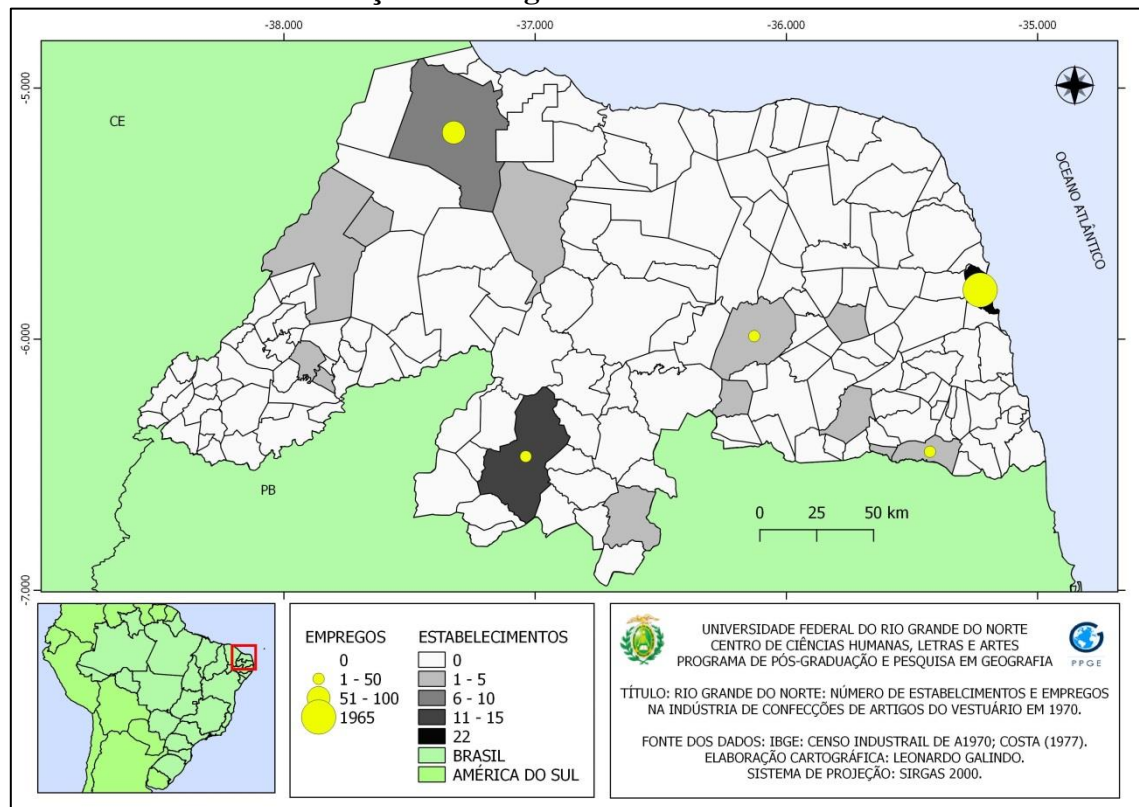
Já nesse período Natal concentrava o maior número de estabelecimentos industriais do ramo analisado, com 33,85% do total. Apesar disso, como é possível notar, era o único município da mesorregião leste do estado a ter estabelecimentos de vestuário. Somado com Caicó e Mossoró chegavam a 70,77%, enquanto a grande maioria dos municípios (Açu, Apodi, Campo Redondo, Felipe Guerra, Frutuoso Gomes, Martins, Parelhas, São José do Campestre e São Paulo do Potengi) apresentavam somente um estabelecimento (COSTA, 1977, IBGE, 1970).

Mas havia uma concentração ainda maior quando se considera a distribuição espacial dos empregos, uma vez que Natal, com 1965 empregados possuía mais de 93% da mão de obra. No entanto, na realidade essa concentração era um pouco menor, já que para muitos municípios, especialmente aqueles em que havia apenas 1 ou dois estabelecimentos, não era divulgado a quantidade total de trabalhadores²⁰.

¹⁹ Os 65 estabelecimentos referem-se apenas ao ramo de confecções, sem incluir o de calçados.

²⁰ Segundo informações do referido Censo industrial, o “resultado foi omitido a fim de evitar identificação do informante” (IBGE, 1970, p. 8).

Mapa 08: Rio Grande do Norte: número de estabelecimentos industriais de confecções de artigos do vestuário em 1970.



Fonte: IBGE, censo industrial, 1970.

Uma das razões para explicação dessa concentração pode ser a rarefação de sistemas de engenharia necessários para a instalação das indústrias. De fato, um documento do GTDN de 1959 aponta para o problema do fornecimento irregular e a preços altos de energia elétrica praticados no Ceará e no Rio Grande do Norte.

Sem embargo, importantes áreas do Nordeste – em particular os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte – continuam à espera de solução para o angustiante problema da oferta de energia. Os reajustamentos cambiais recentes, que vieram colocar em bases mais realistas os custos dos combustíveis líquidos afetaram seriamente aquelas regiões, dependentes que são de uma oferta local de energia de fonte térmica [...]. Muitas das indústrias localizadas ali, que conseguiram sobreviver às vicissitudes do último decênio, estão agora seriamente ameaçadas, em sua capacidade competitiva, por um custo de energia que, em muitos casos, chega a ser cinco vezes mais elevado que o diretamente pago a Paulo Afonso, em outras regiões nordestinas. (GTDN, 1967, p. 87-88).

A despeito dos projetos de industrialização promovidos pela SUDENE para o Nordeste brasileiro, o RN saía em desvantagem em relação aos demais estados da região, uma vez que não oferecia condições básicas para a instalação industrial em virtude das

deficiências relatadas no fornecimento de energia elétrica. Barbosa (2015) citando dados da Mensagem do Governo estadual em 1963 mostra que neste ano somente 26 municípios potiguares contavam com eletrificação.

Apenas em meados dos anos 1960, a partir da atuação do governo do estado com a elaboração do Plano de Eletrificação do Rio Grande do Norte, da criação da Companhia e Distribuidora de Serviços Elétricos (COSERN) e de convênios com a SUDENE tem-se o abastecimento regular e barato de energia elétrica a partir de Paulo Afonso (BA) para a maior parte do estado (BARBOSA, 2015). E em muitas áreas rurais, a energia elétrica só se faz presente a partir do século XXI com o programa Luz para Todos do Governo Federal.

Nesse sentido, a configuração espacial do ramo de confecções apresentado no mapa 08 em 1970, expressa, em grande medida, a disponibilidade de eletricidade no estado, a qual antes da construção de sistemas de engenharia para trazer energia de Paulo Afonso, estava restrita aos maiores municípios do RN: Natal, Mossoró e Caicó.

Outro fator a ser considerado é que um expressivo número de atividades industriais demandam a utilização de grande quantidade de água no processo produtivo. Assim, a falta de disponibilidade, ou abastecimento irregular da mesma, devido à rarefação de sistemas técnicos limitava as possibilidades de instalação industrial na maior parte do estado.

Por sua vez, Natal apresentava maior possibilidade, tanto pela existência de rios perenes como de reservatórios de água em municípios vizinhos, a exemplo da lagoa de Extremoz. Tal fator pode ter sido fundamental para a instalação (nos anos 1980 e 1990) de distrito industrial em Natal, no qual se destaca a atuação da indústria têxtil, e do vestuário.

Desse modo, a diferença de densidade técnica no RN demonstra que o território se impôs como norma que autorizava ou não seu uso pelas indústrias. Nos lugares com maior densidade técnica como Natal ocorreu à instalação de indústrias financiadas pela SUDENE, enquanto na maior parte do estado, a rarefação de sistemas de objetos e ações necessários à atividade industrial não autorizava esse tipo de uso.

Nesse contexto a atuação da SUDENE vai contribuir para um uso industrial do território bastante concentrado espacialmente em Natal.

A ação da SUDENE se faz sentir na implantação, ampliação e modernização de indústrias no Rio Grande do Norte, principalmente a partir de 1964, notadamente em Natal, Mossoró, Eduardo Gomes²¹, Macau e Areia Branca. São indústrias ligadas, sobretudo, ao beneficiamento do algodão, confecções, sal, pesca e gêneros alimentícios,

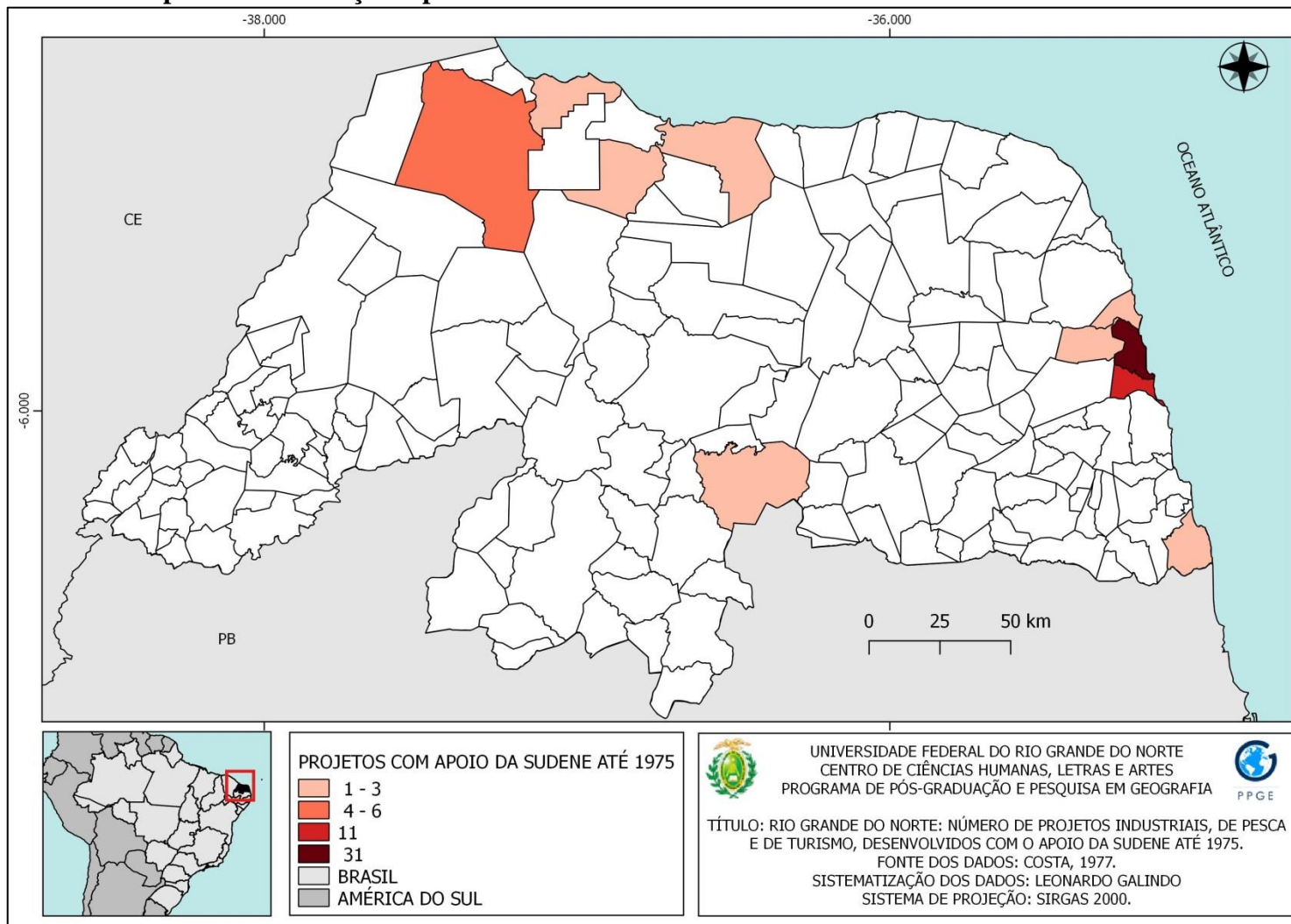
²¹ Município de Parnamirim.

com investimentos no total de 2 bilhões de cruzeiros. (COSTA, 1977, p. 43-44).

De fato, até 1975 houve 58 projetos financiados pela SUDENE no RN, mas apenas 10 municípios foram contemplados (ver mapa 09). E mesmo entre esse grupo, a maior parte dos projetos financiados estava localizado em Natal (53,44%) e no município vizinho de Parnamirim (18,97%), que juntos concentravam 72,41% do número de empreendimentos que receberam financiamento da superintendência (COSTA, 1977). Dentre os principais ramos beneficiados estavam o da pesca, alimentos, hotelaria, têxtil e vestuário, além de grupos próximos e este, como a fabricação de zippers e botões.

Do total de 58 projetos industriais contemplados, 8 eram do ramo de confecções, dos quais 7 se localizavam em Natal e 1 no município vizinho de São Gonçalo do Amarante. Analisando mais detidamente os dados, vemos que a empresa beneficiária desse município instalou-se justamente no limite territorial com Natal. É a ação da SUDENE que vai então, ser responsável pela concentração espacial a indústria de confecções em Natal.

Mapa 09: Distribuição espacial dos investimentos industriais da SUDENE no RN até 1975



Fonte: COSTA, 1977.

Quadro 5: Empresas: agentes do ramo de confecções beneficiados pela SUDENE no Rio Grande do Norte até 1975

	EMPRESA	MUNICÍPIO	VALOR INVESTIDO	EMPREGOS	ENDEREÇO
1	Alpargatas Confecções Nordeste S/A	NATAL	95.500.000	887	Av. Bernardo Vieira, 860
2	Guararapes Confecções S/A	NATAL	89.902.400	3018	Av. Bernardo Vieira, 1535
3	T. Barreto Ind. e Comércio S/A	NATAL	41.106.250	441	Rua Gal Glicério, 246
4	Ind. De Confecções Sparta NE LTDA.	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	31.962.419	1100	Estrada Natal/São Gonçalo (Gancho)
5	Confecções Arpel LTDA	NATAL	13.000.000	253	
6	SORIEDEM	NATAL	8.735.728	661	Av. Salgado Filho, 2233
7	Confecções Reis Magos S/A	NATAL	7.576.286	361	BR-101, Km 2, Neópolis
8	Confecções DINAN LTDA.	NATAL	5.450.774	120	
TOTAL			293.233.857	6841	

Fonte: Adaptado de Costa (1977). Organização dos dados: Leonardo Galindo.

Assim, os 8 projetos do grupo de confecções absorveram 14,65% do valor total investido pela SUDENE no RN até 1975, mas em termos de emprego, foi o responsável por 40,67% do total gerado a partir de empreendimentos investido pelo programa de industrialização.

O Rio Grande do Norte e Natal, de modo particular, se beneficiaram com a política de industrialização do Nordeste implantada pela SUDENE, com a aplicação de incentivos fiscais. Contudo, apesar de ter propiciado a instalação de várias indústrias no Estado, sua atuação no Rio Grande do Norte parece ter sido bem inferior em termos quantitativos e qualitativos, a de outras capitais nordestinas, especialmente Recife e Fortaleza, reforçando assim a ação polarizadora desses centro sobre o Rio Grande do Norte. (COSTA, 1977, p. 44).

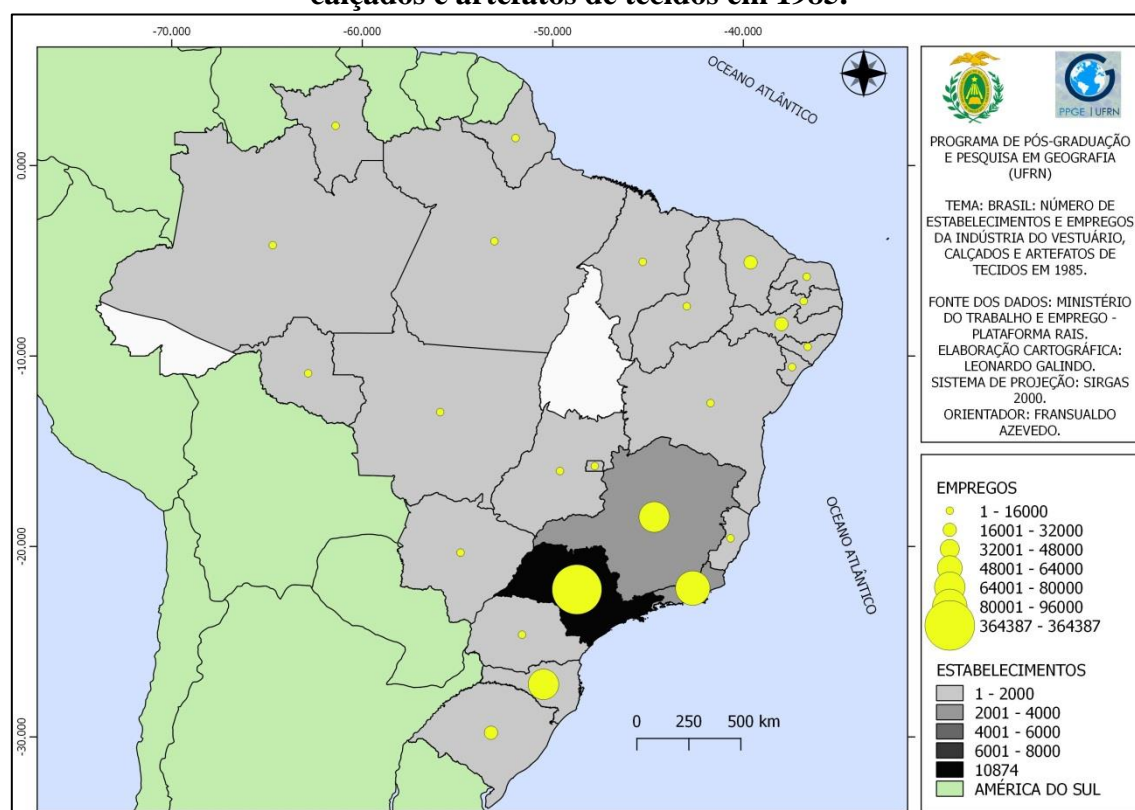
Apesar dos investimentos da SUDENE, que se destacaram no RN pelas empresas do ramo de confecções, no final do primeiro período e início do segundo, o setor pesquisado mostrava-se bastante concentrado na Região Sudeste (ver mapa 10). Em 1985, de acordo com dados do RAIS, o grupo de indústrias do vestuário, calçados e artefatos de

tecidos²² apresentava um total de 21.976 estabelecimentos espalhados pelo país (RAIS, 2016).

Nesse ano, em apenas cinco estados da federação a atividade pesquisada era realmente densa, na medida em que concentravam tanto a maior parte dos estabelecimentos quanto o maior número de trabalhadores empregados no setor. Esses estados respondiam sozinhos por 76,89% dos estabelecimentos do país: SP, (49,48%) RJ (14,48%), MG (11,29%) RS (5,49%) e SC (4,35%).

Já no Nordeste estavam apenas 1440 estabelecimentos, equivalente a 6,55% do total nacional, dos quais 38,19% estavam no Ceará e 23,19% em Pernambuco. No Rio Grande do Norte havia 78 estabelecimentos, ou apenas 0,35% do total nacional.

Mapa 10: Brasil: número de estabelecimentos e empregos da indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos em 1985.



Fonte: RAIS, 2016.

No que se refere à situação dos empregos, a concentração espacial era maior do que se verificava em relação aos estabelecimentos, já que em cinco estados estavam 82,54% dos 744.208 trabalhadores ocupados no Brasil: SP (48,96%), RJ (10,89%), SC (9,57%),

²² Os dados do RAIS para o ano pesquisado não separavam o grupo de calçados, artefatos de tecidos e artigos do vestuário, o que dificulta a comparação mais precisa com os dados atuais. Mesmo assim, acreditamos que não podem ser descartados na nossa análise.

MG (9,01%) e RS (4,04%). Nota-se que SP era responsável por praticamente metade dos estabelecimentos e dos empregos do Brasil em 1985 no ramo analisado. Ou seja, apesar da atuação da SUDENE e dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, o ramo permanecia concentrado em SP.

Embora concentrasse apenas 6,55% dos estabelecimentos em 1985, na região Nordeste trabalhavam 12,55% da mão de obra. Ceará e Pernambuco eram o sexto e sétimo do Brasil respectivamente em relação ao número de trabalhadores (3,94% e 3,12%), enquanto o Rio Grande do Norte que tinha apenas 0,35% dos estabelecimentos (e 5,42% do total regional) abrigava 1,71% da força de trabalho ocupada, sendo a terceira da região Nordeste (13,58%) (RAIS, 2016).

Desse modo, em 1985 o RN abrigava 78 estabelecimentos e 12.689 empregados (ver mapa 10) de acordo com o RAIS. O número de estabelecimentos é maior do que os 65 contabilizados em 1970 pelo censo industrial. No entanto, o valor de 1970 correspondia apenas a empresas do ramo de confecções, enquanto esses 78 de 1985 incluem também o grupo de calçados e têxtil, o que pode indicar que nesse período de 15 anos houve uma diminuição, ou pelo menos uma estagnação do número total de estabelecimentos do setor de confecções.

Outro fator a ser considerado, é que os investimentos da SUDENE priorizaram no RN grandes empresas do setor, (Quadro 5) as quais empregavam mais de 100 funcionários por unidade produtiva, e algumas delas com mais de mil funcionários, muitas tendo como origem outros estados da federação (COSTA, 1977). Tal fato confirma uma das características dos incentivos da SUDENE, que beneficiaram em sua maioria, indústrias da região Sudeste, conforme Moreira (1979).

Assim, a ação do Estado promovendo a industrialização acabou favorecendo a concentração da atividade em poucas empresas, as quais concentravam um grande número de empregados por unidade produtiva, o que explica, por exemplo, que tanto o Nordeste quanto o RN pouco se destacavam nacionalmente em relação à quantidade de estabelecimentos industriais, mas apresentavam em contra partida uma participação relativa bem maior da força de trabalho.

Ao mesmo tempo, essa situação limitava o crescimento ou mesmo pode ter provocado à diminuição do número de pequenos estabelecimentos industriais do setor em função da concorrência. Deduzimos que antes da instalação dos empreendimentos de confecções pela SUDENE, a maior parte dos estabelecimentos do RN tinha um circuito espacial de produção bastante restrito espacialmente, atendendo mercado consumidor

local, e no máximo regional.

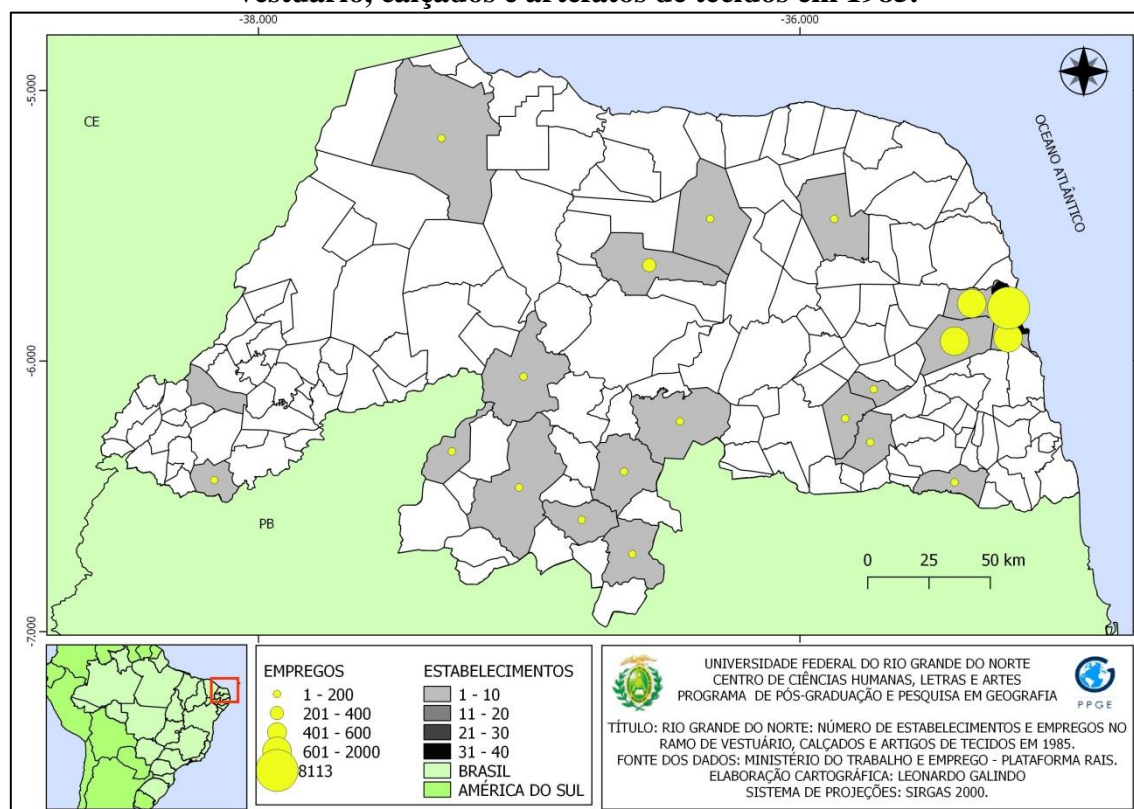
Com a integração do mercado nacional (CANO, 1998) a partir da construção de objetos técnicos no território nordestino e a ação da SUDENE beneficiando grandes empresas industriais, as pequenas empresas acabaram não tendo condições de concorrer, sendo fechadas ou absorvidas pelas maiores, que controlavam todas, ou a maior parte das etapas do circuito espacial produtivo do vestuário.

Assim, se por um lado o Estado promoveu o uso do território pela atividade do vestuário no RN, por outro, apenas alguns atores específicos se beneficiaram de tal processo, as grandes empresas, ocasionando uma situação de concentração espacial e do comando da maior parte da produção do local por poucas indústrias no ramo do vestuário. Na medida em o Estado, a partir dos poderes, executivo e legislativo, e de suas instituições financeiras promovia o crescimento industrial, especificamente o das confecções de vestuário beneficiando grandes grupos, entendemos que já nesse período havia a tendência de efetivação de um uso corporativo do território pela indústria do vestuário no Rio Grande do Norte.

Ao final do primeiro período e início do segundo, o uso do território pela indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos, dava-se principalmente no que viria a ser a região metropolitana de Natal. Em 1985, 21 municípios abrigavam estabelecimentos do setor pesquisado, mas em 12 deles havia apenas uma unidade produtiva (mapa 11). Apenas em Natal estava quase metade dos estabelecimentos do estado (35, equivalente a 44,87% do total) (RAIS, 2016).

Juntamente com os municípios vizinhos de Parnamirim, Macaíba e São Gonçalo do Amarante abrigavam 64,1% das unidades produtivas. Considerando outras regiões do estado, apenas Mossoró apresenta relativa importância, com 7 estabelecimentos (8,97% do total estadual). Se considerarmos que em 1970 apenas Natal detinha empresas em toda a mesorregião leste (mapa 13), nota-se um movimento de concentração espacial importante, em que Caicó e Mossoró perderam importância.

Mapa 11: Rio Grande do Norte: número de estabelecimentos e empregos no ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos em 1985.



Fonte: RAIS, 2016.

Quando consideramos a distribuição espacial dos empregos a concentração espacial mostrava-se ainda maior. Em 1985 havia 12.689 trabalhadores na produção de vestuário, calçados e artigos de tecidos, mas apenas Natal abrigava 63,94% dessa força de trabalho. Em seguida estavam Parnamirim (15,6%), São Gonçalo do Amarante (8,46%) e Macaíba (5,64%). No restante do RN predominava a rarefação em relação aos setores econômicos pesquisados. Os poucos municípios com estabelecimentos industriais apresentavam um pequeno número de empregados.

3.2 O Rio Grande do Norte na guerra dos lugares: os programas de atração de indústrias e a reafirmação da concentração espacial da indústria do vestuário na região metropolitana.

Os anos 1980 são marcados pelo processo de redemocratização e redefinição da ação do Estado no que concerne à promoção do crescimento industrial. A crise fiscal limitava as possibilidades de ação do mesmo (PEREIRA JÚNIOR, 2011). Nos anos 1990 tem início a implantação do neoliberalismo e a consequente reestruturação produtiva, a

qual tem sua manifestação geográfica por meio da “guerra dos lugares” (SANTOS, SILVEIRA, 2004), em que os estados da federação passaram a disputar a instalação de unidades industriais por meio da oferta de incentivos fiscais e doação de terrenos com infraestrutura implantada.

No contexto local o RN vivencia a crise das economias tradicionais, o que levou o governo estadual a assumir o protagonismo iniciando um processo de reestruturação produtiva ainda nos anos 1970 e 1980. As ações contemplaram a construção de infraestruturas, com barragens e açudes, bem como a promoção da modernização econômica. (AZEVEDO, 2013).

Todavia, esse segundo período do uso do território pela indústria de confecções no RN é marcado pela criação de uma maior densidade normativa para dar suporte a essa atividade. O principal exemplo é a criação do PROADI em 1985 e também de distritos industriais. Nesse contexto Tavares (2017) retrata a criação do Distrito Industrial de Natal (DIN) construído na zona norte da capital potiguar em meados dos anos 1980, com 150 hectares e na fronteira com o município de São Gonçalo do Amarante.

Para o autor, essa localização decorreu pelo fato de que a então área urbana de Natal já não comportava grandes empreendimentos industriais. Ao mesmo tempo a área escolhida para o empreendimento estava próxima as principais vias de circulação, como a BR-101 e o porto.

No entanto, em sua obra o autor não cita os instrumentos normativos (leis, decretos...) que criaram o referido distrito industrial. Em nossa pesquisa também não conseguimos encontrar a norma em si, nem a partir de consulta a SEPLAN, SEDEC, e a portais eletrônicos do governo estadual. Já a pesquisa bibliográfica revelou que direta ou indiretamente vários trabalhos mencionam o DIN (FILHO, NASCIMENTO, 2015; ARAÚJO, 2009; MEDEIROS, PAZ, 2010; QUEIROZ, 2010), mas sempre de maneira genérica, sem atentar para as normas que regiram sua criação ou uma discussão mais aprofundada sobre os resultados obtidos.

Nesse sentido, a maioria dos dados e uma análise mais aprofundada sobre o DIN foi encontrado no trabalho de Tavares (2017), já citado no texto. Ele destaca a importância da solidariedade organizacional estabelecida com a constituição do DIN e de outros distritos industriais e da criação do PROADI para fomentar o uso industrial do território no RN

Se do ponto de vista normativo o PROADI era, e ainda o é, a melhor expressão da guerra dos lugares; no que concerne a modernização

territorial do estado, os distritos industriais são o que melhor expressam esse processo, dado que objetivam não apenas fornecer um espaço exclusivo para as empresas, como também intencionam que este esteja servido de todos os sistemas técnicos essenciais à valorização produtiva das empresas. [...]. Fato marcante é que o Distrito Industrial de Natal se constituiu em estreita solidariedade organizacional com os incentivos concedidos pelo PROADI, de modo que muitas empresas que chegavam ao território potiguar naquele momento puderam ser beneficiadas tanto pelas normas de isenção fiscal e financeira, quanto por toda infraestrutura e serviços que o distrito industrial lhes ofereciam (TAVARES, 2017, p. 298-299).

A ocupação da totalidade dos lotes destinados a estabelecimentos industriais no DIN ao longo dos anos 1990 levou a necessidade de criação de outro distrito industrial, desta vez situado no município de Macaíba (TAVARES, 2017).

O Centro Industrial Avançado (CIA) de Macaíba foi criado pela lei nº 7.070 de 10 de outubro de 1997, no governo de Garibaldi Alves Filho (RIO GRANDE DO NORTE, 1997). É o mesmo ano em que o PROADI - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte passa por uma reformulação. O CIA instalado em Macaíba foi criado nas imediações do Km 3,5 da BR 304 com cerca de 2 milhões de m² destinados a instalação de estabelecimentos industriais.

Além dos governos estaduais, as prefeituras municipais também passam a assumir protagonismo no sentido de promover um uso industrial do território conforme destacaram Sposito e Azevedo (2016, p. 138-139)

As políticas neoliberais do final do século XX modificaram a divisão interna do trabalho, dentre outras razões, por causa da entrada da China com seus produtos importados, provocando preocupações de reformulação da estrutura produtiva no Brasil. [...] Assim, em outras palavras, o que vai ocorrer, com grande intensidade, é um processo de desconcentração industrial motivado pela procura da manutenção dos lucros com base no custo da força de trabalho. Por isso, a desconcentração se direciona para estados limítrofes no Brasil, do estado de São Paulo e estados do Nordeste. O Rio Grande do Norte não foi alvo preferencial da desconcentração produtiva de São Paulo (como ocorreu com o Ceará), mas se beneficiou, indiretamente, por meio dos investimentos no mercado imobiliário, na melhoria da infraestrutura, nos ciclos de exportações, daquilo que chamamos de disjunção produtiva.

No Rio Grande do Norte merece destaque a criação pela prefeitura de Macaíba do Distrito Industrial de Macaíba, criado ao lado do CIA. Tavares (2017) ressalta que a

despeito de algumas empresas que atuam em escala nacional e mesmo multinacionais terem se instalado nessas duas áreas industriais do município de Macaíba, a maior parte dos empreendimentos são de médio porte que já existiam no estado e que apenas deslocaram suas unidades produtivas para aproveitar área com melhor infraestrutura e poder beneficiar-se do PROADI.

O distrito industrial de Macaíba foi criado pela lei nº 486/97 de 2 de junho de 1997 e reformulado pela Lei Nº 1.105 de 19 de Novembro de 2003. De modo geral estabelece isenção de até 100% dos tributos e taxas municipais como “Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza –ISSQN; Taxa de Licença para execução de Obras; Taxa de Licença para Localização e Funcionamento e da Taxa da Coleta de Lixo” (MACAÍBA, 2003).

A contra partida oferecida pelas empresas é a contratação de pelo menos 60% da força de trabalho oriunda do município. Os benefícios são válidos por dez anos podendo ser prorrogáveis por mais cinco.

Mas os dois distritos industriais de Macaíba não conseguiram atrair empresas do ramo têxtil e de confecções, com exceção da Coteminas. Contavam juntos com 29 empresas instaladas em 2015 de acordo com Tavares (2017). O autor enfatiza o grande número de segmentos industriais existentes, desde alimentos e bebidas, a produtos plásticos, fabricação de argamassas, o que segundo o mesmo, dificulta a criação de encadeamos produtivos, que ocorreria com a instalação de empresas do mesmo ramo ou de ramos próximos de atividade.

Nesse contexto, os novos distritos diferem do DIN, em que a maior parte das indústrias é do grupo têxtil e de confecções. Fora dessa zona industrial, as maiores empresas desse setor estão localizadas de modo disperso em Parnamirim. Fora da Região Metropolitana Tavares (2017) destaca o Distrito Industrial de Mossoró. Mas o mesmo não abriga indústrias têxteis ou de confecções. Os principais ramos instalados no município relacionam-se principalmente à extração de minerais e alimentos.

Se no final dos anos 1990 a forma privilegiada com que se dava o uso industrial do território eram os distritos industriais, os programas de atração de empresas e de incentivos fiscais se configuravam como as principais normas que criavam condições e estimulavam, bem como estimulam até hoje a produção industrial no estado. No RN dois programas merecem destaque: o PROADI e o Pró-Gás.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Norte (PROADI) foi criado em 1985, durante a gestão do então Governador José Agripino

Maia²³ a partir da Lei nº 5.397, de 11 de outubro do referido ano. O programa passou por várias reformulações ao longo tempo, sendo mais importantes as efetuadas em 1997 com base na Lei nº 7.075 de 17 de novembro de 1997, e no decreto nº 13.723 de 24 de dezembro do mesmo, bem como a Lei nº 9.995, de 12 de novembro de 2015 (RIO GRANDE DO NORTE, 1997; 2015).

O artigo 1 da lei de 1997 apresenta como principal objetivo do programa “apoiar e incrementar o desenvolvimento industrial do estado”. Para tanto o PROADI pretende “assegurar a concessão de financiamento a empresas industriais, sob a forma de contrato mútuo de execução periódica, através de instituição financeira oficial credenciada pelo Governo do Estado”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1997 Lei 7.075 Art. 2º).

O PROADI é gerido pela Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Norte (AGN). Esta é uma instituição financeira criada pelo Governo Estadual, a partir das Leis estaduais N° 7.462, de 02 de março de 1999 e nº 7.988, de 5 de outubro de 2001. No entanto, sua criação tem como base eventos que ocorriam em escala nacional nos anos 1990, como a abertura econômica e o programa de privatizações levado a cabo pelos governos Federal e estaduais, com destaque para o setor financeiro, com a venda de ativos, dentre os quais, os bancos estaduais.

No RN o Banco do Estado do Rio Grande do Norte (BANDERN) foi criado em 1909 (BARBOSA, 2015), tendo encerrado suas atividades em 1990. Por sua vez, a criação da AGN estava em conformidade com esses eventos relacionados à privatização do setor bancário nacional, conforme consta em seu endereço eletrônico:

O Governo Brasileiro, em estreita articulação com os Estados, vem promovendo a modernização e reorientação dos antigos "bancos estaduais", cujo modelo operacional e institucional esgotou-se, e no lugar dessas entidades estão sendo criadas as AGÊNCIAS DE FOMENTO. (AGN, sem data).

A criação das agências de fomento veio acompanhada da elaboração de normas jurídicas que regulam a atuação dessas instituições financeiras, a exemplo da Resolução nº 2828 do Banco Central do Brasil de 30 de março de 2001. É neste contexto que surge a AGN. Embora seja uma entidade do poder pública estadual, é uma instituição financeira de economia mista e que conta com recursos, do orçamento geral do estado, e das federações

²³ Político, ex-governador e atual Senador pelo Rio Grande do Norte, filiado ao partido Democratas,

da Indústria, do Comércio e Agricultura do RN (AGN, sem data). Tem como principal objetivo

Fomentar o desenvolvimento econômico e sustentável do Rio Grande do Norte, promovendo a criação de emprego e renda, estimulando a modernização das estruturas econômicas e sociais, aumentando assim, a competitividade empresarial do Estado (AGN, sem data²⁴).

Esta instituição gerencia os recursos provenientes do PROADI. O programa se diferencia dos demais realizados em outros estados da federação, que se baseiam principalmente na renúncia de total ou parte do ICMS, como verificado no Ceará e discutidos por Pereira Júnior (2011). Nesse contexto, o PROADI se caracteriza como um programa de financiamento para instalação e manutenção da indústria no RN conforme expressou o Secretário Adjunto da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (SEDEC)²⁵.

Apresentaremos suas principais características atuais, tendo como base o arcabouço normativo citado. Sobre as empresas beneficiadas, as normas estipulam que podem beneficiar-se do PROADI: empresas novas (em fase de instalação, ou com no máximo 6 meses de atividade); empresas já existentes em território potiguar, desde que aumentem sua capacidade de produção em até 20% a partir da realização de novos investimentos; empresas que tenham suspenso suas atividades por um período de no mínimo 6 meses contados a partir da data do pedido de concessão, ou que tenha capacidade ociosa de pelo menos 25% por no mínimo 24 meses antes de formalizar o pedido do benefício. O programa exclui empresas do ramo de construção civil, com exceção das que fabricam produtos cerâmicos.

Já os recursos disponíveis para o financiamento a partir do PROADI são oriundos do Orçamento Geral do Estado, não podendo ultrapassar o valor de 10% da receita tributária líquida. Os valores finais para cada ano são definidos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado (CDE). Os juros sobre financiamentos com recursos do programa são de 3% ao ano, e o prazo dos financiamentos é de até 10 anos, com no máximo 3 anos de carência.

A empresa beneficiada poderá solicitar novos financiamentos, desde que respeite o prazo de pelo menos 5 anos após a concessão do primeiro financiamento e apresente

²⁴ Consultar: <http://www.agnrn.com.br/aempresa.asp>

²⁵ Entrevista realizada em 06 de julho de 2017, com o Secretário Adjunto da SEDEC, o Sr. Otomar Lopes Cardoso Júnior.

projeto de viabilidade econômica que contemple a ampliação da capacidade produtiva em pelo menos 20%.

O governo do estado, juntamente com o Conselho de Desenvolvimento Econômico estabeleceram alguns critérios levados em consideração para as análises de pedidos de financiamento via PROADI. Os principais são: a quantidade de empregos criados; a utilização de matéria-prima e insumos produzidos no estado; o aumento da capacidade de geração de tributos estaduais; a modernização do processo produtivo e aquisição de máquinas e equipamentos novos; e o valor total a ser investido.

O montante financiado é calculado a partir do valor do ICMS devido. Nesse sentido, o governo busca a partir das diferenças de percentual do imposto citado, estimular a desconcentração espacial das atividades produtivas. Assim, para as indústrias instaladas em Natal, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Macaíba e Extremoz o valor liberado dos recursos do PROADI corresponde a 60% do ICMS devido pelo estabelecimento, enquanto as indústrias localizadas em outros municípios do estado ou nas áreas industriais definidas por lei têm direito a recursos equivalentes a 75% do imposto estadual.

Na prática o PROADI contribui para a concentração industrial em Natal e alguns municípios da região metropolitana, já que as áreas industriais criadas por lei são os distritos industriais de Natal, Macaíba e Mossoró, que acabam tendo as mesmas possibilidades de financiamento que os demais municípios do estado. Como a capital potiguar, região metropolitana e Mossoró apresentam maior densidade de infraestruturas, serviços, população, etc. em relação a outros lugares no estado, acabam por ter vantagens na atração de empreendimentos industriais. O PROADI só reforça a concentração espacial da atividade industrial iniciada com a SUDENE.

Além do PROADI o governo do estado criou outro instrumento normativo visando atrair investimentos industriais. É o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial Pelo Incentivo do Gás Natural – o RN GÁS MAIS. Ele foi criado a partir da lei estadual nº 7.059 de 18 de setembro de 1997 (mesmo ano da criação do CIA de Macaíba e da reformulação do PROADI) com o nome de PROGÁS. Seu diferencial em relação aos incentivos oferecidos por outros estados é o subsídio do gás, recurso abundante no estado.

O RN GÁS MAIS é complementar ao PROADI. Segundo a Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS), o programa ajudar a dar maior competitividade ao RN na atração de empreendimentos industriais, já que a guerra dos lugares movida pelas unidades federativas acaba por anular os efeitos do PROADI, uma vez que todos possuem programas semelhantes (POTIGÁS, sem data).

Em 2017 foi reformulado passando a ser chamado de RN GÁS MAIS, a partir da lei nº 10.222 de 20 de julho de 2017. Seu principal objetivo é “fomentar o desenvolvimento industrial do estado”. Para tanto, o governo do estado passa a subsidiar o preço do gás natural para empreendimentos industriais.

Nesse contexto, o programa é operacionalizado pela SEDEC, a qual transfere para a POTIGÁS (concessionária de gás que atua no estado), os recursos necessários à manutenção do subsídio (RIO GRANDE DO NORTE, 2017). Segundo a referida lei, a indústria pode ter o gás subsidiado por um período de 5 anos podendo ser prorrogado em até 5 vezes por igual período de tempo.

Vários fatores contribuíram para a elaboração do programa pelo governo do estado. O primeiro e mais evidente, é a presença do gás natural em território potiguar, o qual é extraído pela PETROBRÁS. Em seguida, a existência da POTIGÁS, criada a partir da lei estadual nº 6.502 de 26 de novembro de 1993. É uma empresa de economia mista tendo como sócios o governo do estado do RN e a PETROBRÁS Gás S/A – GASPETRO (POTIGÁS, sem data).

A referida empresa é responsável pela construção de uma rede de gasodutos no estado que atualmente (início de 2018) tem uma extensão de 403 km. Apesar disso, são poucos os lugares no estado que contam com uma rede de gasodutos, a qual apresenta maior densidade em Natal, Parnamirim, Macaíba e São Gonçalo do Amarante (incluindo os distritos industriais citados neste trabalho). Além dos municípios citados também há rede de gasodutos em Mossoró e na área rural de Ielmo Marinho até as proximidades do aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Também há pequenos trechos em Governador Dix-Sept Rosado e Goianinha (POTIGÁS, sem data²⁶).

A concentração da rede em parte da RMN (resultado do maior número de potenciais consumidores e que justifica a demanda para criação dos gasodutos) acaba por potencializar a instalação de indústrias em Natal e municípios circunvizinhos. Nesse contexto, novamente o território se impõe como norma para o uso industrial do território, uma vez que são poucos os lugares no estado que oferecem tal possibilidade em função da distribuição desigual da infraestrutura de fornecimento de gás.

No entanto, apesar de ter sido criado a mais de 20 anos o RN GÁS MAIS não tem sido fator determinante para a indústria de confecções do estado. Segundo o secretário

²⁶ A POTIGÁS fornece em seu endereço eletrônico a rede de gasodutos que administra no estado. Para consultar acesse: <https://www.potigas.com.br/mapa-rede>

adjunto da SEDEC, dentre as indústrias do setor, apenas a Guararapes é beneficiada pelo programa.

Depois de mais de uma década de guerra dos lugares, e do aumento da densidade normativa visando atrair indústrias, como se distribuía espacialmente o ramo de produção de artigos do vestuário no ano 2000? Conforme pode ser observado no mapa 12, os estados da região concentrada continuavam apresentar maior densidade de variáveis relacionadas à produção de artigos do vestuário, enquanto na maior arte do país a atividade era rarefeita, com exceção da força de trabalho do setor existente no Ceará.

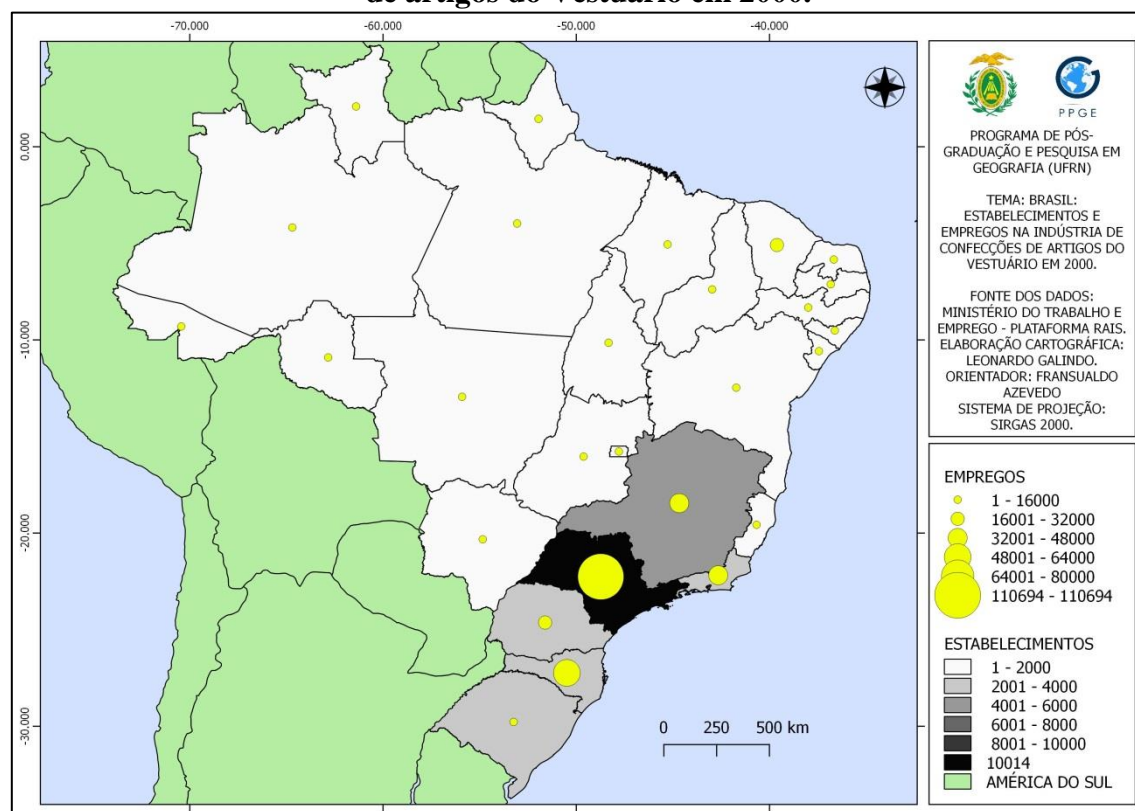
A distribuição espacial dos estabelecimentos de confecções de artigos do vestuário indica que o uso do território pelo ramo de confecções era mais denso em apenas 5 unidades federativas: SP (30,59%), MG (14,12%), SC (12,10%), RJ (8,08%) e PR (7,4%). Juntos somavam 72,29% das 32.734 unidades produtivas do país em 2000, de acordo com o RAIS (2016).

Na região Nordeste havia 3775 estabelecimentos voltados para a confecção do vestuário, o que representa 11,53% do total nacional. O Ceará era o estado nordestino com maior número de unidades produtivas - 40,56% do total regional, e 4,68% quando a comparação é com o Brasil. Nesse contexto, a participação do RN era bastante tímida. Os 227 estabelecimentos sediados em seu território equivaliam a apenas 6,01% do total regional e 0,69% do Brasil (RAIS, 2016).

A distribuição espacial da força de trabalho mostra comportamento semelhante ao de estabelecimentos no que se refere à concentração espacial. No entanto, a participação proporcional de empregos na Região Nordeste em relação ao Brasil é ligeiramente mais significativa em relação à proporção de estabelecimentos, em função principalmente dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte.

Assim, os cinco estados com maior participação no emprego concentravam sozinhos 73,03% da mão de obra ocupada na fabricação do vestuário. São Paulo abrigava 28,43% dos 389.402 trabalhadores do país no ano 2000. Era seguido por SC (14,17%), MG (14,10%), RJ (10,36%) e PR (7,98%). Nota-se que a proporção de trabalhadores de SP em relação ao Brasil era menor que a proporção de unidades produtivas (RAIS, 2016).

Mapa 12: Brasil: Número de estabelecimentos e empregos na indústria de confecções de artigos do Vestuário em 2000.



Já no Nordeste deu-se o inverso. A proporção de empregos em relação ao Brasil era maior que a proporção de estabelecimentos. Na região trabalhavam 60.732 pessoas, o que representava 15,6% do total nacional. Somente o estado do Ceará respondia por 50,44% do total regional e 7,87% do nacional, sendo o sexto do país em número absoluto de funcionários. A proporção é muito superior a de estabelecimentos, em que CE respondia apenas por 4,68% do país (RAIS, 2016).

O mesmo acontece no RN, que contava com 4433 empregados em 2000, que representava apenas 1,14% do total nacional. Apesar da pequena participação em nível nacional, ela é muito superior à proporção de estabelecimentos (0,69%). O estado de Pernambuco também apresentou o mesmo comportamento, embora com menor diferença proporcional entre a força de trabalho e o número de unidades produtivas. Tal fato indica que no Nordeste havia no ano analisado poucos estabelecimentos, mas de maior porte em termos da quantidade de mão de obra empregada.

Para Ribeiro (2005) os anos 1990 tiveram poucas mudanças em relação à divisão territorial do trabalho industrial no Brasil. As maiores alterações

se manifestaram através de tendências de desconcentração regional de setores tradicionais, intensivos em mão-de-obra pouco qualificada e recursos naturais (alimentos, bebidas, têxteis, calçados, etc.), no sentido das regiões menos desenvolvidas. Foram importantes para estes movimentos o baixo custo de mão-de-obra, a disponibilidade de recursos naturais e a concessão de incentivos fiscais e financeiros dos diversos governos estaduais, sem a coordenação de uma política de desenvolvimento regional de âmbito nacional. (RIBEIRO, 2005, p. 358).

Como os dados de 1985 agregavam os ramos de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, a comparação com os dados do ano 2000 é imprecisa. Mesmo assim, nos arriscamos um pouco na análise. Na década de 1980, conforme apresentado para o final do primeiro período, estavam no estado de São Paulo praticamente metade dos estabelecimentos e empregos nas atividades de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, enquanto no Nordeste a proporção era de cerca de 6,5% das unidades de produção e 12,5% da força de trabalho (RAIS, 2016).

Quinze anos depois, e considerando apenas o ramo de confecções do vestuário, a participação de SP é de 30,59% para os estabelecimentos e 28,43% dos empregos, bastante inferior ao dos anos 1980, apesar de ser de longe o líder nacional, e da comparação se dá a partir de ramos diferentes. Já o Nordeste apresentava em 2000 aproximadamente 11,5% das indústrias de vestuário e 15,6% do emprego (RAIS, 2016).

A diferença pode indicar uma relativa desconcentração espacial da produção do vestuário (desconcentração que se daria pelo maior ritmo de crescimento dos estabelecimentos e empregos no Nordeste em relação a SP) e também de outros segmentos, como o calçadista, conforme estudado por Pereira Júnior sobre a indústria de calçados no Ceará (2011).

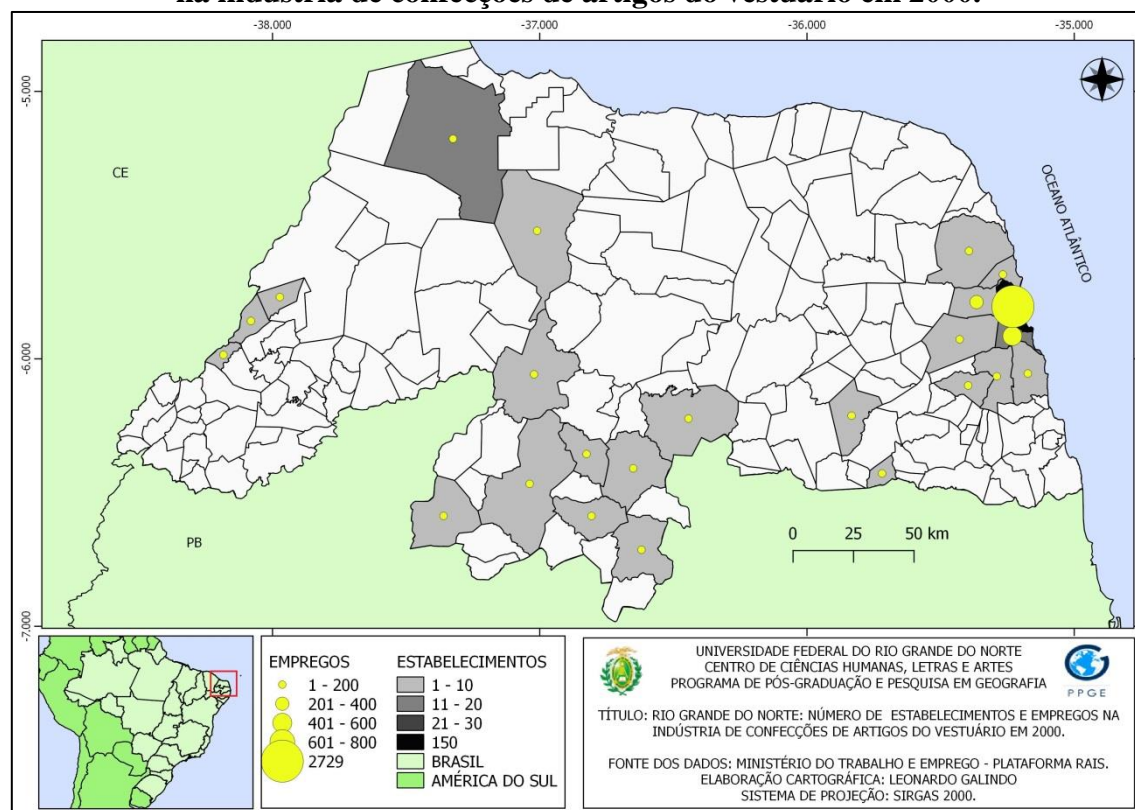
Ao observar a distribuição espacial pelo interior do Rio Grande do Norte de estabelecimentos da indústria do vestuário no RN no ano 2000 (mapa 13) notamos a manutenção da concentração em Natal, apesar do aumento do número de municípios com unidades produtivas.

Isso ocorreu porque 8 dos 24 municípios com estabelecimentos contabilizavam apenas 1 unidade de produção, e apenas 3 (Natal, Mossoró e Parnamirim) contavam mais de 10 estabelecimentos. Somente em Natal estavam aproximadamente 2/3 das 227 unidades de produção do vestuário do RN, enquanto Mossoró registrava apenas 18 unidades fabris (RAIS, 2016).

Quando comparamos com o mapa da distribuição espacial de 1970 notamos também uma expansão do número de estabelecimentos em municípios circunvizinhos a

Natal. Somando-se as unidades produtivas da capital com a dos demais municípios que hoje compõem a região metropolitana chega-se a 80,18% das unidades de produção do vestuário no estado. (RAIS, 2016).

Mapa 13: Rio Grande do Norte: distribuição espacial de estabelecimentos e empregos na indústria de confecções de artigos do vestuário em 2000.



Fonte: RAIS, 2016.

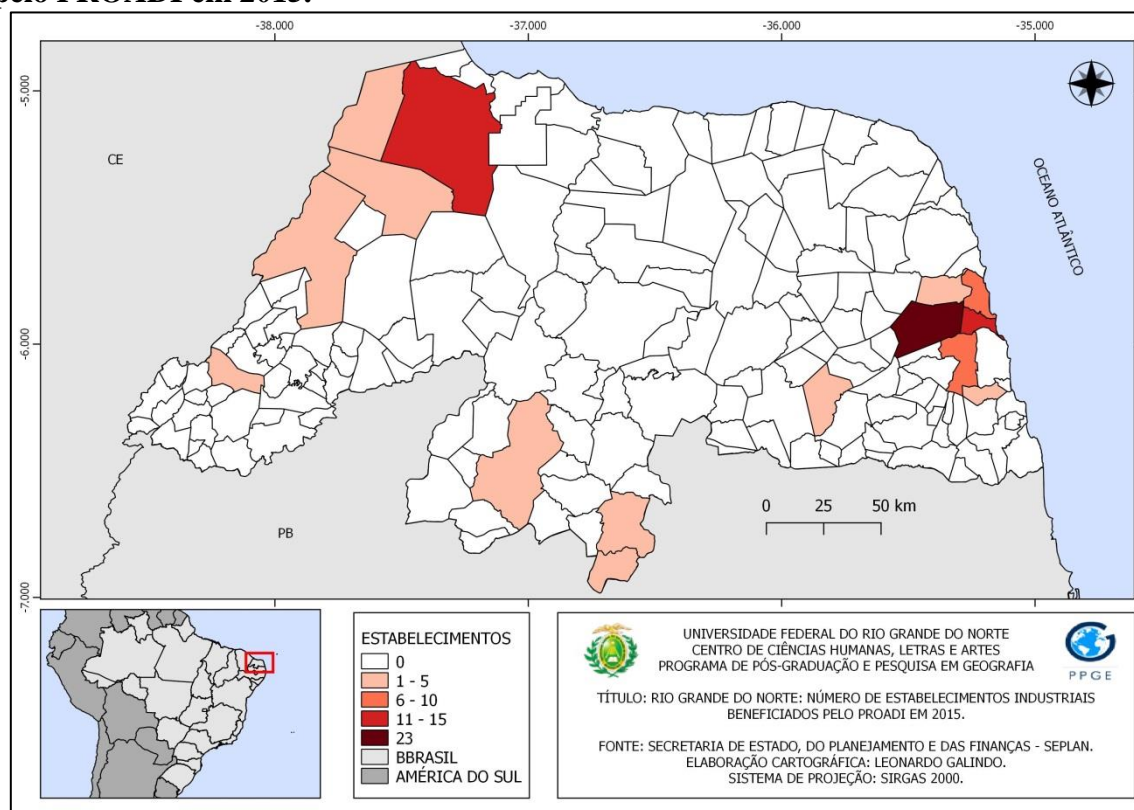
A situação do emprego é semelhante, com maior concentração espacial em Natal e região metropolitana, que juntos, abrigavam 88,29% dos 4.433 empregados do setor no estado, dos quais Natal (61,56%) e Parnamirim (9,79%) se destacavam. Por sua vez, Mossoró, que se destaca em termos de estabelecimentos perde importância quando analisamos a força de trabalho, sendo apenas o sétimo em números absolutos, equivalente a pouco mais de 2% da força de trabalho (RAIS, 2016).

Vimos que o PROADI foi um dos principais programas de atração de indústrias aplicado pelo RN durante a década de 1990. Segundo Araújo (2009), o mesmo beneficiou cerca de 100 estabelecimentos industriais até o ano 2000, contribuindo para a concentração espacial dos estabelecimentos em Natal e entorno. Mas a partir de 2001, quais os resultados do programa? O mesmo é significativo para a instalação/manutenção de indústrias do vestuário?

Em 2015, de acordo com dados da SEPLAN, o PROADI beneficiava 80 estabelecimentos industriais no estado, dos mais diversos segmentos. Destacavam-se empresas relacionadas à produção de alimentos e bebidas, têxtil, confecções de artigos do vestuário, extração de minerais não metálicos, fabricação de produtos de minerais não metálicos e fabricação de embalagens.

Mas o mesmo ainda favorece a concentração das unidades produtivas, conforme pode ser observado no mapa 14. Apenas 15 municípios do RN abrigavam estabelecimentos beneficiados pelo referido programa. Desses, somente em 6 (na RMN) estavam 57 unidades produtivas (71,25% do total de beneficiados). Em Macaíba (23) e Parnamirim (15) localizavam-se o maior número de indústrias, em sua maior parte no distrito industrial entre os municípios citados. No interior do estado, apenas Mossoró destaca-se, com 15% do total das indústrias contempladas pelo programa.

Mapa 14: Rio Grande do Norte: Número de estabelecimentos industriais beneficiados pelo PROADI em 2015.²⁷



Fonte: SEPLAN, 2016.

²⁷ Os dados concedidos pela SEPLAN foram conseguidos pela pesquisadora e estudante de doutorado Francisca Diane Pereira de Farias, a quem agradeço o compartilhamento das informações.

Do total de unidades produtivas beneficiadas 15 são do grupo de indústrias têxteis e de confecções de artigos do vestuário e acessórios, sendo 6 relacionadas ao primeiro segmento, 8 ao segundo e 1 que atua nos dois segmentos. Há empresas multinacionais e outras com capital local e regional. Mas as três indústrias que terceirizam a etapa da costura e integram o Pró-Sertão beneficiam-se do PROADI. Baseado nas informações apresentadas o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial teria contribuído para engendrar um processo de industrialização no RN, pelo menos com base nos setores produtivos citados?

Analisando o processo de industrialização em São Paulo e sua relação com o mercado de trabalho, Cano (1998, p. 25) nos esclarece no que consiste o processo de industrialização: “Do ponto de vista do emprego, não foi a indústria, como setor diretamente produtivo, mas sim a industrialização em sentido amplo, com seus desdobramentos no setor terciário funcional e moderno, que ampliou o mercado de trabalho urbano”.

O processo de industrialização pode ser entendido como aquele em que a instalação de um grupo de indústrias gera repercussões no lugar, a partir da criação de diversas empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de insumos às unidades produtivas. Nesse sentido, um processo de industrialização tendo como base empresas do grupo de confecções por exemplo, levaria a criação de empresas de comércio e/ou produção de tecidos, botões, agulhas, máquinas de costura, de prestadoras de serviços de manutenção das máquinas, etc.

No caso das indústrias citadas atuantes no RN, as de tecelagem, fabricações de botões, dentre outras, poderiam desenvolver intenso intercâmbio comercial com as de confecções. O tempo limitado da pesquisa, bem como a dificuldade de acesso e de disponibilidade dos dados sobre essas empresas não nos permite falar se existe tal relação, e em caso positivo, qual a intensidade da mesma.

A FIERN (2015), publicou plano intitulado “RN MAIS: Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte 2016 – 2035”. Ao se referir a indústria têxtil e de confecções a publicação aponta para a necessidade de estimular o crescimento das empresas de aviamentos, bem como ressalta o fato de que a maior parte dos insumos utilizados pelas fábricas do setor são adquiridos de outros estados. Outro fator apontado é que a pequena quantidade de indústrias impedia a compra de um grande volume de matéria-prima, o que poderia baratear os custos e mesmo o frete, segundo o texto citado.

Assim, a publicação da FIERN evidencia um baixo nível de relação entre essas empresas, que no caso do ramo de confecções praticamente se resume entre facção de costura e grande empresa. O próprio documento ressalta o caráter de dependência nessa relação, e os problemas decorrentes, ao afirmar que

Esta dependência não se traduz em segurança, pois estes grandes compradores não garantem a continuidade do contrato. Além disso, as rápidas variações de demanda provocam uma baixa previsibilidade do negócio, com repentinas mudanças nos processos, produtos e nos maquinários (FIERN, 2015, p. 116).

Apesar dos referidos programas de atração de indústrias e da ação da SUDENE desde a década de 1970, não houve no RN um efetivo processo de industrialização, mas sim a instalação de algumas dezenas de indústrias com origem em outros estados da federação ou países, com exceção da Guararapes Confecções e de pequeno grupo de empresas com provável origem no RN, como as sediadas em São José de Mipibu e Tangará, e algumas em Parnamirim.

Mas a maior parte delas instalou-se no estado apenas em função de vantagens comparativas momentâneas, relacionadas à estratégia de redução dos custos a partir de incentivos fiscais e mão de obra barata. Tal estratégia é adotada também pela Guararapes, que passa a investir em unidades produtivas em outros estados bem como na importação.

O avanço do meio técnico-científico-informacional no Brasil a partir da criação no território de densidades de objetos técnicos e infraestruturas voltadas à informação, comunicação e maior fluidez de pessoas, mercadorias e serviços dificultou, ou tornou mais complexa as possibilidades de industrialização para lugares como o RN.

Nesse caso, até o presente momento, e apesar das ações engendradas, não foram criadas no RN condições que permitissem a formação de um processo de industrialização. No atual período, com a guerra dos lugares e a expansão dos sistemas técnicos no território, os lugares se diferenciaram de acordo com as possibilidades que podem nele se efetivar (SANTOS, 2012). Nesse sentido, alguns favorecem a instalação das bases de comando da produção industrial (caso da cidade de São Paulo), enquanto outros especializam-se no fornecimento de insumos, e outros na instalação das fábricas.

A expansão dos sistemas de objetos que permitem à fluidez da informação fez com que a contiguidade não fosse mais necessária à realização da produção, pelo menos para alguns grupos de agentes, o que leva a compra de insumos para a produção do vestuário

em lugares em que as possibilidades de instalação dessas empresas são maiores que as existentes atualmente no RN.

Assim, o RN não passou por um efetivo processo de industrialização, mas nas proposições de SPOSITO e AZEVEDO (2016), no estado se efetiva uma “disseminação do modo industrial”. Estudando a dinâmica das exportações no RN, os autores notaram uma variação abrupta no volume e valor exportado pelo estado para algumas categorias de produtos. Certos produtos se destacavam entre os principais enviados ao comércio exterior, mas poucos anos depois praticamente desapareciam da pauta de exportações. Sobre esse processo, comentam

A descrição dos produtos mostra uma oscilação nos momentos de exportação a partir do Rio Grande do Norte. Assim, é clara a presença da indústria naquele estado mas, diferentemente do caso de São Paulo, não se confirma a presença forte da industrialização, mas a disseminação de empresas e estabelecimentos em diferentes setores que têm sua produção garantida por mercados, muitas vezes efêmeros, do exterior. (SPOSITO; AZEVEDO, 2016, p. 145).

Segundo os autores, tal variação indicava que nos momentos em que as condições de mercado eram favoráveis, possibilitava o desenvolvimento de algumas atividades produtivas, as quais deixavam de existir ou entravam em decadência em momentos adversos do mercado mundial, como pela queda dos preços dos produtos, por exemplo. Ou seja, as atividades instaladas não mostravam resiliência em momentos de crise, o que indicava a existência da disseminação do modo industrial de produção e não de uma industrialização.

Os autores apontam que a disseminação do modo industrial é uma proposta teórica ainda em construção para interpretar a configuração espacial da indústria de transformação no território brasileiro. Essa leitura permite uma nova forma de comparação do desenvolvimento industrial entre os estados, que supera as comparações estatísticas da distribuição espacial de variáveis como empregos e estabelecimentos.

Embora importantes para analisar as áreas do território brasileiro com maior densidade da produção industrial, esses dados não permitem uma comparação eficaz entre os estados justamente pelas diferenças de magnitude entre os números e pelas particularidades de cada unidade federativa no contexto da formação socioespacial brasileira.

Assim, o Rio Grande do Norte, bem como outras unidades federativas, em virtude

de suas particularidades não apresentam uma estrutura industrial semelhante a São Paulo, conforme explicitamos no capítulo anterior.

No entanto, através da disseminação do modo industrial, é possível, de acordo com os autores, fazer uma comparação mais eficaz da dinâmica industrial presente em cada unidade federativa, já que esse enfoque analisa a forma como a indústria se propaga em cada lugar. No texto em questão, Sposito e Azevedo (2016, p. 146) analisam o setor industrial nos dois estados

Na comparação entre a indústria em São Paulo e a indústria do Rio Grande do Norte, podemos captar evidências empíricas que confirmam a disseminação do modo industrial. Em São Paulo, alguns aspectos podem ser destacados: a formação de eixos de desenvolvimento; a centralização da gestão na metrópole que leva a uma concentração financeira muito forte – a maior do país; o papel das cidades médias como elementos territoriais tanto na gênese histórica da indústria como sendo foco de realocação de atividades produtivas nos últimos trinta anos; ou a formação de arranjos produtivos locais especializados que se baseiam na força da aglomeração de empresas do mesmo ramo ou de ramos similares. Estes aspectos resumem a conformação territorial da dinâmica econômica de São Paulo e podem ser enfocados como importantes fatores de caracterização do espaço industrial paulista.

No caso do Rio Grande do Norte, a ligação das indústrias com o campo (desde o algodão que se esgota na última metade do século XX à emergência do ramo de laticínios) demonstra uma dispersão das atividades de transformação – mesmo que nas duas últimas décadas tenham valor agregado positivo – que, quando associada a dados mais gerais como o produto interno bruto estadual, ao valor adicionado geral ou à oscilação dos valores de exportação, que se produz em “ondas” de aumento e de diminuição, e finalmente a concentração do parque industrial de transformação na região metropolitana de Natal, mostra uma territorialidade e uma temporalidade específicas daquele estado.

As variações na dinâmica de exportação apresentados são apenas um indicador que evidenciam a singularidade do setor industrial presente em território potiguar. Para compreensão da disseminação do modo industrial no Brasil os autores apresentam um conjunto de categorias de análise que ajudam como recurso metodológico a futuras pesquisas. São elas: aglomeração, acessibilidade, interação espacial, hierarquia, competitividade. Além de pares dialéticos, como endogenia e desconcentração das atividades industriais; concentração e desconcentração da gestão, relação global/local, dentre outros (SPOSITO; AZEVEDO, 2016).

Santos (2012), por sua vez, também apresenta algumas categorias de análise que nos dá subsídio para refletir acerca da atuação das empresas, sobretudo aquelas que

atuam numa lógica nacional/global. Nesse contexto, o território enquanto recurso das empresas e a ideia de solidariedade organizacional pode nos ajudar a compreender o uso do território pelo ramo de confecções no RN. Para o autor

Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laborai). Assim como se fala de produtividade de uma máquina, de uma plantação, de uma empresa, podemos, também, falar de *produtividade espacial* ou produtividade geográfica, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma determinada atividade ou conjunto de atividades. [...]. Tal produtividade pode não ser duradoura, desde que outro lugar passe a oferecer àquele produto melhores vantagens comparativas de localização. (SANTOS, 2012, p. 247-248).

Nesse contexto, as ações orquestradas pelos governos Federal, estaduais e municipais, bancos e agências de fomento constituem o estabelecimento de uma solidariedade organizacional, posta a serviço da acumulação capitalista, com vista a atrair para determinado lugar diversas empresas ou um segmento específico, criando condições que potencializem a realização dessas atividades.

A solidariedade organizacional que cria um sistema de normas e de objetos técnicos necessários para a instalação das empresas conduz a uma “uma adequação técnica e política do território” (SANTOS, 2001, p. 48) que confere a cada lugar uma produtividade espacial. Nesse contexto, o território é visto pelas empresas apenas enquanto recurso, em função da produtividade espacial que o mesmo oferece. E para manter essa produtividade espacial, o lugar se mobiliza para criar uma maior densidade normativa e de os objetos necessários à operação das empresas, sob pena de deslocamento das unidades produtivas.

É nesse contexto que surge o Pró-Sertão, que mais do que criar novas dinâmicas econômicas, foi responsável por consolidar o processo de terceirização da costura no interior do estado nos anos 2000. Este resulta também da ação de empresas que se instalaram na RMN atraídas pelas densidades técnicas e normativas criadas nos anos 1980 e 1990.

Embora não tenham engendrado no estado um processo de industrialização, a criação dos distritos industriais e dos programas de atração de indústrias promoveu um uso industrial do território em alguns municípios do RN, especialmente Natal, Macaíba, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante e evidenciam a participação do RN na divisão do

trabalho industrial a partir dos incentivos fiscais e da mão de obra barata.

Apesar do insucesso em promover a industrialização e da concentração espacial da atividade nos municípios citados, essas ações acabaram por provocar repercussões espaciais em todo o estado. Como vimos no capítulo 1, embora a maior parte das facções de costura tenham sido criadas a partir de 2010, um expressivo número delas surgiu na década de 2000.

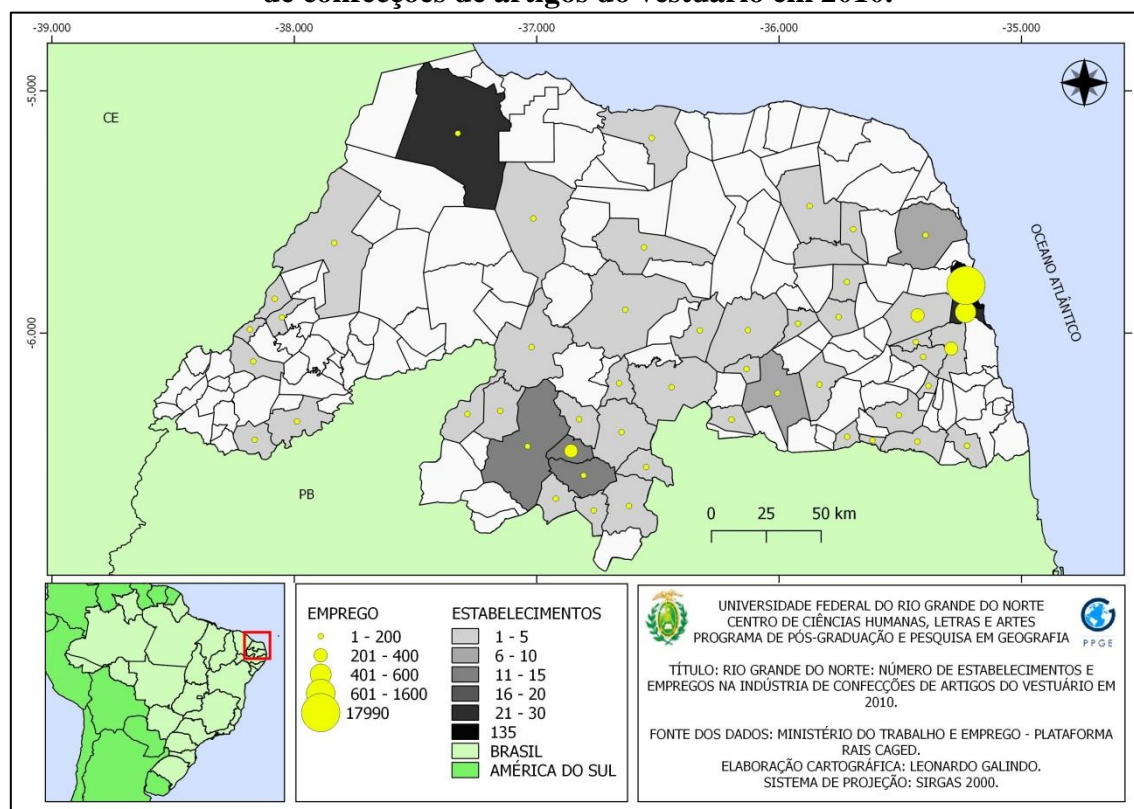
A pesquisa de campo revelou que essas empresas mais antigas, sediadas principalmente nos municípios de Jardim do Seridó e São José do Seridó costumavam para a empresa Hering. Ou seja, desde a instalação da fábrica em Parnamirim, a Hering terceirizava os serviços de costura, o que leva ao início da dispersão de unidades de costura pelo interior do estado.

De fato, na década de 2000 tem-se uma dispersão significativa de estabelecimentos e empregos pelo interior do RN, como pode se observar no mapa 15, uma vez que o número de municípios que contavam com unidades produtivas mais do que duplica entre 2000 e 2010, passando de 24 para 51. Houve também um aumento de 42,73% de unidades produtivas voltadas à confecção de artigos do vestuário, passando de 227 para 324 (RAIS, 2016).

Entretanto, há uma diminuição considerável da participação de Natal em relação ao total de unidades produtivas. Na contramão do que foi verificado no RN, a capital do estado tem uma redução de 10% nos estabelecimentos, de 150 em 2000 para 135 em 2010, o que faz sua participação diminuir de 66,08% para 41,67% do total estadual. Apesar da redução relativa e absoluta, continua de longe concentrando a maior parte das unidades produtivas do estado, já que em Parnamirim (o segundo) estavam apenas 9,26% (RAIS, 2016).

Nota-se também uma maior participação de municípios seridoenses, como São José do Seridó e Jardim do Seridó, respectivamente o 4º e 5º, somavam juntos 26 unidades de produção de artigos do vestuário (8,02% do total estadual). Para comparação, no ano 2000, São José do Seridó não registrava unidades produtivas enquanto Jardim do Seridó contava apenas duas (RAIS, 2016).

Mapa 15: Rio Grande do Norte: Número de estabelecimentos e empregos na indústria de confecções de artigos do vestuário em 2010.



Fonte: RAIS, 2016.

Mas a evolução da mão de obra empregada no setor é bem maior. O número de vínculos formais se multiplica por 4,8 em apenas 10 anos no RN, passando de 4.433 em 2000 para 21.248 pessoas no ano de 2010. Embora tenha perdido estabelecimentos, nesses 10 anos Natal passa a concentrar uma parcela ainda maior de empregos do setor. Isso porque o número de vínculo formais no município subiu de pouco mais de 2.700 em 2000 para 17.990 em 2010. Com isso, sua participação relativa em relação à mão de obra do vestuário no RN passa de 61,56% para 84,67% (RAIS, 2016). Como vimos no capítulo anterior, parte expressiva desse aumento deve-se atribuir principalmente a Guararapes Confecções, que apresentava mais da metade de empregados do estado pouco antes da criação do Pró-Sertão (FIERN, 2014).

Mas em 2010 nota-se também uma maior participação de municípios do Seridó potiguar no número de vínculos formais, acompanhando o movimento verificado pela distribuição espacial de estabelecimentos. Nesse contexto, São José do Seridó já era o terceiro em vínculos formais (1,58% do total estadual) e Jardim do Seridó o sexto (0,89%) (RAIS, 2016).

Ao final da década de 2000 algumas condições já indicavam para a reorganização espacial do ramo de confecções no RN, como a disseminação de estabelecimentos e empregos para um maior número de municípios no interior do estado, motivada, em parte, pela presença de uma unidade produtiva da Cia Hering em Parnamirim. Essa empresa já adotava a terceirização de parte do processo produtivo, por meio das facções de costura.

Além disso, o Estado em nível de ação federal também passa a recriar uma densidade normativa favorável a realização de investimentos industriais. Podemos citar, por exemplo, a volta da atuação da SUDENE, que dentre outras medidas facilitou a distribuição de recursos por meio do FNE gerido pelo Banco do Nordeste. Assim, a despeito dos programas estaduais de incentivos fiscais e atração de indústrias, é quando a esfera Federal do Estado volta a atuar que notamos um maior crescimento do ramo de confecções, tanto em nível nacional, quanto estadual.

Nesse contexto, o maior papel desempenhado pelo Estado a partir de 2003 em relação ao que era observado na década de 1990 foi um dos responsáveis pelo crescimento expressivo de empregos e estabelecimentos industriais da indústria de confecções na década de 2000. Tal fato está relacionado com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência do Brasil em 2002. Seu governo (2003-2010) marca a retomada de ações da União no sentido de promover o crescimento industrial.

Nesse sentido, Cano e Silva (2010) destacam a política industrial adotada, com a criação no primeiro governo Lula da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Já em seu segundo mandato presidencial é formulado o PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo), a qual se dividia em três eixos principais: “programas para consolidar a expandir a liderança”, “programas para fortalecer a competitividade”, e os “programas mobilizadores em áreas estratégicas” (2010 p. 12-13).

As indústrias de confecções estavam atreladas ao eixo relativo à competitividade. Para os autores citados as políticas adotadas, embora tenham contribuído para o crescimento industrial do país não tiveram a eficácia esperada em função da contradição estabelecida com a política macroeconômica. Esta tinha como principais aspectos as altas taxas de juros que encareciam os investimentos, e o câmbio valorizado, que além de diminuir a competitividade dos produtos brasileiros para exportação estimulavam a importação de produtos que o Brasil tem tradição em produzir, como os têxteis e de confecções.

Percebe-se que apesar das ações em promoção da indústria, a política macroeconômica do Brasil estava envolta na psicofera neoliberal dos anos 1990. Dentre

os principais personagens por essa política destaca-se o presidente do Banco Central do Brasil durante o governo Lula: Henrique de Campos Meirelles, que antes de assumir o Banco Central trabalhava para o sistema financeiro, no Bank Boston.

Nesse contexto, Tavares (2017) ressalta que desde a década de 1990, os investimentos das indústrias têxteis e de confecções no Nordeste eram uma forma de resposta à reestruturação produtiva que expôs as empresas brasileiras a concorrência internacional e a competição com os produtos importados chineses. Assim, a região se tornou preferência para a localização de plantas industriais de ambos os setores, em função principalmente da mão de obra barata.

Esse movimento continua na primeira década do século XXI, já que a política macroeconômica continuou favorecendo as importações e o Nordeste ainda continuava a fornecer a força de trabalho mais barata do país, conforme explicitado no capítulo anterior.

Associada com a retomada da política industrial tem-se a criação de novas densidades normativas, como a recriação da SUDENE a partir da Lei Complementar 125, de 03 de janeiro de 2007. O artigo 3º da referida lei apresenta como objetivo “promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional”. Nesse contexto, seus recursos destinam-se aos estados nordestinos e a partes de Minas gerais e Espírito Santo.

Dentre os instrumentos de ação da SUDENE destacam-se o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste; o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE. O FNE, por sua vez, foi criado pela Lei Nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989, juntamente com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

De acordo com a referida Lei os recursos para a operacionalização do FNE correspondem a 1,8% “do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados” (BRASIL, 1989). O Fundo é operacionalizado pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB. De acordo com a instituição financeira

O FNE atende a 1.990 municípios situados nos nove estados que compõem a região Nordeste e no Norte dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, incluindo os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, contemplando com acesso ao crédito os segmentos empresariais de

empreendedores individuais, produtores, empresas, associações e cooperativas de produção. (BANCO DO NORDESTE, sem data).

Como veremos no capítulo quatro, os financiamentos a partir do FNE são fundamentais para a reorganização espacial da indústria de confecções na medida em que propiciaram a compra de maquinário para as facções de costura.

Não se pode esquecer que a primeira década do século XXI foi um momento relativamente estável em termos políticos e econômicos, não só no Brasil, mas também na maior parte do mundo, favorecendo o crescimento econômico. Assim, as ações já citadas, em conjunto com a manutenção de baixas taxas de inflação, da política de valorização do salário mínimo nos governos Lula e Dilma e programas de transferência de renda permitiram o crescimento do consumo, o que junto com os programas estaduais de atração de indústrias e dos distritos industriais favoreceram o crescimento de empregos e estabelecimentos industriais no ramo de confecções no Brasil como um todo e em particular no Nordeste e Rio Grande do Norte apesar da concorrência de produtos importados.

3.3 O Pró-Sertão e a reorganização espacial da indústria do vestuário no Rio Grande Do Norte.

Vimos que os anos 2000 foram marcados pela disseminação de facções de costura pelo interior do RN. Mas é a partir da criação do Pró-Sertão em 2013 que esse processo ganha impulso. Nesse contexto, o programa se soma a todas as normas anteriores citadas que buscavam estimular o crescimento industrial no estado, e tem a particularidade de promover especificamente o ramo de confecções e articular diretamente vários agentes.

Ele sem constitui como mais uma norma que possibilita uma solidariedade organizacional para o uso corporativo do território. Sob esse aspecto, Antas Júnior (2004, p. 82) esclarece:

De todo modo, tem se intensificado [...] uma forma de solidariedade fortemente vinculada às tecnologias mais avançadas capazes de integrar porções territoriais não-contíguas: a solidariedade organizacional. Fundada na informação fria, vinda de longe por um centro de comando insensível às necessidades locais, a solidariedade organizacional promove, freqüentemente, um desequilíbrio das tradicionais formas de solidariedade orgânica e implementa ou, antes, prepara a implementação

de novas ordens. Não se trata de uma ordem global, mas de várias e distintas, pertencentes sobretudo às grandes corporações transnacionais.

As normas citadas, bem como o desenvolvimento técnico permitiram a divisão de tarefas em que não se exige mais a contiguidade para a produção do vestuário. Assim, a solidariedade organizacional expressa por meio do sistema normativo é que permite a terceirização de etapas da produção, e conseqüentemente a constituição das facções de costura.

Embora as indústrias que se beneficiam do programa não possam ser consideradas grandes transnacionais, não se pode negar que as mesmas atuam sob a ótica da competitividade e que tem capacidade de influenciar o poder público a criar normas que as beneficie. A própria existência do Pró-Sertão é um exemplo disso. Como o mesmo foi criado e é operacionalizado?

O programa foi criado pelo governo do estado por meio da SEDEC em 2013, e em 2015 passou a ser gerenciado pelo SEBRAE/Natal. Sobre esse processo, o secretário adjunto da SEDEC nos esclarece:

“É fundamental destacar que o Pró-Sertão foi uma ideia do Governo, iniciada 100% na SEDEC. Somente após a consolidação com empresas do setor expandiu-se para demais parceiros, como pensado desde sempre, mas somente “divulgado” quando certeza do interesse das empresas nos moldes do promovido-idealizado. [...]. Fundamental também foi à articulação SEDEC com SEBRAE e sistema S para estruturar o projeto e sua execução com iniciativa privada”. O secretário adjunto destaca também o baixo valor gasto pelo Estado para estruturar o programa, o qual assumiu o papel de articulador entre os diversos agentes interessados: para o mesmo as “despesas-custos-investimentos por parte SEDEC foram essencialmente econômicas, utilizando estrutura e poder de articulação para gerar e iniciar o programa”²⁸.

Assim, a principal ação do governo estadual foi o de articular os diferentes agentes interessados na terceirização da etapa da costura e organizar o modelo adotado. Nesse contexto, o Pró-Sertão pode ser considerado como uma norma que regulamenta a instalação das facções de costura. Já em 2015 a operacionalização do programa é transferida para o SEBRAE Natal.

Nesse contexto, dois documentos elaborados pelo SEBRAE em 2013 (Fação

²⁸ Entrevista concedida pelo Secretário Adjunto da SEDEC em 06/07/2017.

Tecido Malha e Facção Tecido Plano) apresentam os principais passos para criação de uma facção de costura, ou adequação de um estabelecimento já existente às regras do programa. Eles tratam dos riscos envolvidos, dos potenciais clientes, fornecedores e sobre a concorrência; a estimativa de investimento fixo e pré-operacional e como conseguir os mesmos; expectativas de faturamento e custos fixos com aluguel do galpão e mão de obra.

Ademais, tais documentos estipulam como deve ser organizado o processo produtivo; a forma jurídica e enquadramento tributário da empresa; as exigências legais para abertura da facção, como licença ambiental, dentre outros. O SEBRAE apresentou um fluxograma que mostra o papel de cada agente para a criação de uma facção que utiliza o modelo do PRÓ-SERTÃO. O empresário interessado deveria ir à SEDEC buscar informações sobre o referido programa (isso quando o governo estadual ainda participava); Em seguida procurar o SEBRAE, onde tem orientação técnica: palestras sobre a forma de produção, a documentação necessária para abertura de empresa, palestras com indústrias que terceirizam a costura e elaboração de plano de negócios com o SEBRAE.

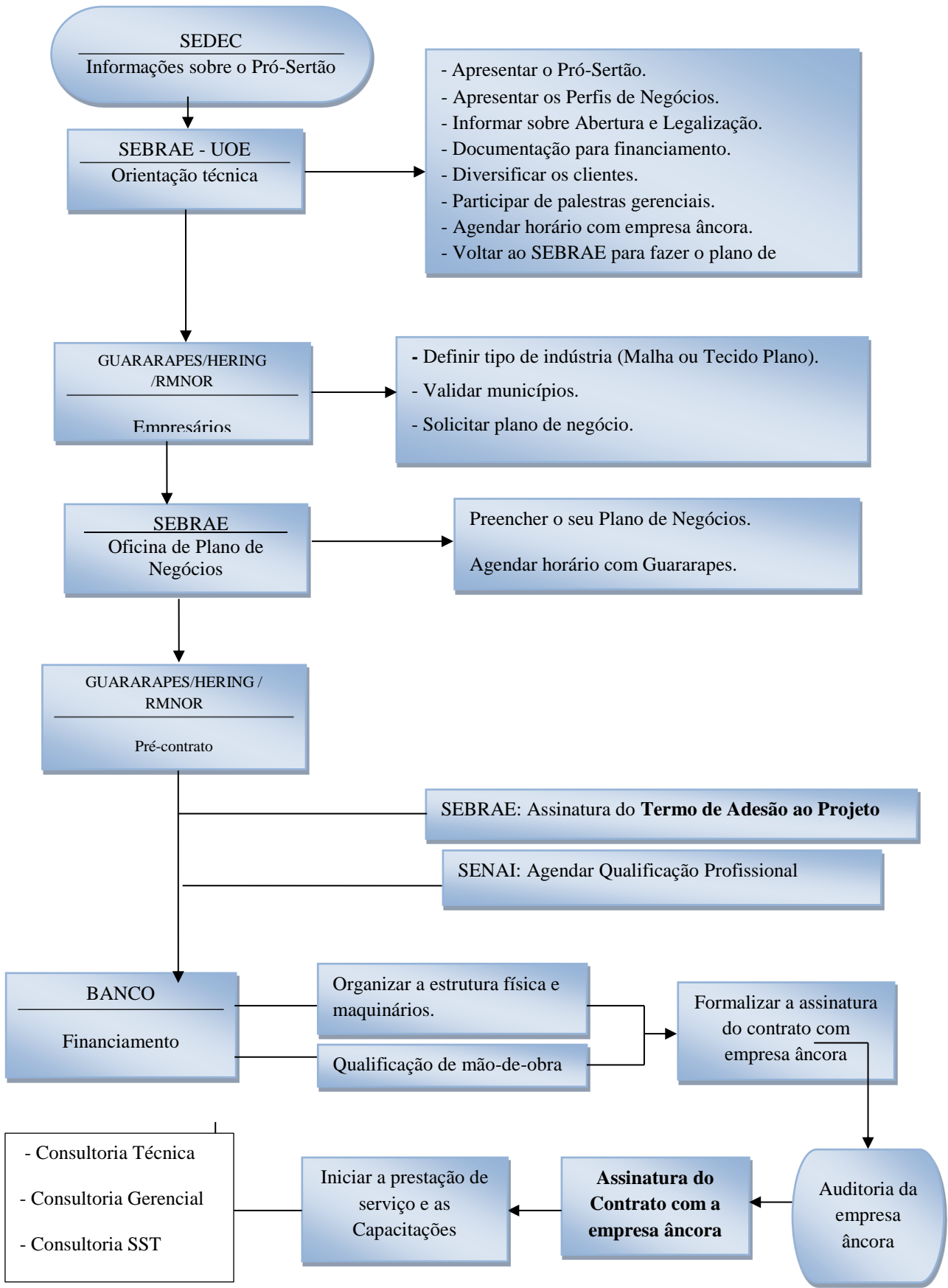
Depois, reúne-se novamente com os empresários das indústrias para definir o tipo de produção desejado – malha ou tecido plano – e ajustar o plano de negócios. É assinado um pré-contrato com as indústrias e um termo de adesão ao Pró-Sertão com o SEBRAE. No SENAI são agendadas as datas para qualificação profissional e o empresário é encaminhado à agência do Banco do Nordeste para requer financiamento.

Este é feito utilizando linha FNE. O valor do empréstimo varia de acordo com o projeto para implantação de cada facção. O limite de financiamento é de 70% a 90% do investimento proposto, com taxas de juros de 4,12% ao ano para micro empresa, com carência de até 48 meses e prazo de 120 meses para pagamento.

Esse processo é facilitado a partir da existência de uma rede de 22 agências do Banco do Nordeste em 19 municípios do território potiguar, muitos deles com a presença de facções, como Jardim do Seridó, Santa Cruz e Ceará-Mirim. O Seridó ainda conta com agências em Caicó e Currais novos, as quais podem atender a demanda de municípios vizinhos (BANCO DO NORDESTE, SEM DATA).

A qualificação de mão de obra é feita por meio de dois cursos: mecânico de máquinas de costura e costureiro industrial do vestuário. A efetivação do Programa também conta com diversas ações dos municípios, mas como estas não estão obrigatoriamente vinculadas aos Pró-Sertão, comentaremos apenas no próximo capítulo.

FLUXOGRAMA1: ORGANIZAÇÃO DO PRÓ-SERTÃO



Fonte: SEBRAE, 2013. Disponível em:
<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Artigos/fluxograma-pro-sertao.docx>.

Além da criação e operacionalização do Pró-Sertão, mudanças em outras duas normas devem afetar a dinâmica das confecções no RN. Como elas foram feitas em 2017 não houve tempo necessário para avaliar os impactos provocados pelas mesmas. Ainda assim, não podemos deixar de comentar os efeitos que podem trazer ao segmento de facções de costura.

Após o golpe parlamentar de 2016 o governo empossado, junto com o congresso nacional aprovou várias medidas amplamente favoráveis aos empresários, com destaque para a Lei Nº 13.429, de 31 de Março de 2017, conhecida como lei da terceirização a qual “Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros” (BRASIL, 2017).

Para os empresários das facções de costura a lei dá segurança jurídica à atividade realizada pelos mesmos, o que poderia favorecer o crescimento da terceirização no RN, com o possível aumento do número de clientes (varejistas) de outros lugares do Brasil, que possam vir a assinar contrato com as facções.

A outra mudança é a Lei Nº 13.467, de 13 de Julho De 2017, que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho” (BRASIL, 2017).

Uma das principais mudanças diz respeito ao trabalho intermitente, como observado no artigo 43: “o contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente.” E continua no § 3º :

Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.” (NR)

O artigo 452-A complementa:

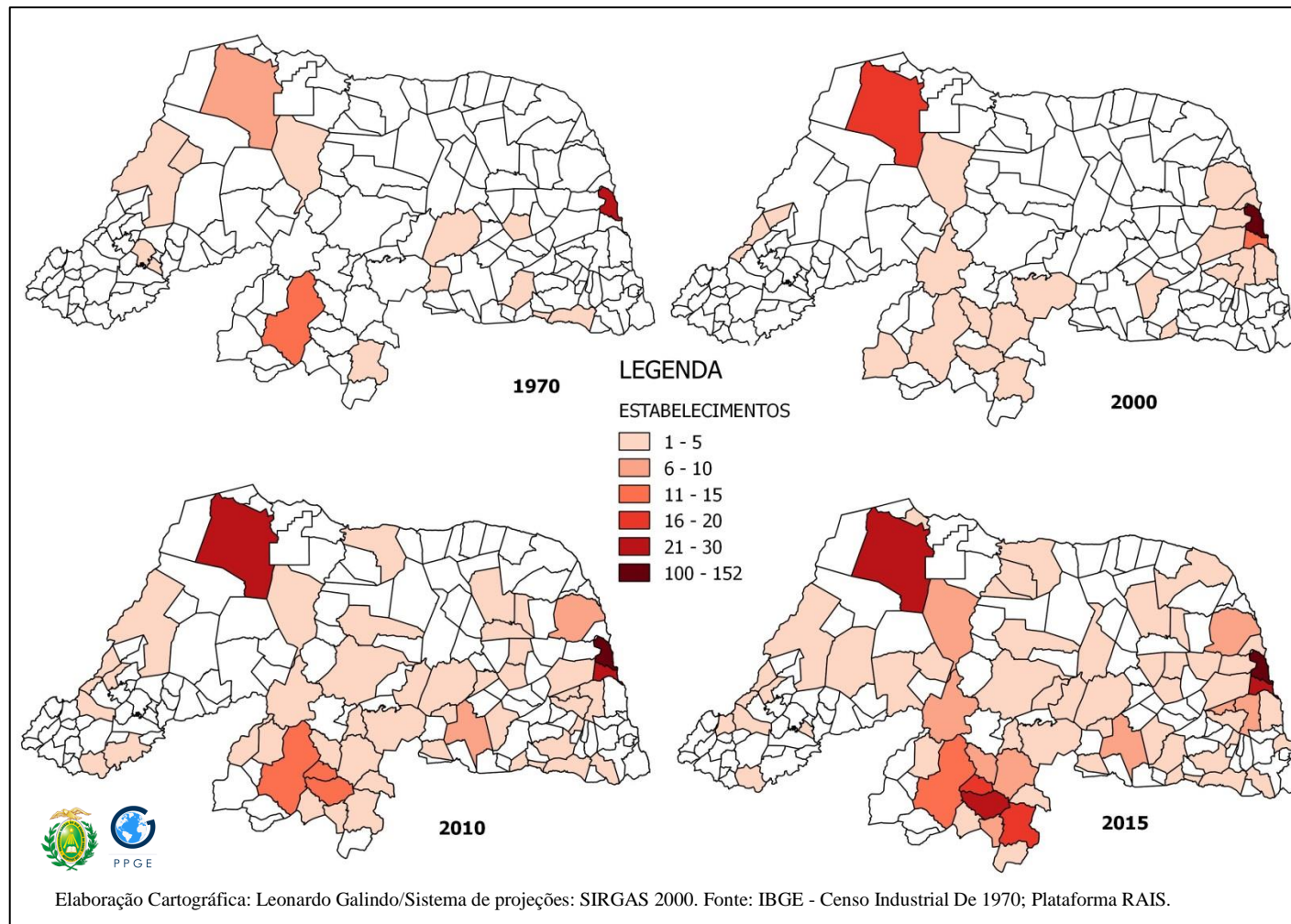
O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

Nesse contexto a referida lei contribui para resolver um dos principais problemas relacionados à terceirização da etapa da costura, que é a irregularidade no abastecimento de peças por parte das indústrias. Com a mudança, o proprietário da facção poderá contratar um em empregado apenas quando houver demanda da indústria e fazer o pagamento por hora trabalhada. Ou seja, se a quantidade de peças ocupar o trabalhador por 20 horas semanais, ele será pago por esse período de trabalho.

Ainda que o valor da hora respeite o salário mínimo em vigor, na prática, em períodos de baixa demanda, o trabalhador pode acabar recebendo menos do que um salário mínimo por mês, e o empresário não tem que arcar com mão de obra ociosa. Isso também é útil nos períodos de maior sazonalidade na produção, quando o envio de peças pelas indústrias é interrompido ou cai consideravelmente, normalmente nos meses de dezembro a fevereiro/março (a depender da empresa) e julho.

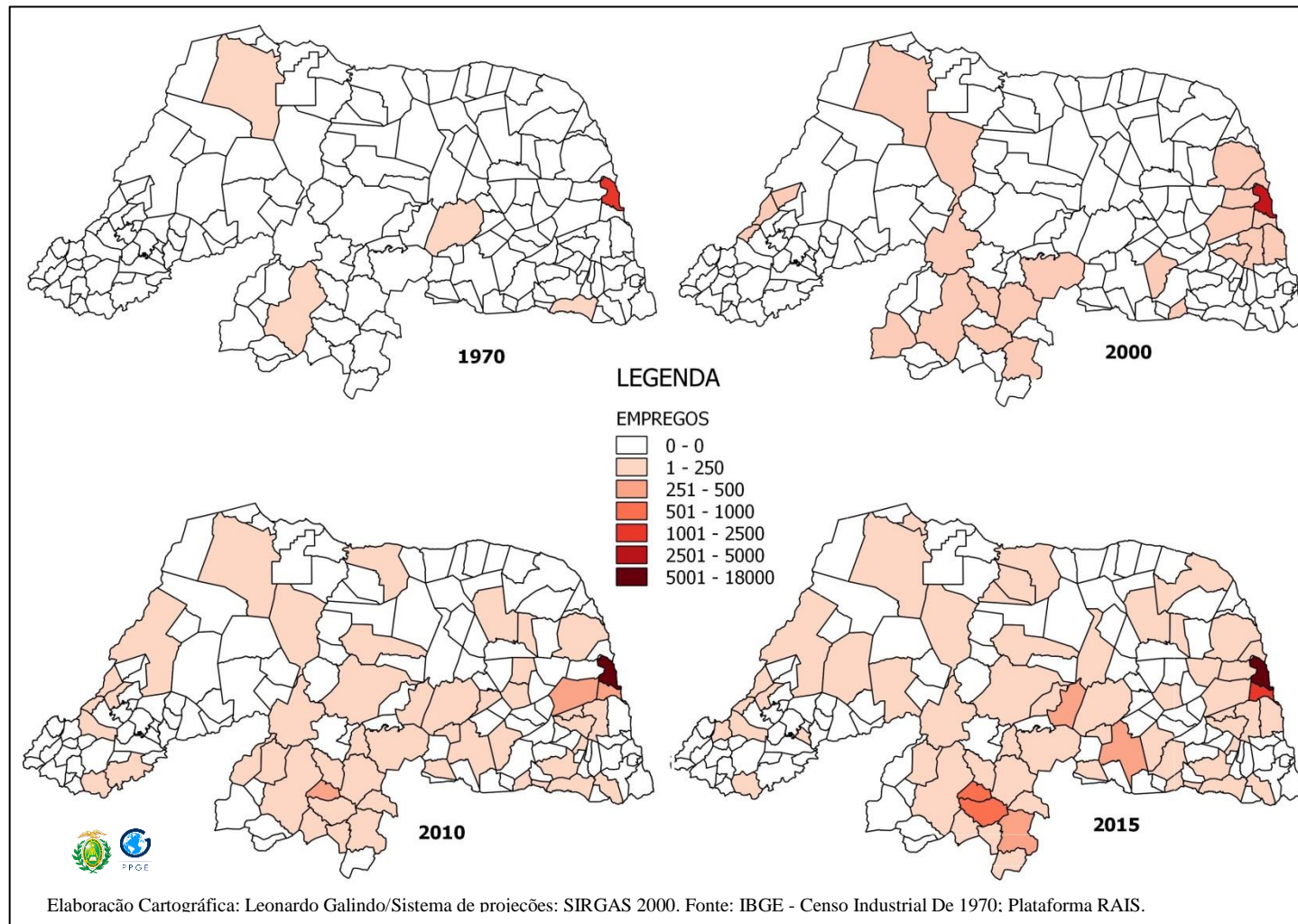
Como resultado de todas as normas citadas, a indústria de confecções de artigos do vestuário passou por uma expansão tanto do número de empregos como de estabelecimentos no RN desde os anos 1970 (Ver figuras 5 e 6). Mas a partir dos anos 2000, nota-se um processo de intensificação tanto do crescimento das variáveis citadas, como da distribuição espacial das mesmas, atingindo um número cada vez maior de municípios, com destaque ao Seridó Potiguar.

Figura 5: Rio Grande do Norte: Evolução do número de estabelecimentos na indústria de confecções entre 1970 e 2015



Fonte: IBGE - Censo Industrial de 1970; Ministério do Trabalho e Emprego – Plataforma RAIS.

Figura 6: Rio Grande do Norte: Evolução do número de empregos formais na indústria de confecções de artigos do vestuário entre 1970 e 2015.



Fonte: IBGE - Censo Industrial De 1970; Ministério do Trabalho e Emprego – Plataforma RAIS.

Identificamos que o uso do território pelo ramo de confecções no RN apresenta dois períodos distintos. O primeiro (1960-1984) caracteriza-se pela concentração espacial de estabelecimentos e empregos vinculados à fabricação do vestuário em Natal e municípios circunvizinhos, sendo a atividade pouco expressiva no interior do estado. Caicó e Mossoró, por exemplo, que apresentavam certa relevância em 1970 no que se refere ao número de estabelecimentos perderam importância em 1985.

O Estado, a partir da ação do Governo Federal assume o protagonismo ao estimular o uso do território pela indústria no Nordeste por meio da criação de normas e de objetos técnicos, a qual se verificou no Rio Grande do Norte de maneira tímida se comparada aos demais estados nordestinos. Apesar disso, mostra o grupo de fabricação de artigos do vestuário como um dos principais beneficiários, com a construção de materialidades ligadas ao setor no estado, caracterizando-se principalmente pela existência de poucos estabelecimentos industriais, sendo, no entanto de grande e médio porte.

A crise fiscal nos anos 1980 e a diminuição do papel do Estado em sua esfera nacional como agente promotor de uma política de industrialização e reorganização regional da indústria (por meio da SUDENE), aliada a adoção do neoliberalismo, marcam a ruptura que permite identificar o fim do primeiro período. Neste, a tecnosfera que permitiu a disseminação de indústria, em especial na região Nordeste desenvolvia-se paralelamente a uma psicofera que apresentava a industrialização como caminho para o desenvolvimento, geração de emprego e superação das desigualdades regionais.

O segundo período (1985...) é marcado pela mudança na psicofera que permeia a atividade industrial, baseada agora na competitividade e no maior desenvolvimento dos meios de comunicação, transporte e informação, os quais permitiram o deslocamento de plantas industriais para os lugares que ofereciam melhor oportunidade de lucro. Apesar disso, o Estado ainda assume o protagonismo, dessa vez a partir da ação dos governos estaduais envolvidos na guerra dos lugares (SANTOS E SILVEIRA, 2004), ou guerra fiscal. Nesse contexto o Rio Grande do Norte participou a partir da criação do PROADI (1985) e do Pró-Gás (1997), com o intuito de atrair empreendimentos industriais.

Especialmente, tem-se a constituição ou crescimento dos distritos industriais (Parnamirim-Macaíba, e Natal-São Gonçalo do Amarante), que passaram a abrigar a maior parte dos estabelecimentos de indústrias de transformação no RN. O período foi marcado pelo crescimento de estabelecimentos e empregos no setor de confecções do vestuário e também sua expansão para o interior do estado, sobretudo a partir dos anos 2000.

Entretanto, Natal e Parnamirim continuavam concentrando cerca de $\frac{3}{4}$ dos empregos formais e mais da metade dos estabelecimentos. Nesses dois municípios destacava-se a ação de grandes empresas, como a Guararapes, atuante no RN desde o primeiro período; além da chegada de novas empresas em função dos benefícios fiscais oferecidos – como a Cia Hering. Já no interior do estado predominavam pequenas empresas com poucos funcionários.

Nesse contexto, o início dos anos 2000 marca um aprofundamento da divisão territorial e técnica do trabalho da indústria e confecções no RN, com o processo de terceirização da etapa da costura. Mas não marca a entrada em um novo período, justamente porque o processo de terceirização tem como base a psicosfera vigente no início dos anos 1990, de competitividade e redução dos custos com o trabalho, e agilidade na produção.

A partir do governo Lula o Estado passa a ter uma atuação de destaque no sentido de promover o uso industrial do território, através do aperfeiçoamento de um aparato normativo e da disposição de instituições do Estado, como os Bancos públicos, para financiar a indústria, da qual o ramo de vestuário se beneficia. Mas a falta de uma política industrial articulada com mudanças na política macroeconômica (Cano 2010) não nos permite falar de um novo período com mudanças nas formas de atuação da indústria de confecções.

As implicações espaciais mais recentes desse período no RN apontam para uma relativa desconcentração espacial do vestuário. Tem-se a diminuição do número de empregados em Natal e estagnação do número de estabelecimentos, enquanto no interior há expansão tanto de empregos quanto de fábricas de costura. No entanto, a partir de Natal e Parnamirim, as grandes indústrias ainda comandam todo o processo produtivo. Apesar do movimento de desconcentração, Natal ainda concentra mais da metade dos estabelecimentos e empregos da confecção de artigos do vestuário. Entretanto, quando analisamos apenas as empresas especializadas na etapa da costura, nota-se que a maior parte está localizada no Seridó Potiguar.

Além das grandes empresas citadas, outros agentes são importantes no período analisado: o Sistema S (SENAI E SEBRAE); o Estado, a partir do governo estadual, de parlamentares, prefeitos e vereadores. Também em nível Federal a partir de programas de qualificação profissional e de empréstimos do Banco do Nordeste. O quadro 8 apresenta então a matriz de eventos da indústria do vestuário no estado.

Quadro 6: Matriz de eventos relacionados direta ou indiretamente a instalação do ramo de confecções no RN.²⁹

SUCESSÃO DE EVENTOS	NORMAS	SISTEMA DE OBJETOS (INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO NO RN)	AGENTES
1959	BRASIL: Lei Nº 3.692, De 15 De Dezembro De 1959. Institui A Superintendência Do Desenvolvimento Do Nordeste	Grandes e médios estabelecimentos industriais concentrados espacialmente em natal - mas dispersos pelo município; a maior parte oriunda do Sudeste.	Estado (SUDENE, Banco Do Nordeste E Em Menor Medida Os Governos Estaduais E Municipais)
1961	BRASIL: Artigo 34 Da Lei Nº 3.995, De 14/02/1961 (Regulamentaram Os Incentivos Para Inversões No Nordeste. O Sistema 34/18).		
1962	Lei 2.796/1962 – Criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED).		
1963	BRASIL: LEI Nº 4.239, DE 27 DE JUNHO DE 1963. Aprova o plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 E 1965		
1985	RIO GRANDE DO NORTE: Lei Nº 5.397, De 11 De Outubro De 1985 (CRIAÇÃO DO PROADI)	Distritos Industriais: Natal (DIN); Macaíba (CIA e DIM);; Grandes E Médios	Indústrias Multinacionais Do Setor Têxtil E De Confecções;

²⁹ FONTE: ARAÚJO, 2009.

BARBOSA, 2015.

BRASIL, 1959: Lei Nº 3.692, De 15 De Dezembro De 1959. Institui A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

BRASIL: Lei Nº 3.995, De 14/02/1961 (Regulamentaram os Incentivos Para Inversões No Nordeste. O Sistema 34/18).

BRASIL: LEI Nº 4.239, DE 27 DE JUNHO DE 1963. Aprova o plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 E 1965

BRASIL: Lei Nº 7.827, De 27 de Setembro De 1989. Regulamenta O Art. 159, Inciso I, Alínea C, Da Constituição Federal,

BRASIL: Lei Nº 13.429, de 31 de Março de 2017. (LEI DA TERCEIRIZAÇÃO)

BRASIL: Lei Nº 13.467, De 13 De Julho De 2017 (LEI QUE ALTERA A CLT) - Reforma Trabalhista.

MACAÍBA. Lei Nº 486/97. Autoriza o Executivo A Conceder Isenção De Até 100% De Tributos E Taxas Municipais.

MOREIRA, 1979.

RN: Decreto Nº 13.723 De 24 De Dezembro De 1997. Aprova o regulamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial PROADI.

RN: Lei N.º 7.059, de 18 de Setembro De 1997. Cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Atividades do POLOGÁS-SAL (PROGÁS).

RN: Lei Nº 10.222, De 20 De Julho De 2017. Altera A Lei Estadual Nº 7.059, De 18 De Setembro De 1997, Que Versa Sobre O Programa De Apoio Ao Desenvolvimento Industrial Pelo Incentivo Do Gás Natural.

SEBRAE: TECIDO MALHA (SEM DATA)

SEBRAE: TECIDO PLANO (SEM DATA)

TAVARES, 2017.

1989	BRASIL: Lei Nº 7.827, De 27 De Setembro De 1989. Regulamenta O Art. 159, Inciso I, Alínea C, Da Constituição Federal, Institui O Fundo Constitucional De Financiamento Do Norte - FNO, O Fundo Constitucional De Financiamento Do Nordeste - FNE E O Fundo Constitucional De Financiamento Do Centro-Oeste – FCO.	Estabelecimentos Industriais Na RMN;	Empresas Com Atuação Nacional; E Indústrias De Capital Local; Estado (Governo Do Estado; Agência De Fomento AGN; Prefeituras Municipais - Macaíba)
1997	RIO GRANDE DO NORTE: Decreto Nº 13.723 De 24 De Dezembro De 1997. Aprova O Regulamento Do Programa De Apoio Ao Desenvolvimento Industrial PROADI.		
	RIO GRANDE DO NORTE: Lei N.º 7.059, De 18 De Setembro De 1997. Cria O Programa De Apoio Ao Desenvolvimento Das Atividades Do POLOGÁS-SAL (PROGÁS).		
	Lei Nº 7.075, De 17 De Novembro De 1997. Dispõe Sobre O Programa De Apoio Ao Desenvolvimento Industrial Do Estado Do Rio Grande Do Norte (PROADI).		
	MACAÍBA: Prefeitura Municipal De Macaíba. Lei Nº 486/97. Autoriza O Executivo A Conceder Isenção De Até 100% De Tributos E Taxas Municipais.		
1999	RIO GRANDE DO NORTE: Lei Nº 7.462, De 02 De Março De 1999. Autoriza O Poder Executivo A Constituir A Agência De Desenvolvimento Do Rio Grande Do Norte.		
2001	BRASIL: Banco Central Do Brasil. Resolução Nº 2828 (regulamenta a atividade das agências de fomento)		
2003	MACAÍBA: Lei Nº 1105 De 19 De Novembro De 2003. Altera A Redação Da Lei Municipal N.º 486/97.		
2006	BRASIL: Lei Complementar Nº 123, De 14 De Dezembro De 2006. Institui O Estatuto Nacional Da Microempresa E Da Empresa De Pequeno Porte.	Distritos Industriais: Natal (DIN); Cia (Macaíba; DIM (Macaíba); Grandes E Médios Estabelecimentos Industriais Na RMN; Disseminação De Facções De Costura, Principalmente No Seridó Potiguar)	Indústrias Multinacionais Do Setor Têxtil E De Confecções; Varejistas; Empresas Com Atuação Nacional; E Indústrias De Capital Local; Estado: Ministério Da Integração Nacional (SUDENE; Banco Do Nordeste; FNE),
2007	BRASIL: Lei Complementar Nº 125 De 03 De Janeiro De 2007. (REcriação DA SUDENE)		
2013	RIO GRANDE DO NORTE: PRÓ-SERTÃO (FACÇÃO MALHA E FAÇÃO TECIDO PLANO)		

2015	RIO GRANDE DO NORTE. Lei Nº 9.995, De 12 De Novembro De 2015. Altera A Lei Estadual Nº 7.075, De 17 De Novembro De 1997 Que Dispõe Sobre O Programa De Apoio Ao Desenvolvimento Industrial Do Estado Do Rio Grande Do Norte (PROADI).		BNDES; Ministério Da Educação: PRONATEC; Governo Do RN (SEDEC, AGN - Agência De Fomento) Prefeituras Municipais; Sistema S (Sebrae E Senai); Proprietários Das Facções De Costura
2017	BRASIL: Lei Nº 13.429, De 31 De Março De 2017. (LEI DA TERCEIRIZAÇÃO)		
	BRASIL: Lei Nº 13.467, De 13 De Julho De 2017 (LEI QUE ALTERA A CLT) - Reforma Trabalhista		
	RIO GRANDE DO NORTE. Lei Nº 10.222, De 20 De Julho De 2017. Altera A Lei Estadual Nº 7.059, De 18 De Setembro De 1997, Que Versa Sobre O Programa De Apoio Ao Desenvolvimento Industrial Pelo Incentivo Do Gás Natural.		

Quando analisamos os dados da matriz de eventos em associação com as figuras 5 e 6 percebemos a relação direta entre os objetos e ações estudados. Na medida em que os eventos se sucedem e superpõem, o uso do território pelo ramo de confecções no RN torna-se cada vez mais denso e disperso. E na medida em que se constituem especializações espaciais produtivas, esse uso é cada vez mais corporativo.

Nesse contexto, se até os anos 2000 as normas que estimulavam o uso do território pela indústria eram feitas principalmente pelo Estado, a partir de 2013 com o Pró-Sertão tem-se a constituição de num conjunto de medidas elaborados para criação de objetos técnicos (as facções de costura) adequados às normas de produção das grandes indústrias. Sobre a importância das normas das empresas e sua associação com o Estado no período atual, Santos esclarece:

As normas das empresas são, hoje, uma das locomotivas do seu desempenho e de sua rentabilidade. Tais normas tanto podem ser internas, relativas ao seu funcionamento técnico, como externas, relativas ao seu comportamento político, nas suas relações com o poder público e nas suas relações, regulares ou não, com outras firmas, sejam essas relações de cooperação ou de concorrência. (SANTOS, 2012, p. 230).

O programa Pró-Sertão é um exemplo da densidade normativa criada e que favorece um uso corporativo do território. Nota-se que a própria estratégia de transferir parte do processo produtivo para interior do estado leva em consideração determinados atributos locais. Como o interior do estado normalmente é retratado por apresentar rarefações de todos os tipos, especialmente relacionadas à disponibilidade de emprego e dependência quanto ao setor público, tais características são utilizadas pelas empresas e por setores do Estado para justificar a criação de normas que atendam aos interesses das grandes firmas.

Dessa maneira, o uso corporativo do território é apresentado pelo Estado e pelas indústrias como o único possível para os lugares em que se instalam as facções de costura. Nesse sentido, lugares que se caracterizavam até pouco tempo atrás pela rarefação quanto à presença de variáveis do meio técnico-científico-informacional, apresentam uma menor resistência à implantação de programas que visam atender, sobretudo interesses empresariais. Na medida em que a maior parte da população está submetida a um elevado grau de vulnerabilidade social, e escassas oportunidade de emprego e baixa remuneração mensal os referidos programas são vistos como oportunidade para melhorar de vida.

Desse modo, aprofunda-se a divisão territorial e técnica do trabalho com a especialização produtiva de diversos municípios seridoenses realizando a etapa da costura. Ao justificar o uso corporativo do território em tais lugares o Estado nega outras possibilidades de uso possível, e converte as necessidades das empresas por mais lucros em necessidades dos lugares. Silveira (2009, p. 443) esclarece esse como uma das características do uso corporativo do território:

Deliberada o ingenuamente, esas divisiones territoriales del trabajo particulares son confundidas con la geografía de los países, pues la microeconomía de las grandes empresas se enmascara em discursos y acciones como si fuese la macroeconomía de la nación. De ese modo, las regiones encarnan especializaciones territoriales productivas, en las cuales aumenta la diversificación de las tareas vinculadas a un mismo proceso, mientras disminuyen las demás técnicas y formas de trabajo. Esas especializaciones, en cuya construcción participa activamente el Estado, obran como una fuerza contraria a la diversificación de razones plurales, buscando establecer un sistema técnico único. A ese fenómeno estamos denominando uso corporativo del territorio (Santos & Silveira, 2001), en el que formas y normas se combinan para garantizar las situaciones de oligopolio y oligopson.

A existência de facções de costura em determinados pontos do Rio Grande do Norte evidencia o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, e mais que isso: demonstra o poder que algumas empresas têm no sentido de criar uma organização espacial que lhes permita atingir o máximo grau de eficiência e competitividade. Nesse sentido, Santos (2001, p. 34)

afirma que “cada empresa, cada atividade necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência, como dados da produção e da circulação e do consumo: a respectiva divisão do trabalho terá essa manifestação geográfica”. Essa organização espacial se caracteriza pela seleção de lugares em que mais facilmente é possível criar uma solidariedade organizacional, estabelecendo vínculos com outras empresas menores que lhes prestam serviço.

Desse modo há um esforço constante por parte das grandes empresas no sentido de tornar determinados lugares “produtivos”, de selecionar os lugares que apresentem uma maior “produtividade espacial”, de promover uma

produção racionada de um espaço, no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico. (SANTOS, 2008, p. 147).

Assim, na perspectiva das empresas deve-se criar um espaço racional, dotado de objetos técnicos que respondam as suas ações, suas ordens, da maneira mais eficaz possível. Tal racionalidade ou ordenamento intencional só é conseguido a partir da implantação de uma densidade normativa, de uma ação normada ou de “normas de ação”, no qual se destaca o Pró-Sertão em relação ao setor de confecções. Assim

O espaço racional supõe uma resposta pronta e adequada às demandas dos agentes, de modo a permitir que o encontro entre a ação pretendida e o objeto disponível se dê com o máximo de eficácia. Essa depende da técnica contida nas coisas e nas ações. A validade mercantil da técnica depende das garantias de que iniciada a ação ela vai ter a trajetória e os resultados programados. Daí a importância atual das normas de ação, que permitem alcançar o ideal de uma racionalidade submetida à utilidade, sugerida por B. Stiegler (1994, p. 106) (SANTOS, 2012, p. 300).

As normas de ação estimulam a formação da solidariedade organizacional a qual “supõe uma interdependência até certo ponto mecânica, produto de normas presididas por interesses de modo geral mercantis, mutáveis em função de fatores do mercado” (SANTOS, 2001, p. 48). O Pró-Sertão é apenas uma norma em meio à densidade normativa que as grandes empresas do setor de confecções criaram.

A solidariedade organizacional responsável pelo uso corporativo do território pelo ramo

de confecções no RN resulta não apenas da ação das grandes indústrias. O quadro 8 revela que a sucessão de eventos e criação de normas também é acompanhado pelo aumento no número de agentes que passam a ter algum papel na promoção de tal uso. Assim, a solidariedade organizacional se manifesta pelas relações que as indústrias estabelecem com vários outros agentes (Estado - Federal, Estadual, municipal, bancos públicos, parlamentares), sistema S e proprietários das facções de costura.

4. O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO PELO SETOR DE CONFECÇÕES DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO NO RN: OS PROCESSOS DE TRABALHO E PRODUÇÃO E O TERRITÓRIO ENQUANTO RECURSO DAS EMPRESAS.

Este capítulo está dividido em três partes principais e traz principalmente dados da pesquisa de campo. No primeiro momento discutiremos como foi realizada a etapa das entrevistas aos diversos agentes que participam da produção do vestuário. Em seguida como se dá o processo de trabalho e produção nas facções de costura, apresentando a tipologia e topologia das empresas e a dinâmica econômica que a atividade trouxe para o estado, em especial o Seridó Potiguar.

A pesquisa revelou que a realização da etapa de costura provocou novas interações espaciais com outros lugares, principalmente a partir do comércio de máquinas de costura, e também passou a se constituir como especialização produtiva em muitos municípios e conseqüentemente como principal fonte de empregos formais na região.

Verificou-se também uma tessitura marcada por relações verticais das grandes indústrias de confecções para com as facções de costura. Estas, tendo apenas um ou dois clientes, acabam ficando a mercê das decisões das grandes empresas, as quais, atuando a partir de uma lógica global podem facilmente e a qualquer momento transferir a etapa de costura para lugares que apresentem melhores condições de lucro para as mesmas.

4.1 Considerações sobre a pesquisa de campo

Conforme anunciado na introdução deste trabalho, a atividade de campo consistiria em entrevistas a secretarias de estado, em especial a SEDEC; ao SEBRAE Natal, que coordena o programa Pró-Sertão; às empresas que participam do programa terceirizando parte de sua produção; aos proprietários das facções de costura e funcionários que trabalham nas mesmas.

Na prática, não conseguimos realizar entrevistas com nenhum representante do SEBRAE Natal, nem com representantes das indústrias que terceirizam a etapa de costura, apesar das várias tentativas de contato por e-mail e telefone para agendamento. O quadro 07 resume o cronograma de entrevistas realizado.

QUADRO 7: CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DE CAMPO

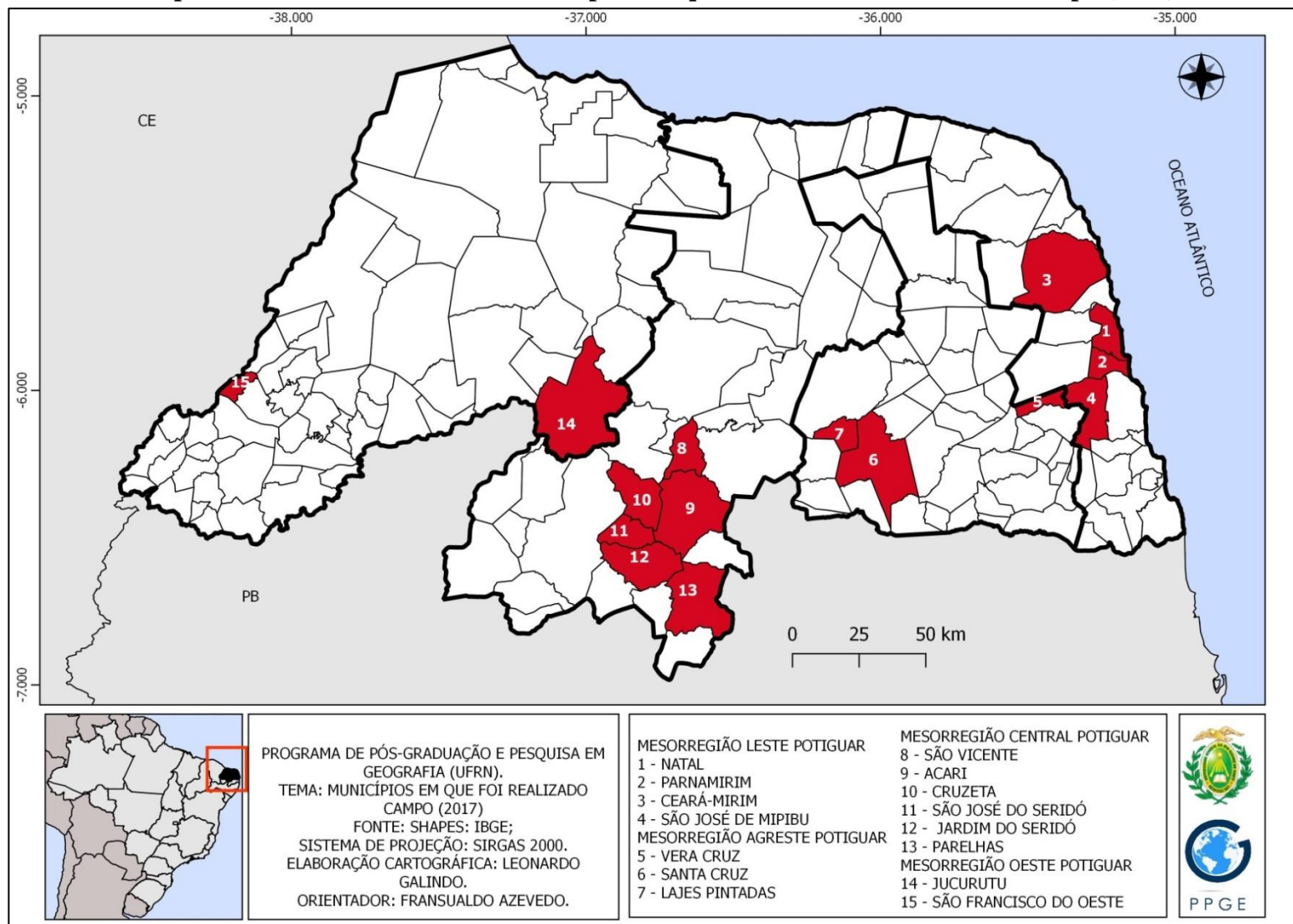
ATIVIDADES DE CAMPO	
AGENTES ENVOLVIDOS	DATAS (2017)
ENTREVISTAS A REPRESENTANTE DA SEDEC	06 DE JULHO
TENTATIVAS DE ENTREVISTA A REPRESENTANTE DO SEBRAE NATAL	03 E 04 DE JULHO; 16 DE OUTUBRO E 08 DE DEZEMBRO.
ENTREVISTA A REPRESENTANTE DO SEBRAE (SANTA CRUZ)	31 DE JULHO
TENTATIVA DE ENTREVISTA A REPRESENTANTE DA GUARARAPES E HERING	15 DE SETEMBRO; 30 DE OUTUBRO; 14 DE NOVEMBRO; 06 DE DEZEMBRO; 13 DE DEZEMBRO.
ENTREVISTA AOS PROPRIETÁRIOS, GERENTES E FUNCIONÁRIOS DE FACÇÕES DE COSTURA:	
NATAL	18 E 19 DE JULHO
PARNAMIRIM	20 E 23 DE JULHO
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	24 DE JULHO
VERA CRUZ	25 DE JULHO
SANTA CRUZ	26 DE JULHO
ACARI	09 DE AGOSTO
SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	11 DE AGOSTO E 13 DE SETEMBRO
PARELHAS	16 DE AGOSTO
JARDIM DO SERIDÓ	17 DE AGOSTO
CEARÁ-MIRM	30 DE AGOSTO
CRUZETA	12 DE SETEMBRO
SÃO VICENTE ³⁰	13 DE SETEMBRO
JUCURUTU	15 DE SETEMBRO
LAJES PINTADAS	19 DE SETEMBRO
SÃO FRANCISCO DO OESTE	18 DE OUTUBRO

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

A etapa da pesquisa de campo correspondente a realização de entrevistas junto aos proprietários das facções de costura ocorreu entre junho e outubro de 2017, em 15 municípios do estado, sendo 4 da mesorregião Leste Potiguar, 3 da Mesorregião Agreste Potiguar, 6 da Mesorregião Central Potiguar e 2 da Mesorregião Oeste Potiguar, conforme o mapa 16.

³⁰ Não foi feita uma visita propriamente dita às empresas que atuam em São Vicente. As unidades produtivas que atuam no município fazem parte de um mesmo grupo empresarial que controla 11 facções de costura. Nesse caso, a entrevista foi realizada na sede do grupo em São José do Seridó, em que obtivemos dados das unidades localizadas em São Vicente. Consultar: <https://www.grupocmedeiros.com/>.

Mapa 16: Rio Grande do Norte: Municípios em que foi realizada atividade de campo (2017).



FONTE: pesquisa de campo, 2017.

Essa etapa iniciou-se em Natal. Num primeiro momento tentamos estabelecer contato com os empresários ligando para o número de telefone disponível na ficha de cadastro da empresa no Guia Industrial FIERN, confirmar a existência da atividade econômica e agendar a data para a entrevista. No entanto, tal estratégia não foi eficaz.

A maior parte dos números de telefone indicada não funcionava. Nos poucos casos em que conseguimos realizar a ligação, os funcionários ou proprietários que nos atendiam negavam-se a agendar entrevista e omitiam informações sobre a empresa. Diante da dificuldade, resolvemos mudar de abordagem e visitar diretamente as empresas sem nenhum aviso prévio, utilizado como referência o endereço fornecido na ficha cadastral da FIERN.

Essa estratégia foi mais eficaz, e ao todo conseguimos realizar entrevistas que contemplam um total de 66 facções de costura. No entanto, o número ficou bem abaixo do objetivo final, como apresentado na introdução deste trabalho, de alcançar 108 facções de costura. Mas isso justifica-se por diversos fatores.

O primeiro está relacionado à própria veracidade dos dados disponibilizados no Guia Industrial. Além do número de telefones que não funcionavam, havia muitos estabelecimentos com endereço incorreto, muitas vezes com o CEP apontando para um dado lugar, enquanto o número do CNPJ indicava outro³¹.

Tal imprecisão em relação aos dados pode resultar do preenchimento errado das informações por parte dos empresários no momento do cadastro na FIERN. A pesquisa de campo em Parnamirim, por exemplo, revelou um problema quanto ao endereço de uma facção. Chegamos num endereço indicado pelo guia industrial, que tratava-se de uma residência e não um galpão de costura. O morador nos informou ter cedido seu endereço a um amigo para cadastrar o CNPJ da empresa, que na verdade localizava-se no município de Monte Alegre, e que a mesma confeccionava fardamentos e roupas sob medida.

O segundo fator refere-se à própria dinâmica da atividade econômica estudada, que apresenta rápidas transformações. Nesse sentido, encontramos um grande número de facções de costura fechadas. Em Natal, por exemplo, visitamos um endereço que o guia industrial indicava como uma facção de costura. Assim como em Parnamirim, tratava-se de uma residência. O morador confirmou que ali funcionava uma facção de costura, mas que cerca de dois anos antes a moradora e proprietária do estabelecimento havia transferido as atividades

³¹ Com o número do CNPJ disponível é possível encontrar o endereço da empresa a partir de uma rápida pesquisa na Internet. Nesse sentido, vimos que em muitos casos o CNPJ indicava um endereço, enquanto o CEP indicava outro. Em dois casos, indicavam até diferentes municípios. A consulta ao CNPJ para descobrir o endereço também foi necessária por que muitas cidades pequenas do interior tem apenas um CEP para todo o município, o que dificultava encontrar a localização exata das facções.

para o município de Vera Cruz, no agreste potiguar.

Consultando os dados das empresas atuantes em Vera Cruz, vimos que uma delas tinha como gerente o mesmo nome indicado na facção de Natal. No entanto, ao realizarmos o campo em Vera Cruz encontramos o referido estabelecimento fechado. Vizinhos nos informaram que a empresa havia encerrado as atividades no final de 2016.

O quadro 08, que sintetiza o que foi encontrado na atividade de campo, mostra que das 149 empresas listadas no guia industrial, 28 tinham encerrado suas atividades no momento da nossa visita de campo. Na mesorregião leste, as 13 empresas que haviam encerrado suas atividades correspondiam a 40,6% do total de estabelecimentos contados a partir do guia Industrial.

Quadro 08: Dados da pesquisa de campo³²

MESORREGIÃO	NÚMERO DE FACÇÕES QUE OBTIVEMOS DADOS	NÃO É FACÇÃO DE COSTURA	FACÇÕES FECHADAS	NÃO CONCEDERAM ENTREVISTA	NÃO VISITADAS
LESTE POTIGUAR	5	4	13	8	3
AGRESTE POTIGUAR	6	0	3	0	5
CENTRAL POTIGUAR	53	1	12	11	27
OESTE POTIGUAR	2	0	0	0	7
TOTAL DE EMPRESAS	66	5	28	19	42

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Em Parnamirim, por exemplo, das 9 empresas cadastradas, 6 estavam fechadas. Em São Jose de Mipibu, também na mesorregião Leste, haviam duas empresas cadastradas, mas o campo revelou que as duas haviam fechado. No entanto, moradores deste município nos informaram da existência de outra empresa que também realizava atividade facção. Chegando ao endereço informado nos deparamos com um grande galpão industrial.

Os funcionários afirmaram tratar-se de uma empresa que produzia marca própria, realizando outras etapas da produção do vestuário como o corte, e, além disso, costurava para a Guararapes Confecções. Mas os mesmos não concederam entrevista. Pesquisamos a empresa no Guia industrial, e sua ficha a colocava dentro do grupo de “confecção de artigos do vestuário e acessórios”, com mais de 100 empregados.

Além disso, tem-se a mudança constante do CNPJ das empresas. Novamente em Vera

³² O número total de facções ultrapassa as 149 listadas no guia industrial FIERN (chega a 160), uma vez que encontramos no campo empresas novas, ou empresas antigas que não estavam na referida lista.

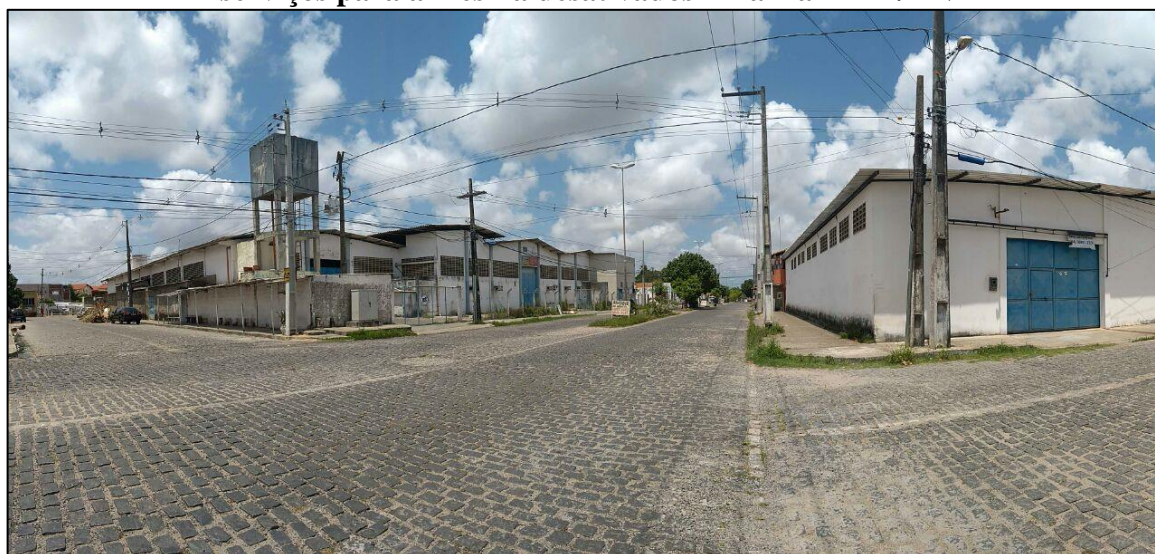
Cruz encontramos um estabelecimento que já havia trocado de CNPJ e nome fantasia por três vezes num período de 10 anos. Dos três CNPJs, dois ainda constavam ativos.

Figura 7: Fábrica da RMNor desativada em Parnamirim/RN



Fonte: pesquisa de Campo, 2017.

Figura 8: fábrica da RMNor (esquerda) e galpão de facção (direita) que prestava serviços para a mesma desativados - Parnamirim/RN



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Alguns empresários afirmaram que em momentos de crise encerravam as atividades dos estabelecimentos e quando há maior demanda pelos serviços de costura reabrem a facção com CNPJ e novo nome fantasia. Por isso, encontramos facções cujo nome não estava no cadastro industrial, mas que já atuavam por muitos anos. Mas também localizamos empreendimentos novos (2 em Jardim do Seridó e 1 em São José do Seridó) que não

constavam no guia industrial e não resultavam da reabertura de antigos estabelecimentos. Tudo isso dificulta contabilizar o número real de empresas, de modo que as informações contidas no quadro 5, apresentada no capítulo 1, acabam por ser imprecisas.

O terceiro fator envolve a natureza das empresas encontradas. Das 149 empresas listadas, 5 não eram facções de costura, das quais 4 localizavam-se na mesorregião leste. Duas realizam a confecção de fardamentos, outra costura roupas sob medida. Uma empresa, embora pudesse ser classificada como facção de costura de acordo com a classificação do IBGE não se enquadrava nos requisitos da pesquisa (nesse caso ela não é terceirizada, pertence a uma indústria que tem marca própria). E uma empresa que dominava todo o processo produtivo (figuras 9 e 10), desde o desenho do modelo de vestuário, o corte do tecido e venda ao cliente. A empresa tem marca própria e é especializada em roupas para eventos religiosos, não se configurando, por tanto, como uma facção de costura.

Figuras 9 e 10: empresa de Natal que tem marca própria e realiza todas as etapas produtivas.



Fonte: pesquisa de campo, Natal, 2017.

Por fim, um expressivo número de funcionários e proprietários não nos concederam entrevistas, constituindo-se esse o quarto motivo para não atingirmos o total de 108 entrevistas. Nesse caso específico a maior parte das negativas ocorreu principalmente na mesorregião Leste e alguns casos também na mesorregião central. Mas de modo geral, proporcionalmente em relação ao total de empresas cadastradas, houve maior receptividade em relação a nossa pesquisa nessa última, enquanto na mesorregião Leste o número de negativas correspondeu a 25% dos 32 estabelecimentos classificados previamente como facções de costura.

De todo modo, considerando a soma dos empresários que nos concederam entrevista, o número de facções de costura fechadas (comprovadas quando nos dirigimos aos endereços disponibilizados pelo guia industrial), aqueles que não são facções (comprovado a partir do campo) e os que não nos concederam entrevistas, visitamos endereços correspondente a 112

empresas em todas as mesorregiões do estado.

Houve, evidentemente, municípios com registro de facções em que não realizamos campo. Mas gostaríamos de salientar que a visita a tais lugares acabaria por constituir uma espécie de censo das facções de costura no RN, o que não é objetivo deste trabalho. Ademais, consideramos que as informações coletadas são suficientes para a análise a que nos propomos.

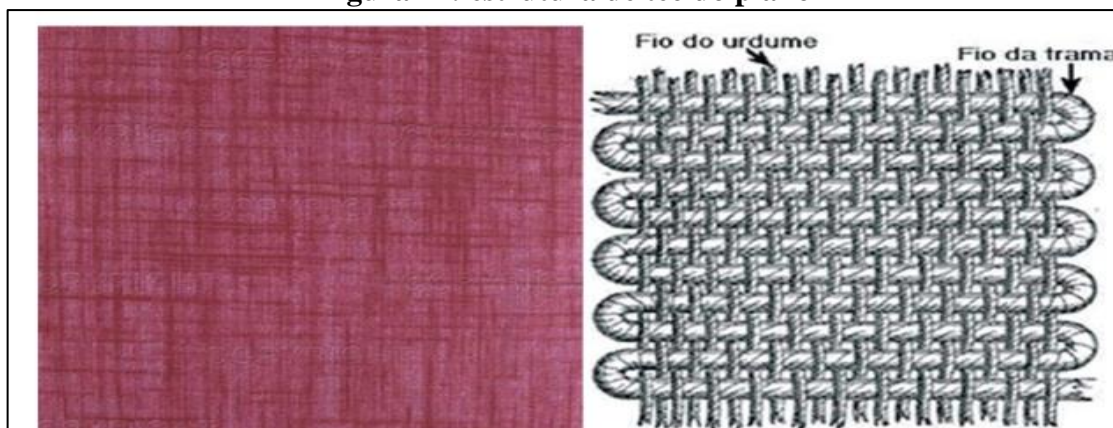
Além disso, temos que ressaltar os recursos financeiros limitados para a realização da pesquisa. Outro ponto é a dificuldade de deslocamento mesmo entre municípios vizinhos, especialmente na mesorregião Oeste, com escassa oferta de transporte coletivo. Nessa mesorregião fizemos apenas duas entrevistas, sendo que a mesma dispõe de 8 facções de costura, segundo dados do Guia industrial. No entanto, os mesmos estão dispersos em 6 municípios, o que acabou inviabilizando nosso deslocamento em função das dificuldades já citadas.

Após esclarecidas essas questões seguiremos com a análise dos resultados da atividade de campo.

4.2 O trabalho e a produção nas facções de costura

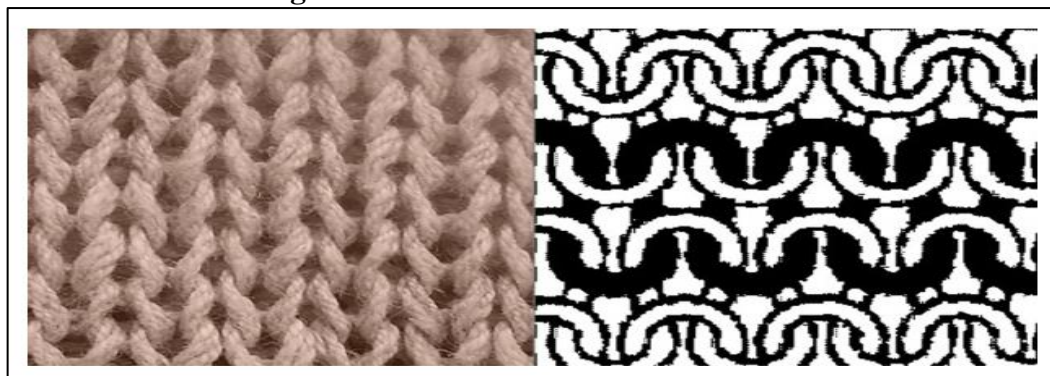
O SEBRAE estabelece dois tipos de facções de costura: tecido de malha e tecido plano. De acordo com Piccinini (2015) eles diferenciam-se pela forma em que os fios são interligados geometricamente: “os tecidos planos são artigos produzidos em tear e formados pelo entrelaçamento perpendicular alternativo, por no mínimo, dois grupos de fios, os de urdume e os de trama”. Já o tecido de malha é formado a partir de “laçadas de fios com a ajuda de agulhas finas e pontiagudas. O entrelaçamento e a formação contínuos de novos laçados produzem os tecidos de malha” (PICCINNI, 2015, p. 49). Nas figuras 11 e 12 podemos visualizar como é a estrutura dos mesmos.

Figura 11: estrutura de tecido plano



Fonte: Blog marisanta, 2012.

Figura 12: estrutura de tecido de malha



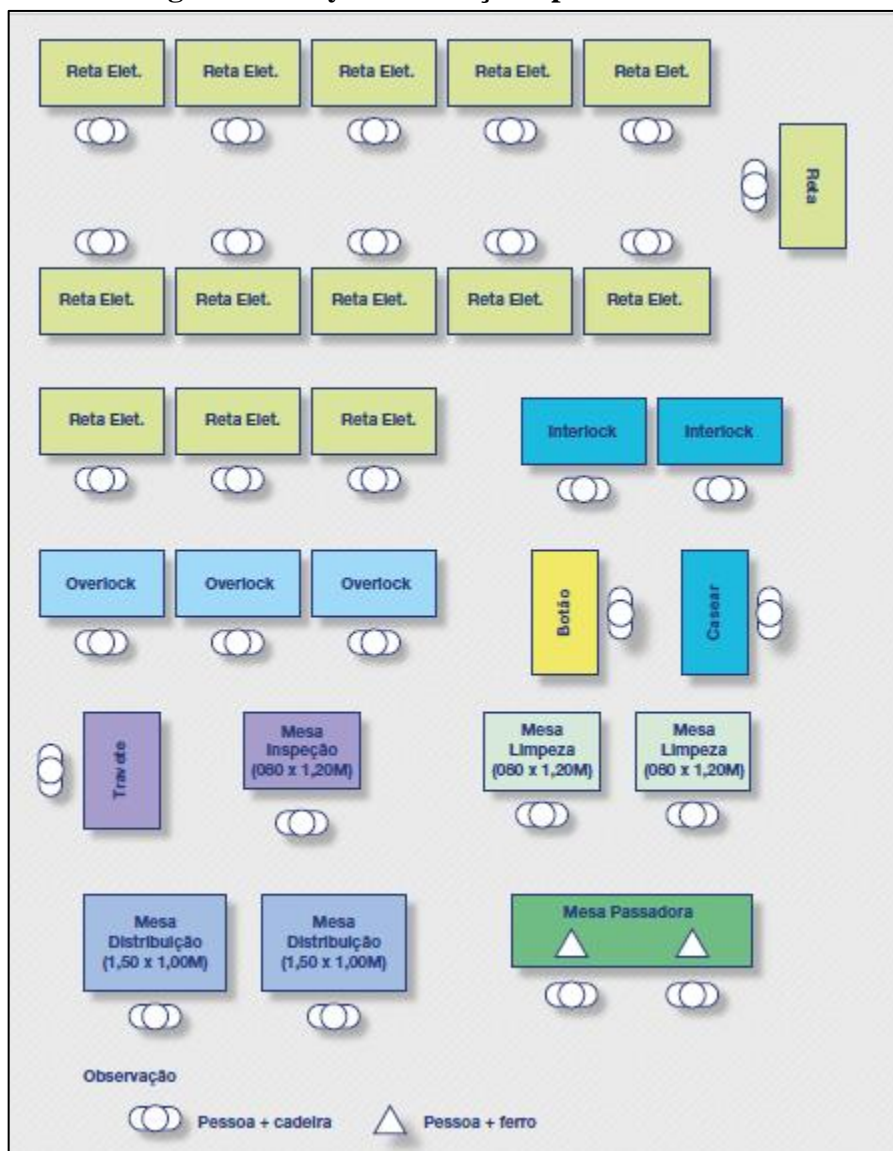
Blog Marisanta, 2012.

De um modo geral o tecido plano costurado nas facções refere-se principalmente ao jeans (calças, bermudas, jardineiras) e a camisa social. Enquanto o tecido de malha diz respeito a camisas e blusas, chamadas pelos empresários do setor como “modinhas”. O estudo da FIERN sobre as potencialidades de crescimento das facções apresenta uma definição sobre esse tipo de produto: “Há, ainda, potencial de desenvolvimento da “modinha” produtos que entram na moda em curto espaço de tempo, ditados pelo uso de atores de novelas – levados ao mercado com grande rapidez para acompanhar a velocidade das mudanças de gosto” (FIERN, 2015).

Os empresários preferem trabalhar com o tecido plano, principalmente por que o mesmo tem maior valor por peça. No campo, por exemplo, empresários relataram receber R\$7,00 em média para costurar uma calça jeans, enquanto por uma blusa ou camiseta o valor pago é cerca de R\$ 2,00 a R\$ 3,00. Mas esse caso diz respeito apenas aos que trabalham para a empresa Hering, que faz o pagamento por peça. Já a Guararapes faz o pagamento por tempo de produção.

A figura 13 apresenta um modelo de facção de costura para tecido plano pensado pelo SEBRAE. O exemplo mostra o layout de uma unidade montada para ter 32 funcionários, sendo 28 costureiros, um responsável pelo suprimento, um chefe de produção, um auxiliar administrativo e um mecânico. O investimento necessário para o empreendimento seria em 2013 de R\$ 117.422,00 envolvendo desde a compra de máquinas, mesas, cadeiras, computador, extintores, etc. Incluído neste valor estão também os serviços de consultoria, capacitação, licenciamento ambiental, formalização e reserva de capital de giro (SEBRAE, 2013).

Figura 13: Layout de facção tipo Tecido Plano



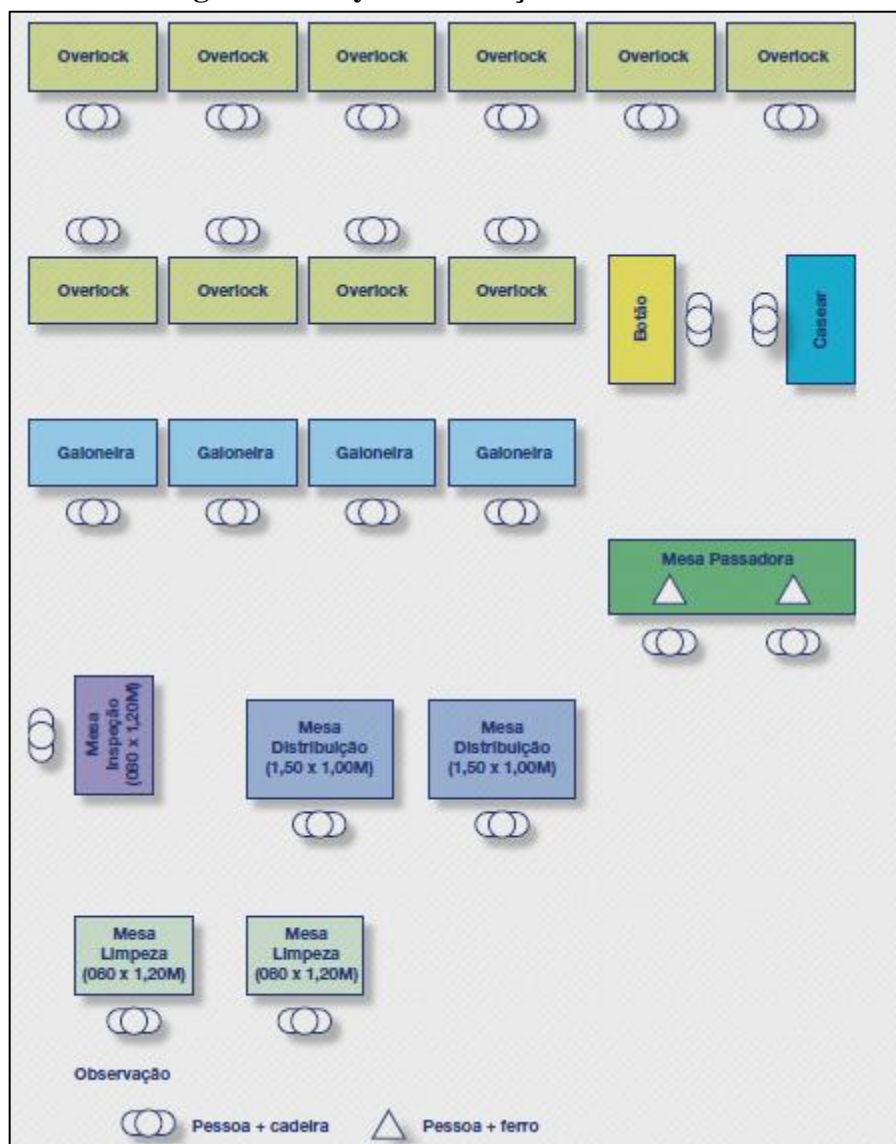
Fonte: SEBRAE, 2013.

Já a figura 14 apresenta o layout elaborado para uma facção tipo tecido de malha equipada para 36 funcionários, dos quais 32 costureiros, um mecânico de máquinas, um auxiliar administrativo, um trabalhando no suprimento e outro como chefe de produção. No entanto, a montagem da mesma exigia de acordo com o SEBRAE um investimento um pouco maior que a do outro tipo de produção, chegando a R\$ 151.302,00 para o ano de 2013 (SEBRAE, 2013).

Essa diferença pode ser explicada, dentre outros fatores, pelo maior número de funcionários e conseqüentemente maior investimento em máquinas de costura. Outro fator a considerar diz respeito ao tipo de máquina utilizada. A empresa que adota o tipo malha utiliza

4 tipos de máquinas: Overlock, galoneira, botoneira e caseado, tendo as duas primeiras o maior número de unidades.

Figura 14: Layout de Facção Tecido malha



Fonte: SEBRAE, 2013.

Enquanto a facção tecido plano emprega uma maior diversidade de máquinas, com 6 tipos ao todo: Costura reta, Overlock, interlock, botoneira, caseado e travete. No entanto, ela utiliza mais intensamente a máquina de costura reta, que tinha menor preço médio na época: (R\$ 1.500,00) inferior à máquina overlock (R\$ 1.900,00) e a galoneira (R\$ 3.300,00). Além disso, a quantidade necessária para capital de giro da facção Malha (R\$ 27.000,00) é maior do que a apontada para o tipo plano (R\$ 20.000,00).

Outra diferença importante está no faturamento bruto e na taxa de lucro líquido projetada para os dois tipos de produção. Para facção tipo tecido plano esperava-se um faturamento bruto mensal de pouco mais de R\$ 54 mil no primeiro ano de atividade, com

lucratividade de 9% do valor do faturamento bruto. Já a partir do segundo ano a taxa de lucro deveria dobrar, para 18% do faturamento bruto. Para a empresa que atuasse com tipo malha, o faturamento esperado era de pouco mais de R\$ 62 mil por mês, mas com maior percentual de lucro líquido: de 12% no primeiro ano, chegando a 21% do faturamento bruto a partir do segundo ano (SEBRAE, 2013).

A simulação do SEBRAE para montagem de facções também estipulou o tempo de retorno do investimento para os empresários, sendo de aproximadamente 23 meses para o tipo tecido plano e 20 meses para o tipo malha.

Para ambas as simulações o SEBRAE utilizou como referência o pagamento por tempo de produção, equivalente na época a R\$ 0,28 por minuto pago ao empresário dono da facção. O aumento da taxa de lucratividade seria decorrente principalmente pelo crescimento da eficiência do trabalhador adquirida com o tempo, o qual passaria a costurar numa velocidade maior, já que o modelo não contempla aumento do número de funcionário no período. (SEBRAE, 2013).

Como não foi possível à realização de entrevista com representante do SEBRAE e das indústrias que contratam facções, não conseguimos identificar o que explica a diferença esperada de lucratividade, tendo em vista que o modelo apresentado previa o mesmo percentual de aumento de eficiência dos empregados dos dois tipos de facção. Na atividade de campo, os empresários se mostravam evasivos em relação a essas questões, de modo que também não foi possível saber se as taxas de lucro líquido estipuladas foram alcançadas.

De todo modo, embora outros pontos do texto do SEBRAE apontem os riscos relativos à atividade, como diminuição do fornecimento de peças em decorrência de crises ou período de sazonalidade na produção, esses fatores não foram considerados para o cálculo do faturamento bruto³³. Na atividade de campo, identificamos que a sazonalidade é comum ao setor. Embora varie conforme a empresa que contrata os serviços de costura, os meses de julho, dezembro, janeiro e fevereiro a produção diminui drasticamente ou para por completo. Já a simulação do SEBRAE apontava um crescimento contínuo do faturamento bruto ao longo de todos os meses de um ano, em decorrência do aumento da eficiência dos funcionários. Mas como aumentar o faturamento sem produção?

Outra questão diz respeito aos investimentos. O documento do SEBRAE estimulava a compra de máquinas novas, mas conforme será observado mais adiante no texto, é comum a utilização de máquinas usadas, mesmo para empresários que abriram suas empresas mais

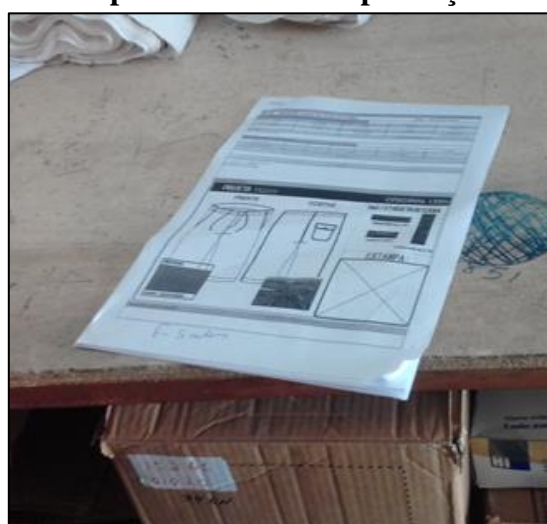
³³ Para mais informações consultar os documentos Facção Tecido Malha, e Facções Tecido Plano publicados pelo SEBRAE RN e disponíveis na Internet.

recentemente, o que deve diminuir o gasto total na compra de maquinário. Além disso, também é expressivo o número de empresas que costuram os dois tipos de tecidos, o que leva a necessidade de adquirir maquinário mais diversificado.

Apesar das diferenças mencionadas entre o tipo de facção, o processo produtivo é praticamente idêntico e ocorre em cinco etapas: recebimento da matéria-prima; separação e distribuição; alimentação dos postos de trabalho; montagem e acabamento; e expedição (SEBRAE, 2013).

A matéria-prima é recebida junto com uma ordem de produção (OP), que informa a quantidade de peças e o passo a passo para a costura do vestuário. Em seguida, elas são transferidas para a mesa de separação e distribuição, que constitui a segunda etapa, a partir da qual as diferentes partes (bolsos, botões, golas, mangas, partes da frente e trás) são separadas.

Figuras 15 e 16: Recebimento da matéria-prima e ordem de produção



Fonte: pesquisa de campo, Jardim do Seridó, 2017.

Figura 17: Separação e distribuição: peças cortadas prontas para distribuição



Figura 18: mesa de distribuição

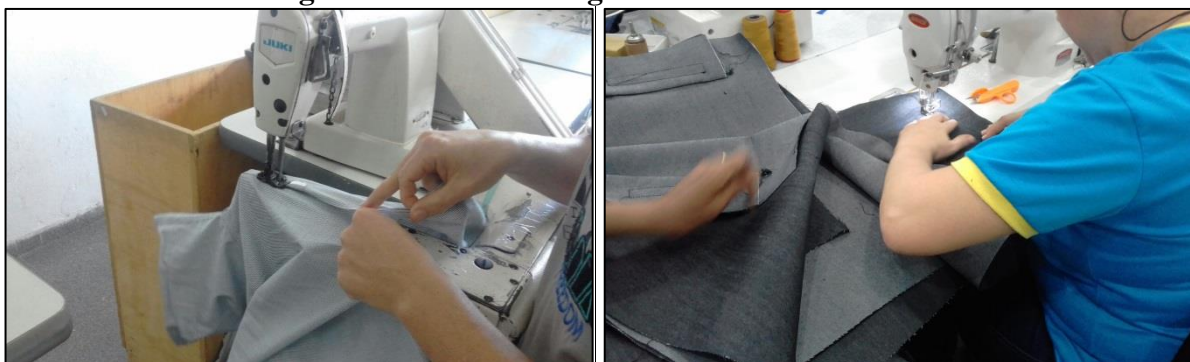


Fonte: pesquisa de campo, São José do Seridó, 2017.

Depois elas são distribuídas para os postos de alimentação, ou seja, os costureiros que pregam os botões recebem suas respectivas partes, os que unem a peça também (partes da frente e trás), bem como os que pregam as golas, os que costuram as mangas etc. Tudo dependendo da peça que se deve costurar.

Então começa o processo de montagem e acabamento, ou a costura, em que o vestuário é montado. De um modo geral, a peça de roupa deve “circular” pela façção. Na montagem de uma camisa social, por exemplo, um primeiro costureiro une as duas partes (frente e trás) da peça, que é repassada para um segundo que costura as mangas, o qual repassa para um terceiro que prega os botões, em seguida para um quarto que costura a gola, enquanto o quinto costura o bolso e o sexto a bainha.

Figuras 19 e 20: Montagem: Processo de costura



Fonte: pesquisa de campo, Vera cruz e Cruzeta, respectivamente. 2017.

Mas a montagem da peça não segue necessariamente essa ordem, variando de acordo com a OP. Pode-se, por exemplo, costurar o bolso antes de unir as partes de camisa. O mesmo pode ser aplicado à costura de um jeans. O passo a passo da montagem é definido pela indústria ou varejista contratante da façção, que leva em conta para cada peça o menor tempo possível para que a roupa esteja pronta.

Terminada a costura, a roupa vai para uma mesa de inspeção que analisa possíveis falhas no processo, podendo reprovar ou aprovar a peça (figuras 21 e 22). Em seguida tem-se a fase de expedição. As roupas prontas são separadas por tamanho e colocadas na “gaiola” (ver figura 15) para aguardar a chegada do caminhão que as transportará para as respectivas fábricas.

Figura 21 e 22: Mesa de inspeção de facções de costura: Vera Cruz; Mesa de inspeção de facções de costura e São José do Seridó.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.



Figura 23: Exemplos de facção (Parelhas/RN)



Fonte: pesquisa de campo, 2017. No processo de costura a peça “circula” por todo o estabelecimento.

Figura 24: Exemplos de facção (Santa Cruz/RN)



A frequência desse processo varia muito de acordo com a demanda da produção. Em municípios com uma grande quantidade de facções de costura, o abastecimento de peças pode ser diário (por parte da Guararapes), enquanto nos mais distantes da capital e com um pequeno número de empresas contratadas, como São Francisco do Oeste a frequência de abastecimento é menor. Isso evidencia uma estratégia da empresa no sentido de diminuir ao máximo os custos com o transporte das mercadorias.

Esse é um ponto essencial para a viabilidade do modelo de produção adotado pelas grandes indústrias que terceirizam os serviços de costura, já que a maior parte das unidades contratadas está relativamente longe de Natal e Parnamirim. De um modo geral o caminhão da transportadora nunca está vazio. Ele chega com uma nova OP para as facções e recolhe as roupas prontas, o que pode ocorrer em todos os dias úteis ou de duas a três vezes por semana.

Nesse sentido, tanto as estratégias relativas ao tempo de abastecimento para lugares mais distantes da fábrica e de manter o caminhão sempre com peças evidencia uma busca pela diminuição dos custos com transportes. Já que um possível aumento das despesas na etapa da circulação pode acabar por não justificar a terceirização do processo de costura.

Percebe-se que embora a costura seja apenas umas das etapas necessárias para a confecção do vestuário, ela demanda a utilização de variados tipos de máquinas. Assim, o investimento em maquinário acaba por se configurar como a maior fatia gasta pelos empresários para montar uma facção. Retomando o trabalho do SEBRAE (2013), vemos que somente a compra de máquinas seria equivalente a 56,15% do total do investimento previsto (R\$ 151.302,00) para abrir uma empresa tipo Tecido de Malha, enquanto consumiria 52,96% dos recursos para a facção Tecido Plano (R\$ 117.442,00).

Os anexos apresentam as diferentes máquinas utilizadas no processo de costura, enquanto o quadro 09 identifica a função de cada uma delas. Mas é necessário salientar que muitas empresas não utilizam apenas máquinas novas, adquirindo também maquinário já usado, numa tentativa de diminuir o valor total investido.

Quadro 09: Função das máquinas de costura utilizadas na confecção de peças do vestuário.

MÁQUINAS DE COSTURA UTILIZADAS NO PROCESSO DE CONFEÇÃO DO VESTUÁRIO		
	MÁQUINAS	UTILIDADE/FUNÇÃO
1	MÁQUINA PARA COSTURA RETA	A mais comum. Utilizada para fazer pregas
2	OVERLOCK	Utilizada para costurar, fazer cortes e acabamentos. Pode ser utilizada em roupas de tecido de malha e tecido plano.
3	INTERLOCK	Faz costura reta e overlock ao mesmo tempo. Usada em tecidos que não tem elasticidade e jeans.
4	GALONEIRA	Utilizada em tecidos delicados para confeccionar bainhas, malhas e viés.
5	CASEADEIRA	utilizada para casear - fazer o furo em que será pregado o botão.
6	BOTONEIRA	Utilizada para pregar o botão no tecido.
7	PESPONTEIRA	utilizada para fazer o pesponto do jeans e outros tecidos pesados.
8	MÁQUINA FECHADEIRA DE BRAÇO	utilizada para fechamento lateral e de mangas em camisas de tecidos leves.
9	TRAVETE	Utilizada para fazer reforços na costura travas em pontos onde há maior tensão como bolsos, laterais, zíper.
10	ZIGUE ZAGUE	Utilizada apenas em tecidos de malha, para acabamentos, recolocar elásticos etc.
11	CORTE	Utilizada para cortar tecidos. (apenas uma facção visitada possui)
12	MÁQUINA DE BORDAR INDUSTRIAL	Utilizada para bordar. (apenas 1 facção visitada possui)

Fonte: Sintel Máquinas - <https://www.sintelmaquinas.com.br/maquinas>

Nesse contexto, a reorganização espacial da indústria de confecções a partir da terceirização da etapa da costura impulsionado pelo Pró-Sertão levou ao aumento da dinâmica econômica em especial no Seridó potiguar, e conseqüentemente ao estabelecimento de novas interações espaciais, que se expressam, dentre outras razões, a partir do comércio de máquinas de costura. Os mapas 21 e 22 sintetizam esse processo.

4.3 Tipologia e topologia das facções de costura e nova dinâmica econômica no Seridó Potiguar.

Analisando os dados da pesquisa de campo, notamos que três municípios potiguares se destacam como fornecedores de máquinas de costura para as facções: Natal, Caicó e Parelhas. Ao todo, 22 estabelecimentos de 11 municípios, de todas as mesorregiões do estado compraram suas máquinas na capital do RN. No entanto, embora comercialize para mais lugares, Natal não atende o maior número de facções, pelo menos considerando a amostra do trabalho de campo da pesquisa.

Nesse sentido, lojas localizadas em Caicó comercializaram máquinas para 26 facções de 7 municípios, principalmente as de Jardim do Seridó e São José do Seridó, com 11 e 5 estabelecimentos, respectivamente tendo adquirido o produtos em Caicó. Como pode-se observar no mapa 17, as lojas de máquinas do município comercializam principalmente para empresas de lugares vizinhos, chegando no máximo na mesorregião agreste.

O mesmo ocorre com Parelhas, lugar de compra de máquinas de apenas 3 empresas, sendo uma no próprio município e outras no entorno imediato. As principais lojas em que são adquiridos o maquinário foram Alvorada Máquinas, Globo Máquinas, e Natal Máquinas em Natal.

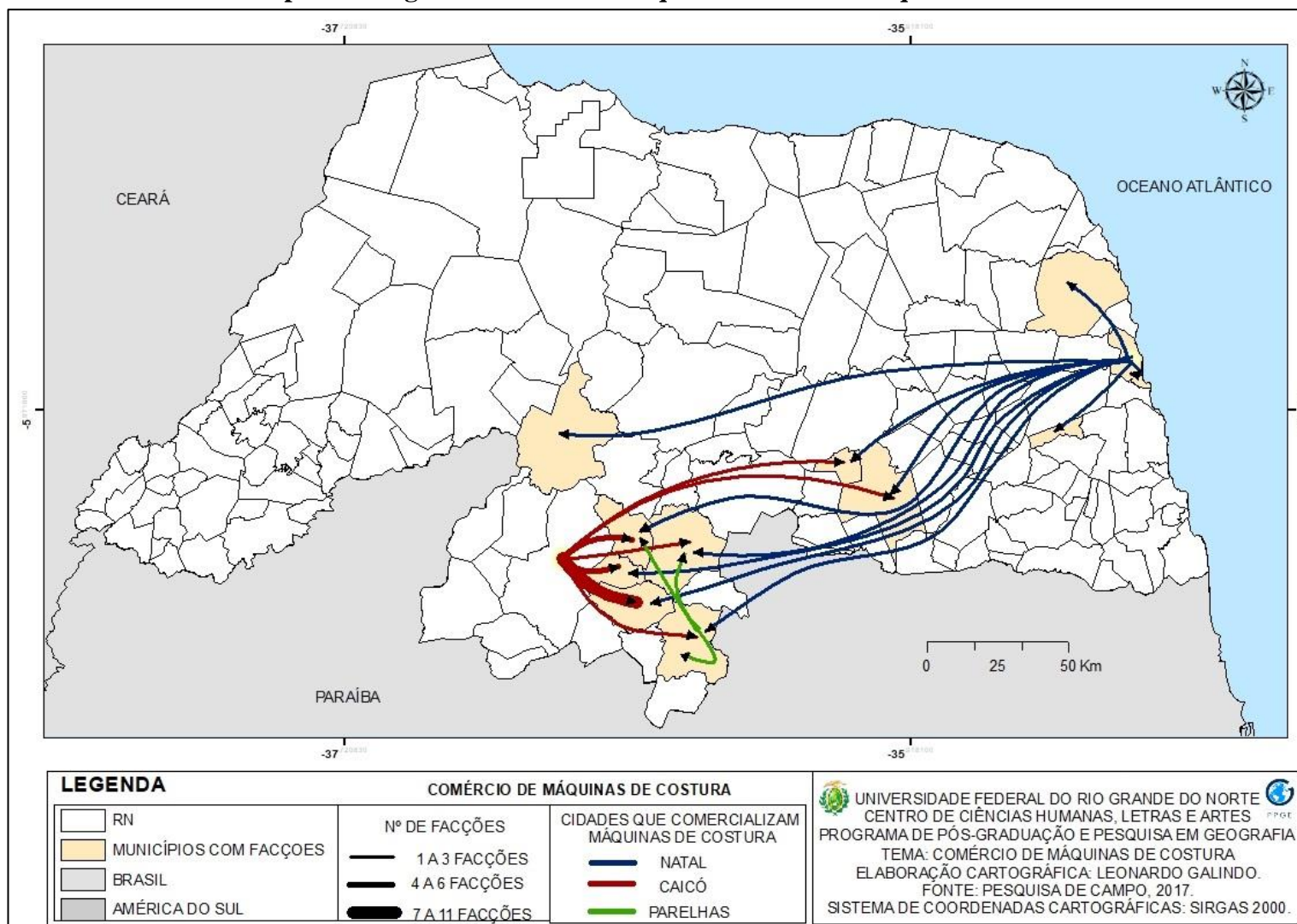
Mas essa interação espacial também é intensa com outros estados da federação. Ao todo 32 facções de 11 municípios em que ocorreu a pesquisa de campo (com exceção de Natal) compram máquinas de outros 6 estados: Ceará (Fortaleza); Paraíba (João Pessoa e Campina Grande); Pernambuco (Recife, Jaboatão do Guararapes e Santa Cruz do Capibaribe); São Paulo (São Paulo); Paraná (Maringá); e Santa Catarina (Blumenau). Nesse contexto, uma maior quantidade de empresas adquire maquinário de Blumenau (12 facções ao todo) – Ver mapa 18.

Dentre as principais empresas localizadas em outros estados que comercializam para as facções destacam-se a Welttec, a Silmaq e a Pesponto. As duas primeiras tem sede no município de Blumenau (SC) e a terceira em Maringá (PR). A própria localização da sede das empresas já é indicativo do papel desempenhado pelos seus respectivos estados na Divisão territorial do Trabalho das indústrias têxtil e de confecções, que atribui, principalmente a Santa Catarina papel de destaque a esse respeito, como foi discutido no primeiro capítulo.

A Welttec foi criada em 2006 e tem filial em Fortaleza (CE), enquanto a Silmaq atua no segmento desde 1987 e possui filial em Maringá (PR), São Paulo e Recife (PE). Segundo informações de seus respectivos endereços eletrônicas, o maquinário comercializado é

importado principalmente da China, Taiwan, Japão e Alemanha.

Mapa 17: Origem e destino das máquinas de costura adquiridas no RN



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

MAPA 18: Origem das máquinas de costura adquiridas em outros estados da federação



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

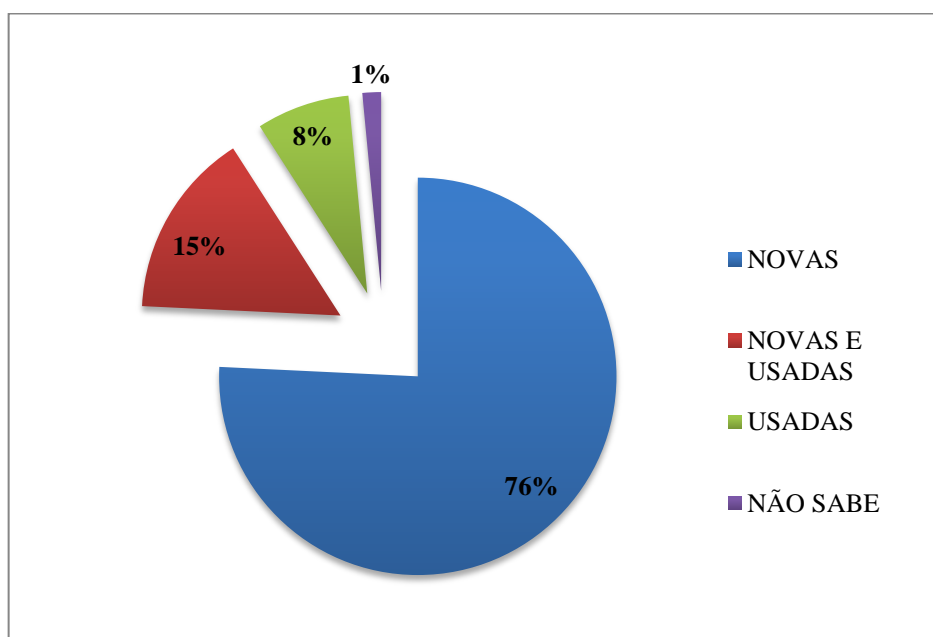
Por sua vez, a compra de maquinário proveniente de Recife e Fortaleza se deve justamente a partir das filiais das empresas citadas. Nesse contexto, a aquisição de tais produtos a partir de outros estados indicam encomendas de máquinas novas e em grande quantidade, já que ocorre, principalmente em momento de abertura de novas facções (é o caso principalmente das compras feitas em São Paulo e Blumenau).

Já quando o comércio de máquinas tem origem em Campina Grande, Jaboatão dos Guararapes, João Pessoa e Santa Cruz do Capibaribe, são pedidos de um pequeno número de facções que compram pequenas quantidades tanto máquinas novas quanto usadas. Também verificamos um comércio informal entre os estabelecimentos.

Isso porque as facções que costumam para Hering têm reclamado do envio irregular de peças, e a maior parte delas acaba ficando com maquinário ocioso. Uma das formas encontradas para lidar com o problema é a revenda das máquinas para outras facções, ou mesmo o aluguel das mesmas, principalmente para as que costumam para a Guararapes e não tem passado pelo mesmo problema.

Os gráficos 2, 3 e 4 exemplificam melhor a dinâmica criada com o comércio de máquinas de costura. Do total de empresas entrevistadas 76% adquirem produtos novos, enquanto 15% compram tanto novas quanto usadas e apenas 8% só maquinário usado. Nesse contexto, elas evidenciam a coexistência de diferentes técnicas. Há facções que só utilizam máquinas eletrônicas, outras só o tipo mecânico e ainda outras utilizam máquinas modernas e antigas.

Gráfico 2: Estado de uso das máquinas de costura no momento da aquisição



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Em entrevistas realizadas, sobretudo em Natal, Vera Cruz e Ceará-Mirim, não tivemos acesso ao galpão onde se realiza o processo de costura em algumas unidades. Mas nas que conseguimos acesso, as máquinas eram mecânicas - antigas (ainda que tivessem sido adquiridas novas) - e não eletrônicas. Juntamente com Santa Cruz e Lajes Pintadas esses três municípios somam um total de 11 facções entrevistadas, das quais apenas 2 (em Natal) afirmaram a compra de máquinas novas (justamente as duas que não tivemos acesso).

Figuras 25 e 26: Máquinas de costura mecânica em funcionamento - Vera Cruz



Fonte: pesquisa de campo, Vera Cruz, 2017.

Figura 27 e 28: Cruzeta: Substituição de máquina de costura mecânica por eletrônica



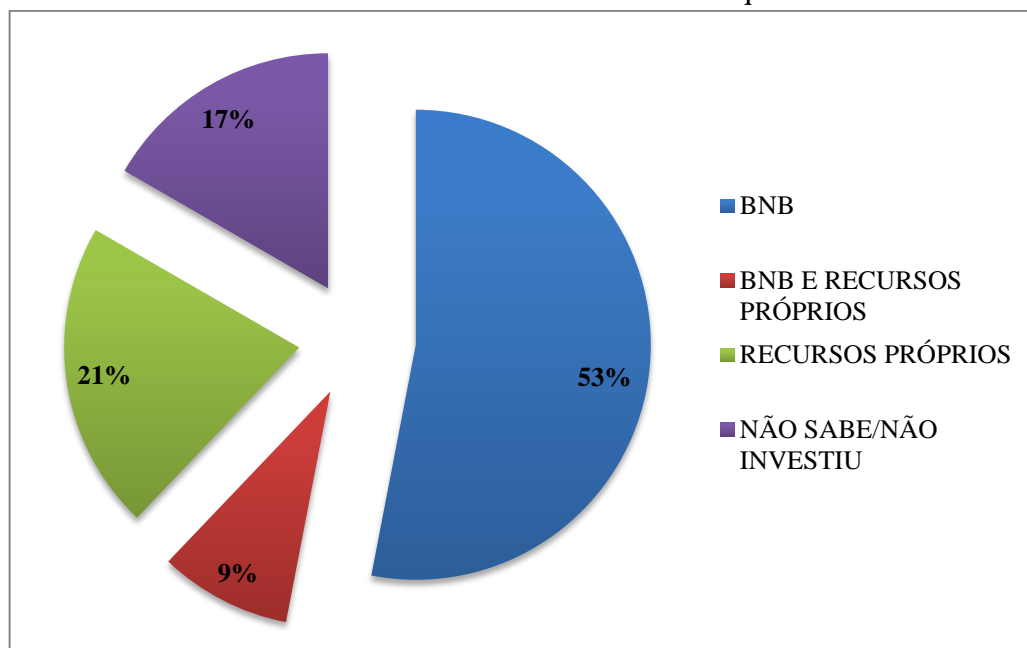
Fonte: pesquisa de campo: cruzeta, 2017.

Assim, as facções mais antigas, principalmente as do Seridó passaram a substituir as máquinas mecânicas pelas eletrônicas, conforme as figuras 27 e 28, que são de um estabelecimento de Cruzeta em que houve substituição das máquinas. Mas deve-se ressaltar que essa substituição não é completa, já que muitas empresas ainda operam com o modelo mecânico, sobretudo aquelas que adquirem equipamentos usados. De acordo com site especializado

A principal diferença entre a máquina mecânica e a eletrônica é o método de seleção e de modificação dos pontos: a máquina mecânica está equipada com uma alavanca ou manípulo que, mecanicamente, permite a escolha do ponto de costura e outro botão para a modificação de comprimento do ponto ou largura. Já as máquinas eletrônicas apresentam um teclado ou um manípulo ligado a um cartão eletrônico que dá impulso aos vários mecanismos para a seleção e a modificação do ponto. (SHOPTY, sem data).

De todo modo, a substituição por equipamentos novos, ou a montagem de um novo estabelecimento a partir da compra de equipamentos, sejam novos ou usados, só foi possível a partir da maior facilidade de financiamento a partir da operacionalização do Pró-Sertão, com a articulação mantida com o BNB, como foi explicitado no capítulo anterior. Em nossa pesquisa, 62% das empresas consultadas utilizaram empréstimos do FNE a partir do referido banco.

Gráfico 3: Forma de financiamento das máquinas de costura



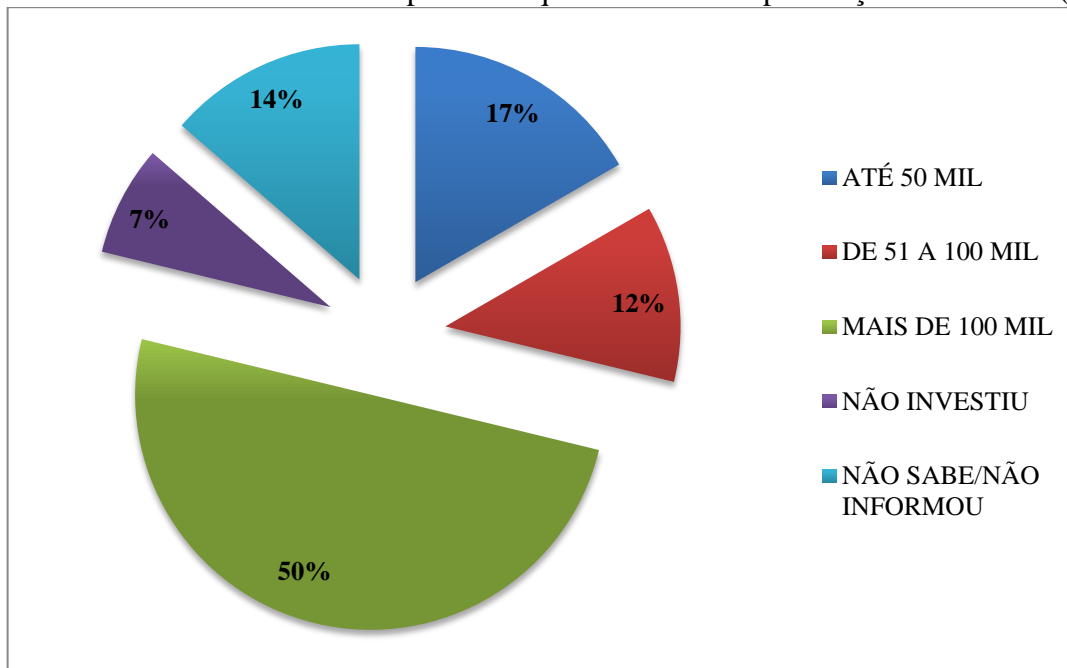
Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Segundo os entrevistados, no início do programa a principal exigência para a aprovação do empréstimo era de um avalista. Nesse caso, uma prática comum adotada em alguns municípios como Parelhas foi que um empresário era avalista do outro. A partir de 2015, além do avalista, também passou a ser exigido um bem (principalmente imóveis) como garantia.

No que concerne aos valores investidos na aquisição do maquinário, metade das

empresas pesquisadas contraiu empréstimos no valor superior a R\$ 100 mil enquanto apenas 7% não investiu nenhum valor (gráfico 4).

Gráfico 4: Total investido na compra de máquinas de costura por facção desde 2012 (R\$)



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Os dados apresentados constituem a tipologia das facções de costura, que por sua vez estão diretamente relacionadas com a topologia dos lugares em que as facções estão estabelecidas. No que concerne a aquisição de máquinas, por exemplo, nas mesorregiões leste e agreste, predominam empresas que adquirem produtos mistos (novos e usados – 81,8% das unidades pesquisadas). Na mesorregião Central (Sobretudo o Seridó) e no Oeste a maior parte das unidades adquirem máquinas exclusivamente novas (85,5% das unidades pesquisadas).

Há diferenças também em relação ao valor investido. Enquanto na média das unidades pesquisadas metade das empresas investiu mais de R\$ 100 mil, nas mesorregiões leste e agreste apenas 27,3% atingiram esse montante. Já no Seridó e Oeste 54,5% investiram mais de R\$ 100 mil.

Isso está diretamente relacionado com a forma de financiamento utilizado. Novamente no Leste e Agreste apenas 27,3% das unidades pesquisadas beneficiaram-se pelos recursos do FNE (BNB). Nas mesorregiões Central e Oeste potiguar, esse índice chega a 70,9% dos estabelecimentos.

Há também diferenças quanto a forma do estabelecimento, mas que ocorre principalmente entre Natal e os demais. Na capital potiguar as três unidades que concederam

entrevista localizam-se em residências, que normalmente é o local de moradia do proprietário. Duas delas localizam-se no conjunto habitacional Cidade Satélite. Em ambas não tivemos autorização para observar a sala onde ocorre a confecção nem para entrevistar os funcionários. A entrevista ocorreu no escritório que funcionava também na residência. Era possível apenas ouvir o barulho das máquinas funcionando. Numa delas a residência é de dois pisos, sendo que no andar superior é a moradia e no térreo funciona a confecção. Um pedestre ao passar pelo endereço nunca imaginaria que nos locais mencionados funcionam facções de costura.

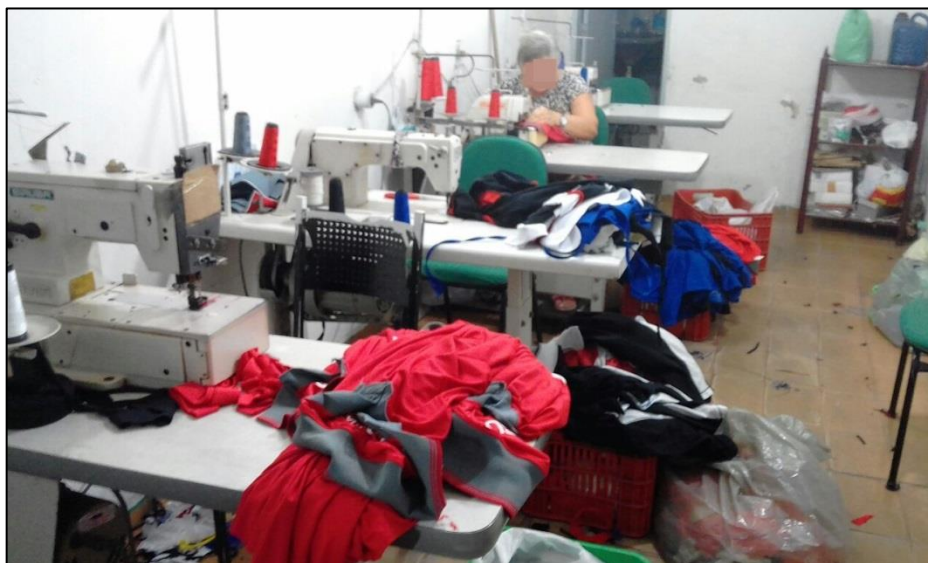
Na outra empresa de Natal a produção ocorre numa espécie de garagem adaptada, em que há uma grande mesa onde são depositados os tecidos para costura e ao fundo estão dispostas as máquinas (ver figura 29). Já nos outros municípios os estabelecimentos são sob a forma de galpões, ou casas adaptadas para galpões. De um modo geral esses estabelecimentos se caracterizaram por terem dois vãos além dos banheiros: um grande em que são dispostas toas as máquinas, as mesas de separação e de inspeção; e um pequeno, em que fica o escritório.

As maiores unidades, por sua vez, que têm mais de 50 funcionários tem um terceiro cômodo que serve como uma espécie de depósito, em que são guardadas as “gaiolas” com as peças costuradas a espera da chegada do caminhão. Por fim, a única unidade mista que conseguimos entrevista, no Oeste do estado, apresenta uma estrutura “convencional” de indústria, com banheiros, refeitórios, campo de futebol, escritório, sala de corte, depósito da produção.

Mas isso se deve a natureza específica dessa empresa que surgiu como uma indústria do vestuário com marca própria no final dos anos 1980, e que desde 2013 passou também a prestar o serviço de costura para a Guararapes. Segundo informações obtidas na entrevista, a empresa passou a realizar serviços de costura em função da queda nas vendas da produção própria. Assim, a mudança tinha como objetivo dinamizar a produção da empresa, e diminuir a dependência da produção própria, que tem como mercado consumidor o RN, PB, e CE.

A produção Híbrida (própria e para a Guararapes), o maior intervalo de abastecimento de peças em relação às demais facções (duas a três vezes por semana), bem como o maior número de empregados (114 na data da entrevista) justificam a maior dimensão do estabelecimento em relação aos demais.

Figura 29 Fação de costura em Natal – Funciona dentro de uma residência



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Figuras 30 e 31: Forma dos estabelecimentos em Acari e Ceará-Mirim, respectivamente



Fonte: pesquisa de campo, 2017

Figura 32: forma dos estabelecimentos: Santa cruz, RN.



Fonte: pesquisa de campo, Santa Cruz, 2017.

Figuras 33 e 34: Refeitório em facção no Oeste do RN e fachada de facções em Cruzeta.



Fonte: pesquisa de Campo, 2017.

Outro dado referente à tipologia das empresas diz respeito ao número de empregados por facção. Nas 66 unidades pesquisadas trabalhavam um total de 2.152 funcionários. A grande maioria das empresas contava entre 21 a 40 funcionários (69,7%); enquanto 15,1% até 20 trabalhadores; 9,1% entre 41 e 60 e apenas 6,1% apresentavam mais de 60 funcionários.

Quando os dados são individualizados por município apenas as facções de Natal, São Francisco do Oeste e Santa Cruz tem uma média de empregados que não está entre 21 e 40 pessoas.

Em São Francisco do Oeste isso está relacionado à quantidade de unidades produtivas (apenas uma) e a natureza da empresa (híbrida – tem produção própria e faz serviços de costura), o que faz com que o número de empregados seja de 114. Em Santa Cruz isso também está relacionado à pequena quantidade de empresas (duas), das quais uma apresenta 120 funcionários – embora o proprietário tenha afirmado que a empresa será desmembrada em outras duas.

Já em Natal é o oposto: a média de funcionários por estabelecimento é de apenas 9. Nesse caso, a diferença principal está relacionada ao tipo de produção – principalmente tecido de malha -, e aos clientes. Enquanto nos demais municípios a produção é primordialmente para as indústrias (Hering e Guararapes), as unidades de Natal produzem para varejistas. Também não se pode deixar de citar o tipo de estabelecimento. Como todos funcionam em residência há uma limitação do espaço físico que conseqüentemente se reflete num menor número de médio de empregados por unidade.

Apesar disso, todas as três unidades relataram ter diminuído a quantidade de trabalhadores, justificando para tal, a queda na demanda por produção em função da crise econômica que ocorre com mais intensidade a partir de 2015. De todo modo, somente uma

empresa afirmou que o número máximo de empregados ultrapassou os 30, enquanto as demais nunca ultrapassaram os 15 empregados, mesmo nos períodos de maior produção.

Outro ponto diz respeito à propriedade das facções, que é em sua maioria é diversa. Ou seja, a maior parte dos empresários tem apenas uma facção de costura. No entanto, em Acari, Cruzeta, São José do Seridó, São Vicente e Jardim do Seridó há empresários que possuem mais de uma empresa (mais de 1 CNPJ registrado como facção de costura).

Nesses municípios 7 empresários são proprietários de 2 estabelecimentos, cada um; 2 empresários possuem 3 empresas cada; e 1 possui 11 empresas. Este último é o grupo C Medeiros, com origem em São José do Seridó, tendo 7 empresas no referido município e outras 4 em São Vicente. É controlado por dois sócios, sendo um deles advogado de formação. Segundo informações coletadas na entrevista, a primeira facção do grupo foi criada em 2009, tendo crescido rapidamente até o ano de 2017. Costura para a Guararapes, embora também algumas facções tenham realizado esse serviço para a Hering.

Apesar da existência de outros empresários proprietários de mais de uma facção, o C. Medeiros constitui o único grupo empresarial organizado, dentre o total de entrevistados. É o único que possui também um site com informações sobre a história do grupo, e sua atuação. Suas 11 facções tinham um total 400 funcionários, sendo 245 em São José do Seridó e 155 em São Vicente. Neste município, todos os estabelecimentos atuantes pertencem ao grupo.

A criação de novas facções por um mesmo empresário ocorre principalmente quando o mesmo tem mais de um cliente. Assim, o empresário cria uma facção que costura para atender à produção da Hering e outra que costura para Guararapes. No entanto, isso não é regra, já que o grupo C. Medeiros tem como cliente a Guararapes, conforme mencionado.

Na maioria das vezes cada galpão industrial abriga apenas um registro de CNPJ. No entanto, em Acari e São José do Seridó encontramos uma particularidade. Um mesmo galpão abrigava dois ou até três registros de CNPJ. Ou seja, duas ou mais empresas ocupam um mesmo estabelecimento físico e pertencem a uma mesma pessoa. Mas era possível notar as diferenças já que os proprietários organizavam as empresas a partir da diferença de cor dos uniformes dos funcionários, bem como pela disposição física das máquinas no galpão.

Essa particularidade pode ocorrer devido à dificuldade em conseguir espaço físico para a produção. Com exceção das unidades de costura de Natal, que por se localizarem em residências, pertencem a seus respectivos proprietários, a maior parte dos galpões de costura dos demais municípios é alugada ou cedida pela prefeitura, com poucas exceções de estabelecimentos próprios.

Mas há também outro fator que pode contribuir para que um mesmo empresário opte

por registrar mais de um CNPJ, em vez de aumentar a capacidade produtiva de um mesmo estabelecimento. Embora não tenha sido explicitado nas entrevistas, deduzimos que em situações de aumento da capacidade produtiva, seja pelo crescimento da demanda da empresa que contrata o serviço, ou em decorrência do contrato com um novo cliente, é mais vantajoso para o empresário abrir um novo CNPJ para poder conservar o enquadramento tributário da empresa.

O aumento do número de empregados e da produção tem como consequência o aumento do faturamento bruto da empresa, que poderia ultrapassar o valor máximo permitido para o enquadramento no regime de tributação Simples Nacional.

No que se refere ao tipo de produção, praticamente todas as facções que trabalham com Guararapes estão no grupo de tecido plano, já que a mesma mantém a costura de tecidos de malha na sua fábrica em Natal e importa outra parte a partir de seu escritório na China. Como não conseguimos realizar entrevista com representantes da empresa, não temos fundamentos suficientes para entender a divisão técnica do trabalho que a mesma adota.

Enquanto a Guararapes terceiriza principalmente a costura do tecido plano, a Hering terceiriza a costura dos dois tipos de tecidos. Do total de empresas analisadas no campo, 66,7% trabalhavam com tecido plano, e apenas 6,1% com tecidos de malha, enquanto 27,2% costumavam os dois tipos.

Mas mesmo a maioria dos empresários que trabalhavam com os dois tipos, afirmaram que em 2017, mais de 70% da demanda era de tecido plano. Das 4 empresas que costuram apenas tecido de malha, 2 estão em Natal e produzem para marcas varejistas (As marcas Ecológica, Stomp, Mister Jockey, Online, Lacrosse, Sant'apollinare). Há uma terceira facção em Jardim do Seridó, inaugurada poucos meses antes da nossa pesquisa de campo que produz, em fase de testes, tecidos de malha para a marca Mioche. E uma quarta, em São José do Seridó, única facção encontrada que produz tecidos de malha para a Guararapes.

O quadro 10 sintetiza as características das facções que encontradas no campo. Acrescentamos que ele retrata apenas o que foi apresentado **pela maioria das empresas**. Para Cruzeta, por exemplo, **o maior número de facções costura tecido plano, mas não quer dizer que no município não existam unidades que trabalhem com os dois tipos de tecidos**. O mesmo vale para informações como forma de financiamento de empréstimos, rotatividade do trabalhador, e média de produção de peças. Já discutimos algumas dessas informações, como a respeito do número de funcionários e forma de aquisição do maquinário.

A manutenção das máquinas é feita por funcionário da própria empresa na grande maioria das facções de todos os municípios pesquisados com exceção de Natal. O trabalhador

responsável normalmente faz o curso de mecânico de máquina de costura pelo SENAI, financiado com recursos da facção. Há em média um trabalhador para cada unidade produtiva, mas naquelas com maior produção e número de máquinas contam com dois funcionários.

Já a produção varia muito de acordo com o tipo e a quantidade de peças enviadas, de modo que os dados apresentados no quadro 10 são pouco precisos. No entanto, Natal apresenta uma média de produção inferior aos demais, em função das características de suas empresas, conforme já foi comentado.

A qualificação profissional varia bastante conforme o lugar, sendo a presença do SENAI mais importante nas empresas localizadas no Seridó. Geralmente o SENAI faz esse trabalho no momento de criação de uma unidade produtiva, qualificando toda a equipe. Mas ao longo do tempo em que a empresa vai precisando substituir empregados, a qualificação dos novos funcionários é feita por trabalhadores antigos.

Também foi muito citada a qualificação a partir da articulação entre prefeituras municipais e governo federal por meio do PRONATEC. Nesse sentido, algumas unidades afirmaram ceder os galpões e máquinas para a realização dos cursos durante o período noturno. Inicialmente essa qualificação era voltada principalmente para beneficiados pelo programa Bolsa Família.

Mas essa ação diminuiu muito nos últimos anos e ainda que haja funcionários de facções que conseguiram emprego a partir de qualificação por meio do PRONATEC, segundo informações dos empresários, a maior parte dos atuais funcionários foi qualificada por meio do SENAI, em que a unidade produtiva arcava com 30% do valor da qualificação, e os 70% sendo subsidiados.

Quadro 10: Síntese das Características das facções de Costura no Rio Grande do Norte.³⁴

QUADRO SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DAS FACÇÕES DE COSTURA					
MUNICÍPIO	TIPO DE FACÇÃO PREDOMINANTE	NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS POR UNIDADE	CONCENTRAÇÃO - EMPRESÁRIOS QUE POSSUEM MAIS DE UMA FACÇÃO	FORMA DE FINANCIAMENTO (MAIORIA) DAS MÁQUINAS	MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS
ACARI	TECIDO PLANO	34,6	SIM	BNB	FUNCIONÁRIO DA FACÇÃO
CRUZETA	TECIDO MALHA E PLANO	24	SIM	BNB	FUNCIONÁRIO DA FACÇÃO
SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	TECIDO PLANO	37,6	SIM	BNB	FUNCIONÁRIO DA FACÇÃO
SÃO VICENTE	TECIDO PLANO	38,7	SIM	BNB	FUNCIONÁRIO DA FACÇÃO
JARDIM DO SERIDÓ	TECIDO PLANO	27	SIM	BNB E RECURSOS PRÓPRIOS	FUNCIONÁRIO DA FACÇÃO
PARELHAS	TECIDO PLANO	30,9	NÃO	BNB	FUNCIONÁRIO DA FACÇÃO
SÃO FRANCISCO DO OESTE	TECIDO PLANO	114	NÃO	BNB E RECURSOS PRÓPRIOS	FUNCIONÁRIO DA FACÇÃO
JUCURUTU	TECIDO PLANO	28	NÃO	BNB	FUNCIONÁRIO DA FACÇÃO
VERA CRUZ	TECIDO MALHA E PLANO	27,3	NÃO	BNB	FUNCIONÁRIO DA FACÇÃO
SANTA CRUZ	TECIDO PLANO	76,5	NÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	FUNCIONÁRIO DA FACÇÃO
LAJES PINTADAS	TECIDO MALHA E PLANO	24	NÃO	NÃO INFORMOU	FUNCIONÁRIO DA FACÇÃO
CEARÁ-MIRIM	TECIDO MALHA E PLANO	27	NÃO	BNB E RECURSOS PRÓPRIOS	FUNCIONÁRIO DA FACÇÃO
NATAL	TECIDO MALHA	9	NÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	TERCEIRIZADA

³⁴ Os dados apresentam o verificado na maior parte das empresas, e não a totalidade delas. Em Parelhas, por exemplo, predominam facções de tecido plano, mas também há facções que costumam tecido de malha.

Continuação do Quadro 10: Síntese das Características das facções de Costura no Rio Grande do Norte.

QUADRO SÍNTESE DAS CARCTERÍSTICAS DAS FACÇÕES DE COSTURA					
MUNICÍPIO	DESPESA COM TRANSPORTE E ALMOÇO DO FUNCIONÁRIO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	AÇÃO MUNICIPAL PARA PROMOVER O CRESCIMENTO DAS FACÇÕES DE COSTURA	PRODUÇÃO DE PEÇAS DE ROUPA POR DIA - POR FACÇÃO	ROTATIVADE DO TRABALHADOR
ACARI	NÃO	MISTO: SENAI; FACÇÃO E PRONATEC	NÃO	ENTRE 400 E 700	BAIXA
CRUZETA	NÃO	FORNECIDO PELA FACÇÃO	COBRA VALOR SIMBÓLICO PELO ALUGUEL	ENTRE 400 E 600	BAIXA
SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	NÃO	SENAI	ARCA COM ALUGUEL DO GALPÃO/ QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES	ENTRE 400 E 600	BAIXA
SÃO VICENTE	NÃO	SENAI	GALPÃO CEDIDO	500	BAIXA
JARDIM DO SERIDÓ	NÃO	MISTO: SENAI E FACÇÃO	PROJETO DE LEI	ENTRE 350 E 500	BAIXA
PARELHAS	NÃO	SENAI/PRONATEC	DOAÇÃO DE TERRENO E QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES	ENRE 400 E 500	BAIXA
SÃO FRANCISCO DO OESTE	NÃO	MISTO: SENAI; FACÇÃO E PRONATEC	QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES	700	BAIXA
JUCURUTU	NÃO	SENAI	NÃO	ENTRE 400 E 500	BAIXA
VERA CRUZ	NÃO	FORNECIDO PELA FACÇÃO	CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES	ENTRE 150 E 500	BAIXA
SANTA CRUZ	NÃO	SENAI/PRONATEC	GALPÃO CEDIDO	ENTRE 400 E 600	BAIXA
LAJES PINTADAS	NÃO	FORNECIDO PELA FACÇÃO	NÃO	ENTRE 250 E 450	BAIXA
CEARÁ-MIRIM	SIM	FORNECIDO PELA FACÇÃO	GALPÃO CEDIDO	ENTRE 300 E 500	BAIXA
NATAL	SIM	FORNECIDO PELA FACÇÃO	NÃO	250	BAIXA

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

A ação dos municípios também se faz sentir a partir de outras formas: doação de terreno para construção de galpões de costura (Parelhas/ em parceria com Governo estadual); por ceder galpões para instalação das facções; arcar com as despesas de aluguel do galpão; projetos de lei em tramitação nas câmaras municipais para que as prefeituras paguem o valor do aluguel, conta de luz e de água das empresas que criarem pelo menos 5 empregos formais; cobrar aluguel dos estabelecimentos abaixo do valor de mercado.

Dos 13 municípios pesquisados, apenas em 4 deles não foi relatado por parte dos empresários nenhuma ação municipal em favor das facções de costura. No entanto, ainda que as prefeituras atuem para o crescimento da atividade não quer dizer que todas as empresas sejam beneficiadas. Num mesmo município, por exemplo, há casos em que foi cedido galpão para instalação de uma empresa, enquanto a maior parte dos empresários do setor segue pagando aluguel.

A rotatividade do trabalhador é pequena de acordo com informações dos empresários. Segundo alguns deles, em momento de crescimento da atividade, com abertura de facções em vários municípios a rotatividade era alta, tendo diminuído a partir de 2015. Como grande parte dos municípios praticamente não há oferta de empregos formais, a maior parte dos funcionários teme o desemprego e acaba aceitando as condições de trabalho.

O quadro 11 apresenta então a tipologia e topologia das facções de costura pesquisadas. Para elaboração da mesma tomamos como base o trabalho desenvolvido por Anjos (2016) para o circuito espacial da produção de mandioca no Rio Grande do Norte. Nesse sentido, a tipologia divide as empresas pesquisadas de acordo com alguns critérios; a topologia apresenta sua localização, e os motivos que a explicam; e as características e diferenças entre cada uma.

Para definição da tipologia levamos em consideração as empresa que contratam os serviços de costura, já que as facções de costura moldam-se de acordo com as necessidades de suas clientes. Nesse contexto, foram definidas 5 tipos, conforme expresso no quadro 13.

O mapa 19 expressa à topologia das facções de costura. Percebe-se uma maior densidade de empresa e diversidade de tipos no Seridó, principalmente em Acari, Cruzeta, Jardim do Seridó e São José do Seridó. Já os demais se caracterizam pela pequena quantidade de facções e baixa diversidade de tipos. Jardim do Seridó é o município que apresenta maior diversidade de tipos de facção (4 ao todo), seguido por Parelhas e São José do Seridó, enquanto os demais municípios não apresentam mais do que dois tipos de empresa.

Ao mesmo tempo, nos intrigou o fato de que não há facções de costura nos maiores municípios seridoenses, como Caicó e Currais Novos. A maioria delas localiza-se em

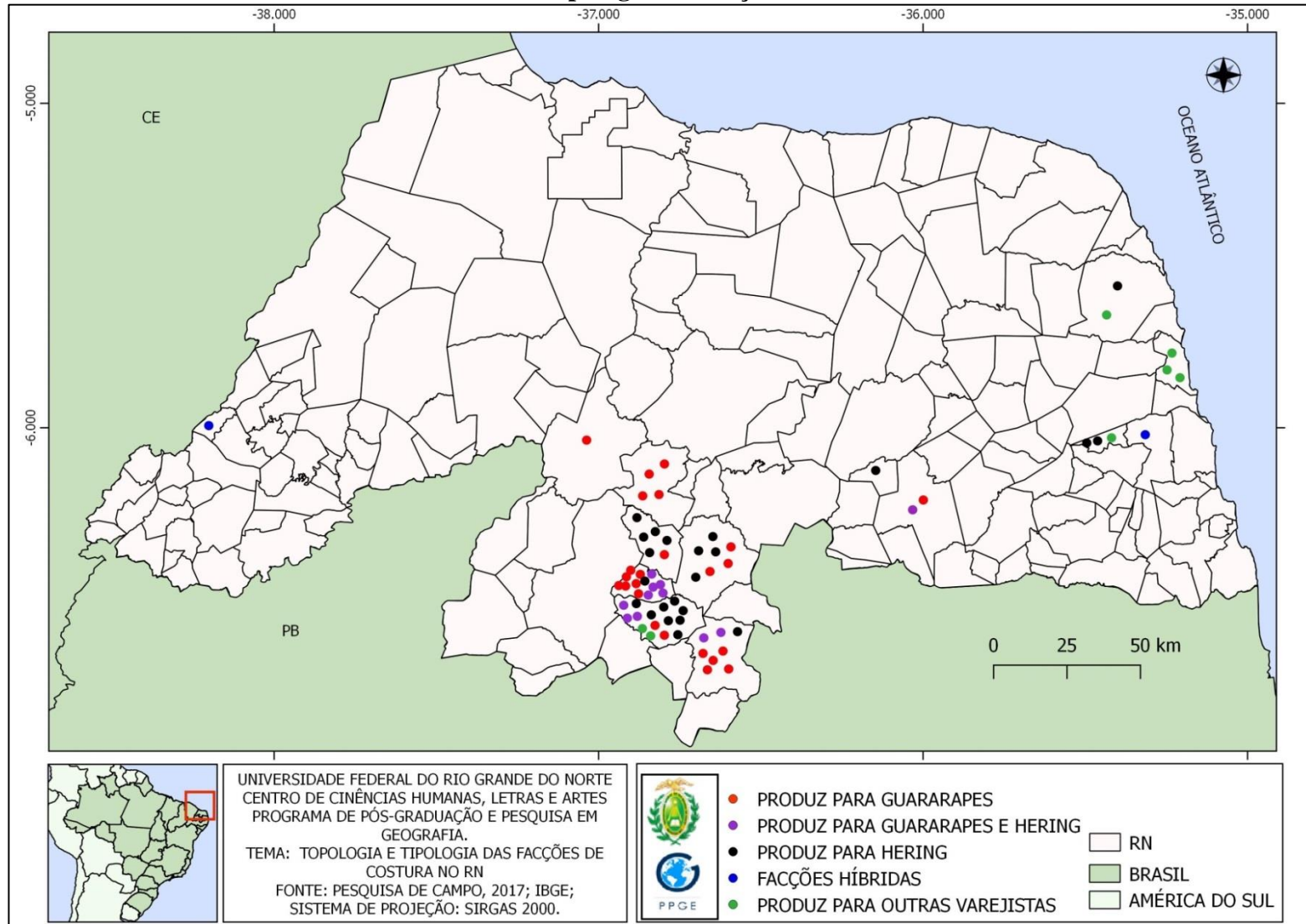
municípios de pequeno porte, com população inferior a 20 mil habitantes, e São José do Seridó, por exemplo, tem menos de 5 mil. Como podemos explicar essas relações?

Quadro 11: tipologia e topologia das facções de costura no rio Grande do Norte

TIPOLOGIA	Nº FACÇÕES	TOPOLOGIA	CARACTERÍSTICAS
FACÇÃO QUE PRODUZ PARA A HERING	23	CEARÁ-MIRIM; VERA CRUZ; LAJES PINTADAS; ACARI; PARELHAS; SÃO JOSÉ DO SERIDÓ; JARDIM DO SERIDÓ; CRUZETA.	A MAIOR PARTE DAS EMPRESAS FOI CRIADA ANTES DO PRÓ-SERTÃO, NOS ANOS 2000; PRODUZEM TANTO TECIDO DE MALHA QUANTO TECIDO PLANO; A FORMA DE PAGAMENTO É POR PEÇA COSTURADA; MAIOR ARTICULAÇÃO COM BNB E SEBRAE.
FACÇÃO QUE PRODUZ PARA A GUARARAPES	24	SANTA CRUZ; ACARI; PARELHAS; CRUZETA; SÃO VICENTE; JARDIM DO SERIDÓ; SÃO JOSÉ DO SERIDÓ; JUCURUTU.	A MAIOR PARTE DAS EMPRESAS FOI CRIADA EM FUNÇÃO DAS AÇÕES DO PRÓ-SERTÃO; PRODUZ TECIDO PLANO; A FORMA DE PAGAMENTO É POR MINUTO; TODAS PASSAM PELA AUDITORIA ABVTEX. MAIOR ARTICULAÇÃO CO BNB E SEBRAE.
FACÇÃO QUE PRODUZ PARA HERING E GUARARAPES	11	SANTA CRUZ; JARDIM DO SERIDÓ; SÃO JOSÉ DO SERIDÓ; PARELHAS	MAIOR PARTE CRIADA NOS ANOS 2000. PASSAM POR AUDITORIA ABVTEX; TENTAM DIVERSIFICAR O NÚMERO DE CLIENTES COMO MEIO PARA DIMINUIR A DEPENDÊNCIA DA DEMANDA DE UMA SÓ EMPRESA E SUPERAR PROBLEMAS COMO ABASTECIMENTO IRREGULAR. PRODUÇÃO DE TECIDO DE MALHA E TECIDO PLANO, EMBORA A MAIOR QUANTIDADE PRODUZIDA É DO TIPO PLANO. MAIOR ARTICULAÇÃO COM BNB E SEBRAE.
FACÇÕES HÍBRIDAS	2	SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ; SÃO FRANCISCO DO OESTE	INDÚSTRIAS DE VESTUÁRIO COM PRODUÇÃO PRÓPRIA E QUE A PARTIR DO PRÓ-SERTÃO DIVERSIFICARAM SUAS ATIVIDADES PASSANDO A PRESTAR SERVIÇOS DE COSTURA; PRODUÇÃO DE TECIDO PLANO; MAIOR ARTICULAÇÃO COM BNB E SEBRAE.
FACÇÃO QUE PRODUZ PARA VAREJISTAS	7	NATAL; CEARÁ-MIRIM; VERA CRUZ; JARDIM DO SERIDÓ.	A MAIOR PARTE É DE EMPRESAS ANTIGAS (CRIADAS ENTRE OS ANOS 1990 E INÍCIO DOS ANOS 2000); PRODUZEM PARA VAREJISTAS REGIONAIS, TANTO TECIDO DE MALHA QUANTO TECIDO PLANO. POUCA ARTICULAÇÃO COM BNB E SEBRAE. CADA FACÇÃO TEM PELO MENOS 3 CLIENTES.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

MAPA 19: Topologia das facções de costura.



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Um primeiro ponto a ser considerado é a maior organização política dos empresários seridoenses, que se articulam por meio de associações (TRIBUNA DO NORTE, 2018). Há na região 3 associações. Uma delas, por exemplo, abrange 14 empresas de Parelhas, Santana do Seridó e Equador.

Outro ponto, é que conforme observado no capítulo 1, Jardim do Seridó e São José do Seridó tinham facções atuando desde o início dos anos 2000. Ações como as do Pró-Sertão contribuíram para consolidar esses dois municípios como líderes do setor no estado em termos de quantidade de estabelecimentos e empregos formais. Dos lugares que apresentam o maior quantitativo das variáveis citadas, apenas em Parelhas, a atividade parece ter surgido em função do Pró-Sertão.

Mas o principal ponto a ser considerado deve ser a reestruturação produtiva em curso no RN desde os anos 1970. Como demonstra Azevedo (2013) esse processo levou ao desaparecimento ou reorganização de economias tradicionais. Nesse contexto, as principais atividades econômicas do Seridó – Cotonicultura, pecuária (de corte e produção de leite), e mineração – entraram em declínio. Por sua vez, as atividades que ganharam mais peso na economia estadual no processo de reestruturação pouco contribuíram para o aumento da dinâmica econômica seridoense. A produção salineira e de petróleo ocorre principalmente em Mossoró e municípios circunvizinhos no noroeste do estado. Ainda em Mossoró, Baraúnas e no Vale do Açu a fruticultura ganha destaque, enquanto o turismo ganha destaque, sobretudo no litoral oriental e parte do litoral norte. Já a produção de energia a partir da matriz eólica também não alcança o Seridó, chegando ao máximo nas serras centrais do estado, e mesmo assim geram poucos empregos, a maior parte no momento de instalação dos parques eólicos (AZEVEDO, 2013).

Ainda assim, a região vê desde o fim dos anos 1980, novas dinâmicas econômicas, sobretudo a partir da especialização produtiva com a produção de bonés. Mas este não se generaliza espacialmente, concentrando-se em Caicó e Serra Negra do Norte (LINS, 2011). Outros municípios da região especializaram-se na produção de artefatos têxteis para uso doméstico, como panos de prato (AZEVEDO, 2017) que encontra maior expressão em Jardim de Piranhas e Caicó.

Há também outras tentativas de dinamizar a economia da região, relacionadas à produção de leite a partir da ação do Estado, conforme estudados por Azevedo (2002) e Silva (2014). A agricultura e pecuária de corte e produção de leite continuam em sua maior parte com baixo desenvolvimento técnico e conseqüentemente à mercê das variações climáticas, evidenciadas pela diminuição de mais da metade do rebanho bovino no início da seca em

2012 e 2013 (SILVA, 2014).

A mineração continua longe da dinâmica econômica alcançada em meados do século XX. Consequentemente, para a maior parte da população as opções são migração ou o subemprego. Desse modo, há na região um expressivo exército de reserva de mão de obra disponível para trabalhar nas facções de costura.

Nesse contexto, a facção de costura é mais expressiva justamente nos municípios que não se especializaram na confecção de bonés e artefatos têxteis para uso doméstico. Parece haver uma divisão interna do trabalho no Seridó em que cada município da região se especializa em uma das atividades citadas.

A terceirização via facções parece resgatar a tradição seridoense voltada para produção têxtil. Nesse sentido, o crescimento da atividade nessa parte do estado também é resultado da formação socioespacial brasileira em que o semiárido foi o principal produtor de algodão do Brasil por alguns séculos.

Já nas mesorregiões Leste e Agreste Potiguar há baixa quantidade e diversidade de facções de costura. A pouca dinâmica em termos de criação de empregos e estabelecimentos pode estar relacionada à maior possibilidade de conseguir empregos formais por parte de seus habitantes. Ainda que Ceará-Mirim, São José de Mipibu e Vera Cruz não abriguem em seus respectivos territórios funções econômicas que criem muitos postos de trabalho, a proximidade com Natal e Parnamirim dá as suas respectivas populações maiores possibilidades de acesso a emprego em comparação com o Seridó e sem a necessidade de migração.

Tudo isso é possível também pela maior oferta de transporte público que tem na RMN maior diversidade de linhas e horários. Assim, o deslocamento para Natal e Parnamirim, a partir dos municípios citados pode ultrapassar pouco mais de 1 hora, mesmo utilizando transporte público, o que permite conseguir emprego nos mesmos.

Já em Natal e Parnamirim a facção de costura está em declínio a julgar pelo número de empresas cadastradas que encontramos fechadas. Obviamente os dois são os que apresentam maior dinâmica econômica e oferta de empregos em relação às demais regiões do estado, então suas populações encontram maior diversidade de opções de trabalho formal. Vimos, por exemplo, a tentativa de empresários de Natal de transferir suas facções migrando para Vera Cruz.

Mas das duas empresas que foram transferidas para o município, uma fechou e a outra diminuiu consideravelmente o número de funcionários e a produção, tendo grande parte do maquinário ocioso.

Percebe-se que enquanto a população da mesorregião Leste e parte do Agreste tem uma maior oferta de empregos formais, a residente em parte do Seridó não tem outra opção a não ser as facções de costura.

Nesse sentido, nossa pesquisa de campo incluiu entrevista com os funcionários dos estabelecimentos. Mas foram poucos os empresários que permitiram a realização de entrevista, e quando o faziam, o funcionário era na maioria das vezes indicado pelo proprietário. Nos casos em que a entrevista era autorizada conseguimos falar com no máximo dois empregados por facção.

Ao todo falamos com 32 trabalhadores em Acari, Cruzeta, Jardim do Seridó, Natal, Parelhas, Santa Cruz, São José do Seridó e Vera cruz. A facção era o primeiro emprego para 14 pessoas. Outros haviam trabalhado antes em subemprego e atividades informais: 2 babás; 6 empregadas domésticas; 1 servente de pedreiro; 1 trabalhador da indústria; 1 com reciclagem; 1 vendedor de salgados; 1 em supermercado; e 3 vendedores de lojas.

Dos 32 entrevistados apenas 5 haviam trabalhado anteriormente com carteira assinada antes do emprego como costureiro, e 19 haviam recebido recursos de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Desse total, apenas 2 afirmaram continuar a receber o recurso, por serem os únicos na família a ter emprego formal (em caso de família com muitos membros, mesmo o emprego formal não elava substancialmente a renda per capita).

A idade dos entrevistados variou de 19 a 47 anos, embora no Seridó nenhum tenha mais de 40. Foram 4 homens e 28 mulheres, o que de certa forma evidencia o quadro encontrado nas facções: apesar de quase todos os estabelecimentos empregarem funcionários do sexo masculino no processo de costura, a maior parte dos funcionários é composto por mulheres. Apenas duas empresas relataram equivalência numérica entre os gêneros em relação ao total de empregados.

Para o Seridó, em especial, as facções significaram a entrada da mulher no mercado de trabalho formal. Algumas entrevistadas relataram, por exemplo, que agora são as responsáveis pelo sustento familiar, já que seus cônjuges (que trabalham principalmente na agricultura, cerâmica e em “bicos” na construção civil) encontravam-se desempregados.

Por isso, todos os entrevistados relataram estarem satisfeitos com o emprego. A principal razão apontada para tal satisfação é que o emprego é uma fonte regular de renda, e sempre associavam isso ao fato de não haver outras ofertas de empregos formais nos municípios. Ainda que o salário seja baixo (R\$ 942,00 em 2017), o valor é maior do que quando estavam em situações de subemprego. Numa realidade marcada pela baixa oferta de

empregos formais, o trabalho como costureira (o) em facção de costura é visto de forma positiva pela maior parte dos trabalhadores.

Nesse contexto, a criação de postos de trabalho formal foi responsável por dinamizar economicamente os lugares em função da maior circulação de dinheiro em decorrência do pagamento de salários. Empresários do setor afirmam que o crescimento das facções tem propiciado o crescimento de outras atividades econômicas nos municípios, principalmente as relacionadas ao comércio. Ainda que tal afirmação seja verdadeira, não temos dado quantitativos, que comprovem a dimensão econômica envolvida.

Mas se considerarmos que em muitos desses municípios mais de 40% da população com emprego formal trabalha no ramo de confecções, a circulação de dinheiro do pagamento dos salários dinamiza a economia local, com rebatimentos positivos para o circuito inferior da economia, como as feiras municipais por exemplo.

A terceirização da etapa da costura resulta da reestruturação produtiva que se intensificou no Brasil a partir dos anos 1990, como resultado da abertura econômica. Nesse contexto, o setor têxtil e do vestuário foi um dos principais afetados em função da concorrência com os produtos importados (PEREIRA JÚNIOR, 2011). Tal fato levou inicialmente ao deslocamento das unidades industriais intensivas em trabalho para a região Nordeste, como o caso da Hering no RN. A partir dos anos 2000 esse processo se intensificou com a terceirização da etapa da costura para o interior do estado.

De um modo mais abrangente, quando associamos a abertura econômica do Brasil e o processo de reestruturação, produtiva entendemos que tais acontecimentos estão relacionados ao que Harvey (2009) aponta como mudanças no regime de acumulação capitalista (ainda que a chegada de multinacionais do setor automotivo nos anos 1960 e 1970 já fossem indicativas de tal mudança), que passa do fordismo ao modo de acumulação flexível.

Embora o autor destaque que os modos de acumulação são mais do que mudanças na estratégia econômica das empresas, e que indica também transformações políticas e sociais, nos concentraremos neste texto, apenas nas análises relacionadas a atividade das empresas.

Harvey (2009) com base em Swingdown apresenta as principais diferenças entre as empresas que produzem a partir do fordismo, daquelas que produzem a partir do *just-in-time* (relacionado com o regime de acumulação flexível).

Quando analisamos as características do processo de produção e de trabalho e relacionamos com o que é desenvolvido pelas facções de costura, vemos que esta tem características dos dois tipos. No processo de produção, destaca-se o *just-in-time* uma vez que a produção é voltada para demanda sem a formação de estoques. Nesse caso, por exemplo, as

facções atendem apenas ao demandado pela grande indústria e não possuem estoques. Como resultado, um dos principais problemas apontados pelas empresas é a irregularidade no abastecimento de peças notadamente das empresas que costumam para a Hering.

Alguns entrevistados afirmaram não aceitarem trabalhar com a empresa em razão desse problema. Enquanto outros empresários, quando questionados pelos motivos da irregularidade do abastecimento eram categóricos: “se não há vendas, não temos demanda” (outros relataram também que a Hering tem optado pelo importação de peças).

Outro ponto relacionado ao *just-in-time* é o “controle de qualidade integrado ao processo”, que envolve a detecção imediata de erros e a “rejeição imediata de peças com defeito” (HARVEY, 2009). Toda facção, como foi mencionado, conta com uma mesa de inspeção e funcionário com o objetivo de identificar erros na confecção das peças. Na nossa entrevista com os proprietários questionamos sobre a existência de problemas na relação das facções com as empresas fornecedoras.

Apenas os empresários que prestam serviço a Hering ou que costumam para varejistas alegaram problemas relacionados à frequência com o abastecimento de peças: 26 das 66 empresas entrevistadas relataram queda na produção em função da falta de peças.

Segundo os empresários e gerentes, além do controle com a inspeção por empregado da própria facção, as indústrias tem um próprio sistema de fiscalização de peças, que impede que as roupas cheguem às lojas com defeitos.

Por fim, outra característica do *just-in-time* é a integração vertical das empresas por meio da subcontratação – razão da existência das próprias facções;

Já em relação ao trabalho, a facção praticamente conserva os aspectos da produção fordista, uma vez que o processo de costura pouco difere do que é realizado na fábrica. Tem-se o alto grau de especialização e repetição de uma mesma tarefa pelo trabalhador, que não domina todo o processo, costurando apenas uma parte da peça.

Há também o controle rígido do tempo de costura. Tanto que a Guararapes faz o pagamento ao empresário considerando o tempo que ele deve levar para costurar determinado lote de peças. Eventuais atrasos na realização dessa etapa produtiva implicam necessariamente em prejuízo para a facção.

Outros fatores que envolvem as características *just-in-time* sobre as relações de trabalho não haviam sido colocados em prática em função da legislação trabalhista brasileira. No entanto, ela apresentou mudanças recentes que passaram a entrar em vigor em novembro de 2017, ou seja, após a realização da pesquisa de campo.

Ainda assim, questionamos os empresários sobre as possíveis mudanças que

pretendiam empreender nos seus respectivos estabelecimentos. A maioria afirmou não estar a par das principais mudanças na legislação, e aguardavam a realização de consultoria com o SEBRAE. Já para 17 empresários a mudança é positiva para o setor, citando principalmente a possibilidade de acordo com o trabalhador sem a necessidade de intermediação dos sindicatos e a possibilidade de dividir o período de férias.

Os empresários que passam por problemas na frequência de abastecimento de peças citaram também a possibilidade de pagamento apenas pelas horas trabalhadas, ou seja, quando houver demande por parte das indústrias, sem a necessidade de manter o empregado nos períodos de interrupção ou baixa produção. Nesse sentido, entendemos que a mudança na legislação deverá por sua vez levar as condições de trabalho para características da produção *just-in-time*.

Mesmo as grandes indústrias como a Guararapes mantêm em funcionamento em suas fábricas o processo de costura, terceirizando apenas a parte de tecido plano, enquanto continuam com a produção de tecidos de malha. Desse modo, o setor de confecções no RN acaba se caracterizando como misto, com características do fordismo e da produção flexível.

Estudando a atividade industrial no Ceará com ênfase na produção de calçados, Pereira Júnior chega a conclusões semelhantes:

O processo em curso no Ceará resulta das novas determinações espaciais da acumulação industrial, que aproveitam as vantagens das novas tecnologias para desintegrarem o processo de produção em diferentes fases e/ou empresas por meio de redes de vínculos. Mas a estrutura industrial e a organização do processo produtivo no chão da fábrica não se alteram radicalmente. A combinação diferenciada de formas de acumulação é uma das mais importantes características do capitalismo (PEREIRA JÚNIOR, 2011, p. 317).

Como vimos no capítulo 1, a decisão da Guararapes de terceirizar por meio das facções no Seridó considera a logística do processo produtivo, uma vez que o ciclo de produção completo no RN ocorre com maior rapidez em comparação à importação do sudeste asiático. Isso permite a realização da produção no modelo *fast fashion* adotado pela empresa.

Além disso, a terceirização permite que a empresa economize com a força de trabalho. Embora o salário pago aos costureiros nas facções seja semelhante ao do trabalhador na mesma função na fábrica, há a economia com encargos trabalhistas: despesas com transporte e alimentação dos funcionários; manutenção de mão de obra em períodos de baixa produção (dezembro a fevereiro e julho).

Outro ponto a ser considerado é que no interior do estado os sindicatos são pouco organizados. A terceirização da etapa de costura é em certa medida também, a terceirização do investimento, uma vez que a empresa diminui consideravelmente suas despesas com a compra de máquinas de costura.

4.4 As Facções de Costura e o Território Enquanto Recurso das Empresas

O mapa 20 é bastante elucidativo sobre as relações desenvolvidas a partir do processo de terceirização de costura no RN. Ele evidencia as novas interações espaciais estabelecidas entre os lugares em que a terceirização se realiza, e Natal e Parnamirim, de onde as peças são redistribuídas para o Brasil.

É também a síntese da solidariedade organizacional entre grandes indústrias, Estado (União, governo estadual do RN, municípios e legislativo), Sistema S e empresários donos das facções. Nossa ideia era apresentar a quantidade de peças confeccionadas e que são enviadas para Natal e Parnamirim antes da distribuição para todo o território nacional. No entanto, a imprecisão dos dados obtidos impossibilitou esse detalhamento.

Ainda assim, a leitura pode ser feita considerando o número de facções. Ao todo, 41 delas enviam as peças costuradas para Natal e 36 para Parnamirim. Há ainda envio de peças para outros destinos; 1 empresa para Tibau do Sul; 1 comercializa para Ceará-Mirim; 1 para Fortaleza (CE) e outra para Campina Grande (PB). Estas correspondem principalmente a facções que costumam para varejistas.

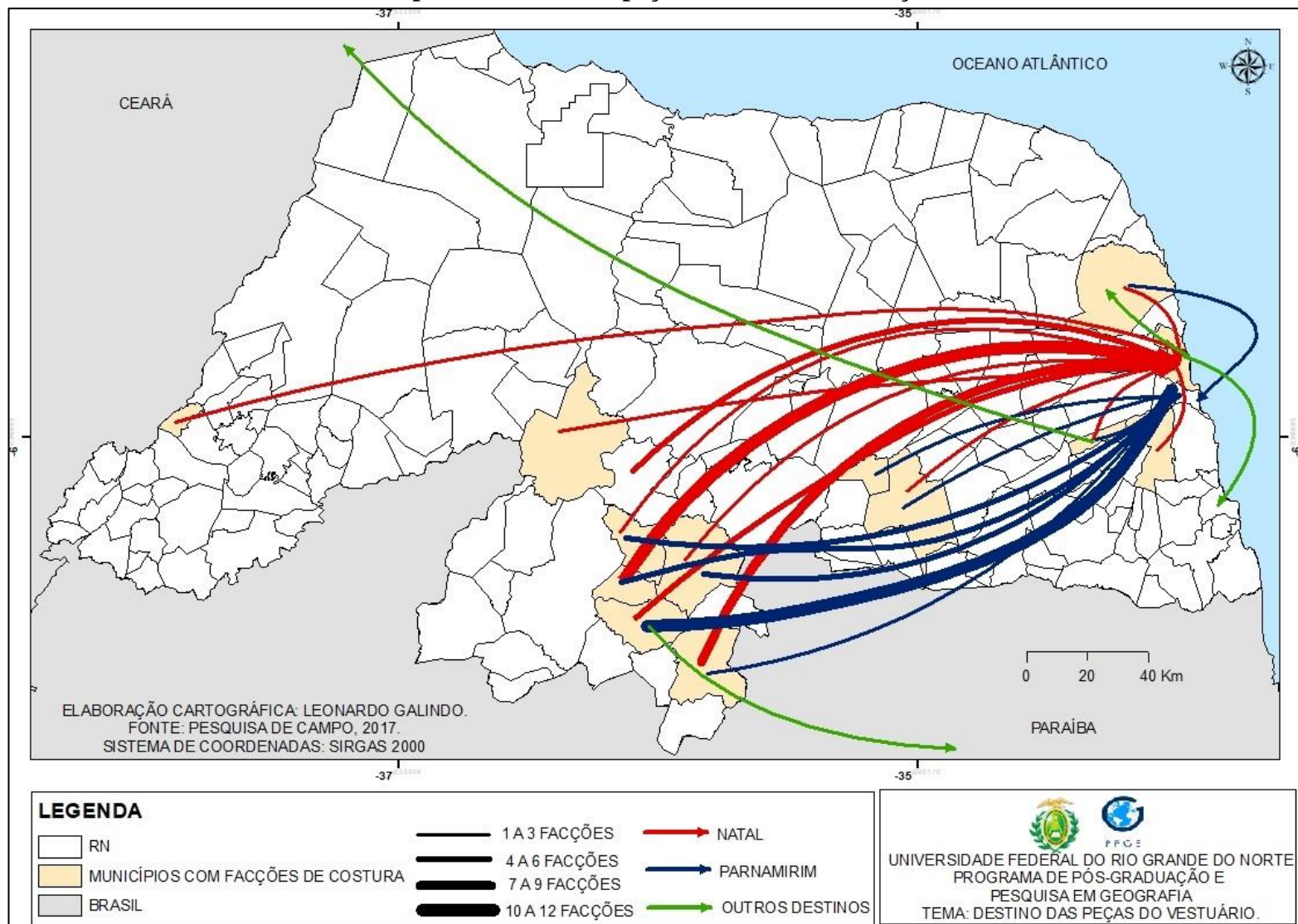
Mas é preponderante o volume de negócios de empresas que têm as grandes indústrias como clientes. São 35 estabelecimentos que enviam as peças para Natal (Fábrica da Guararapes) e 34 para Parnamirim (fábrica da Hering). A soma dos dois ultrapassa as 66 unidades pesquisadas porque muitas facções costumam para as duas unidades industriais citadas.

Por um lado, o mapa sintetiza a dinâmica econômica criada, os fluxos de matéria-prima/vestuário entre os respectivos municípios e a oferta de emprego formal em especial no Seridó.

Mas ele também é revelador da dependência das facções para com as grandes indústrias. Apenas duas empresas têm o poder de controlar todas as etapas do circuito produtivo de confecções: produção, circulação e consumo. Elas determinam o tipo de tecido que deve ter o processo de costura terceirizado; a quantidade de peças e a frequência com que são enviadas para as facções; como costurar e o tempo que deve ser gasto no processo.

Os empresários das facções não têm qualquer poder ou controle sobre o processo. Mas acabam assumindo diversos riscos como os investimentos na compra de máquinas, a contratação e despesas com força de trabalho e a sazonalidade do setor, com períodos do ano de baixa produção.

Mapa 20: destino das peças costuradas nas facções



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Apesar do discurso de geração de emprego e renda e de superação da seca as relações que as grandes indústrias mantêm com o RN e as facções são apenas verticais. Nesse sentido, Santos (2001, p. 36) explica

Sem dúvida, o território como um todo e as cidades em particular acolhem uma tipologia de atividades. [...] O papel de comando, todavia, é reservado às empresas dotadas de maior poder econômico e político, e os pontos do território em que elas se instalam constituem meras bases de operação, abrangidas logo que as condições deixam de lhes ser vantajosas. As grandes empresas, por isso mesmo, apenas mantêm relações verticais com tais lugares.

O exemplo da RMNor é emblemático a esse respeito. Como demonstrado na pesquisa de Tavares (2017) a empresa confeccionava peças para grandes varejistas como a C&A, Renner e Zara e terceirizava o processo de costura para facções no RN. Mas nos últimos anos havia diminuído consideravelmente a produção uma vez que as empresas varejistas passaram a optar pela importação das peças.

Nossa atividade de campo encontrou a unidade produtiva da RMNor fechada (ver figuras 7 e 8). As facções que trabalhavam para a mesma também encerram suas atividades (figura 37), ou estavam demitindo funcionários e apresentavam maquinário ocioso (figuras 35 e 36).

Ao todo, 29 empresas afirmaram diminuição da produção nos últimos dois anos, das quais 26 apontaram a irregularidade na distribuição de peças (desabastecimento) como motivo para a queda na produção. Destas, 25 confeccionavam para a Hering (ver figura 30). Não conseguimos entrevista com a referida indústria, por tanto não temos informais mais precisas sobre a queda na quantidade de peças enviadas para as facções. Já os proprietários destas apontaram em sua maioria a crise econômica nacional como fator de redução da produção, enquanto uma menor parte citou que a Hering tem optado por importar vestuário de outros países.

Mas um dado que nos chamou a atenção é que enquanto os empresários terceirizados da Hering reclamavam de desabastecimento, o mesmo não ocorria para os que confeccionavam para a Guararapes que apontavam produção estável, sem a ocorrência desse problema. Destacavam também o maior planejamento desta indústria que, segundo os mesmos, já informava aos mesmos a previsão de produção para todo o ano.

Figura 35: Máquinas Ociosas em Oficina de Costura - Vera Cruz (RN) 2017.



Fonte: Pesquisa de Campo. 25 de julho 2017. Empresa costurava para RMNor.

Figura 36: Máquinas Ociosas em Oficina de Costura em Cruzeta (RN)



Fonte: Pesquisa de Campo. 12 de setembro 2017. Empresa costurava para Hering.

Figura 37: Galpão Onde funcionava uma Oficina de Costura em Santa Cruz - RN



Fonte: Pesquisa de Campo. 26 de julho 2017. Empresa costurava para RMNor..

Como não conseguimos informações com as indústrias dialogamos aos empresários que costuram para as duas empresas sobre as possíveis razões para as diferenças entre as mesmas em relação ao abastecimento de peças. A explicação envolve principalmente as diferenças quanto ao mercado consumidor.

Segundo os empresários faccionistas, as roupas vendidas pela Guararapes têm no geral preço inferior ao praticado pela Hering. Esta, por exemplo, comercializa no varejo calças jeans por valores que facilmente ultrapassam os R\$200,00. Com a crise econômica, os produtos de maior valor acabam “encalhando” nas lojas, o que acaba por diminuir a demanda da costura para as facções. Enquanto isso, a queda na venda seria menor, ou inexistente para os produtos da Guararapes, em função do menor preço das peças – daí não haver diminuição da produção das facções de costura.

Essa explicação é bastante questionável, uma vez que em situações de crise a população de menor renda acaba diminuindo o consumo, incluindo o do vestuário. Ainda assim a informação prestada é reveladora: Guararapes e Hering não são concorrentes e sim complementares em termos de mercado consumidor, daí a união das duas em projetos como o Pró-Sertão, aceitando-se como verdadeira as informações dos empresários.

Isso também pode levantar questionamentos a respeito da atuação da RMNor no RN. A empresa, de acordo com o SEBRAE participava do Pró-Sertão, tendo encerrado as atividades em 2016. Ela produzia para concorrentes diretos da Guararapes, como a C&A. Assim, seu fechamento seria resultado da busca das varejistas por lugares com menor custo de produção, ou também resulta da disputa pelas empresas dos melhores espaços para a produção?

Para elucidar melhor essa questão Santos assinala que

O poder de uso do território é, pois, diferente conforme a importância das empresas. [...] A existência das empresas sobre um dado território acaba por ser algo que, ao mesmo tempo, é resultado e causa de uma disputa por posições hierárquicas, cabendo às empresas mais poderosas a preferência pelos lugares mais rentáveis, enquanto as demais devem ser relegadas a posições menos produtivas (SANTOS, 2001, p. 38, 40).

Essas foram algumas questões que surgiram no decorrer da pesquisa e que ainda não temos condições de responder. Obviamente numa situação de recessão e queda no consumo afeta a maior parte das empresas, embora algumas sejam mais afetadas que outras. Ainda assim, expõe o problema de um empresário faccionista depender de apenas uma ou duas indústrias para produzir.

De modo geral, quando uma facção fecha ou diminuiu a produção, o discurso dos empresários é em sua maioria simplista: volta-se contra o Estado e denuncia maiores custos de produção e mão de obra em relação a outros países. No entanto, trazem poucos dados estatísticos e estudos concretos, comparando no máximo os custos produtivos do Brasil com a China e Bangladesh.

Onde é mais barato produzir? Para que tipo de produtos? E em quais condições produtivas e de trabalho? Num país de dimensões continentais como o Brasil o custo de produção varia consideravelmente para um mesmo produto a depender da unidade federativa, o que foi atestado pelo próprio movimento das empresas intensivas em trabalho em direção ao Nordeste, e das diferenças salariais entre estados para o setor do vestuário, conforme já analisado neste texto.

Assim, produzir confecções no Brasil é mais caro do que na China? O quanto é mais caro? Produzir no Sudeste brasileiro é mais caro do que na China? E no Nordeste? O discurso da dificuldade de produzir no Brasil deve necessariamente evidenciar essas diferenças. Não se pode considerar o Brasil como um todo homogêneo, como normalmente é apresentado. Também não se pode generalizar a situação de um dado produto para toda a economia nacional, como é comumente apresentado pela mídia.

Ainda que assumir a veracidade de tal discurso não se pode deixar de comentar que este, no sentido de pressionar por isenções de impostos e flexibilização das leis trabalhistas acaba por se mostrar como uma chantagem mal disfarçada e muitas vezes escancarada ao Estado.

Trata-se, como diz Santos, de uma guerra que as empresas fazem para que os lugares em que desejam atuar desenvolvam as circunstâncias que lhes permitam tirar maior vantagem:

Fala-se hoje muito em guerra fiscal, na medida em que a disputa de Estados e municípios pela presença de empresas e a busca pelas empresas de lugares para se instalar lucrativamente é vista sobretudo nos seus aspectos fiscais. A realidade é que, do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de lugares "produtivos". (SANTOS, 2001, p. 40).

O uso corporativo do território seja pelo setor de confecções ou qualquer outro implica em exigências cada vez maiores de programas de financiamentos, isenções de impostos, doação de terrenos e qualificação profissional. O estado é pressionado a participar do processo. A possibilidade do não atendimento da demanda das empresas é acompanhada por ameaças de deslocamento da produção para outros países.

Apesar da ação do Estado ser essencial para estabelecer o uso corporativo do território a partir da terceirização da costura e da criação das fábricas, esta não parece ser a percepção da maioria dos proprietários desses estabelecimentos. Quando questionamos aos mesmos qual a participação do governo federal para o crescimento da atividade no RN, 90,9% dos entrevistados afirmaram que o Estado em nível federal não contribuiu com qualquer medida que favoreça a atividade. Outros 6,1% lembraram o PRONATEC e apenas 3% citaram os financiamentos pelo BNB, embora o banco público ligado ao Ministério da Integração Nacional tenha financiado via FNE (SUDENE) 62% das fábricas pesquisadas.

Parece haver desconhecimento em tratar-se de um banco público que financia a taxas de juros menores que as praticadas pelas instituições particulares. Ou ainda a percepção de que como estão pagando pelo empréstimo obtido, não há configuração de uma ação Federal que beneficie o setor.

Em relação a ação do governo estadual em prol do setor 28,8% dos empresários citaram o Pró-Sertão, enquanto 72,2% afirmaram não haver nenhuma contribuição. Quando nos referimos à esfera municipal 47% citaram alguma forma de contribuição: doação de galpões, ou de terreno para construção dos estabelecimentos, capacitação profissional (o PRONATEC, por exemplo, é visto pela maioria dos entrevistados como uma medida municipal), e pagamento de aluguel ou conta de luz. Outros 7,6% relataram também ação do então deputado federal Rogério Marinho para o crescimento do setor. Todos esses com origem em Parelhas.

Mas de um modo geral o Estado é apresentado como um vilão pelos empresários, que mais atrapalha do que favorece as fábricas. Os principais pontos em que o Estado surge com imagem negativa é em relação aos impostos, à burocracia e a atuação do Ministério do trabalho. Ao todo, representantes de 53 fábricas reclamaram da alta carga de impostos, outros 11 citaram a

burocracia e 6 das exigências e fiscalizações do Ministério Público do Trabalho.

É neste último ponto que há maior foco de conflito entre o setor de confecções no RN e o Estado. Em 2017 o Ministério Público do Trabalho (MPT) no Rio Grande do Norte entrou com Ação Civil Pública (ACP) contra a Guararapes Confecções na qual exigiu indenização de cerca de R\$ 37 milhões. O principal argumento utilizado é a subordinação estrutural e responsabilidade solidária.

O Ministério Público aponta falta de independência das facções na negociação de contratos com a referida indústria, cabendo aos mesmos apenas aceitarem ou não as condições impostas, além de menos direitos dos trabalhadores das facções em relação aos que trabalham para a indústria.

Tanto a Guararapes como as facções de costura levaram o conflito jurídico para a disputa política. Em 6 de setembro de 2017 ocorreu em São José do Seridó o protesto “Grito das Facções” (figuras 32, 33 e 34), que de acordo com o noticiado por blogs locais contou com a presença de funcionários das empresas, proprietários das facções e lideranças políticas: vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, governador e até mesmo membros do judiciário, como desembargadores (BLOG DO JAIR SAMPAIO, 2017).

Os discursos proferidos e veiculados na imprensa retratam o MPT como destruidor de empregos e criador de obstáculos para o desenvolvimento estadual. Num município como São José do Seridó em que as facções são responsáveis pela maior parte da dinâmica econômica criada e que mais da metade da população com emprego formal trabalha no ramo de confecções, há o temor de que ações como as do MPT desencoraje as grandes indústrias a terceirizarem o processo de costura e acabe levando ao encerramento do modelo de produção baseado em facções que atuam no RN.

Figura 38: Protesto “Grito das facções” em São José do Seridó contra a Ação do Ministério Público do Trabalho contra a Guararapes Confeccões.



Fonte: Blog do Jair Sampaio, 18/09/2017.

Figura 39: Protesto “Grito das facções” em São José do Seridó contra a Ação do Ministério Público do Trabalho contra a Guararapes Confeccões.



Fonte: Blog do Jair Sampaio, 18/09/2017.³⁵

Figuras 40 e 41: Slogan contra a ação do MPT e protesto da Guararapes em Natal



Fonte: blog do Jair Sampaio: 18/09/2017 e portal G1 RN³⁶: 21/09/2017.

³⁵ Disponível em: <http://www.jairsampaio.com/centenas-de-apoiadores-do-pro-sertao-protestam-em-sao-jose-do-serido/>

A própria Guararapes realizou protesto em Natal no dia 21/09/2017 em frente à sede do MPT RN. Concomitantemente a mídia televisiva, impressa e na internet local e nacional foram veiculadas várias entrevistas com políticos e empresários seja com críticas a atuação do MPT e utilizando como argumento a necessidade de criação de postos de trabalho em períodos de elevado desemprego, como o atual e para a pouca oferta de empregos formais existente no Seridó. O MPT é apresentado praticamente como inimigo do desenvolvimento, quando na verdade trata-se de um órgão responsável por salvaguardar os direitos sociais, a exemplo dos direitos trabalhistas.

Diante da ofensiva política e midiática contra o MPT, o mesmo publicou nota esclarecendo alguns pontos da ação:

Sobre a ação civil pública contra a Guararapes Confecções S/A (ACP 0000694-45.2017.5.21.0007), o Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte esclarece que:

- 1. A ação proposta contra a empresa Guararapes, para sua responsabilização quanto aos direitos trabalhistas dos empregados das facções de costura, foi elaborada pelo Grupo de Procuradores do Trabalho vinculados à Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes – CONAFRET, que realizou inspeção nas facções e analisou as condições de trabalho e o conteúdo dos contratos de facção utilizados pela Guararapes. A ação não foi proposta contra facção de costura e não tem por fundamento a ilicitude da terceirização, mas a existência de subordinação estrutural e responsabilidade solidária.*
- 2. O MPT realizou inspeção em mais de 50 facções, em 12 municípios, e constatou que os empregados das facções recebem menor remuneração e têm menos direitos trabalhistas do que os empregados contratados diretamente pela Guararapes, inclusive quanto à saúde e segurança do trabalho. Na inspeção, foram ouvidos trabalhadores e faccionistas, que relataram as dificuldades financeiras pelas quais vêm passando para pagar salários, 13º e férias, pois o preço da costura das peças, fixado pela Guararapes (atualmente R\$ 0,35 o minuto), não é suficiente para cobrir os custos operacionais.*
- 3. Muitas facções já foram forçadas a encerrar suas atividades e seus proprietários se encontram endividados, porque tiveram que financiar as máquinas e equipamentos de costura, adquiridas de acordo com as especificações técnicas fornecidas pela Guararapes, para a costura de jeans.*

³⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/empregados-protestam-contra-acao-do-ministerio-publico-do-trabalho-do-rn.ghtml>

4. Os contratos de facção utilizados pela Guararapes são contratos de adesão, porque as microempresas de facção não negociam suas cláusulas e as obrigações são estipuladas unilateralmente pela Guararapes, inclusive o preço a ser pago, e o contrato não prevê aviso prévio, em caso da Guararapes suspender o envio de peças para costura.

5. A Guararapes não garante o envio regular de peças para as facções de costura, podendo diminuir a quantidade de peças enviadas, de acordo com os seus interesses, situação que tem sido, ao lado do preço do serviço estipulado no contrato, causa do fechamento de facções.

6. A própria Guararapes informou que transferiu 17% da sua produção, no Município de Extremoz, para as facções do Pró Sertão. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho demonstra que não houve criação de novos empregos, pois em dezembro de 2013 (ano de criação do Programa Pró Sertão) a Guararapes contratava 10.034 empregados, e em abril de 2017, o seu quadro de pessoal era de 7.539 empregados. A conclusão é que a Guararapes não gerou novos empregos no RN, mas transferiu empregos diretos da sua fábrica para as facções, transferindo para essas microempresas todo o risco da atividade econômica.

7. Centenas de ações individuais já foram propostas pelos empregados demitidos das facções, na Justiça do Trabalho, cobrando parcelas rescisórias que não foram pagas e, inclusive, alegando a responsabilidade da Guararapes pelo pagamento dessas verbas.

8. Os fatos verificados na inspeção e que fundamentam a ação do MPT estão demonstrados no processo por meio de depoimentos, fotos, vídeos, laudos periciais e informações apresentadas por órgãos públicos e pelo Banco do Nordeste.

9. O pedido de indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$ 37.723.000,00 (trinta e sete milhões setecentos e vinte e três mil reais), corresponde a parte do lucro obtido com o trabalho das facções. O lucro líquido consolidado da Guararapes/Riachuelo, em 2016, foi de R\$ 317.600.000,00 (trezentos e dezessete milhões e seiscentos mil reais). Em caso de condenação, o valor deverá ser destinado a instituições sem fins lucrativos.

Independentemente do resultado da ACP, a reação da classe política local e dos proprietários das facções evidencia o medo de que as grandes empresas transfiram a produção de peças para outros lugares. Conforme já foi mencionado a Hering tem fábrica em outros estados e pode lançar mão da importação. O mesmo se aplica a Guararapes, que tem escritório para importação na China e constrói fábrica no Paraguai. Afinal, para essas empresas o território é visto enquanto recurso.

O uso corporativo do território a partir da relação estabelecida com as grandes indústrias

e as facções não resulta da nobre missão de criar emprego e desenvolvimento conforme apregoado pelos seus agentes. É apenas o resultado da estratégia espacial das indústrias. Como foi demonstrado, pelo menos para o RN houve nos últimos anos uma redução na força de trabalho total. Seu crescimento no Seridó indica uma reorganização produtiva a qual busca lugares que ofereçam melhores condições para o crescimento da produção e do lucro das indústrias. O Seridó apresenta os recursos necessários, principalmente um exército de reserva de mão de obra que era utilizado principalmente sob a forma de subemprego, e consegue realizar a produção no tempo demandado pela empresa. Mas uma das consequências da propagação do meio-técnico-científico-informacional é a possibilidade do rápido envelhecimento dos lugares quando consideramos as condições de “produtividade espacial dos lugares”. Nesse sentido Santos (2012, p. 248) explica:

Tal produtividade pode não ser duradoura, desde que outro lugar possa oferecer àquele produto melhores vantagens comparativas de localização. [...]. Nesse sentido, é lícito admitir que vivemos em um mundo onde os lugares mostram uma tendência a um envelhecimento mais rápido (de um ponto de vista técnico e socioeconômico), com ritmos diversos e, mesmo, inesperados, segundo regiões e países.

Se pode-se transferir tão rapidamente parte da produção de Natal para o Seridó, ela pode migrar para outros lugares.

No período atual, uma das funções do Estado é criar um ambiente propício para o desenvolvimento dos negócios (HARVEY; PEREIRA JÚNIOR, 2011). Assim, o uso do território pelo segmento de confecções no RN assume característica corporativa justamente em função da articulação estabelecida entre os diferentes agentes, que cria uma solidariedade organizacional e contribuiu para a formação de um ambiente propício a criação de negócios. Essa forma de articulação permitiu a utilização do exército de reserva disponível no Seridó.

Para esses atores, ações como as do MPT RN prejudicam a manutenção desse ambiente, o que pode comprometer o crescimento do setor ou mesmo inviabilizar o modelo de produção adotado.

Por sua vez, os proprietários das facções têm consciência da posição de vulnerabilidade em que se encontram. Em Parelhas, a principal estratégia adotada para reduzir a dependência das grandes empresas parece ser diversificar o número de clientes a partir da realização de outras etapas do processo de confecção, como o corte.

Para tanto, esperam contar com o apoio do Estado, especialmente a partir de emenda parlamentar do deputado federal Rogério Marinho, que segundo os empresários teria o objetivo

de criar um polo de corte e costura no município. Espera-se, com isso, atrair empresas de São Paulo que terceirizam a produção também do processo de corte. Conseguiram junto ao Estado a doação de terreno para a construção do referido polo. Além disso, outro terreno foi doado pelo Estado para construção dos galpões de costura que atuam em Parelhas, hoje dispersos na mancha urbana (e alguns na área rural) e em sua maioria alugados.

Analisando a atividade parlamentar do referido deputado (CÂMARA DOS DEPUTADOS, SEM DATA) encontramos uma emenda voltada para o desenvolvimento industrial do estado, mas destinada a Caicó, cujos recursos deveriam ser transferidos para a SEPLAN, mas que até o momento da escrita desse texto não havia sido liberado pelo governo estadual. Por enquanto, a efetivação do polo de corte em Parelhas continua no campo das promessas sem possibilidade de concretização no curto prazo de tempo.

Ao mesmo tempo, o campo evidenciou a redução da remessa de peças pela Hering às facções, enquanto a Guararapes não estava contratando novos estabelecimentos. Seis empresários que costuravam para Hering expressaram desejo de costurar para a Guararapes (em função do melhor planejamento no envio das peças), mas não atendiam as normas exigidas pela mesma no momento em que ela contratava as facções (sobretudo o selo ABVTEX). Outros três afirmaram já ter costurado para a mesma em fase de testes, no período de um mês, mas não tiveram contrato assinado.

Ainda três facções no Seridó afirmaram buscar diversificar o número de clientes atendendo encomendas relacionadas principalmente a confecção de fardamentos escolares. Mas a demanda é pontual e envolve pequenas quantidades de peças.

Além das ações já citadas, outra medida bastante alardeada pela mídia em noticiário sobre o Pró-Sertão, bem como nos trabalhos de conclusão de cursos citados no primeiro capítulo é o lançamento de marcas próprias de vestuário por parte das facções.

Mas na atividade de campo encontramos apenas 2 exemplos nesse sentido. Uma empresária de São José do Seridó havia aberto um estabelecimento para confecção de marca própria e que estava com menos de um ano de atividade. Já outra empresária, em Cruzeta, planejava o lançamento de marca própria para o início de 2018. Ambas esperavam comercializar para o RN e PB.

Mas esse não parece ser o projeto da maioria dos empresários, e ainda que seja, sua implantação envolve um modelo de operação totalmente diferente das facções. Ele requer o controle da produção, circulação/distribuição e consumo, o que certamente demanda elevados investimentos e os coloca em concorrência direta com varejistas. Assim, poucas devem seguir ou prosperar nesse caminho, em função do menor poder de uso do território que possuem:

O poder de uso do território é, pois, diferente conforme a importância das empresas. Tal poder tanto se exerce frente ao processo direto da produção – isto é, à sua fração técnica, segundo a qual as empresas utilizam seções do território quanto no que se refere aos processos políticos ou à fração política da produção, constituída pela circulação, distribuição e consumo e mediante a qual o território é utilizado como um todo. (SANTOS, 2001, p.38).

Desse modo, a indústria de confecções atuante no RN deve continuar por um bom período a se caracterizar pelo uso corporativo do território, com extrema dependência das facções em relação às grandes empresas, levando em consideração o apoio dado pela classe política local a manutenção do Pró-Sertão.

Aliás, o suporte ao uso corporativo do território parece ser a principal forma de atuação dos políticos que assumiram o governo do RN ao longo das últimas décadas. Isso pode ser atestado através da conclusão de várias pesquisas em geografia, como a de Barbosa (2015) sobre o planejamento corporativo seletivo; e ações que buscam criar novas dinâmicas econômicas, como as relacionadas ao turismo (FONSECA, 2013) e a fruticultura irrigada (ANDRADE, 2013).

Ações como o Pró-Sertão parecem ser apenas uma entre várias. Enquanto isso o RN passa de ciclo em ciclo econômico – pecuária (produção de carne de charque e/ou leite), cotonicultura e mineração – que por um momento dinamizam a economia e as interações espaciais do RN com outros lugares, apenas para desaparecerem em momentos de crise, e sem provocar alterações significativas nas condições de vida de seus habitantes. Será esse o destino das facções de costura?

O fato é que o modelo adotado, baseado no uso corporativo do território é extremamente frágil, uma vez que o poder real de decisão está concentrado em poucas mãos, especialmente de agentes hegemônicos no contexto territorial. Ao mesmo tempo, o Estado parece incapaz de planejar e operacionalizar outras formas de uso do território, com uma maior inclusão e autonomia de atores que tenham possibilidades de manutenção de atividades econômicas em momentos de crise.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa teve como objetivo geral entender como o uso corporativo do território evidenciado a partir da criação das “facções” de costura e de programas como o Pró-Sertão contribui para a reorganização espacial do setor de confecções de artigos do vestuário no Rio Grande do Norte.

Ela foi operacionalizada tomando como base quatro objetivos específicos: Discutir o papel do Rio Grande do Norte na Divisão Territorial do Trabalho industrial a partir da instalação do setor industrial de confecções de artigos do vestuário; apresentar as materialidades que dão suporte ao setor industrial de confecções de artigos do vestuário no Rio Grande do Norte; analisar o sistema de normas formulado com o objetivo de fomentar a indústria de confecção de artigos do vestuário através da criação das facções de costura no Rio Grande do Norte; e analisar a tipologia e topologia das facções de costura que atuam no estado.

O uso do território pela indústria no RN apresenta pouca densidade e diversidade de empresas e estabelecimentos quando comparado ao restante do Brasil. Ainda assim, ele se expressa principalmente pela atividade de indústrias intensivas em emprego, sobretudo as de alimentos e bebidas, têxtil e de confecções de artigos do vestuário. Ele se justifica em função da reestruturação produtiva em curso principalmente a partir dos anos 1990, tendo como principais fatores a existência de mão de obra barata em relação aos estados do Sul e Sudeste, da elaboração de infraestruturas e um sistema normativo que dão suporte a essas atividades.

Mas o uso do território pela indústria de confecções no RN remonta aos anos 1970 a partir da ação do Estado por meio da SUDENE. As condições criadas nesse período possibilitaram a instalação de empresas apenas em Natal e municípios do entorno, visto que estes possuíam maior densidade de sistemas de objetos (vias de circulação, sistemas de engenharia, acesso à água, transportes, energia elétrica e mão de obra) enquanto o resto do território estadual apresentava menores possibilidades desse uso industrial, em função da rarefação em relação aos sistemas de objetos e ações necessários à instalação dessas empresas.

As indústrias de confecções que se instalaram nesse período se caracterizavam por estabelecimentos de média e grande dimensão quando consideramos o número de funcionários. A crise fiscal do Estado nos anos 1980 e a abertura econômica com a implantação do neoliberalismo são eventos que marcam o fim do primeiro período (1959-1984) da indústria de confecções no RN e o início de um segundo (1985 -). Este se baseia no movimento de reestruturação da produção industrial com a realocação de unidades produtivas do Sudeste e Sul

em direção ao Nordeste e maior protagonismo dos governos estaduais.

Estes, num primeiro momento lançaram mão de vários programas com objetivo de atrair indústrias. No RN destacou-se a criação de sistemas normativos expressos a partir do PROADI (1985) e Pró-Gás (hoje RN Gás + criado em 1997) e a constituição de distritos industriais na Região Metropolitana de Natal. Como resultado, consolidou o papel do RN enquanto lugar de produção de artigos do vestuário.

Assim, algumas empresas que atuavam no estado desde o período anterior (sobretudo a Guararapes) consolidaram sua atuação no RN ao mesmo tempo em que diversificaram suas atividades para as áreas varejistas e financeiras. Paralelamente indústrias do Sul como a Hering investiram na construção de unidades produtivas em Parnamirim. Até 2001 o setor era dominado então por grandes unidades industriais, concentrados espacialmente em Natal e Parnamirim.

A partir dos anos 2000 tem-se um segundo momento desse período, marcado pelo crescimento dos empregos nas grandes unidades industriais citadas, ao mesmo tempo em que ocorria a disseminação espacial para municípios do interior do RN de estabelecimentos especializados em realizar a etapa da costura, os quais atendiam tanto as empresas varejistas quanto a Hering, evidenciando um processo de aprofundamento da divisão territorial do trabalho na indústria de confecções.

A partir de 2010 ocorre uma diminuição do número de estabelecimentos e de força de trabalho em Parnamirim e Natal paralelamente ao crescimento dessas variáveis no interior do estado, em especial no Seridó.

Um evento fundamental para esse processo acontece em 2013, com a criação do Pró-Sertão pelo governo estadual e pela entrada da Guararapes no processo de terceirização. O programa é operacionalizado a partir da constituição de uma solidariedade organizacional que dá suporte ao uso corporativo do território pelas indústrias de confecções. Ela se expressa pela articulação entre vários agentes que desempenham individualmente um papel específico: ao SEBRAE cabe a realização de consultorias com as pessoas interessadas em criar uma facção de costura.

Este agente explica aos mesmos as normas necessárias para a abertura de uma empresa, como conseguir alvará de funcionamento, como ocorre o processo produtivo, os passos necessários para obtenção de financiamento para as compras de máquinas de costura e faz a ponte para o estabelecimento de relações contratuais com as grandes indústrias. O SENAI qualifica a mão de obra a partir da realização de cursos de mecânico de máquina de costura e costureiro industrial.

O Estado assume múltiplas funções: em nível estadual foi o que idealizou o Pró-Sertão a

partir da SEDEC, embora a gestão do mesmo tenha sido transferida para o SEBRAE em 2015. Em nível Federal atua a partir do financiamento da capacitação de mão de obra por meio do PRONATEC e principalmente pelo financiamento para a compra de máquinas de costura utilizando recursos do FNE (SUDENE), geridos pelo Banco do Nordeste, vinculado ao Ministério da Integração Nacional.

Em termos municipais a atuação varia conforme o lugar: algumas prefeituras cedem o espaço para instalação dos galpões de costura; outras cobram valor de aluguel do galpão abaixo do praticado pelo mercado; outras arcam com as despesas de aluguel e eletricidade do estabelecimento; e há ainda as que doam terreno a realocação de unidades alugadas. A principal contrapartida exigida é sempre a criação e manutenção de empregos formais nos respectivos municípios.

Nesse sentido, a criação das facções ocorre paralelamente à disseminação de uma psicosfera baseada no discurso de geração de emprego e desenvolvimento para municípios pobres, especialmente na região do Seridó, retratada pelas dificuldades causadas pela seca. Os agentes que promovem essa atividade praticamente a representa como redentora de todas as mazelas da região.

Cabe obviamente às facções, o papel de costurar as peças enviadas pelas grandes indústrias, as quais mantêm suas respectivas instalações industriais funcionando em Natal e Parnamirim, e que realizam outras etapas da atividade, como o corte. Em Natal há ainda a continuidade da realização da costura de outros tipos de tecidos, como faz a Guararapes, uma vez que terceirizou apenas a costura de tecido plano. As indústrias recebem as peças costuradas, fazem o processo de vistoria e então enviam as roupas para serem comercializadas por suas varejistas em todo o Brasil.

A tipologia e topologia das facções de costura revelaram uma maior densidade e diversidade de empresas em pequenos municípios, sobretudo, no Seridó Oriental em especial em Jardim do Seridó, São José do Seridó e Parelhas. O maior dinamismo dessa atividade nos lugares citados está ligado à existência de um exército de reserva de mão de obra ocupado principalmente no subemprego.

Tais lugares não se beneficiaram pelos processos de reestruturação produtiva em curso nos anos 1980 e 1990 relacionados à produção de bonés e de artefatos têxteis para uso domésticos, e suas economias não haviam recuperado o dinamismo perdido com o declínio das atividades tradicionais, sobretudo a cotonicultura. Esses fatos, explicam a existência do exército de reserva.

Desse modo, a abertura de facções de costura significou uma espécie de divisão do

trabalho interna, na qual o Seridó Ocidental se especializa na produção de bonés e de artefatos têxteis para usos domésticos e o Seridó Oriental na costura para as grandes indústrias.

Como a oferta de empregos formais é bastante limitada, a especialização produtiva resultou em muitos municípios com mais de 30% da população com trabalho formal empregada na costura de peças do vestuário, chegando a superar 50% nos casos mais extremos.

Por sua vez, há menor densidade e diversidade de tipos de facção de costura no leste e agreste potiguar. Ainda que a maior parte dos municípios dessas mesorregiões como Ceará-Mirim, Vera Cruz e São José de Mipibu não apresente grande dinâmica econômica, seus habitantes têm maiores possibilidades de acesso a emprego formal em função da proximidade com Natal e Parnamirim que permite o deslocamento diário dos trabalhadores utilizando a rede de transporte público disponível.

Assim, a criação do Pró-Sertão não levou ao crescimento das facções de costura no leste e agreste potiguar. Já Santa Cruz, localizada no agreste não apresenta um número significativo de facções e também não está próxima de Natal a ponto de permitir um deslocamento de um fluxo diário de trabalhadores. Ainda assim, acaba polarizando o comércio e a prestação de serviços para outros municípios do agreste, de modo que sua população tem relativamente mais possibilidades de emprego em comparação com a de pequenos municípios do Seridó.

A especialização produtiva na realização do serviço de costura trouxe nova dinâmica econômica aos pequenos municípios seridoenses, a qual se traduz no crescimento do emprego formal e no estabelecimento ou fortalecimento de interações espaciais, com Natal e Parnamirim a partir do envio e recebimento de peças, e também com outros estados da federação por meio da comercialização de máquinas de costura. Essa nova dinâmica permitiu a muitos trabalhadores sair da situação de subemprego e desemprego.

Ainda assim, a especialização ocorre em condições frágeis na medida em que o poder decisório está concentrado nas mãos de poucos. Essa é uma das características do uso corporativo do território pelo ramo de confecções no RN, em que as facções de costura são totalmente dependentes da demanda das indústrias. Como estas usam o território como recurso para a realização de suas atividades, qualquer mudança de ordem econômica ou política, seja no Seridó, no RN ou em outro lugar pode levar a perda da competitividade espacial que hoje possibilita esse uso e que cria as dinâmicas relatadas.

Os atores envolvidos tem então a tarefa de manter continuamente as condições de realização de maiores lucros para as grandes indústrias, sob a pena de realocação espacial destas. Nesse contexto, é necessário destacar as mudanças na lei trabalhista em 2017, que terão consequências na atuação das facções.

As alterações na CLT beneficiam principalmente aos proprietários das facções pela possibilidade de contratação por hora trabalhada. De um modo geral, o costureiro era contratado para trabalhar por 44 horas semanais, embora houvesse falta de peças em alguns dias, por exemplo. Com as mudanças o empresário pode contornar os problemas relacionados à frequência de abastecimento de peças e dos períodos de baixa produção, que ocorre para a maioria das facções de dezembro a fevereiro, e no mês de julho.

Porém, afeta negativamente o trabalhador. Se a facção foi no início uma possibilidade de superar o desemprego a partir da conquista do emprego formal e obtenção de direitos relacionados como férias, décimo terceiro, seguro desemprego e contribuição para futura aposentadoria, às mudanças citadas podem levar o trabalhador de volta ao subemprego e receber pelo seu trabalho menos que o salário mínimo.

Nesse caso, ele não teria como contribuir para a sua previdência, já que o valor da contribuição leva em conta o salário mínimo como base; bem como as férias, já que a contratação se dá pela produção.

A psicoesfera do uso corporativo do território utiliza como argumento para promover a terceirização da costura para o Seridó o discurso da seca. As condições climáticas associadas ao baixo desenvolvimento científico e tecnológico do lugar não permitem o desenvolvimento da agricultura e pecuária. Assim a facção de costura surge como redentora das agruras do lugar; como a única possibilidade de geração de emprego e renda e desenvolvimento local; o discurso transforma as necessidades das grandes indústrias, de diminuição de custos e aumento dos lucros em necessidades do lugar.

O discurso esconde que é justamente a singularidade do lugar, pela sua vulnerabilidade social expressa a partir da baixa dinâmica econômica e do subemprego, que autoriza o uso corporativo a partir da instalação das facções de costura. Tal uso não é capaz de transformar realmente o lugar porque se alimenta da exploração dessa vulnerabilidade, por que enxerga o território apenas enquanto recurso para atuação das empresas.

Diversos trabalhos na academia já mostraram que o clima não deve ser responsabilizado pelo atraso econômico e social do Nordeste. Nós argumentamos com a própria contradição da economia potiguar. É escandaloso que ao mesmo tempo em que 153 municípios potiguares estavam em estado de emergência devido à seca³⁷, registra-se recordes de exportação de frutas tropicais produzidas no estado principalmente a partir da irrigação.

³⁷ ver decreto nº 27.315, de 18 de setembro de 2017, publicado no Diário Oficial do RN: disponível em: http://www.diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20170919&id_doc=58574

Santos (2012) nos ensina que o mundo é um conjunto de possibilidades, as quais se efetivam nos lugares. A expansão do meio técnico-científico-informacional encontrou no RN e no Seridó em particular a possibilidade de ação a partir da organização de um uso corporativo do território pelas indústrias de confecções que se explica pela exploração política e econômica da condição de vulnerabilidade do lugar e da população que nele vive, e se materializa a partir da constituição das facções de costura. Estas, realizando a etapa de costura estão em ligação direta com os grandes estabelecimentos industriais de Natal e Parnamirim, por meio da existência de um sistema de engenharia de uso coletivo que permite a circulação de informações e mercadorias, que vão desde a produção até a comercialização. Constituem o sistema de objetos que permite o uso corporativo. O sistema de ações dá-se principalmente a partir das normas criadas pelo Estado e pelas indústrias e de eventos criados em diversas escalas geográficas.

Ocorre que os atores responsáveis pela criação do uso corporativo do território promovem a ideia de essa ser a única forma de uso possível. De fato, a atual configuração política e econômica no RN (e no Brasil), característica do período atual, faz parecer que não há outras possibilidades de ação, ao menos num curto e médio prazo de tempo. Mas há outras formas de uso do território possíveis, inclusive para essa atividade.

Uma das possibilidades seria o domínio de outras etapas do processos de produção do vestuário, como o corte, e a expansão do número de clientes, de modo a diminuir a dependência dos empresários donos das facções da demanda de uma ou duas empresas. Essa possibilidade já foi aventada pelos próprios empresários.

Além disso, conforme Santos (2012) é preciso considerar o espaço banal, o qual envolve todas as formas de uso. É preciso que o Estado, dada a sua maior capacidade de ação, ao formular políticas e programas atente para a grande diversidade de usos do território possíveis, que em muitos casos não são necessariamente conflitantes, apenas são ignoradas as suas potencialidades.

Ao promover o uso corporativo do território, o Estado acaba criando situações que limitam outras possibilidades de uso, o que em muitos casos acaba por limitar o próprio crescimento econômico (insistimos nisso, já que essa é a sua principal preocupação). Quantas possibilidades de ação não são perdidas em função da irregularidade no abastecimento de água?

Quantas possibilidades de criação, de invenção e de realização pessoal e coletiva são perdidas quando a principal esperança de futuro parece ser o trabalho na realização de tarefas repetitivas, por que a outra opção é voltar às condições de subemprego?

É inegável que o Pró-Sertão e a consequente criação de postos de trabalho formal são positivos para pequenos municípios seridoenses e suas populações, tomando-se como base a

pouca dinâmica econômica existente antes da instalação das facções de costura. Mas essa ação jamais deve ser considerada como única opção do lugar, como parece ser, quando consideramos a forma de atuação do Estado e os discursos de seus representantes.

Ao constituir-se como principal forma de ação realizada, em vez de levar o desenvolvimento econômico e social, como é apregoada por seus agentes, o Pró-Sertão se convertera na condenação de uma geração a uma vida de subordinação e dependência, sem alteração significativa das condições de vida.

6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE – AGN. **Linhas Operacionais**. Disponível em: < <http://www.agnrn.com.br/linhasoperacionais.asp> > Acesso em 15 out. 2017.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Editora universitária UFRN. Natal, 1995.

ANDRADE, Alexandre Alves de. **O uso do território pela fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte**: uma análise a partir do circuito espacial produtivo do melão. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, 2013.

ANTAS JR. Ricardo Mendes. Elementos Para Uma Discussão Epistemológica Sobre A Regulação No Território. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 16, pp. 81 -86, 2004.

ARAÚJO, Denílson da Silva. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. – Campinas, SP: [s.n.], 2009.

ARROYO, Monica. A Trama de um pensamento complexo: Espaço Banal, Lugar e Cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Org. Ensaios de Geografia contemporânea*. Milton santos: Obra revisitada. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

ARROYO, M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, A. I., SILVEIRA, M. L., ARROYO, M. (org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

ARROYO, Monica; GOMES, Rita de Cássia da Conceição. O Rio Grande Do Norte No Comércio Internacional: circuito espacial da produção de têxteis e de confecções. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 31-38, set./dez. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO. ABIT. **O poder da moda**: Cenários, Desafios, Perspectivas, Agenda de Competitividade da Indústria Têxtil e de Confecção Brasileira 2015 a 2018. < Disponível em: http://www.abit.org.br/conteudo/links/Poder_moda-cartilhabx.pdf> Acesso em 10 mai. 2017.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. **Reestruturação Produtiva no Rio Grande do Norte**. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 113-132, set. 2013. Disponível em: . Acesso em 13 dez. 2016.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. **O processo de organização agrária do Seridó Potiguar**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em geografia UFSE, São Cristóvão, 2002.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; GALINDO, Leonardo da Silva. A espacialidade da indústria no rio grande do norte (brasil) no contexto da reestruturação produtiva. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v.42, n. 2: 147-168, 2016. Porto Alegre – RS.

AZEVEDO, Igor Rasec Batista de. **Circuito espacial da produção têxtil no Seridó potiguar:** as especificidades do ramo de artefatos domésticos. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação e pesquisa em geografia (UFRN), Natal, 2017.

BANCO DO NORDESTE. **Sobre o Nordeste – FNE.** Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/sobre-o-nordeste-fne>>. Acesso em 18 ago. 2017.

BANCO DO NORDESTE. **Rede de Agências.** Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/rede-de-agencias#_48_INSTANCE_KpwY02zoeU36_%3Dhttps%253A%252F%252Fwww.bnb.gov.br%252Faplicacao%252FO_Banco%252FPerfil-Rede_de_Agencias%252Fredeagencias_con_resp.asp> Acesso em 14 nov. 2017.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **Indústria petroquímica brasileira:** situação atual e perspectivas. Disponível em em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2485/1/BS%2021%20Ind%C3%BAstria%20petroqu%C3%ADmica%20brasileira_P.pdf> Acesso em 13 set 2017.

BARBOSA, Jane Roberta de Assis. **Planejamento Territorial e Modernizações Seletivas:** a expansão do meio técnico-científico-informacional no Rio Grande do Norte, Brasil. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução Nº 2828 DE 2001.** Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2001/pdf/res_2828_v4_L.pdf>. Acesso em 13 set. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 13.429, de 31 de Março de 2017.** Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm> Acesso em 20 dez. 2017.

BRASIL. Câmara dos deputados. LOA - Lei Orçamentária anual: emendas parlamentares. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa/>> acesso em 17 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar Nº 125 de 03 de Janeiro de 2007.** Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/LCP/Lcp125.htm>. Acesso em 20 ago. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 13.467, De 13 De Julho De 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em:

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**. Disponível em: < <http://www.sudene.gov.br/>> Acesso em 20 ago. 2017.

BRASIL. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. **Sobre o Nordeste – FNE**. Disponível em: < <https://www.bnb.gov.br/sobre-o-nordeste-fne> >. Acesso em 20 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 3.692, De 15 De Dezembro De 1959**. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm > Acesso em 12 jul. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 4.239, DE 27 DE JUNHO DE 1963**. Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14239.htm >. Acesso em 13 jul. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm >. Acesso em 20 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989**. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930 – 1995**. 2. ed. Ver. aum. – Campinas, SP: UNICAMP . IE, 1998.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração industrial em São Paulo**. 4. Ed. Campinas – SP: UNICAMP, 1998a).

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da. Política Industrial do Governo Lula. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP n. 181, julho 2010. Disponível em: < <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1811&tp=a>.> Acesso em 20 set. 2017.

CIA HERING. **Nossa História**. Disponível em: <<http://www.ciahering.com.br/novo/pt/empresa/historia>>. Acesso em 10 jan. 2017.

COSTA. Eunice Correia da. **O Fato Urbano no Rio Grande do Norte**: Características das bases da vida de relações. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, 1977. 139 f.

COSTA, Jordana Medeiros. **Uso Corporativo do Território e Turismo no Rio Grande do Norte**. Dissertação (mestrado em geografia), Universidade federal do rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2011. 248 fl.

CUNHA, Francisco André Medeiros Da. **Facções de Costura no Interior do RN: Desafios e Possibilidades**. Monografia. Departamento De Ciências Sociais E Humanas Curso De Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. UFRN. Currais Novos, 2015.

CUNHA, Maria dos Anjos Beirigo. **Inovação no setor de confecção do vestuário: uma análise das características das indústrias de Divinópolis - MG/ Maria dos Anjos Beirigo Cunha**. – 2013.160f.

DANTAS, Tereza Raquel Da Silva. **Impacto Do Pró-Sertão Na Economia Local: A Experiência No Município De Santana Do Seridó**. Relatório de Estágio. Curso de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Currais Novos, 2016. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2162/1/ImpactodoPr%C3%B3-Sert%C3%A3o_Monografia.pdf> Acesso em 20 jan. 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FIERN. **Guia Industrial**. Disponível em< <http://guiaindustrial.fiern.org.br>> Acesso em 10 out. 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano estratégico de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte 2016-2035**. FIERN, NATAL RN, 2015. Disponível em: <<http://www.maisrn.org.br/uploads/midias/documentos/Plano%20Estrat%C3%A9gico%20de%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%20do%20Rio%20Grande%20do%20Norte%202016-2035.pdf>> Acesso em 12 dez. 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP. **Panorama Industrial do Paraná 2016**. Disponível em: <[http://www.fiepr.org.br/observatorios/uploadAddress/Paranorama_Industrial_do_Parana\[70303\].pdf](http://www.fiepr.org.br/observatorios/uploadAddress/Paranorama_Industrial_do_Parana[70303].pdf)>. Acesso em 10 out. 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE- FIERN. **Guia Industrial Sistema FIERN**. Disponível em: <<http://guiaindustrial.fiern.org.br/consulta.php>> acesso em 15 dez. 2016.

FELIPE, José L. A. Elementos de Geografia do RN. Natal: EDUFRN, 1986.

FELIPE, José Lacerda A.; ROCHA, Aristotelina P. B.; RÊGO, Giovanni Sérgio. **História da industrialização do Rio Grande do Norte: Uma indústria de resistência**. Ed: FIERN. Natal/RN, 2010.

FILHO, J. M Vasconcelos; NASCIMENTO, G. G. A Região Metropolitana de Natal-RN: Um Processo Ainda em Curso. **Geoconexões**, 2015. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/issue/view/72>> Acesso em 10 set. 2017.

FINARDI, Claudia. **O Fluxo da Informação no Processo de Design de Moda: Uma Análise Aplicada em Pequenas Empresas de Confecção da Grande Florianópolis**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da educação. Programa de Pós-Graduação em ciências da informação. Florianópolis, 2011.

FONSECA, Markelly Fonseca de. **Planejamento Territorial do Rio Grande do Norte: as desigualdades socioespaciais em ação**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. Ed. Editora Nacional, São Paulo, 2007.

GTDN. Grupo de Trabalho Para do Desenvolvimento do Nordeste. **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste**. SUDENE. 2ª edição. Recife: 1967.

GOTTMANN. A evolução do Conceito de Território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GQ BRASIL. **Flávio Rocha, o homem que criou o fast fashion 100% nacional**. Disponível em: < <http://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2014/08/flavio-rocha-o-homem-que-criou-o-fast-fashion-100-nacional.html> > Acesso em 12 nov. 2017.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Loyola, 18 ° Ed. São Paulo - SP. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Disponível em: <<http://cnae.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=estrutura>>. Acesso em 10 abril 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=200> Acesso em 10 jan. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2015**. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=2&i=P&c=2030>> Acesso em 10 jan. 2017.

IBGE. **Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com Data de Referência em 1º De Julho De 2017**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_TCU_2017.pdf. Acesso em 02 nov. 2017.

IBGE. **Pesquisa Industrial Anual**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?&t=series-historicas> > Acesso em 02 nov. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Industrial Rio Grande do Norte 1970**. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/101/ci_1970_v4_t8_rn.pdf > Acesso em 12. Jan. 2017.

KAHIL, Samira Peduti. **Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo.** *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 22 (3): 475-485, dez. 2010.

LIMA, Fernanda Laize Silva de. **Território, técnica e agricultura no Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. Natal, 2015. 201 f.

LINS, Zara de Medeiros. **Circuitos espaciais de produção da atividade boneleira: o uso dos territórios de Caicó, Serra Negra do Norte e São José do Seridó.** Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação e pesquisa em geografia (UFRN), Natal, 2017.

LUCLKTENBERG, Isabela Albertina Barreiros. **A Indústria Têxtil Catarinense e o caso da Cia Hering.** Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Presidente Prudente, 2004. 261 fl.

MACAÍBA. Prefeitura Municipal de Macaíba. **Lei nº 486/97.** Autoriza o executivo a conceder isenção de até 100% de tributos e taxas municipais. Disponível em: <<http://186.209.105.226/transparencia/docs/leis/Legisla%C3%A7%C3%A3o/LEIS%20-%201997/LEI%20N%C2%BA%20486-1997%20-%20%20ISEN%C3%87%C3%83O%20DE%20TRIBUTOS.pdf>>. Acesso em 13 set. 2017.

MACAÍBA. Prefeitura Municipal de Macaíba. **Lei Nº 1105 De 19 De Novembro De 2003.** Altera a redação da Lei Municipal n.º 486/97. Disponível em: <<http://186.209.105.226/transparencia/docs/leis/Legisla%C3%A7%C3%A3o/LEIS%20MUNICIPAIS%20-%202001%20A%202012/LEIS%20-%202003/LEI%20N%C2%BA%201105-2003-GP%20-%20ALTERA%20REDA%C3%87%C3%83O%20DA%20LEI%20N%C2%BA%20486-97.pdf>>. acesso em 13 set. 2017.

MEDEIROS, Thiago Belo de; PAZ, Diego Tenório Da. Os Circuitos da Economia Urbana na Zona Norte de Natal. **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos.** Disponível em: <<http://www.agb.org.br/xvieng/anais/edp.php>>. Acesso em 10 set. 2017.

MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Plataforma RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).** Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php>. Acesso em 10 dez. 2016.

OBAL, Karoline Kolosinski. **Um estudo geoeconômico das lavanderias industriais de jeans de Cianorte (PR).** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava, 2017. xv, 160 f.

PEDROSA, Célia Maria. **Limites e potencialidades do desenvolvimento local: A indústria da confecção de Divinópolis.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas. Belo Horizonte, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. **Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente: [s.n], 2011. 450 f.

PICCININI, Laura. **Um estudo do processo de desenvolvimento de produto no vestuário de moda na malharia retilínea no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Ciências) Programa de Pós-Graduação em Têxtil e Moda, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Minas Gerais.** Disponível em: <<http://perfilestados.portaldaindustria.com.br/estado/mg>> . Acesso em 10 out 2017.

PORTAL RI. RIACHUELO. **Histórico e Perfil da Companhia.** Disponível em<http://ri.riachuelo.com.br/guararapes/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=19886>. Acesso em 10 jan. 2017

PORTAL MOVELEIRO. **PESPONTO.** Disponível em: <<http://www.portalmoveleiro.com.br/empr/empresas.html?idPagEmpresa=2349>> . Acesso em 20 nov. 2017

POTIGÁS, Companhia Potiguar de Gás. **PROGÁS.** Disponível em: <<http://potigas.com.br/progas>> . Acesso em 20 set. 2017.

POTIGÁS, Companhia Potiguar de Gás. **Apresentação.** Disponível em: <<https://www.potigas.com.br/apresentacao>> . Acesso em 20 set. 2017.

POTIGÁS, Companhia Potiguar de Gás. **Mapa da Rede.** Disponível em: < POTIGÁS, Companhia Potiguar de Gás. **Apresentação.** Disponível em: <<https://www.potigas.com.br/mapa-rede>> . Acesso em 20 set. 2017 >. Acesso em 20 set. 2017.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. A Produção do Espaço Urbano de Natal/RN: Algumas Considerações Sobre as Políticas Públicas. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.2, n.4, p.2-16, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/index.htm>> . Acesso em 10 set. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo. Ed. Ática, 1993.

REOLON, Cleverson Alexsader. **Produção Industrial e Comando do Capital no Brasil: Uma Análise Espacial.** 1. Ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

REVISTA EXAME. **Na Riachuelo a Fast Fashion trouxe o fim do sufoco.** Disponível em:<<https://exame.abril.com.br/revista-exame/na-riachuelo-a-fast-fashion-trouxe-o-fim-do-sufoco/>> Acesso em 12 nov. 2017.

RIACHUELO. **Nossa história.** Disponível em: < <https://www.riachuelo.com.br/a-empresa/historia> > Acesso em 12 nov. 2017.

RIACHUELO. **Cadeia produtiva.** < <https://www.riachuelo.com.br/a-empresa/cadeia-produtiva> >

RIACHUELO. **Relações com investidores:** Demonstrações Financeiras Anuais Completas 2016. Disponível em: < http://ri.riachuelo.com.br/?_ga=2.94975259.629263123.1519245989-419044640.1519060223 > Acesso em 12 nov. 2017.

RIACHUELO. **Grupo Guararapes.** Disponível em: < <https://www.riachuelo.com.br/a-empresa/grupo-guararapes> > Acesso em 12 nov. 2017.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Globalização e território:** ajustes periféricos: Rio de Janeiro: Editora: Arquimedes: IPPUR, 2005.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 7.075, de 17 de novembro de 1997.** Dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do estado do Rio Grande do Norte (PROADI). Disponível em: < http://www.set.rn.gov.br/contentProducao/aplicacao/set_v2/legislacao/enviados/listagem_filtro.asp?assunto=7&assuntoEsp=24 >. Acesso em 13 set. 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 13.723 de 24 de dezembro de 1997.** Aprova o Regulamento do programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial PROADI. Disponível em: < <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/sedec/DOC/DOC000000000010461.PDF> >. Acesso em 13 set. 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 9.995, de 12 de Novembro de 2015.** Altera a Lei Estadual nº 7.075, de 17 de novembro de 1997 que Dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Norte (PROADI). Disponível em: <http://www.set.rn.gov.br/contentProducao/aplicacao/set_v2/legislacao/enviados/listagem_filtro.asp?assunto=7&assuntoEsp=24 >. Acesso em 13 set. 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 7.462, de 02 de março de 1999.** Autoriza o Poder Executivo a Constituir a Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Disponível em: < http://www.al.rn.gov.br/portal/_ups/legislacao/7.462.pdf > . Acesso em 13 set. 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 7.988, de 5 de outubro de 2001.** Altera dispositivos da Lei nº 7.462, de 02 de março de 1999, modificada pela Lei nº 7.760, de 09 de dezembro de 1999. Transformação da AGN em instituição Financeira. Disponível em: < <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000054863.PDF> > . Acesso em 13 set. 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei n.º 7.059, de 18 de setembro de 1997.** Cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Atividades do POLOGÁS-SAL (PROGÁS). Disponível em: < <https://www.potigas.com.br/atos/lei-progas.pdf> > Acesso em 20 set. 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Nº 10.222, De 20 De Julho De 2017.** Altera a Lei Estadual nº 7.059, de 18 de setembro de 1997, que versa sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo do Gás Natural. Disponível em: <

<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000154939.PDF>. > Acesso em 20 set. 2017.

SANTOS, Leandro Bruno dos. **Reestruturação, Internacionalização E Novos Territórios De Acumulação Do Grupo Votorantim** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. - Presidente Prudente: [s.n], 2008 xiv, 281.: il.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. Hucitec-Edusp. São Paulo, 1986.

SANTOS, Milton. **O Espaço Geográfico Como Categoria Filosófica**. Disponível em: <https://posgeografiaunir.files.wordpress.com/2011/07/milton-santos-o-espac3a7o-geogrc3a1fico-como-categoria-filosc3b3fica.pdf>. 1988. Acesso em 08 dez. 2016.

SANTOS, Milton. **Desafio do Ordenamento Territorial "O Pensamento"**. 1994. Disponível em: <http://ricardoantasjr.org/wp-content/uploads/2015/07/Desafio-do-Ordenamento-Territorial1.pdf>>. Acesso em 13 fev. 2017.

SANTOS, Milton. Por Uma Geografia Cidadã: Por Uma Epistemologia Da Existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 21: 7-14, ago., 1996. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350>>. Acesso em 19 dez. 2016.

SANTOS, Milton. Da Política dos Estados à Política das Empresas. In: **Cadernos da Escola do Legislativo**. n.6. julho/dezembro. Minas Gerais, 1997.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**, cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, n.2, 1999.

SANTOS, Milton. Uma Ordem Espacial: A Economia Política do Território. **GeoINova. Revista do Departamento de Geografia e Planejamento Regional**. Nº 3 – 2001. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n3-2.pdf>> Acesso em 18 dez. 2016.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. En: OSAL :Observatorio Social de América Latina. Año6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. 1. Ed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19 ed. Rio de Janeiro, Record, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. Ed. 7º Reimpr. São Pulo: editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. – 5. Ed., 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6 ed. Rio de Janeiro. Record: 2004.

SEBRAE. **Ideias de negócios:** Como montar um serviço de confecção. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/appportal/reports.do?metodo=runReportWEM&nomeRelatorio=ideiaNegocio&COD_IDEIA=79387a51b9105410VgnVCM1000003b74010a_____> Acesso em 10 fev. 2017.

SEBRAE. **Pró-Sertão - Programa de industrialização do interior:** Perfil fabricação de costura: tecido plano. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/perfis-pro-sertao-tecido-pano.pdf>> . Acesso em 12 mar. 2017.

SEBRAE. **Pró-Sertão - Programa de industrialização do interior:** Perfil fabricação de costura: malha. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/perfis-pro-sertao-malhas.pdf>> . Acesso em 12 mar. 2017.

SHOPTY. **Uma ajuda para escolher a máquina certa.** Disponível em: <https://www.shopty.com/por/ajuda_escolher_maquina_certa.php> acesso em 15 jan. 2018.

SILMAQ. **A SILMAQ:** um pouco de nossa história. Disponível em: <<http://www.silmaq.com.br/sobre-nos>> Acesso em 20 nov. 2017.

SILVA, L. A. DA. **Arranjos Produtivos Têxteis E Suas Relações Com A Cadeia De Suprimentos. 2015.** Dissertação de mestrado. Mestrado Profissional em Administração – Universidade Potiguar. Pró- Reitoria Acadêmica – Núcleo de Pós-Graduação. Natal, 2015. Disponível em: <https://unp.br/wp-content/uploads/2015/05/ARRANJOS-PRODUTIVOS-T%C3%8AXTEIS-E-SUAS-RELA%C3%87%C3%95ES-COM-A-CADEIA-DE-SUPRIMENTOS.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018.

SILVA, Silvana C. da. Os Bairros Do Brás e Bom Retiro e a Metrópole Informacional. **Boletim Goiano de Geografia (Online)**, v. 35, p. 91-113, 2015. disponível em : <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/35486/18559>> Acesso em 18 jun, 2017.

SILVA, Silvana C. da. Território, Fronteiras e Interações Espaciais: Os Imigrantes Bolivianos em São Paulo. **Revista GeoNorte**, v. 07, p. 1281-1297, 2013.

SILVA, Silvana C. da. A reorganização do circuito espacial da produção do vestuário no Brasil. **Espaço e Economia**, p. 1-10, 2013a.

SILVA, Silvana C. da. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na Metrópole de São Paulo:** Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP). Doutorado em Geografia. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2012.

SILVA, Ângelo Magalhães. **Guararapes Confecções S/A:** Da empresa familiar ao grupo econômico. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN, 2011.

SILVA, Samantha Pereira; BUSARELLO, Raul Inácio. Fast fashion e slow fashion o processo criativo na contemporaneidade. **Estética**. São Paul, jun. 2016. Disponível em: < <http://www.usp.br/estetica/index.php/estetica/article/download/48/38>. > Acesso em 12 nov. 2017.

SILVA, Rafael Pereira da. **Produção do espaço e reestruturação produtiva do setor de laticínios no Rio Grande do Norte**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. Natal, RN, 2014.

SILVEIRA, Maria Laura. Región y División Territorial Del Trabajo: Desafíos en el Período de la Globalización. **Investigación y Desarrollo** vol 17, n° 2 (2009) págs. 434-455.

SILVEIRA, Maria Laura. Concretude territorial, regulação e densidade normativa”. In: **Experimental** , ano I, n. 2, Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, março 1997, pp. 35-45.

SPOSITO, Eliseu Savério; Francisco Fransualdo de AZEVEDO. A Disseminação Do Modo Industrial Em São Paulo E No Rio Grande Do Norte: O Tempo E O Espaço Em Questão. **EDIÇÃO ESPECIAL - Revista Formação**, n.23, volume 1, 2016, p. 133 – 157. Presidente Prudente – SP.


TAVARES, Matheus Augusto Avelino. **O Uso do Território pelos circuitos espaciais de produção da indústria no Rio Grande do Norte**. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2017.

TRIBUNA DO NORTE. **Vocação Move confecções no Seridó**. Disponível em: < <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vocaa-a-o-move-confeca-a-es-no-serida/403684> > Acesso em 28 jan. 2018.

VIETRO, Anderson de Freitas. **A indústria confeccionista no Norte do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

WELTEC. **A Empresa**. Disponível em: < <http://www.welttec.com.br/quem-somos>. > Acesso em 20 nov. 2017.

ANEXO 1: Ficha de uma facção de costura disponibilizada pelo Guia Industrial FIERN

				
FICHA DA INDÚSTRIA				
CNPJ 05.456.522/0001-16	RAZÃO SOCIAL ALVES E NOBREGA LTDA - ME			
NOME FANTASIA A N CONFECÇOES				
CÓDIGO DA CNAE 14128	RAMO DE ATIVIDADE Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas			
SINDICATO NÃO SINDICALIZADO				
INSCRIÇÃO ESTADUAL	DATA ABERTURA 30/12/2002	Nº EMPREGADOS 25	DATA CADASTRO 23/05/2007	DATA ATUALIZAÇÃO 25/08/2015
PRINCIPAL EXECUTIVO Alécio Alves Pereira		CARGO Diretor		
ENDEREÇO Presidente Kennedy		Nº 683	BAIRRO Centro	
COMPLEMENTO		CEP 59343000	CIDADE Jardim do Seridó	ESTADO RN
TIPO LOGRADOURO Rua	ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA Presidente Kennedy	Nº 683	BAIRRO Centro	
COMPLEMENTO		CEP 59343000	CIDADE Jardim do Seridó	ESTADO RN
E-MAIL alecioalves15@yahoo.com.br		HOME PAGE		
TELEFONE (84)3472-2618	CELULAR (84)99991-0242	FAX		
PRODUTOS Fação de roupas, Moda feminina, Moda infantil, Moda masculina				
PRODUTOS EXPORTADOS				
OBSERVAÇÕES Serviço de fação para Hering.				
Federação das Indústrias do Estado do RN - FIERN Guia Industrial Av. Senador Salgado Filho, 2860 Lagoa Nova - Cep. 59075-900 - Fone: 3204-6200			Data: 15/12/2016 Hora: 18:04:41 Página: 39	

a) A partir de 2014 o número de funcionários no quadro da empresa aumentou ou diminuiu? Por quê?

b) Qual o tempo médio de permanência do trabalhador na empresa? A rotatividade é alta? Em caso positivo, justificar.

c) Qual o grau de escolaridade da maioria dos trabalhadores?

d) A respeito da qualificação profissional. Quais os cursos são oferecidos, ou necessários para os funcionários da empresa? E qual o tempo de duração? Quem fornece esses cursos e como?

() Fornecido pela própria empresa

() Fornecido pelo SENAI

() PRONATEC

() Outro. Qual?

e) Qual a origem da mão-de-obra empregada na empresa?

() Cidade sede da empresa

() Zona rural do município sede da empresa

() Outro município

() área urbana e rural do município sede

f) A empresa necessita arcar com auxílio transporte da mão-de-obra e almoço dos funcionários?

g) Qual o perfil da mão-de-obra em relação a aspectos quanto ao gênero e idade dos funcionários? (por que a empresa opta por homens ou mulheres, por exemplo, ou determinada faixa etária?)

h) Qual o salário médio pago aos funcionários?

i) Como está organizada a jornada de trabalho?

j) Quais as principais dificuldades/desafios relacionados à mão-de-obra?

() Problemas de saúde – grande número de atestados médicos ou afastamento por doença.

() Capacitação profissional

() Insuficiente - necessidade de contratar funcionários residentes em outro município

() Indisciplina

() Outros

L) A empresa emprega mão-de-obra familiar, ou o quadro societário é formado por membros da família?

4. Aspectos relacionados à produção e financiamento

a) Como tem evoluído a produção/costura de peças do vestuário nos últimos anos? Apresenta crescimento ou diminuição? Quantificar (peças por dia ou semana).

A empresa está em que grupo: Tecido plano ou malha?

b) Quais os produtos costurados? (apenas camisas; calças, bermudas, ambos).
Há mudanças constantes em relação ao produto costurado entre um ano e outro?

Há dificuldade por parte dos funcionários em se adaptar quando mudam as peças?

Há problemas quanto à sazonalidade da produção?

d) Qual o mercado consumidor (se houver outras empresas além da Hering e Guararapes)?

e) Houve nos últimos anos investimentos em máquinas, equipamentos e insumos para produção? Qual o valor investido?

() Até R\$ 5 mil

() Entre R\$ 5 mil a R\$ 10 mil

() Entre R\$ 10 mil a R\$ 25 mil

() Entre R\$ 25 mil a R\$ 50 mil

() Entre R\$ 50 mil a R\$ 100 mil

() Mais de R\$ 100 mil

() Não investiu em máquinas e equipamentos nos últimos anos

f) Qual a forma de financiamento para realização de investimentos em máquinas e equipamentos?

() Recursos da própria empresa

() Empréstimo a banco privado

() Empréstimo a banco público

() Linha de crédito fornecida pelo governo estadual, federal ou municipal – especificar.

g) Quais as exigências básicas para obtenção de financiamento?

h) A empresa teve/tem dificuldade em arcar com os pagamentos do empréstimo? Em caso positivo, por quê?

j) A empresa teve dificuldade de pagar em dia o salário dos funcionários? Em caso positivo, por quê?

k) Qual o lugar de origem das máquinas e equipamentos adquiridos pela empresa?

l) As máquinas e equipamentos adquiridos são novos ou usados? Qual a idade média dos equipamentos?

m) como se dá a manutenção das máquinas e equipamentos adquiridos pela empresa?

- Manutenção terceirizada
- Realizada por funcionários da empresa que produziu o equipamento
- Realizada por funcionários da própria facção capacitados pela empresa produtora das máquinas
- Realizada por funcionários da própria facção mediante capacitação a partir de curso do SESI ou outra instituição
- Realizada por funcionários da própria facção mediante capacitação a partir de cursos fornecidos pelo Estado - governo federal, estadual ou municipal. Especificar.

5. Relação da facção de costura com o Estado

1) Para o Sr. (a), como o Estado tem contribuído para o crescimento do setor de confecções:

a) Em nível Federal:

- Contribui com programas de capacitação de mão-de-obra - **especificar**
- Contribui com linhas de crédito para o financiamento da produção - **especificar**
- Outra forma de contribuição. Especificar
- Não contribui para o crescimento da atividade
- As ações do governo prejudicam a atividade econômica - **especificar**

b) Em nível estadual:

- Oferece programas de capacitação de mão-de-obra para o setor
- Disponibiliza linhas de crédito para o financiamento da produção
- A partir do Pró-Sertão - **especificar qual a participação do governo do estado.**
- Outra forma de contribuição. **Especificar**
- Não contribui para o crescimento da atividade
- As ações do governo prejudicam a atividade econômica - **especificar**

c) Em nível municipal:

- Oferece programas de capacitação de mão-de-obra – **especificar.**
- Disponibiliza linhas de crédito para o financiamento da produção – **especificar.**
- Outra forma de contribuição. **Especificar**
- Não contribui para o crescimento da atividade
- As ações do governo prejudicam a atividade econômica – **especificar.**

d) Quais os principais desafios da relação entre a empresa e o Estado?

- Excesso de burocracia
- Impostos elevados
- Corrupção por parte de agentes de órgãos do Estado
- Relação com o Ministério do Trabalho

h) Como a reforma trabalhista aprovada no Congresso Nacional em 2017 e a Lei da terceirização afetam o crescimento das oficinas de costura?

- i) Quais são os benefícios da terceirização?
- j) Quais os principais desafios enfrentados pela empresa?
- k) Quais as perspectivas de futuro para a empresa e o setor de confecções no RN?
- l) Qual a avaliação da empresa a respeito da importação de produtos do vestuário por parte das principais indústrias como a Guararapes e Hering? A perspectiva é de aumento das encomendas às fábricas de costura, ou que essas empresas passem a importar mais produtos? Por quê?

Anexo 3: Roteiro de entrevista – Governo estadual (SEDEC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

Roteiro de entrevista: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC

Mestrando: Leonardo da Silva Galindo (leonardogalindo.ufrn@gmail.com)

Orientador: prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo (ffazevedo@gmail.com)

Informações Gerais

A entrevista tem o objetivo de entender como ocorre a cooperação técnica, financeira, e de ações entre diversos agentes (Governo Federal, Estadual, municipais, Sistema S, grandes empresas e facções de costura) que buscam estimular o crescimento do setor de confecções no RN. Nesse sentido, consideramos algumas informações e questões pertinentes:

1. Como tem atuado o Governo Estadual no sentido de promover o setor de confecções no RN?

1. A partir do PROADI (listar empresas se beneficiam do PROADI e sua localização por município)

2. A partir do RN GÁS + (PRÓ-GÁS) - (Listar empresas beneficiadas e localização por município).

3. Como a SEDEC avalia a importância de tais programas (PROADI, RN GÁS+ e Pró-Sertão) para o crescimento industrial no estado de modo geral, e em relação ao setor de confecções em particular?

4. Qual o diferencial de tais ações em relação a outros programas de incentivos fiscais praticados por outros estados?

5. A partir do Pró-Sertão

a) Como surgiu o programa Pró-Sertão? Quantas pequenas empresas participam do Pró-Sertão? E sua localização por município?

b) Quais os objetivos do programa em relação ao número de empresas (facções de costura) criadas, empregos e peças produzidas? Os objetivos foram atingidos? Em caso negativo, por quê?

c) Segundo informações da FIERN e do SEBRAE, o governo do estado atuaria no sentido de facilitar a obtenção de licença ambiental para agilizar a abertura das facções de costura. Como ocorre esse processo?

d) Quanto tempo em média uma empresa leva para conseguir licenciamento ambiental no RN e qual o tempo médio para concessão do mesmo a uma facção de costura?

e) O governo estadual oferece cursos de capacitação de mão-de-obra para trabalhar em facções de costura? – especificar dados (cursos oferecidos, número de alunos formados, municípios contemplados, alunos efetivamente trabalhado em facções de costura, recursos gastos).

- f) Os proprietários das facções também financiam com recursos próprios a capacitação de mão-de-obra?
- g) Qual o impacto do Pró-Sertão sobre a arrecadação de tributos relacionada ao setor de confecções, em especial as facções de costura? Como se dá a taxação dos produtos?
- h) Existe alguma linha de crédito disponibilizada pelo governo estadual que as facções de costura têm acessado?
- i) Em caso positivo, qual a demanda das facções de costura por crédito?
- j) Quantas empresas conseguiram obter financiamento do governo estadual e quais os valores repassados?
- k) Quais as exigências devem ser cumpridas pelas facções para ter acesso ao financiamento?
- l) Como se dá a forma de pagamento dos empréstimos?
- m) Com a crise econômica desde 2015, houve maior dificuldade por parte dos empresários em conseguir crédito para as facções de costura?
- n) Há dificuldade por parte dos empresários em quitar empréstimos adquiridos?
- o) O Pró-Sertão também é chamado de “Programa de industrialização do interior”. No entanto, os dados da FIERN, sobre estabelecimentos industriais, mostram que cerca de 70% das facções de costura no RN localizam-se no Seridó Potiguar. A que fatores a SEDEC atribui a concentração de facções de costura nessa região do estado?
- p) Por que não há uma maior dispersão espacial da atividade pelo interior do RN?
- q) As empresas Guararapes e a Cia Hering são apontadas pelo SEBRAE e FIERN como contratantes das facções. Além dessas, alguma outra empresa participa como fornecedora (contratante de facções)?
- r) A RM Nor participa do Pró-Sertão? Por quê?
- s) Para a SEDEC, porque grandes empresas como a Guararapes que tem fábrica em Natal passaram a direcionar ações no sentido de terceirizar parte do processo produtivo para o interior?
- t) Os custos com mão-de-obra são mais altos em Natal? Por quê?
- u) As maiores empresas da indústria de confecções também atuam a partir da importação de peças do vestuário. Como essas peças são taxadas? Há algum diferencial em relação à tributação em relação ao que é produzido no RN?
- v) O setor de confecções no RN apresenta-se bastante heterogêneo: por um lado, tem-se a produção a partir de grandes fábricas, como a da Guararapes. Por outro, essa mesma empresa, juntamente com outras, tem incentivado a terceirização via facção de costura, ao

mesmo tempo em que importa (via Riachuelo) produtos do vestuário. A partir de diálogo existente entre o governo estadual e empresários do setor, quais as perspectivas para a atividade no RN?

1. Crescimento da produção nas grandes fábricas
2. Maior incentivo à terceirização via facções de costura
3. Expectativa de aumento das importações

2. Como tem atuado o Governo Federal no sentido de promover o setor de confecções no RN?

- a) A partir Ministério da Indústria e comércio exterior
- b) A partir da SUDENE
- c) A partir do BNDES
- d) A partir do PRONATEC (o programa continua atuando no RN?)
- e) Outra forma de atuação do Governo Federal.

3. Qual a atuação das prefeituras no sentido de promover o crescimento do setor de confecções no RN.

- a) Doação de galpões para funcionamento das facções de costura
- b) Financiamento de cursos de capacitação de mão-de-obra
- c) Outras formas de atuação (especificar).

4. Qual a atuação do Sistema S (SEBRAE, SENAI...) e da FIERN no sentido de promover o crescimento do setor de confecções no RN.

5. Qual a atuação do IFRN, UERN e UFRN no sentido de promover o crescimento do setor de confecções no RN.

Quanto ao perfil das empresas que participam do Pró-Sertão:

Em 2013 o SEBRAE publicou um texto (cartilha, documento) intitulado “**PERFIL Facção de costura: Malha**” em que apresenta os passos para a criação de uma facção de costura. O documento aborda desde os principais desafios, até estimativas do valor inicial do investimento, tempo de retorno, enfim, cria um modelo de facção de costura a ser implantado.

1. A cartilha do SEBRAE projeta uma taxa de lucratividade de 12% do faturamento bruto no primeiro ano de atuação da facção e de 21% a partir do segundo. O que explica essa expectativa de aumento da lucratividade?

2. Tal perspectiva têm se concretizado? Por quê?

3. Antes da criação do programa:

- a) As facções atuavam informalmente? Ou a maioria já era legalizada?
- b) Já atuavam fornecendo serviços de costura para grandes empresas?
- c) Tinham uma marca própria de vestuário e passaram a fornecer serviços de costura?
- d) Foram criadas especificamente a partir do Pró-Sertão?

4. Qual o perfil dos proprietários das facções? (homens, mulheres, jovens, de meia idade, políticos, escolaridade...).

5. Que exigência do programa Pró-Sertão, os empresários faccionistas tem mais dificuldade em cumprir? Por quê?

OUTRAS QUESTÕES

1. Qual a origem do nome “**Facção**” de costura tendo em vista a conotação negativa do termo em destaque?

2. Qual a percepção do governo estadual em relação a quem mais tem se beneficiado por programas como o Pró-Sertão?

3. Como a crise econômica afetou as facções de costura no RN?

4. Quais os principais problemas enfrentados pelas empresas que prestam serviços de costura?

5. Como a SEDEC analisa a proposta de reforma trabalhista em discussão no congresso? Como a possível aprovação da proposta afeta o setor de confecções no RN?

6. Quais os benefícios da terceirização para a atividade?

Anexo 4: Roteiro de entrevista: SEBRAE.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

Roteiro de entrevista: SEBRAE

Mestrando: Leonardo da Silva Galindo (leonardogalindo.ufrn@gmail.com)

Orientador: prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo (ffazevedo@gmail.com)

Informações Gerais

Informações Gerais

1. Como surgiu o programa Pró-Sertão?
2. Quais as metas e objetivos do programa no momento de sua criação? Foram atingidas? Por quê?
3. Por que as empresas contratadas tem o nome de “Facção” de costura?
4. Qual a participação do SEBRAE E DO Sistema S em geral no PRÓ-SERTÃO? Qual a relação do SEBRAE com o setor têxtil em termos de cooperação?
5. Além do SEBRAE, o Programa pró-Sertão tem outros parceiros. Considerando o setor têxtil de modo geral no RN e a relação do mesmo com o Estado:
 - a) Qual papel é desempenhado pelo **Governo Federal** para a dinamização do setor de confecções no RN?
 1. Em relação ao Ministério da Indústria e comércio Exterior
 2. Em relação aos incentivos fiscais da SUDENE
 3. Em relação ao BNDES
 4. Em relação a cursos de capacitação oferecidos pelo PRONATEC
 5. Outra forma de atuação do estado junto à indústria de confecções no Brasil.
 - b) Qual papel é desempenhado pelo Governo estadual para a dinamização do setor de confecções no RN?
 1. Em relação aos benefícios fiscais do PROADI
 2. Em relação ao papel desempenhado no programa Pró-Sertão
 3. Em relação a cursos de capacitação
 4. Outra forma de atuação em relação à indústria de confecções no RN.

c) Qual papel é desempenhado pelos governos municipais para a dinamização do setor de confecções?

6. Qual o papel da FIERN para a realização do programa PRÓ-SERTÃO?

7. Em notícias divulgadas pelo SEBRAE e FIERN, normalmente são apresentadas como empresas fornecedoras do Programa Pró-Sertão a Guararapes e a Cia Hering. Além dessas, alguma outra empresa participa como fornecedora (contratante de facções)?

8. A RM Nor participa do Pró-Sertão? Por quê?

9. Para o SEBRAE, porque grandes empresas como a Guararapes que tem fábrica em Natal passaram a direcionar ações no sentido de terceirizar parte do processo produtivo?

10. Os custos com mão-de-obra são mais altos em Natal? Por quê?

11. Quantas pequenas empresas participam do Pró-Sertão? E sua localização por município?

12. O Pró-Sertão também é chamado de “Programa de industrialização do interior”. No entanto, os dados da FIERN, sobre estabelecimentos industriais, mostram que cerca de 70% das facções de costura no RN localizam-se no Seridó Potiguar. A que o SEBRAE atribui a concentração de facções de costura nessa região do estado?

13. Por que não há uma maior dispersão espacial da atividade pelo interior do estado?

Quanto à capacitação da mão-de-obra:

14. Até 2015, a qualificação da mão-obra para as facções de costura se dava a partir do PRONATEC. Como se dá essa qualificação Hoje?

15. Quais os cursos oferecidos e o período de duração dos mesmos?

16. O PRONATEC continua atuando? Em caso negativo, Por quê?

17. A capacitação é financiada pelo governo estadual? Em caso positivo, citar dados, número de turmas formadas, cursos oferecidos e municípios em que foram realizou os cursos, e quem os ministrou.

18. Como as prefeituras têm atuado? Citar prefeituras que promoveram cursos de capacitação, ou alguma outra ação, como doação de terrenos e galpões.

19. Há iniciativas próprias dos empresários no sentido de investir recursos para financiar a capacitação de mão-de-obra? Ou por parte de grandes empresas?

20. Quantas turmas foram criadas e quantos alunos passaram por cursos de qualificação e trabalham em facções de costura?

21: Qual a relação do IFRN com o setor de confecções em relação a oferta de cursos de capacitação de mão-de-obra?

22. Na visão do SEBRAE, como o circuito espacial produtivo de confecções tem se beneficiado do Programa Pró-Sertão? Quais atores têm sido mais favorecidos pelo programa: Grandes empresas ou os donos das facções de costura?

Quanto ao perfil das empresas que participam do Pró-Sertão:

Em 2013 o SEBRAE publicou um texto (cartilha, documento?) intitulado “**PERFIL Facção de costura: Malha**” em que apresenta os passos para a criação de uma facção de costura. O documento aborda desde os principais desafios, até estimativas do valor inicial do investimento, tempo de retorno, enfim, cria um modelo de facção de costura a ser implantado.

23. Antes da criação do programa, as empresas atuavam informalmente? Ou a maioria já era legalizada?

24. Já atuavam fornecendo serviços de costura para grandes empresas?

25. Tinham uma marca própria de vestuário e passaram a fornecer serviços de costura?

26. Foram criadas especificamente para participar do Pró-Sertão?

27. Qual o perfil dos proprietários das facções?

28. O modelo de facção que participa do Pró-Sertão tem se aproximado do que é exposto na cartilha do SEBRAE?

29. Que exigência os empresários tem mais dificuldade em cumprir? Por quê?

Quanto à obtenção de financiamento:

Na cartilha, o SEBRAE recomenda duas linhas de financiamento: Recursos do **FNE – Banco do Nordeste** (70% a 90% do valor do investimento), e o **Proger urbano Empresarial – Banco do Brasil** (até R\$ 600 mil e 80% do valor do investimento).

30. Essas duas linhas de crédito têm sido as mais procuradas pelos empresários?

31. Além dessas, que outras linhas de crédito têm sido “acessadas” pelos empresários?

32. Com a crise econômica desde 2015, houve maior dificuldade por parte dos empresários em conseguir crédito para as facções de costura?

33. Há dificuldade por parte dos empresários em quitar empréstimos adquiridos?

34. A cartilha do SEBRAE projeta uma taxa de lucratividade de 12% no primeiro ano de atuação da facção e de 21% a partir do segundo. O que explica essa expectativa de aumento da lucratividade?

35. Tal perspectiva têm se concretizado? Por quê?

OUTRAS QUESTÕES

36. Como a crise econômica afetou as fábricas de costura no RN? Como o SEBRAE avalia o impacto da importação de produtos do vestuário por parte de grandes empresas no setor de confecções presente no RN?
37. Quais os principais problemas enfrentados pelas empresas que prestam serviços de costura?
38. Como o SEBRAE analisa a proposta de reforma trabalhista em discussão no congresso?
39. Quais os benefícios da terceirização?

Anexo 5: Roteiro entrevista - Trabalhadores das Facções de Costura³⁸

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA**

Roteiro de entrevista: Trabalhadores das facções de costura

Mestrando: Leonardo da Silva Galindo (leonardogalindo.ufrn@gmail.com)

Orientador: prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo (ffazevedo@gmail.com)

Informações Gerais

1. Informações gerais

a) Gênero:

b) Idade:

c) Escolaridade:

Ensino fundamental incompleto;

Ensino fundamental completo

Ensino médio incompleto;

Ensino médio completo;

Ensino superior incompleto;

Ensino superior completo;

d) Estado civil:

Solteiro (a)

casado(a)

Divorciado (a)

e) Número de filhos:

0

1

2

3

4 filhos ou mais

f) Local da residência:

Cidade em que trabalha

Zona rural do município em que trabalha

Outro município

g) A residência do trabalhador é:

Alugada

Cedida

Própria

h) Qual o número de pessoas (incluindo você) que residem na sua casa?

1

2

3

4

5 ou mais

i) Meio de transporte utilizado para ir ao trabalho

Carro

Moto

Ônibus/Vam/Kombe

Bicicleta

A pé

³⁸ A elaboração deste questionário levou em consideração o trabalho de DANTAS (2016).

j) Qual a renda familiar?

- Menos de um salário mínimo 1 salário mínimo
 Até dois salários mínimos de 2,01 a 4 salários mínimos
 5 a 10 salários mínimos Mais de 10 salários mínimos

k) Já participou de algum programa de redistribuição de renda?

- Sim. Qual? _____ Não

l) Atualmente participa de algum programa de distribuição de renda?

- Sim. Qual? _____ Não

m) Há quanto tempo trabalha na facção de costura:

- Menos de 1 ano
 entre 1 e 2 anos
 2 a 5 anos
 mais de 5 anos

n) Já trabalhou em outra facção de costura ou no setor de confecções?

- Sim não

o) Antes do emprego na facção de costura, já havia trabalhado com carteira assinada?

- Sim. Que atividade exercia? _____ não

p) O trabalho na facção de costura sempre foi com carteira assinada?

q) Depois do emprego na facção, a renda familiar:

- Diminuiu Permaneceu igual Aumentou

r) Como é a jornada de trabalho?

s) Fez algum curso de capacitação (costura industrial ou outro) antes de ser contratado (a)?

- Sim. Qual? _____ Não

t) Em caso positivo, o seu curso foi realizado pelo:

- PRONATEC SESI/SEBRAE em parceria com a prefeitura
 IFRN Outro. Qual? _____

u) Já precisou pedir afastamento em decorrência de doença causada pelo trabalho?

Sim Não

v) Conhece alguém que pediu afastamento em função de doença relacionada ao trabalho?

Sim Não

x) Antes das facções de costura, que outras oportunidades de emprego com carteira assinada existiam na cidade?

z) Está satisfeito com trabalho como faccionista? Justifique

sim. Não.

Anexo 6 (a): Número de empregados na empresa Guararapes Confeccões em 2015

Guia Industrial		FIERN		
FICHA DA INDÚSTRIA				
CNPJ 08.402.943/0001-52	RAZÃO SOCIAL GUARARAPES CONFECOES S/A			
NOME FANTASIA GUARARAPES				
CÓDIGO DA CNAE 14126	RAMO DE ATIVIDADE Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas			
SINDICATO NÃO SINDICALIZADO				
INSCRIÇÃO ESTADUAL 200016113	DATA ABERTURA 25/08/1996	Nº EMPREGADOS 99	DATA CADASTRO 16/04/2013	DATA ATUALIZAÇÃO 11/06/2015
PRINCIPAL EXECUTIVO Nevaldo Rocha		CARGO Presidente		
ENDEREÇO RN 160		Nº SN	BAIRRO Nossa Senhora da Apresentação	
COMPLEMENTO Distrito Industrial - Km 03 - Bloco A - 1º andar		CEP 59037155	CIDADE Natal	ESTADO RN
TIPO LOGRADOURO Rodovia	ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA RN 160	Nº SN	BAIRRO Nossa Senhora da Apresentação	
COMPLEMENTO Distrito Industrial - Km 03 - Bloco A - 1º andar		CEP 59037155	CIDADE Natal	ESTADO RN
E-MAIL gonline@guararapes.ind.br		HOMEPAGE www.guararapes.ind.br		
TELEFONE (84)3204-1100	CELULAR	FAX		
PRODUTOS Moda feminina, Moda infantil, Moda masculina, Moda praia, Moda teen, Roupas íntimas, Tecidos de malhas, Vestuário - peças avulsas do				
PRODUTOS EXPORTADOS				
OBSERVAÇÕES Ver CNPJ: 08.402.934/0018-09				
Federação das Indústrias do Estado do RN - FIERN Guia Industrial Av. Senador Salgado Filho, 2300 Lagoa Nova - Cap. 59075-900 - Fone: 3204-6200			Data: 15/12/2016 Hora: 10:56:42 Página: 264	

Fonte: Guia industrial FIERN

Anexo 6 (b): Número de empregados na empresa Guararapes Confeccões em 2015

Guia Industrial		FIERN		
FICHA DA INDÚSTRIA				
CNPJ 08.402.943/0018-09	RAZÃO SOCIAL GUARARAPES CONFECCOES S/A			
NOME FANTASIA GUARARAPES				
CÓDIGO DA CNAE 14126	RAMO DE ATIVIDADE Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas			
SINDICATO SINDVEST - Sindicato da Indústria do Vestuário no Estado do RN				
INSCRIÇÃO ESTADUAL 200803636	DATA ABERTURA 16/04/1997	Nº EMPREGADOS 9447	DATA CADASTRO 23/03/2007	DATA ATUALIZAÇÃO 10/07/2015
PRINCIPAL EXECUTIVO Nevaldo Rocha	CARGO Presidente			
ENDEREÇO RN 160	Nº S/N	BAIRRO Nossa Senhora da Apresentação		
COMPLEMENTO Distrito Industrial - Km 03 - Bloco A	CEP 59115290	CIDADE Natal	ESTADO RN	
TIPO LOGRADOURO Rodovia	ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA RN 160	Nº S/N	BAIRRO Nossa Senhora da Apresentação	
COMPLEMENTO Distrito Industrial - Km 03 - Bloco A	CEP 59115290	CIDADE Natal	ESTADO RN	
E-MAIL veracoeta@guararapes.ind.br	HOME PAGE www.guararapes.ind.br			
TELEFONE (84)3204-1100	CELULAR	FAX (84)3227-2337		
PRODUTOS Moda feminina, Moda infantil, Moda masculina, Moda praia, Moda teen, Roupas íntimas, Tecidos de malhas, Vestuário - peças avulsas do				
PRODUTOS EXPORTADOS				
OBSERVAÇÕES Faz parte do Grupo Guararapes, formado por dois segmentos industriais em Natal: têxteis e confeccões, além das lojas Riachuelo e o Shopping Midway Mall. As indústrias estão localizadas em Fortaleza (jeans e camisaria) e Natal (malharia, confeção, bordados e tinturaria). Trabalha com as marcas Pool, Blue Zone, La Ville, OMN e Wolens.				
Federação das Indústrias do Estado do RN - FIERN Guia Industrial Av. Senador Salgado Filho, 3360 Lagoa Nova - Cep. 59075-900 - Fone: 3204-8200			Data: 15/12/2016 Hora: 16:04:42 Página: 285	

Fonte: Guia industrial FIERN

Anexo 7: : Empresas Classificadas como Facção de Costura por Município do Rio Grande do Norte em 2016.

	EMPRESAS (CNPJ)	EMPREGOS	DATA DE CRIAÇÃO	MUNICIPIO	MESORREGIÃO
1	A MARIA DOS SANTOS SILVA FACÇÃO – ME	30	2011	ACARI	CENTRAL
2	ALINE MIRELLI DE AZEVEDO COSTA – ME	9	2005	ACARI	CENTRAL
3	AMBROSIO DA COSTA SANTOS – ME	32	2009	ACARI	CENTRAL
4	J G FACCAO LTDA – ME	65	2013	ACARI	CENTRAL
5	LEONARDO FERREIRA DE AZEVEDO – ME	40	2010	ACARI	CENTRAL
6	M & J FACCAO LTDA – ME	35	2010	ACARI	CENTRAL
7	M M FACCAO LTDA – ME	35	2010	ACARI	CENTRAL
8	MARTINEZ CONFECÇÃO E FACCAO LTDA – ME	38	2001	ACARI	CENTRAL
9	MYCARLLA WANESSA DE ANDRADE SILVA-ME	0	2010	ACARI	CENTRAL
10	XIZANIA BRITO DE ARAUJO AZEVEDO – ME	40	2002	ACARI	CENTRAL
11	R L C SANTOS – ME	27	2006	ASSU	OESTE
12	APARECIDA & ODAIR CONFECES LTDA – ME	27	2012	ANTONIO MARTINS	OESTE
13	LUIZ LUPERCIO DA SILVA JUNIOR – ME	0	2014	BODÓ	CENTRAL
14	C J ASSUNCAO FURTADO	1	2011	BREJINHO	AGRESTE
15	F & K FACCAO LTDA – ME	0	2011	BREJINHO	AGRESTE
16	LUMER INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES TEXTEIS	1	2004	CARAÚBAS	OESTE
17	LUMER INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP – EPP	32	2010	CARAÚBAS	OESTE
18	CONFECÇÕES L & L LTDA	25	2014	CARNAÚBA DOS DANTAS	CENTRAL
19	CONFECÇOES L & L LTDA – ME	27	2013	CARNAÚBA DOS DANTAS	CENTRAL
20	R. B. DE AZEVEDO - CONFECÇOES – ME	0	2013	CARNAÚBA DOS DANTAS	CENTRAL
21	CAMIZARIA OCEANO LTDA – ME	42	2002	CEARÁ-MIRIM	LESTE
22	M F DE LIMA CONFECÇOES – ME	38	2008	CEARÁ-MIRIM	LESTE
23	N S CONSTANTINO – ME	21	2010	CEARÁ-MIRIM	LESTE
24	RAPHAEL FERREIRA ARAUJO – ME	0	2013	CEARÁ-MIRIM	LESTE

Continuação do Quadro X

Continuação do Quadro X

	EMPRESAS CLASSIFICADAS COMO FACÇÃO DE COSTURA (CNPJ)	EMPREGOS	DATA DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO	MESORREGIÃO
25	JERO CONFECÇOES LTDA – ME	56	2009	CERRO CORÁ	CENTRAL
26	JOSE MEDEIROS DE ARAUJO – ME	71	2005	CERRO CORÁ	CENTRAL
27	JOSENI MARIA DE MEDEIROS – ME	33	2011	CERRO CORÁ	CENTRAL
28	SERRANA CONFECÇOES LTDA – ME	56	2013	CERRO CORÁ	CENTRAL
29	LUZIETE MENEZES REINALDO DE FARIAS – ME	30	2010	CORONEL EZEQUIEL	AGRESTE
30	A PEREIRA CONFECÇOES – ME	12	2011	CRUZETA	CENTRAL
31	FACCAO MARY E ANNY LTDA – ME	32	2008	CRUZETA	CENTRAL
32	FACCAO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA – ME	27	2008	CRUZETA	CENTRAL
33	FALCON CONFECÇOES LTDA – ME	27	2006	CRUZETA	CENTRAL
34	W A 2 CONFECÇOES LTDA – ME	5	2013	CRUZETA	CENTRAL
35	W A CONFECÇOES LTDA – ME	0	2008	CRUZETA	CENTRAL
36	ASA CONFECÇOES LTDA – ME	36	2013	EQUADOR	CENTRAL
37	CONFECÇÃO MARQUES, GUEDES E SILVA LTDA – ME	0	2013	EQUADOR	CENTRAL
38	SLAVA CONFECÇOES LTDA – ME	29	2013	EQUADOR	CENTRAL
39	L. K. DANTAS EIRELI – ME	0	2013	FLORANIA	CENTRAL
40	AMORIM & SILVA CONFECÇOES LTDA – ME	27	2011	FRUTUOSO GOMES	OESTE
41	UTITEXTEL - INDUSTRIA E COMERCIO DE UTILIDADES TEXTEIS LTDA	45	1997	IELMO MARINHO	AGRESTE
42	A. DE M. DIAS ALVES - ME (ARCANO)	37	2006	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
43	ALVES E MEDEIROS LTDA – EPP	27	2004	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
44	ALVES E NOBREGA LTDA – ME	25	2002	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
45	ARAUJO & BRITO CONFECÇOES LTDA – ME	24	2011	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
46	CONFECÇOES ARAUJO & DANTAS LTDA – ME	15	2013	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
47	CONFECÇOES J. S. LTDA – ME	30	2011	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
48	D & M CONFECÇOES LTDA – ME	30	2013	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
49	D L M DE AZEVEDO – ME	30	2010	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
50	D.M.G MEDEIROS & AZEVEDO – ME	24	2008	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL

Continuação do Quadro X

	EMPRESAS CLASSIFICADAS COMO FACÇÃO DE COSTURA (CNPJ)	EMPREGOS	DATA DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO	MESORREGIÃO
51	DANJAN CONFECÇOES LTDA – ME	30	2013	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
52	DEIVIS R. DE AZEVEDO – ME	26	2011	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
53	F J DE AZEVEDO – ME	25	2005	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
54	FRANCIELMA O. DINIZ FACCAO – ME	29	2013	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
55	IVONILDA TRINDADE DE ARAUJO SANTOS – ME	18	2008	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
56	JAKELINE F DE AZEVEDO – ME	19	2012	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
57	JANUNCIO NOBREGA DE AZEVEDO – ME	32	2010	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
58	JOSE ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JUNIOR – ME	22	2009	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
59	MARCOS SUEL S DE AZEVEDO – ME	27	2011	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
60	MARIA DO CARMO DA NOBREGA SILVA – ME	24	1999	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
61	NOBRE CONFECÇOES LTDA – ME	50	2011	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
62	KENNY ROGERS SANTOS DE AZEVEDO 07948329463	0	2013	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
63	R G DANTAS – ME	15	2011	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
64	V. DA C. PEREIRA – ME	4	2012	JARDIM DO SERIDÓ	CENTRAL
65	LUCIVANIA MARIA DA SILVA 09082151421	0	2011	JUCURUTU	OESTE
66	MARIA DE LOURDES MENEZES DA FONSECA ARAUJO 50306804468	1	2011	JUCURUTU	OESTE
67	ANA MARIA DE LIMA CONFECÇOES - ME (LORENA CONFECÇOES)	34	2006	LAJES PINTADAS	AGRESTE
68	CHARLES PIERRE DE SOUZA HOLANDA – ME	11	2012	MACÁIBA	LESTE
69	IANNE DE PAULA RIBEIRO DO NASCIMENTO – ME	0	2012	MACÁIBA	LESTE
70	AOLIBAMA OLIVEIRA SILVA 59739568491	1	2011	NATAL	LESTE
71	CORAIS CONFECÇOES E LAVANDERIA LTDA – ME	15	2000	NATAL	LESTE
72	E. M. H. IND. COM. LTDA – ME	54	2002	NATAL	LESTE
73	EDIVANA MOTA FERNANDES CONFECÇOES – ME	4	2012	NATAL	LESTE
74	ELEUCA BANDEIRA PEREIRA – ME	16	2013	NATAL	LESTE
75	F F DE OLIVEIRA MARTINS – ME	5	2007	NATAL	LESTE
76	J E INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA – ME	10	1999	NATAL	LESTE

Continuação do Quadro X

	EMPRESAS CLASSIFICADAS COMO FACÇÃO DE COSTURA (CNPJ)	EMPREGOS	DATA DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO	MESORREGIÃO
77	J M DE ARAUJO CARVALHO – ME	32	1997	NATAL	LESTE
78	KACTUS ART&COR COMERCIO E CONFECÇOES LTDA – ME	12	2009	NATAL	LESTE
79	KASSYUS SALVIANO D SOUZA 91417473487	1	2012	NATAL	LESTE
80	M. S. SALES – ME	8	2009	NATAL	LESTE
81	MERIELY SOARES ROCHA FONSECA	1	2011	NATAL	LESTE
82	NEUMAR DE ALENCAR GUERRA – ME	1	2012	NATAL	LESTE
83	RENATA SANDREA PINHEIRO PRAXEDES – ME	23	2008	NATAL	LESTE
84	EDUARDA MATEUS JALES – ME	29	2012	OLHO DAGUA DOS BORGES	OESTE
85	F & F CONFECÇOES LTDA – ME	25	2013	OURO BRANCO	CENTRAL
86	I M DE OLIVEIRA SILVA – ME	21	2013	OURO BRANCO	CENTRAL
87	IGOR P SILVA – ME	5	2012	OURO BRANCO	CENTRAL
88	A & F CONFECÇÕES LTDA – ME	30	2013	PARELHAS	CENTRAL
89	AJP CONFECÇOES LTDA – ME	26	2013	PARELHAS	CENTRAL
90	G & S CONFECÇOES LTDA – ME	26	2013	PARELHAS	CENTRAL
91	G B DA SILVA JUNIOR - FACCAO – ME	26	2013	PARELHAS	CENTRAL
92	IDEAL CONFECÇOES LTDA – ME	27	2013	PARELHAS	CENTRAL
93	J. E. J. CONFECÇOES LTDA – ME	56	2013	PARELHAS	CENTRAL
94	J. S. & SILVA LTDA – ME	26	2013	PARELHAS	CENTRAL
95	L & L CONFECÇOES LTDA – ME	16	2010	PARELHAS	CENTRAL
96	M ISABEL DO NASCIMENTO CONFECÇOES – ME	68	2011	PARELHAS	CENTRAL
97	IVANILDO JOSE DE SOUZA – ME	31	2014	PARELHAS	CENTRAL
98	J. P. M. DE SOUZA - VESTUARIO – ME	0	2013	PARELHAS	CENTRAL
99	TENDENCIA CONFECÇOES LTDA – ME	29	2013	PARELHAS	CENTRAL
100	C J ASSUNCAO FURTADO	0	2011	PARNAMIRIM	LESTE
101	C. J. MEDEIROS FACCAO TEXTIL – EPP	90	1998	PARNAMIRIM	LESTE

Continuação do Quadro X

	EMPRESAS CLASSIFICADAS COMO FACÇÃO DE COSTURA (CNPJ)	EMPREGOS	DATA DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO	MESORREGIÃO
102	E & K FACCAO E ENGENHARIA LTDA – ME	6	2011	PARNAMIRIM	LESTE
103	F. E. SOBRINHO FACCAO DE CORTE – EPP	41	1998	PARNAMIRIM	LESTE
104	G.DA ROCHA LOPES – ME	0	2011	PARNAMIRIM	LESTE
105	ISMAEL FRANCISCO DA SILVA – ME	1	2008	PARNAMIRIM	LESTE
106	L.DE F. GOMES BARBOZA – ME	0	2010	PARNAMIRIM	LESTE
107	LUSSANE AZEVEDO DE OLIVEIRA – ME	0	2012	PARNAMIRIM	LESTE
108	TOP BOJOS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA – ME	1	1989	PARNAMIRIM	LESTE
109	L C DOS SANTOS – ME	26	2011	PEDRO VELHO	LESTE
110	MMS CONFECÇÕES LTDA	35	2006	POÇO BRANCO	AGRESTE
111	G. DE S. LEANDRO FACCAO DE ACABAMENTO – EPP	147	1998	SANTA CRUZ	AGRESTE
112	TIAGO DE SOUZA BARBOSA – ME	44	2014	SANTA CRUZ	AGRESTE
113	D E C CONFECÇÕES	22	2014	SANTANA DO SERIDÓ	CENTRAL
114	FACCAO SANTANENSE LTDA – ME	1	2014	SANTANA DO SERIDÓ	CENTRAL
115	LIMA CONFECÇÕES LTDA – ME	26	2013	SANTANA DO SERIDÓ	CENTRAL
116	PRIMAVERA CONFECÇÕES LTDA – ME	1	2013	SANTANA DO SERIDÓ	CENTRAL
117	GUTO FRANKLIN ALVES PEREIRA DANTAS DE ARAUJO – ME	26	2010	SANTANA DO SERIDÓ	CENTRAL
118	MARIA DAS GRACAS ARAUJO DOS SANTOS – ME	1	2014	SANTANA DO SERIDÓ	CENTRAL
119	M DO SOCORRO S DA SILVA – ME	0	2013	SANTO ANTONIO	AGRESTE
120	ARAUJO & SILVA LTDA – ME	2	2009	SÃO FERNANDO	CENTRAL
121	EVALBER DE CASTRO DANTAS – ME	23	2010	SÃO FERNANDO	CENTRAL
122	MARIA JOSE A S DOS SANTOS – ME	4	2008	SÃO FERNANDO	CENTRAL
123	POEST INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA – ME	143	2004	SÃO FRANCISCO DO OESTE	OESTE
124	M. S. DE OLIVEIRA FERNANDES – ME	36	2004	SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ	LESTE
125	MARTILIANO INDUSTRIA DE CONFECÇÕES EIRELI – EPP	24	2012	SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ	LESTE
126	AGUIA INDUSTRIA TEXTIL LTDA – ME	80	2008	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL

Continuação do Quadro X

	EMPRESAS CLASSIFICADAS COMO FACÇÃO DE COSTURA (CNPJ)	EMPREGOS	DATA DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO	MESORREGIÃO
127	ALIANCA CONFECÇOES LTDA – ME	26	2013	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
128	ARAUJO & CAMARA LTDA – ME	28	2009	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
129	ARCA FABRIL INDUSTRIA DE VESTUARIO LTDA – ME	29	2010	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
130	CAMISARIA ELLO LTDA – ME	8	2008	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
131	CANAA COMPANHIA TEXTIL LTDA – ME	22	2011	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
132	ESPERANCA CONFECÇOES LTDA – ME	41	2014	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
133	FACCAO ELLO LTDA – ME	30	2008	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
134	FACCAO SANTOS & CIA LTDA – ME	34	2008	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
135	FRANCISCO SALES DE MEDEIROS NETO – ME	30	2008	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
136	IVETE NOBREGA DE MELO COSTA – EPP	70	1991	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
137	MARANATHA COMPANHIA TEXTIL LTDA – ME	30	2008	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
138	INDUSTRIA DE CONFECÇOES SAO JOSE LTDA – ME	20	2011	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
139	INDUSTRIA DE CONFECÇOES SIMAO LTDA – ME	0	2011	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
140	MARIONETE M DE A CAMARA – ME	0	2005	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
141	SETE MONTES EMPREENDIMENTOS LTDA – ME	32	2009	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
142	VANIA MARIA ALVES – ME	50	1986	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
143	VM CONFECÇOES LTDA – ME	28	2008	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	CENTRAL
144	A C DA SILVA CONFECCAO E FACCAO DE VESTUARIO – ME	0	2011	SÃO VICENTE	CENTRAL
145	CONFIANÇA INDÚSTRIA TEXTIL LTDA	66	2014	SÃO VICENTE	CENTRAL
146	ANTONIA ELIZABETE DE MACEDO – ME	31	2013	VERA CRUZ	AGRESTE
147	F&A CONFECÇOES LTDA – ME	17	2014	VERA CRUZ	AGRESTE
148	LOPES CONFECÇOES LTDA – ME	0	2010	VERA CRUZ	AGRESTE
149	M & B CONFECÇOES LTDA – ME	40	2007	VERA CRUZ	AGRESTE
	TOTAL	3696			

Anexo 8 (a): número de funcionários da Guararapes Confeccões em 2013.

Cadastro Industrial		Sistema FIERN		
FICHA DA INDÚSTRIA				
CNPJ 08.402.943/0001-52	RAZÃO SOCIAL GUARARAPES CONFECCOES S/A			
NOME FANTASIA GUARARAPES				
CÓDIGO DA CNAE 14126	RAMO DE ATIVIDADE Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas			
SINDICATO NÃO SINDICALIZADO				
INSCRIÇÃO ESTADUAL 200016113	DATA ABERTURA 25/08/1996	Nº EMPREGADOS 96	DATA CADASTRO 16/04/2013	DATA ATUALIZAÇÃO 08/08/2013
PRINCIPAL EXECUTIVO Nevaldo Rocha		CARGO Presidente		
ENDEREÇO ROD RN 160, S/N, KM-3 BLOCO A 1 ANDAR				
CEP 59115900	CIDADE NATAL	BAIRRO DISTRITO INDUSTRIAL	ESTADO RN	
TIPO LOGRADOURO Rodovia	ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA RN 160	Nº S/N	BAIRRO Nossa Senhora da Apresentação	
COMPLEMENTO Distrito Industrial - Km 03 - Bloco A - 1º andar		CEP 59037155	CIDADE Natal	ESTADO RN
E-MAIL gonline@guararapes.ind.br		HOME PAGE www.guararapes.ind.br		
TELEFONE 8432041100	CELULAR	FAX		
PRODUTOS Moda feminina, Moda infantil, Moda masculina, Moda praia, Moda teen, Roupas íntimas, Tecidos de malhas, Vestuário - peças avulsas do				
PRODUTOS EXPORTADOS				
OBSERVAÇÕES Ver CNPJ: 08.402.934/0018-09				
Federação das Indústrias do Estado do RN - FIERN Cadastro Industrial Av. Senador Salgado Filho, 3900 Lagoa Nova - Cap. 59075-900 - Fone: 3304-6200				Data: 08/08/2014 Hora: 15:20:16 Página: 208

Fonte: Guia Industrial FIERN.

Anexo 8 (b): Número de funcionários da Guararapes Confeccões em 2013.

Cadastro Industrial		Sistema FIERN		
FICHA DA INDÚSTRIA				
CNPJ 08.402.943/0018-09	RAZÃO SOCIAL GUARARAPES CONFECCOES S/A			
NOME FANTASIA GUARARAPES				
CÓDIGO DA CNAE 14128	RAMO DE ATIVIDADE Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas			
SINDICATO SINDVEST - Sindicato da Indústria do Vestuário no Estado do RN				
INSCRIÇÃO ESTADUAL 200803638	DATA ABERTURA 16/04/1997	Nº EMPREGADOS 11755	DATA CADASTRO 23/03/2007	DATA ATUALIZAÇÃO 08/08/2013
PRINCIPAL EXECUTIVO Nevaldo Rocha	CARGO Presidente			
ENDEREÇO ROD RN 160, S/N, KM-3 BLOCO A				
CEP 59115900	CIDADE NATAL	BAIRRO DISTRITO INDUSTRIAL	ESTADO RN	
TIPO LOGRADOURO Rua	ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA RN 160	Nº S/N	BAIRRO Nossa Senhora da Apresentação	
COMPLEMENTO Distrito Industrial - Km 03 - Bloco A	CEP 59115290	CIDADE Natal	ESTADO RN	
E-MAIL gonline@guararapes.ind.br		HOME PAGE www.guararapes.ind.br		
TELEFONE 8432041100	CELULAR	FAX 8432272337		
PRODUTOS Moda feminina, Moda infantil, Moda masculina, Moda praia, Moda teen, Roupas íntimas, Tecidos de malhas, Vestuário - peças avulsas do				
PRODUTOS EXPORTADOS				
OBSERVAÇÕES Faz parte do Grupo Guararapes, formado por dois segmentos industriais em Natal: têxteis e confeccões, além das lojas Riachuelo e o Shopping Midway Mall. As indústrias estão localizadas em Fortaleza (jeans e camisaria) e Natal (malharia, confecção, bordados e tinturaria). Trabalha com as marcas Pool, Blue Zone, La Ville, OMN e Wolens.				
Federação das Indústrias do Estado do RN - FIERN Cadastro Industrial Av. Senador Salgado Filho, 2060 Lagoa Nova - Cep. 59075-900 - Fone: 3304-6200			Data: 08/05/2014 Hora: 15:22:19 Página: 210	

Anexo 9: Número de funcionários da empresa Cia Hering em 2013.

Cadastro Industrial		SISTEMA FIERN	
FICHA DA INDÚSTRIA			
CNPJ 78.876.950/0053-00	RAZÃO SOCIAL CIA. HERING		
NOME FANTASIA HERING			
CÓDIGO DA CNAE 14223	RAMO DE ATIVIDADE Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricoteagens, exceto meias		
SINDICATO SINDVEST - Sindicato da Indústria do Vestuário no Estado do RN			
INSCRIÇÃO ESTADUAL 200860585	DATA ABERTURA 13/07/2000	Nº EMPREGADOS 1086	DATA CADASTRO 14/03/2007
DATA ATUALIZAÇÃO 07/08/2013			
PRINCIPAL EXECUTIVO Anderson Zubelli		CARGO Gerente Geral	
ENDEREÇO RCD BR 304, 675, KM 11,5			
CEP 59146750	CIDADE PARNAMIRIM	BAIRRO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	ESTADO RN
TIPO LOGRADOURO Rua	ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA Doutor Carlos Matheus	Nº 76	BAIRRO Monte Castelo
COMPLEMENTO		CEP 59146210	CIDADE Parnamirim
		ESTADO RN	
E-MAIL albarbosa@heringnet.com.br		HOMEPAGE www.hering.com.br	
TELEFONE 8433434200	CELULAR	FAX 8433424200	
PRODUTOS Camisetas, Moda feminina, Moda infantil, Moda masculina, Moda teen, Roupas íntimas			
PRODUTOS EXPORTADOS			
OBSERVAÇÕES A empresa trabalha com 48 fações terceirizadas nos municípios de Acari, Calçoó, Ceará-Mirim, Cerro Corá, Cruzeta, Jardim do Seridó, Lajes Pintadas, Natal, Parnamirim, Santa Cruz, São José de Mipibu, São José do Seridó, São Tomé e Vera Cruz. Suas confecções levam as seguintes marcas: Hering, Hering Kids, Puc e Dzam.			
Federação das Indústrias do Estado do RN - FIERN Cadastro Industrial Av. Senador Salgado Filho, 3300 Lagoa Nova - Cap. 58075-900 - Fone: 3204-0200		Data: 06/05/2014 Hora: 15:20:19 Página: 90	

Fonte: Guia Industrial FIERN.

Anexo 10: Número de funcionários da empresa Cia Hering em 2015.

Guia Industrial		FIERN		
FICHA DA INDÚSTRIA				
CNPJ 78.876.950/0053-00	RAZÃO SOCIAL CIA, HERING			
NOME FANTASIA HERING				
CÓDIGO DA CNAE 1412B	RAMO DE ATIVIDADE Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas			
SINDICATO SINDVEST - Sindicato da Indústria do Vestuário no Estado do RN				
INSCRIÇÃO ESTADUAL 200860585	DATA ABERTURA 13/07/2000	Nº EMPREGADOS 258	DATA CADASTRO 14/03/2007	DATA ATUALIZAÇÃO 04/09/2015
PRINCIPAL EXECUTIVO Marcelo Toledo	CARGO Gerente de Produção			
ENDEREÇO BR 304, Km 11,5	Nº 7B	BAIRRO Parque de Exposições		
COMPLEMENTO	CEP 59146750	CIDADE Pamamirim	ESTADO RN	
TIPO LOGRADOURO Rodovia	ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA BR 304, Km 11,5	Nº 7B	BAIRRO Parque de Exposições	
COMPLEMENTO	CEP 59146750	CIDADE Pamamirim	ESTADO RN	
E-MAIL mtoledo@hering.com.br	HOMEPAGE www.hering.com.br			
TELEFONE (84)3343-4200	CELULAR	FAX (84)3342-4210		
PRODUTOS Camisetas, Moda feminina, Moda infantil, Moda masculina, Moda teen, Roupas íntimas				
PRODUTOS EXPORTADOS				
OBSERVAÇÕES				
<small>Federação das Indústrias do Estado do RN - FIERN Guia Industrial Av. General Saldado Filho, 2300 Lagoa Nova - Cap. 58075-900 - Fone: 3204-0200</small>				<small>Data: 15/12/2016 Hora: 16:36:41 Página: 118</small>

Fonte: Guia Industrial FIERN.

Anexo 11: Máquinas utilizadas nas facções de Costura

Figura 42: Máquina Overlock



Fonte: SINTEL MÁQUINAS, sem data.

Figura 43: Máquina Interlock



Fonte: SINTEL MÁQUINAS, sem data.

Figura 44: Máquina Costura Reta Eletrônica.



Fonte: SINTEL MÁQUINAS, sem data.

Figura 45: Máquina Galoneira



Fonte: SINTEL MÁQUINAS, sem data.

Figura 46: Máquina caseadeira



Fonte: SINTEL, MÁQUINAS, sem data.

Figura 47: Máquina Botoneira



Fonte: SINTEL MÁQUINAS, sem data.

Figura 48: Máquina Pespontadeira



Fonte: SINTEL MÁQUINAS, sem data.

Figura 49: Máquina Fechadeira de Braço



Fonte: SILMAQ, sem data.

Figura 50: Máquina Travete Eletrônica.



Fonte: SINTEL MÁQUINAS, sem data.

Figura 51: Máquina ZIGUEZAGUE



Fonte: SINTEL MÁQUINAS, sem data.

Figura 52: Máquina de Corte



Fonte: SINTEL MÁQUINAS, sem data.

Figura 53: Máquina de bordar industrial



Fonte: SINTEL MÁQUINAS.